

REVISTA DA
ACADEMIA
MINEIRA
DE LETRAS

Ano 96°
Volume LXXVI
2016



ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Histórico

A Academia Mineira de Letras foi fundada em Juiz de Fora, no dia 25 de dezembro de 1909, por um grupo de intelectuais no qual pontificavam escritores, jornalistas, profissionais liberais, homens públicos e conceituados militantes da cátedra e dos tribunais.

O grupo fundador da Academia Mineira de Letras, de imediato incorporando o adjetivo *mineira*, dava a dimensão ambiciosa dos seus altos objetivos: o culto, a defesa e a sustentação da pureza da língua e a produção intelectual na sua plenitude e variedade.

Inicialmente, os doze idealizadores, entre os quais se projetavam Machado Sobrinho, Belmiro Braga, Dilermando Cruz, Amanajós de Araújo, elegeram mais dezoito intelectuais, representativos do que de melhor existia entre a elite cultural de Minas Gerais. Desse grupo faziam parte Nelson de Senna, Alphonsus de Guimaraens e Carlos Góes, além de outras influentes personalidades.

Em 1915, acordaram os membros da Academia Mineira de Letras a transferência da sede para a capital do estado, em gesto de desprendimento e de visão, descortinando maior dimensão e *status* a ela.

Em 1943, com o apoio do prefeito Otacílio Negrão de Lima, a Academia recebeu sua sede própria, instalada no sexto andar do edifício da rua dos Carijós, 150, onde permaneceria até 1967. Nesta data o presidente Vivaldi Moreira, após 12 anos de perseverante articulação junto aos poderes públicos, conseguiu o comodato do Palacete Borges da Costa, posteriormente transformado em doação por lei aprovada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a atual sede própria da Academia Mineira de Letras.

Ainda na gestão de Vivaldi Moreira, foram executadas a restauração do Palacete e a construção do auditório ao lado, conforme projeto do arquiteto Gustavo Penna.

O contraste do clássico, verdadeiro relicário, e do moderno, arrojado e funcional - Palacete e auditório - deu à Academia o realce e a beleza externa que o seu rico conteúdo interno, homens e livros, abriga.

A Casa é integrada por 40 membros, a exemplo da Academia Brasileira e da Academia Francesa, eleitos por um colégio eleitoral *inter pares* em processo aberto a todo cidadão brasileiro com qualificações para postular o acesso ao *collegium*.

Assim continua a Academia, no suceder das gerações e na variação os tempos, cumprindo o lema que acidenta sua existência: *Scribendi maior finis*.



Revista da
Academia
Mineira
de Letras

ANO 96° - VOLUME LXXVI - 2016

Ficha Catalográfica

Revista da Academia Mineira de Letras – Ano 96º – volume LXXVI

Revista da Academia Mineira de Letras/Academia Mineira de Letras/V. LXXVI/ 2016.

Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, 2016.

Fundada em 1922

ISSN 1982-6680

1. Literatura – Periódico. 2. Obras Literárias I. Academia Mineira de Letras

REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Publicação trimestral

Diretora: Elizabeth Rennó

Editor: Manoel Hygino dos Santos

Revisão: Pedro Sérgio Lozar

Digitação: Marília Moura Guilherme

Capa: Liu Lopes

Diagramação: Raquel Mariani

Impressão: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	9
HISTÓRIA DE PALAVRAS	
<i>Angelo Oswaldo de Araújo Santos</i>	11
OS SACRÁRIOS SETECENTISTAS DE MINAS GERAIS	
<i>Manoel Hygino dos Santos</i>	13
O MÁGICO MURILO RUBIÃO	
<i>Carmen Schneider Guimarães</i>	17
O BRASIL VELHO DO LIVRO DO PEDREIRA É QUASE O ATUAL	
<i>Pedro Rogério Moreira</i>	21
O FUNDAMENTO E A FUNÇÃO DO ATO DA COMUNICAÇÃO	
<i>Côn, José Geraldo Vidigal de Carvalho</i>	25
MAIS UM QUE PARTE. É A VIDA	
<i>Fábio Proença Doyle</i>	29
CELSO MOTTA, TIO E AMIGO	
<i>Danilo Gomes</i>	33
DISCURSO EM HOMENAGEM A MILTON REIS	
<i>Rogério Faria Tavares</i>	37
A TONA, OU A TERCEIRA MÁRGEM DO RIO	
<i>Carmen Schneider Guimarães</i>	45
EUCLIDES DA CUNHA 150 ANOS	
<i>José Raimundo Gomes da Cruz</i>	47
A HISTORIA DE MINAS ATRAVÉS DOS MURAIIS DE YARA TUPYNAMBÁ	
<i>Carlos Perktold</i>	51
D. MARCOS BARBOSA: UM GRANDE ORADOR SACRO	
<i>Paulo Paranhos</i>	55

VÍNCULOS COM A VIDA NA POESIA DE MACHADO DE ASSIS

José Américo Miranda 59

COMENDA AMBIENTAL

Eugênio Ferraz 75

AS BATINAS NEGRAS NA CONJURA DE MINAS

Maria de Lourdes Costa Dias Reis 81

HONÓRIO ARMOND – PRÍNCIPE DOS POETAS MINEIROS

Antonio Carlos de Albuquerque 89

PAMPULHA É PANFULL, MAS NUNCA FOI FOR ALL

José Renato de Castro César 99

ALGEMAS, SEU USO E A SÚMULA VINCULANTE 11 DO STF:
REGRA OU EXCEÇÃO?

Paulo Fernando Silveira 103

MUSEUS DE UBERABA – III (FINAL)

Guido Bilharinho 113

O BRINQUEDO

Ivana Rebello 117

BRANCO NAS ENTRELINHAS

Ronaldo Werneck 121

SÃO JOÃO DEL-REI E TIRADENTES: COMPROMISSO COM A
HISTÓRIA

Rogério Medeiros Garcia de Lima 123

UMA BELA VIAGEM AO RIO SÃO FRANCISCO

Zanoni Neves 133

PAINEL ÚNICO DOS CAMPOS GERAIS EM ENÉAS ATHANÁZIO

Guilherme Queiroz de Macedo 137

O NOME PERFEITO

Eugênio Ferraz 151

O SOFRIMENTO EM FLORBELA ESPANCA <i>Zina C. Bellodi</i>	155
FRANCISCO VIEIRA SERVAS, UM HOMEM, UM NOME E UM DESTINO <i>Adair José</i>	159
AO PÉ DO RÁDIO <i>Napoleão Valadares</i>	163
A GRANDE SAGA DO ROSA <i>Petrônio Souza Gonçalves</i>	165
MADAME MIMI DE PARIS <i>Felicidade Patrocínio</i>	167
NOS ANOS 30 <i>Yeda Prates</i>	169
FALSO ENIGMA <i>Gérson Cunha</i>	171
EXÍLIO <i>Emmanuel Medeiros Vieira</i>	173
CIDADE PORNOGRÁFICA <i>Bruno Terra Dias</i>	175
A JUVENTUDE NÃO EXISTE MAIS <i>Petrônio Souza Gonçalves</i>	177
AMÉRICA <i>Jose Renato de Castro Cesar</i>	179
OBRAS RECEBIDAS	183

APRESENTAÇÃO

Apresentamos mais uma edição de nossa Revista. A despeito dos problemas decorrentes da crise que se abateu sobre o país, não descurou a Academia Mineira de Letras de perseguir seus históricos propósitos. Um deles de oferecer aos acadêmicos e demais colaboradores um espaço para publicação de seus artigos, ensaios, poesias, críticas e registros sobre cultura e arte.

Nas edições mais recentes, contamos com a preciosa parceria da Imprensa Oficial de Minas Gerais, no objetivo comum de prestigiar as letras, a inteligência e a produção literária em Minas Gerais. A Academia é grata a todos os que, nestes quase cem anos de existência da Revista, contribuíram e contribuem para tão nobre labor, levando a mensagem de fé da gente mineira a todos os lugares do país que a publicação alcança.

Desde já, saudações pelo Ano Novo!

Na presente edição, rendemos homenagem ao velho companheiro de Academia, Adão Veriato da Silva, falecido no dia 9 de novembro.

Com dedicação e no anonimato, prestou sua humilde colaboração à nossa Casa, durante mais de trinta anos.

HISTÓRIA DE PALAVRAS

Angelo Oswaldo de Araújo Santos*

A 5ª Bienal do Livro ampliou o êxito que o acontecimento prenuncia. Superlotou, durante uma semana, o grande pavilhão da Expominas, encantando milhares de visitantes. Ao percorrer as exposições, em meio a tantos atrativos, veio-me à mão, no setor da PUC-Minas, um exemplar da recente reedição de “História de Palavras”, de Ângela Vaz Leão (2013). Comprovaram seu valor, tão logo apareceu, em 1961, premiações da Academia Mineira de Letras e da Prefeitura de Belo Horizonte. Tendo recorrido à “princeps”, no meu tempo de curso clássico, nos Colégios Estadual e Universitário, foi com alegria que reencontrei, em nova roupagem, essa obra que tanto enriquece os estudos sobre a língua portuguesa, sua origem e formação.

O estilo elegante, que evoca os escritos de Eduardo Frieiro, bem como de Aires da Mata Machado Filho, ambos mestres da autora, é animado pela vivacidade de uma elaboração cuidada e fluída, na qual se intercalam eruditas referências e indagações instigantes. É prazerosa a leitura dos pequenos ensaios. Descobre-se, nas linhas e entrelinhas, a arte de fazer das investigações no campo da linguística e da etimologia a matéria científica de um fascinante texto literário.

No trabalho dedicado aos representantes românicos de *hortus* e *hortulanus*, ancestrais da nossa verdejante *horta*, saboreia-se a fartura de informações que brotam da palavra colhida pela mestra. Logo me lembrei da “Planta Topográfica do Orto Botânico do Ouro Preto” (sic), desenhada em 1799 por Manuel Ribeiro Guimarães, manuscrito aquarelado pertencente ao Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Nele atuou o notável naturalista Joaquim Veloso de Miranda, doutor por Coimbra. Ao projetar o jardim de plantas criado em Vila Rica por ordem régia, o desenhista escreveu Orto sem H, tal como identificado pela professora Ângela Vaz Leão nos antiquíssimos foros de Castelo Rodrigo, que representam uma mistura de galego-português e de leonês. Graças a essa planta, tive a oportunidade, como prefeito de Ouro Preto, de inaugurar o Horto dos Contos, um parque no coração da cidade monumento da humanidade.

Do Horto de Getsêmani ao Orto do Esposo, ou seja do bosque das oliveiras citado nos Evangelhos à coletânea medieval de frutos para remédio das almas, o

*Jornalista, escritor, secretário de Cultura do Estado de Minas Gerais. Ocupa a cadeira nº 3 da Academia Mineira de Letras. angelo.oswaldo@cultura.mg.gov.br

artigo diversifica, em português e espanhol, como nas demais línguas românicas, os exemplos da evolução da palavra latina. Recordei-me, então, da visita que fiz, com Anna Maria Parsons, em 1998, à Huerta de San Vicente, a casa-museu de García Lorca, em Granada. Huerta, ensina o ensaio, escreveu-se em espanhol pela primeira vez no Poema del Cid, por volta de 1140. E não me esqueci da leitura, faz muitos anos, da Farsa do Velho da Horta, divertida peça de Gil Vicente, também mencionada.

Quando se refere ao sobrenome Horta, Vaz Leão recorre a velhos estudiosos que o remetem aos Açores, onde se fixou o flamengo José van Hurter, capitão donatário de Faial, em 1466. Pensei na Flandres do arquiteto belga Victor Horta, o barão Horta, que projetou esplêndidas edificações em *art nouveau* em Bruxelas. Que teria descoberto sobre o próprio nome Cid Rebelo Horta, autor de estudo sobre as famílias governamentais de Minas Gerais (1957)?

Mais adiante, chega-se a *hortulanus*, origem de *hortelão* e *hortelã*. Ortolan, em francês, procedente do provençal, significa pequeno pássaro de carne macia, servido frito como sofisticado divertimento de uma aristocrática mesa parisiense. Os “peixinhos da horta”, que não deixo de saborear, na boa mesa portuguesa, representam uma versão incruenta dos “ortolans”. São legumes empanados que funcionam como in-troito no rito sequencial da refeição dos “alfacinhas”, alcunha dos naturais de Lisboa.

Para terminar o artigo, as variações de *Hortulana mentha*, a planta hortelã, ensejam interessantes observações. Hortelã-pimenta não teria surgido da semelhança sonora entre menta e pimenta, formada por etimologia popular, mas seria expressão ditada pelo sabor picante da hortelã. O fato é que as línguas europeias consagram a associação, como fizeram os ingleses: *peppermint*. Apesar de a autora não considerar possível a origem popular portuguesa, vale trazer à tona a palavra “comodidades”, que a língua pátria dos navegadores e comerciantes quinhentistas emprestou ao inglês e à economia internacional. Som e sabor fundidos na invenção do código verbal.

Arcaísmos do português no Brasil, neologismos, a palavra vezada, as denominações da cabeça nas línguas românicas, entre outros temas, estendem e completam o gosto único dessa obra verdadeiramente extraordinária. De Camões, o luso Lusco, ao verde mineiro Fusco; de Fernão de Oliveyra, nosso primeiro gramático (1536), aos exemplos buscados na prosa e verso de Carlos Drummond de Andrade; da *bestia* latina ao jogo do bicho e as bichas nas orelhas – uso raro em regiões do interior –, constrói-se uma narrativa que seduz o leitor e nele desperta a curiosidade pelos problemas intrigantes propostos pelo léxico.

A reedição do livro é uma grata homenagem da PUC-Minas à admirável mestra e à língua portuguesa. Sob a regência de Ângela Vaz Leão, a ciência da linguagem propicia-nos uma viagem inesquecível à raiz da fala, origem da vida inteligente, do pacto social e da transcendência. “Poeta, haz que se traguen todas sus palabras”, pede Octavio Paz. Contando histórias de palavras, a autora revela a potência mágica que nelas se concentra.

OS SACRÁRIOS SETECENTISTAS DE MINAS GERAIS

*Manoel Hygino dos Santos**

Sabrina Mara Sant'Anna concluiu a tese "Sobre o meio do altar: os sacrários produzidos na região centro-sul das Minas Gerais setecentistas", aprovada pelos professores doutores Adalgisa Arantes Campos (orientadora), Francisco de Assis Costa Taborda, Myrian Andrade Ribeiro de Oliveira, Rodrigo Almeida Bastos, André Luís Pereira Miatello e Luiz Carlos Villalta. A tese foi apresentada, em 2015, ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História.

Em pleno século XXI, pode surpreender ou estranhar que alguém se dê ao assunto. O trabalho de Sabrina Mara "versa sobre a casa do Santíssimo Sacramento, sendo objeto de estudo o sacrário fixo sobre o meio do altar, para o que a autora investigou e analisou a composição artística (iconografia, simbolismo e forma) dos tabernáculos eucarísticos de importantes sedes paroquiais erigidas na região centro-sul das Minas Gerais setecentistas", isto é, Sabará, Mariana, Ouro Preto, São João del-Rei e São José del-Rei/Tiradentes.

Já na introdução, como de esperar, explica-se que sacrário e tabernáculo (em latim, *sacrarium*, *tabernaculum*), designam o lugar em que se guarda a reserva eucarística, ou seja, as hóstias destinadas à comunhão dos enfermos e adoração com culto de "latria".

O vocábulo "latria" significa adoração, devida somente a Deus nosso Senhor. O ato impõe postura física, "prostrando-nos de joelho em terra com a cabeça descoberta, e mãos juntas, e levantadas, batendo nos peitos, e fazendo outros atos exteriores de veneração, que correspondem ao culto interior de nossos corações, reconhecendo-o por Deus, e supremo Senhor", tudo como descrito nas "Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia", impressa em Lisboa e Coimbra, respectivamente em 1719 e 1820. Retrocedendo no tempo, observa-se, com Francisco Martínez (Madri, 1788); que tabernáculo, "*era entre os israelitas uma capilla portatil de madera que llevavan consigo en el desierto para poner allí el Arca de la Alianza cuando acampavan. Hoy se da este nombre a um pequeño Templo que se pone em el altar para encerrar el Sacramento*".

*Jornalista, escritor, ocupa a Cadeira 23 da Academia Mineira de Letras. manoelhygino@santacasabh.org.br

Oferece-se um panorama geral da história da casa do Santíssimo Sacramento, considerando o desenvolvimento do culto eucarístico e o zelo da Igreja com a segurança, o decoro e a ornamentação dos tabernáculos, na Idade Média e na época moderna.

Pesquisaram-se os principais sistemas nos templos cristãos entre os séculos II e XVII. Há a descrição: usava-se o armário situado na sacristia, o cofre móvel sobre o altar-mor, o tabernáculo suspenso em forma de torre, taça, cofre ou pomba, içado sobre o altar-mor ou a credência, que é o aparador ou mesinha ao lado do altar, em que se colocam os utensílios da missa, utilizando-se um dos sistemas de correntes, cordas ou roldanas. Mas havia ainda o tabernáculo mural, pequeno armário incrustado em parede ou pilar próximo ao altar; a edícula da eucaristia, uma torre localizada nos arredores do altar; e o tabernáculo fixo sobre o meio do altar, do principal ou da capela do Santíssimo. Este último é usado desde a baixa Idade Média e foi-se consolidando gradativamente no século XVI graças à evolução do culto ao Santíssimo ou à preocupação com a segurança da reserva eucarística e por força da crítica protestante à doutrina da presença real.

As pessoas que recebem a hóstia, em qualquer lugar do mundo, não sabem exatamente a grandeza da história sobre o sacramento. Receberam no cotidiano lições superficiais e, até, não lhe dão maior importância, consideradas as atribuições infundas da vida moderna. Mas há muito a aprender.

A tese em questão informa que, até o século VIII, a reserva eucarística era comumente armazenada em residências particulares para comunhão diária dos fiéis e nas igrejas para disponibilização do viático. Há muitos pormenores interessantes.

No século IX, o armazenamento da reserva eucarística em casas particulares desapareceu e a guarda do Santíssimo se tornou exclusividade da Igreja. A mudança resultou da crescente preocupação com a segurança da reserva e o surgimento e avanço de controvérsias sobre a presença real de Cristo na eucaristia.

No pequeno registro que aqui se faz, é impossível sequer aprofundar a ideia do conteúdo da tese em questão. Ela é rica também, na iconografia, compreendendo material fotográfico único (Juninho Motta) e os desenhos em planta (elaborados por João Henrique Grossi Sad Jr. e Samantha Úrsula Sant'Ana), dos seis sacrários eucarísticos selecionados para estudo. Constitui, enfim, um guia útil, mesmo imprescindível, para aqueles que quiserem fazer visitas cuidadosas às igrejas setecentistas de Minas Gerais, principalmente as mencionadas.

Independentemente das minúcias que esse tipo de trabalho oferece ao público, mesmo o menos interessado, há que enfatizar como se aguça a atenção pelo conteúdo. A partir daí, ele descobrirá um universo novo ao ingressar no templo, percorrer os olhos por suas dependências, pelos detalhes do altar. Há muito a se desvendar em derredor.

A própria hóstia, além do conteúdo eminentemente religioso, desperta atenção especial. O armazenamento de partículas eucarísticas é um velho costu-

me na Igreja Católica. Sabrina evoca o Concílio de Niceia, no ano 325, ressaltando o 13º cânon: “No que diz respeito aos moribundos, observa-se também a lei antiga e canônica, pela qual não será privado do último e indispensável viático quem estiver saindo desta vida”.

Surge a interrogação: viático? O vocábulo significa *farnel de viagem* e é utilizado pela Igreja desde tempos os mais antigos para denominar a comunhão eucarística administrada aos moribundos. Trata-se do “alimento espiritual que não só nos sustenta na peregrinação desta vida, como também nos prepara o caminho para a eterna glória e felicidade”. Nenhum fiel deve morrer sem receber o Sacramento. Criou-se, a propósito, o termo transubstanciação, que consagra o pão e o vinho, graças ao que as substâncias do corpo e do sangue de Cristo se fazem presentes, reais, a verdadeira substância do Corpo e Sangue de Nosso Senhor, a partir da Consagração. O Concílio de Trento deu o nome de transubstanciação à portentosa conversão.

Ao final da leitura da tese, fica a certeza de que trabalhos como este deveriam ser facilitados à pesquisa de todos os que se interessam por temas tão fascinantes!



O MÁGICO MURILO RUBIÃO

*Carmen Schneider Guimarães **

O assunto era o centenário de Murilo Rubião. Tratava-se da reunião que aconteceria no Auditório Vivaldi Moreira, quando seriam lembrados a biografia e o conseqüente estudo de sua inovadora obra. Os críticos presentes apresentavam dados novos sobre o trabalho magistral do contista, agora centenário. O acadêmico Angelo Oswald de Araújo Santos, Secretário de Cultura de Minas Gerais, quis detalhes de entrevista minha com o mágico, que eu havia publicado em 10 de outubro de 1972, sobre o que já lhe havia falado antes. Como talvez sirva ao interesse geral, sinto-me animada a republicá-la aqui, quarenta e quatro anos depois daquela data, confirmada nos anais do jornal Estado de Minas.

Um ponto obscuro, do qual não havia tratado especificamente na entrevista, por medo de entristecer o escritor naquela oportunidade, diz respeito a um grande e talvez único amor de Murilo por uma jovem chamada Beatriz (Gonçalves de Souza Matos), sobrinha de Mário Matos, em casa de quem Murilo a ela fora apresentado pelo amigo, filho do grande jurista. Já deu para perceber que o universo deste enredo é a cidade de Itaúna, onde a jovem havia nascido, a 16 de março de 1917, filha dos primos Rossini Gonçalves de Matos e Waldemira Gonçalves Cunha de Matos.

O motivo da tristeza que poderia afetar o bom clima da nossa conversa firmava-se no fato de a jovem de dezoito anos ter sido internada por motivo de debilidade mental, em clínica na cidade de Barbacena, da qual não mais saiu. Beatriz morreu com avançada idade.

Depois de ter entrevistado três pessoas (uma universitária, uma professora de Literatura, um professor universitário), a respeito de dois livros de Chico Anízio, mais vendidos naquele momento: "Milho para a galinha" e "O batizado da vaca", fui atrás do autor do trabalho "O Ex-Mágico", que levantara o prêmio da Academia Mineira de Letras, "Oton L. Bezerra de Melo", para uma séria conversa. Ei-la:

* Escritora, ocupante da cadeira de nº 5 da Academia Mineira de Letras. Presidente emérita da Academia Feminina Mineira de Letras. carmenschneiderguimraes@yahoo.com.br

MURILO RUBIÃO E OS DRAGÕES

No gabinete de Murilo Rubião:

Estava lá o homem. Sentado à escrivaninha, com as lentes grossas diante dos olhos. Era todo o funcionário público em quem se transformara o antigo mágico, isto é, o ganhador do prêmio da Academia Mineira de Letras, "O Ex-Mágico", publicado em revistas e jornais estrangeiros, em Caracas, Praga, na Alemanha e em diversas antologias nacionais.

Imaginei-o, momentaneamente, como em um seu famoso conto: "Às vezes, de acordo com um hábito recém-adquirido, estava sentado em um café, olhando cismativamente o povo a desfilar pela calçada, quando, sem ter consciência do meu gesto, arrancava do bolso pombos, coelhos, andorinhas. As pessoas que se encontravam nas mesas vizinhas, julgando intencional o meu procedimento, rompiam em estridentes gargalhadas. Eu olhava melancólico para o chão e resmungava contra o mundo e os animais". Mas, de imediato, eu tornava a rever o homem funcionário público. Eram pessoas a entrar e a sair do escritório, e a um e a outro Murilo Rubião atendia com os mesmos olhos redondos. E lá estava a revirar-se na minha mente o "estilhaço" de seu conto: "Uma frase que escutei por acaso, na rua, trouxe-me nova esperança de romper definitivo com a vida. Ouvira de um homem, marcado pelo acabrunhamento, que ser funcionário público era suicidar-se a longo prazo".

— Que interpretação deve-se dar a seus contos? Existe uma leitura determinada para cada um deles? Perguntei.

— "Não, em absoluto. Deve variar de leitor para leitor, às vezes, mesmo, contrariando a minha própria interpretação. Certa vez, um professor deu o conto "Os dragões" para ser apreciado na sala, e um dos alunos, um negro, fez a interpretação dentro de seu próprio problema: discriminação racial. Aceito qualquer delas. Os dragões são, para mim, criaturas que andam em toda parte. Entre a juventude estão em maior número. São ainda os alunos que não conseguimos instruir, os filhos que não se deixam educar, os transviados, os que não se integram na sociedade".

— Murilo, como tudo isto começou?

— "Foi há muito tempo, no Rio. Li o conto de um italiano, Xavier Bomtepelli e me apaixonei pelo estilo. Daí para a frente, sempre escrevi assim. Você já leu "A volta do parafuso"? É no mesmo estilo: Realismo Mágico".

Pergunto-lhe ainda sobre sua intenção ao escrever suas enigmáticas histórias.

— "Como você vê, todas trazem um versículo da Bíblia, uma citação de abertura. No caso de "Os Dragões", lê-se: "Fui irmão de dragões e companheiro de avestruzes" - Jó, XXX, 29. Geralmente procuro atingir a sensibilidade do leitor. E esta é a intenção principal. Agradar ou ferir. Fazer amar ou odiar-me. E

se misturo um pouco de mim mesmo à personagem criada, é porque independe do autor a total abstração de si próprio ao que ele escreveu, embora faça o maior esforço para isolar-se da ficção”.

— Em Itaúna, na antiga fazenda do João Dornas Filho, muitos desses contos foram escritos ou reescritos, certo? Nunca imaginara, ao vê-lo passar na charretinha verde, que o escritor seguia acompanhado de mágicos e dragões.

— “Sim, muitos deles foram recriados e reescritos ali”.

E cortando-lhe os pensamentos, para que lembranças muito antigas e muito tristes não viessem interromper o agradável da entrevista, perguntei-lhe, inesperadamente:

— Que é um conto, Murilo?

Foi depressa demais, e mal pude acompanhar-lhe o pensamento, em etapas:

— Bem, como definição generalizada, o conto é uma estória curta. É a síntese, dentro da ficção; para mim, pode nem chegar a ser uma história ou estória. Nem mesmo uma estória de Guimarães Rosa... O conto é uma narrativa curta, com interpretação variável. Isto é, o conto... o conto é ... quase indefinível!”

Até março ou abril do ano que vem sairá um novo livro de Murilo Rubião. Estão prontos oito dos doze contos que o comporão.

Murilo Eugênio Rubião, chefe do Departamento de Publicações e Divulgação da Imprensa Oficial não conhece os dois livros mais vendidos nas livrarias de Belo Horizonte: “Milho pra galinha” e “O batizado da vaca ...

A secretária do famoso contista não se conteve ao ver o entrevistado atrapalhar-se em sua “ignorância” literária, e deu-lhe diversos detalhes sobre as obras referidas.

Nota — Angelo Oswaldo escreveu e publicou no Suplemento Literário do Minas Gerais trabalho que complementa o assunto desta entrevista.



O BRASIL VELHO DO LIVRO DO PEDREIRA É QUASE O ATUAL

Pedro Rogério Moreira*

A oralidade, na literatura, muitas vezes supera a escrita tradicional em graça e estilo. O memorialista Pedro Nava, do inesquecível *Baú de ossos* (e de outros livros mais) foi um mestre em burilar o texto. Afonso Arinos de Melo Franco, não tivesse ele raízes na mineração de Paracatu, garimpava, como quem procura pepitas douradas, as preciosidades do nosso idioma ao deitar no papel suas notáveis obras confessionais (*Alma do Tempo, A Escalada, Mar Alto, Alto Mar*). Cito dois grandes memorialistas contemporâneos para colocar ao lado deles, no mesmo patamar, um novato, que nos chegou este ano e que se matricula na outra escola, a escola da oralidade escrita que não perde o brilho, antes realça em graça, leveza e estilo. Trata-se do eminente jornalista político Fernando Pedreira. Ele escreve notavelmente bem, falando. Seu livro *Entre a lagoa e o mar* (Editora Bem-Te-Vi, 409 páginas, 2016), vem nos encher de alegria nestes dias, semanas e meses em que a mídia nos bombardeia com as atividades malcheirosas de servidores públicos, empresários e políticos e com as atuações circenses dos que investigam o pântano brasileiro. Aos 90 anos bem vividos, bem casado, com a saúde em dia e residindo no Alto Leblon, Pedreira realizou em seu belo livro um precioso caleidoscópio do século 20 brasileiro e internacional, já que o autor é cidadão do mundo, tendo residido em Praga, Nova Iorque e Paris, como jornalista e como diplomata.

Da lagoa Rodrigo de Freitas ao mar de Copacabana, eis a geografia humana, social e política que se propôs Pedreira percorrer, para daí brotar em letra de forma suas reminiscências de infância, juventude e um pouco de sua maturidade. Ele realizou uma viagem feliz, sem sobressaltos. Seja bem-vindo ao cais, seu Pedreira! Os leitores tiram o chapéu e acenam com o lenço branco do brigadeiro Eduardo Gomes, que era bonito e era solteiro!

A excelente oralidade do novo memorialista brasileiro o faz realizar aquilo que os críticos de antigamente chamavam “vol d’oiseau”. Voando como o bem-te-vi símbolo de sua editora, Pedreira vai de galho em galho, bicando sem muitas

* Jornalista. Ocupa a cadeira nº 38 da Academia Mineira de Letras. escritorio.gracian@gmail.com

delongas os temas que emergem em seu voo solitário; e ele não voa em ordem cronológica – o passarinho não começa na galhada de baixo e vai pulando até as grimpas. Pedreira não sistematiza. Deixa a vida me levar, cantarolou outro dia o poeta do samba carioca. O memorialista põe o leitor no Rio, mas no parágrafo seguinte o bem-te-vi nos leva para a Europa, ou para o atual reduto da alta classe média paulistana, o Itaim-Bibi, ao tempo (1950) em que havia ali ruas de terra batida e casinhas aconchegantes em que o proprietário poderia muito bem ser um motorneiro de bonde. Veja só como São Paulo cresceu urbanisticamente! E como o Brasil se proletarizou em algumas dezenas de anos! Operário ter casa bonitinha no Itaim? Fala sério! *É de vera*, amigo leitor.

Mas o Brasil mudou, sim, às vezes para melhor. Hoje, do proletário do bolsa-família ao maioral da lista brasileira da Forbes, todos temos responsabilidade fiscal. Graças ao presidente Castelo Branco, tão estigmatizado, coitado. No entanto, acredite, no final de década de 1950, um dos mais famosos e ricos banqueiros do país não tinha CPF! Como disse? Repita, por favor! Não tinha CPF o doutor Gastão Vidigal. Não minto, corram ao livro do Fernando Pedreira.

Essas e outras transformações fundamentais na sociedade brasileira figuram nas precisas confissões postas dentro do caleidoscópio colorido de Entre a lagoa e o mar.

O parágrafo do banqueiro sem CPF não passa de uma pescaria tipicamente de jornalista brasileiro da atualidade; ele prefere prioritariamente escrever aquilo que choca. Mas o livro de Fernando Pedreira, que por sinal foi um trabalhador da imprensa, não se anima nesse tipo de pescaria. É de outra matriz; nutre-se dos sentimentos mais verdadeiramente brasileiros, como amor, solidariedade, amizade, audácia, bom humor sobretudo. Diria, até, sentimentos típicos do carioca da geração de Pedreira, aquela geração que descobriu a praia, o ócio abençoado pelo Gênesis, a vida ao ar livre, a boa gozação no Éden nacional. E que escolheu a vaia pra quem a mereça.

A aparente desorganização cronológica e geográfica do livro de Pedreira dá um sabor delicioso, igual ao das mangas apetitosas de sua infância. Diversas espécies de mangas (espadas, carlotinhas, ubás, rosas etc.) no quintal da casa feliz do Corte de Cantagalo, onde tudo hoje é selva de pedra. No tempo dele, a grande pedra, que preside o cenário daquele recanto carioca, o menino Fernando explorava qual um aventureiro dos livros da Coleção Terra-Mar-e-Ar que toda a meninada de 1930 a 1950 lia com sofreguidão, informa o memorialista.

Na pracinha do Corpo de Bombeiros, até hoje ali instalado, desfilam os amigos e amigas que se tornarão gente importante ou que sumiram no tsunami da vida, mas nem por isso são menos interessantes. Há bons retratos psicológicos; e, como sou botafoguense, e também me rendo ao pesque-e-pague sensacionalista da imprensa hodierna, destaco o retrato do treinador João Saldanha. Essa mídia sedenta de adjetivos o apelidou “João Sem Medo” quando ele treinava a

seleção vitoriosa de 1970. *Voyeurs* de todo o mundo, uni-vos! Ide espiar a página do Pedreira sobre o João Sem Medo. O João, comunista de carteirinha como todos sabemos, seguidor fiel das ordens de Stalin, e que não temia brandir um revólver para matar o goleiro Manga pôr fato de somenos importância, nos anos 1950 levou uma chifrada monumental, e, ó: ficou pianinho, pianinho... O Partido reprimia escândalos. Nome e sobrenome, onde e quando, está tudo lá nas reminiscências de Fernando Pedreira, o futuro exato repórter que, aos 14 anos de idade, antes da chifrada, jogava sinuca a dinheiro numa distinta baiúca da avenida Nossa Senhora de Copacabana, tendo como adversário o moço Saldanha, já casado, com a esposa sentadinha, aguardando o final da partida de sinuca. O líder da juventude comunista carioca não era tão bom de taco; Fernando, o menino, era o campeão do pedaço, com reconhecimento público, do Leme ao Posto 6. Grande Pedreira! E era bom nos "rachas" do futebol de praia. Como também foi campeão de tênis no Country Club, de Ipanema. Mas não tinha sorte no carteadado. Ninguém é perfeito. Tanto assim que, quando universitário, ingressou no PCB, mas, logo adiante, quando quiseram meter o bedelho na sua vida, Pedreira, ciente de sua autonomia intelectual, vazou, se pirulitou, se mandou.

Ô tempo bom! Mas o autor não é dado à nostalgias; ele é repórter; portanto, ele reporta, com humor, com encantamento, com energia, com amor, com subversão. E com informação. Uma delas: quando Pedreira foi diretor de redação do *Jornal do Brasil*, seu salário era em parte pago com dinheiro vivo dentro de uma sacolinha de papel que um contínuo do doutor Nascimento Britto entregava com todo respeito. Com igual respeito ia o diretor do *Diário de São Paulo* entregar grana viva para o governador do "rouba, mas faz". Uma coisa inédita, pois o usual era (é, né?) a operação contrária. E o diretor, prevenido, levava de testemunha o jovem repórter, a fim de que ele falasse a seu favor no caso de Chateaubriand suspeitar da honestidade do emissário da bolada. Muitos operadores da Lava-Jato não agiram assim; embolsaram uma parte. Não se faz mais gente honesta como no tempo do doutor Chatô!

Fernando Pedreira residiu alguns anos em Brasília, nos primórdios da capital, exercendo a chefia da sucursal do jornal *O Estado de S. Paulo*. Foi não só comentarista da cena política; foi testemunha ocular. Para quem não ficou cansado do mau cheiro que vem de Curitiba, pode ler no livro de Pedreira casos esquecidos de antigos propinodutos, como aquele que irrigou com imensas quantias de dinheiro vivo a manobra política conhecida como a "dobradinha Jan-Jan". Tal e qual ocorria agora na seção da empreiteira que cuidava dos pagamentos da Lava-Jato, a organização mafiosa de sustentação financeira da chapa Jan-Jan agia a céu aberto: tinha escritório na rua Barão de Itapetininga, em São Paulo. Para o leitor jovem, esclareço: Jan de Jânio Quadros e Jan de Jango Goulart, os dois adversários irreconciliáveis que foram sócios secretos no pleito de 1960 que os elegeu presidente e vice-presidente da República. Fernando Pedreira aponta: são

eles, em primeira análise, responsáveis diretos pelas desgraças que infelicitam o Brasil de lá para cá.

A minha intenção era só falar de literatura, e da boa literatura confessional praticada por um grande escritor, Fernando Pedreira, na juventude de seus 90 anos de idade. Mas acabei falando do Brasil atual. É uma sina. Ô povinho miserável, esses jornalistas.

Bem, entrou por uma porta e saiu pela outra, quem quiser que conte outra. Ou vá comprar o excelente livro de Fernando Pedreira. E encontrará graça, estilo, beleza na escrita oralizada. E o novo memorialista promete um segundo volume. Alvissaras



O FUNDAMENTO E A FUNÇÃO DO ATO DA COMUNICAÇÃO

*Cón. José Geraldo Vidigal de Carvalho**

PROLEGÔMENOS

A racionalidade é o pressuposto lógico para todo escritor, dado que ele é a fonte da comunicação a ser veiculada.

Esta racionalidade exercida através de atos de palavras se relaciona fundamentalmente com a capacidade de inserir os outros no quadro normativo intersubjetivamente partilhado.

Daí a razão do real valor de certos textos.

Muitos se aventuram pelas avenidas da literatura, mas se esquecem do que alertou Boris Cyrulnik: “A palavra não cai do céu, ela se enraíza no corpo, no afetivo e no social”. (1)

É que há duas condições basilares da ação comunicacional, ou seja, a base racional das expressões e a capacidade do julgamento por parte daquele que será o receptor do texto.

Deve o escritor estar cõscio deste binômio antes de cogitar e refletir para redigir.

Do contrário, turvo e até inacessível se torna o que pretende levar aos outros.

Os embasamentos racionais das expressões só têm razão de ser dentro do conjunto da argumentação refletida que supõe a coerência no emprego de todos os recursos literários.

Então é possível que as convicções do escritor provoquem o interesse e a reação do leitor, mesmo que suas convicções íntimas não sejam aceitas.

Se tal não ocorre, qualquer texto está infeccionadõ pela irracionalidade.

O valor da mensagem deve ser comunicado de maneira racional e, por isto, sua transmissão deve ultrapassar a própria língua original do escritor, indo além das ideologias regionais. É a linguagem universal característica dos grandes gênios.

* Professor no Seminário de Mariana durante 40 anos. Ocupa a cadeira nº 12 da Academia Mineira de Letras.
vidigal@homenet.com.br

Aí está a valia do discurso argumentativo que marca a compreensão intersubjetiva do leitor. Muitos escritos, de fato, se evaporam por não terem esta consistência intrínseca.

As regras da linguagem transcendental são imprescindíveis e isto é um privilégio dos talentosos, dos notáveis mestres da comunicação, atingindo a interação comunicacional e consensual. Donde os célebres textos literários que atravessam as gerações.

Sua riqueza atinge a intersubjetividade de outros seres racionais que em qualquer tempo nele podem pinçar ideias que não se submetem à jurisdição do cronos.

É o que ocorre com aqueles que asseguram a intercompreensão racionalmente motivada. Então o consenso regula a entrada na visão do Belo, da Verdade e do Bem suscitada por palavras que parecem mágicas, enlevando as mentes e tocando os corações.

Nada mais beatificante do que entrar no rio impetuoso da atividade comunicacional ativada por exímios literatos. Estes são os magos das expressões que perenizam.

PAPEL SOTERIOLOGICO DA PALAVRA

Alain Nzigou-Moussavou observou que a racionalidade exercida através do ato da palavra. "Seria o lugar no qual devem se realizar a unidade e salvação da humanidade". (2)

Trata-se do projeto salvífico da comunicação que não passa, a nível humano, de um sonho. Tanto isto é verdade que o próprio Deus para salvar a humanidade se comunicou através de sua Palavra Eterna numa revelação que exigiria um ato de fé, por não ser comunicação meramente racional, mas sobrenatural. O texto joanino é claro: "No princípio era a Palavra e a Palavra estava junto de Deus. Ela estava no princípio junto de Deus. Todas as coisas foram feitas por meio dela e sem ela, coisa alguma foi feita de quanto existe. [...] A Palavra fez-se carne e habitou entre nós".(3)

Tudo isto mostra, porém, que nenhuma comunicação da razão humana pode garantir o consenso universal, mas revela a vocação do pensador e do literato no ato de comunicação por serem eles os artistas da palavra visando o consenso. Apenas a Palavra de Deus através da fé leva a um consenso universal para os que têm a dita de crer.

Este aspecto mostra como e por que a Bíblia é o livro mais lido e editado no mundo. Ela leva a um consenso milhões de crentes através dos séculos. Se nela rebrilham os insuperáveis dizeres do Mestre dos Mestres, Jesus Cristo, entre outras belíssimas partes, se destaquem os Salmos.

Ambrósio de Milão com razão indaga: “Que de mais agradável que um salmo? O salmo é benção para o universo, canora confissão da fé, devoção cheia de valor, júbilo da liberdade, clamor do regozijo, som da alegria. Abranda a ira, desfaz a preocupação, consola a tristeza. Arma noturna, mestre diurno; escudo do temor, festa na santidade, imagem da tranquilidade, penhor da paz e da concórdia, fazendo à semelhança da cítara, de muitas e diferentes vozes um só cântico”. (4)

O salmo 22(23), por exemplo, confirma tudo isto. Adite-se que através de metáforas incisivas o salmista confere tal atualidade a esta mensagem que ela retrata uma realidade vivida pelo ser humano em todos os tempos. Ele impregna de confiança total por entre as vicissitudes existenciais. Fala profundamente da segurança daquele que crê no Ser Supremo, comunicando imperturbabilidade, serenidade, eutimia. A atração estrutural deste texto muito contribui para que seja continuamente lido, relido, meditado. Sua admirável articulação teológica tem sido colocada em relevo pelos hermeneutas.

1. O Senhor é meu pastor, nada me faltará.
 2. Em verdes prados ele me faz repousar. Conduz-me junto às águas refrescantes,
 3. Restaura as forças de minha alma. Pelos caminhos retos ele me leva, por amor do seu nome.
 4. Ainda que eu atravessasse o vale tenebroso, nada temerei, pois estais comigo. Vosso bordão e vosso báculo são o meu amparo.
 5. Preparais para mim a mesa à vista de meus inimigos. Derramais o perfume sobre minha cabeça, e transborda minha taça.
 6. A vossa bondade e misericórdia hão de seguir-me por todos os dias de minha vida.
- E habitarei na casa do Senhor por longos dias.

Trata-se de uma palavra divina, que, como foi acima referido, leva os crentes a um consenso de fé.

Valia da palavra humana

Entretanto, a palavra humana, que participa da Palavra Criadora, tende também a levar ao consenso na Verdade, no Belo, no Bem, quando empregada dentro dos parâmetros acima referidos.

Eis por que na História rebrilham os nomes daqueles que se revelaram mestres da palavra.

Os ditos aristotélicos, as imagens platônicas, como no célebre Mito da Caverna, as obras de Horácio, Cícero, Júlio César, Sêneca provam esta assertiva. Em todas as línguas brilham obras que não morrem, mas continuam vivas com suas intrigantes mensagens. É o que ocorre na literatura portuguesa com sua maior obra épica que são “Os Lusíadas” de Luís Vaz de Camões. Centenas de clássicos

honram a literatura brasileira e basta aqui que se lembrem alguns imortais como Euclides da Cunha, Mário de Andrade, Graciliano Ramos, a ucraniana Clarice Lispector, naturalizada brasileira, a qual se orgulhava de sua “brasilidade pernambucana”.

VALOR DAS ACADEMIAS DE LETRAS

Dada a importância da orientação pragmática da intersubjetividade que não é uma Ideia, mas um espaço sociohistórico que no fundo busca um consenso, nunca se valorizam demais as Academias de Letras.

Estas buscam o diálogo através do incentivo do ato da comunicação dentro dos padrões literários que veiculam as ideias tendentes à socialização fundamentada numa história sustentável.

Eis por que nestas Academias de Letras fulge o senso da fraternidade universal.

Os antagonismos naturais às condições de seres contingentes são temperados pelo eros generalizado resultado da busca da Verdade, do Belo e do Bem a conduzir a um modo de pensar e de ser que humaniza.

Por isto mesmo as Revistas destas Academias apresentam textos burilados, incentivando a procura da comunicabilidade racional, porque lavrados no fulgor da palavra que seduz e vivifica.

Isto acaba sendo um caminho para o encontro com a Palavra Eterna, única a possibilitar a comunhão universal, ideal que borbulha, contudo, na palavra humana.

NOTAS

1-M.Boris Cyrulnik. *La naissance du sens*. Paris: Hachette, 1995, p. 117

2 -M Alain Nzigou-Moussavou. *Pour une Anthropobiologie Philosophique du désir – Désir e consensus*. Paris: L’Harmattan, 2013, p. 219

3 - Evangelho de João, 1,1-4.14 in: *Bíblia Sagrada*. São Paulo: Edições Paulinas 1967, p. 1326

4 - *Dos comentários sobre os Salmos, de Ambrósio de Milão*. Ps.1,9-12: CSEL- Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum 64,7.9-10 – Século IV



MAIS UM QUE PARTE. É A VIDA.

*Fábio Proença. Doyle**

Lembro-me da alegria com que atendeu minha ligação telefônica, lá de sua Uberlândia: "Estou com a casa cheia de amigos!". Rondon Pacheco comemorava o seu aniversário, já ultrapassando a casa dos 90. Ele era assim. Um homem de bem com a vida, sabendo enfrentar as vicissitudes que fazem parte da história de todos nós, as incompreensões, as traições, as ingratidões tão comuns na vida, sem se queixar, sem se lamentar, sem guardar mágoas.

Fui seu amigo e admirador a vida toda. Admirava o cidadão exemplar, o homem correto, austero, leal, patriota, incapaz de um gesto, de um ato menos digno. Ele pertencia à galeria dos grandes homens públicos de Minas, e do Brasil. Ex-deputado federal por seis legislaturas, ex-ministro, ex-presidente da Arena, ex-governador de Minas. Apoiou, ao lado de Milton Campos, Magalhães Pinto, Pedro Aleixo, e tantos outros democratas mineiros, o movimento revolucionário de 1964, iniciado em Minas, com o objetivo de evitar que o Brasil se transformasse em uma república socialista-comunista nos moldes de Cuba, da Venezuela, levadas ao empobrecimento e à ditadura. Com Pedro Aleixo, votou contra a adoção do AI-5. Foi grande em todos os atos de sua vida pública.

Fomos companheiros em uma longa viagem pelo Oriente nos anos 70, eu um jovem jornalista, ele já indicado para governar seu estado. Uma viagem de trabalho, em que ele apresentava seus projetos a investidores estrangeiros, buscando novos recursos e novas possibilidades econômicas e industriais para Minas. Foi um roteiro histórico, pois dele participava o governador Israel Pinheiro. Eles eram amigos, se entendiam muito bem e participavam dos mesmos ideais. Israel entregara a Rondon um fantástico, vale o superlativo, Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, com 37 projetos, elaborado, a seu pedido, pelo INDI — Instituto de Desenvolvimento Industrial, criado em seu governo por sugestão de Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, pelo BDMG, e Francisco Afonso de Noronha, pela Cemig. Noronha, Amaro Lanari Júnior, presidente da Usiminas e o médico Cláudio Penna estavam na comitiva de Israel e Rondon. A Fiat em Betim, conquistada graças à habilidade, à credibilidade e à obstinação de Rondon,

*Jornalista. Ocupa a cadeira nº 10 da Academia Mineira de Letras. fabio.doyle@uai.com.br

no convencimento de Giovanni Agnelli e dos demais dirigentes italianos daquela fábrica de automóveis, era um dos 37 projetos do INDI.

O roteiro da viagem dos dois governadores incluiu, a partir do Rio, Los Angeles, São Francisco, Honolulu, Tóquio, Nagoya, Kioto, Hong Kong, Bangcoc, Atenas e Roma, com encontros com autoridades e entidades empresariais, sempre em busca de parcerias. Em uma tarde, em Hong Kong, sai com Rondon para conhecer o pujante centro comercial da cidade. Ele me ajudou a escolher uma capa de chuva que comprei para meu pai. Comentei com ele: "Quantos políticos gostariam estar em meu lugar para reivindicar favores do seu governo". Discreto, ele sorriu.

Fui testemunha da boa convivência daquele notável grupo de governantes, que contava, ainda, com a participação sempre amena e elegante, de d. Coracy Pinheiro, de d. Marina Pacheco, de Maria Inês Pinheiro, de Vera Lopes Lanari. Em Atenas fomos recebidos pelo ministro da embaixada do Brasil na Grécia, o diplomata mineiro Ruy Barbosa de Miranda e Silva e sua mulher Leda. Ele, colega de turma de Rondon, na Faculdade de Direito da UFMG, e meu cunhado, pois irmão de Rachel. Um reencontro feliz com lembranças dos tempos acadêmicos do governador e do ministro. Rondon expõe com entusiasmo seus planos, sempre pensando no progresso do seu estado, o bem público em primeiro e único lugar. Tão diferente do que vemos nos dias atuais.

Além dos artigos publicados pelo EM e pelo DT, de saudosa memória, durante aquela viagem, há um mais recente sobre Rondon. Nele, critiquei o ato incivilizado, estúpido, praticado por um bando de esquerdistas irresponsáveis (pois existem os responsáveis, que respeito) na Universidade de Uberlândia, criada em seu governo. Rondon Pacheco, felizmente, estava muito acima deles. E me permito, para finalizar, relembra dois episódios. Na véspera de sua posse, Rondon foi homenageado com uma recepção no Automóvel Clube. Convidado, encontrei-me na entrada com o casal Gilberto Pessoa, ele chefe do SNI em Minas. Depois dos cumprimentos, ela me deu parabéns. Quis saber o motivo. "Seu nome está na lista, e foi aprovado, dos indicados pelo governador no cargo de assessor de imprensa". Gilberto, meio constrangido, comentou que a informação era correta, mas exigia sigilo. Agradei e manifestei minha surpresa, pois de nada sabia. Dias depois, o "Minas Gerais" publicava os nomes escolhidos por Rondon. O meu não constava. Mais tarde, fiquei sabendo o motivo: um deputado (disseram-me o nome), prócer da Arena, partido do governo, indicou outro para o cargo. Para mim, foi muito bom. Na assessoria de imprensa, seria obrigado a afastar-me da editoria geral do jornal e da Procuradoria da Prefeitura. Continuei amigo fraternal de Rondon, com quem, muitos anos depois, convivi, lado a lado, no Conselho de Administração do BDMG. O outro episódio: já governador, ele ofereceu uma recepção no Palácio da Liberdade para o seu antecessor Israel Pinheiro. Fui convidado. No fim do almoço, meu bom amigo dr. Israel sentiu-se mal

e me pediu para levá-lo para seu apartamento, na avenida Assis Chateaubriand. Fui com ele, no meu velho Aero Willys. D. Coracy já o esperava na entrada, subi com os dois, ajudei a colocá-lo em sua cama. Foi a última vez que o vi. Agora, perdi outro amigo. É a vida.



CELSE MOTTA, TIO E AMIGO

*Danilo Gomes**

Com o passar dos anos e o aumento da idade, vamos adquirindo o hábito de viajar no tempo. Para o passado. Costumam ser boas viagens, de nostalgia, saudade e com um halo, quase sempre, de bem-querer e alegria por ter vivido tantas passagens que nos falaram ao coração.

Na altura dos meus 73 anos, há 41 morando em Brasília com Jeanete, embarco para uma nova viagem no tempo. Quero, antes, lembrar que nesta cidade nossos filhos Rodrigo e Juliana foram criados e aqui nasceram nossos quatro netos, Thiago, Guilherme, Taíssa e Natália.

Sim, pego um imaginário trem de ferro, uma maria-fumaça antiga da EFCB, e tomo o rumo de Mariana, MG, onde nasci em 1942, tempo da guerra. Sou de novo um menino de calças curtas. Apeio na nossa velha Estação, inaugurada em 1914. Começo a escutar os sinos de nossas igrejas, cuja linguagem minha amiga escritora Hebe Rôlla tão bem conhece. Vou andando a pé pela Praça da Estação. Passo pela Ponte de Cimento. Estou no Jardim do Meio. Entro na nossa antiga casa, a casa de meus pais, Daniel Carlos Gomes e Maria das Dores Motta Gomes, Dorita. Meus irmãos Duílio e Darcílio lá estão. Os outros, Daniel, Djalma e Maria de Fátima, virão depois.

Vou com meus pais visitar tio Celso, irmão de minha mãe. A casa dele fica na Rua Direita. É sólida, bonita, tem sacadas de pedra-sabão creio que do fim do século XVIII, princípios do XIX. Foi a casa do famoso Barão de Pontal.

Vamos para a sala de jantar, ampla. Tio Celso está à cabeceira da mesa. Estatura um pouco acima da mediana, gordo, risonho, com seu indefectível charuto Suerdieck. O cheiro do charuto é gostoso. Lembra um pouco o odor do incenso nas igrejas barrocas da nossa cidade. Tio Celso conta casos, dá boas risadas. É um homem alegre, apesar da forte tristeza por ter perdido o filho Celsinho, aos cinco anos; não sei mais por que motivo ele morreu.

A conversa vai animada. O aroma do charuto é gostoso. Mas vou ficando com sono. Debruço-me, exausto, sobre a ampla mesa, com seus grandes cinzeiros prateados. Já não ouço as conversas e boas risadas dos adultos. Estou com um sono danado...

* Jornalista, escritor. Ocupa a cadeira nº 2 da Academia Mineira de Letras. cronistadanilogomes@gmail.com

Essas imagens das visitas noturnas sempre me vêm.

Fiquei moço. Tio Celso, sempre uma presença forte na nossa família. Advogado e deputado estadual. Os inimigos políticos o apelidaram de Maromba. É um termo pejorativo: ele acha graça, dá risada, solta umas baforadas. Está no seu mundo da política, com amigos, correligionários, adversários, inimigos ferozes e muito hostis.

Sempre nos tratou muito bem, gentil, alegre. Pudera, gente dele, sangue dele! Já moço, passei a “filar” um e outro charuto de suas caixas. Eu me amarrei no pequeno Baronesa Erna. Não era um furto: ele me franqueava seu tesouro charutístico, naquelas caixas de madeira fina. Tomei gosto. Passei a fumar charuto por mais de 40 anos. Depois parei, mas ainda sinto falta, toda vez que tomo umas cervejas...

Pois bem. Política. Desde menino gostei. Nos tempos de campanha eleitoral, eu e outras crianças de pais do PSD ajudávamos tio Celso, no escritório dele (na própria casa), fazendo as tais “marmitas” com cédulas de candidatos: Celso Arinos Motta, Odilon Braga, Cristiano Machado, Clóvis Salgado e tantos outros.

Já moço, meti-me numa tal Terceira Força. Era o “partido” da juventude. Não queríamos nem o PSD (a “esquerda”, “piolhos”) nem a UDN (a “direita”, “percevejos”), por entendermos que essa divisão atrasava o progresso de Mariana e prejudicava sua juventude e o povo em geral. Esquerda e direita não tinham nada a ver com conceitos ideológicos, era um assunto municipal partidário. Assinei o Manifesto da Terceira Força. Não quero mencionar nomes, com receio de esquecer alguns. Éramos jovens e idealistas. O Manifesto fez barulho. Rebeldia contra os velhos “caciques”. Lá em casa não gostaram. A família Motta me olhou de banda. Tive alguns problemas. Esses “meninos” revoltados, com essas ideias...

Mas tio Celso, se não gostou, “não passou recibo”. Continuou a tratar-me com a atenção e o carinho de sempre. Eu, que sempre frequentei sua casa, fumando seus charutos, tomando seu café que Maria Lourença coava na hora, eu, que no seu grande rádio Telefunken ouvia a Rádio Aparecida, a Rádio Inconfidência e outras, não fui sequer chamado à atenção por ele. Nunca me dirigiu uma palavra da mais leve recriminação, nunca me fez “cara feia”, era só sorrisos e gentileza de um verdadeiro lorde, com seu charutão de Maromba... Isso revela grandeza, segundo sempre pensei. Isso denota um espírito de tolerância, ainda que se tratasse de um sobrinho “rebelde”. Havia nisso um espírito de democracia, não de prepotente “coronelismo” político, tribal, de campanário. Essa imagem de Celso Motta me ficou bem delineada. Jamais um resmungo, uma cara feia, um desdém de magoado. O Maromba tinha seu lado de Águia Altaneira, pairando acima das rixas e das lutas partidárias.

A situação era tão braba, naqueles anos 40, 50 e 60, que quando a briosa e fulgurante Banda União XV de Novembro, que era contra Celso, passava em frente às sacadas da casa dele, parava de tocar, em sinal de protesto e de ira. Mas

o Maromba não se intimidava, não se escondia atrás das cortinas; ele se debruçava na sacada, fumando seu Baronesa Erna, e apreciava os músicos desfilarem em silêncio, com o grande maestro Aníbal Walter à frente, marchando com garbo marcial. E Sebastião Basílio no grande trombone silencioso. Passadas as sacadas de Celso Motta, a banda voltava a atacar os dobrados que o povo tanto apreciava.

Já quando a Banda São José passava em frente ao baronal sobrado, o negócio era diferente. A corporação vinha tocando e quando passava em frente à casa de Celso, parava em homenagem, caprichava nos dobrados e o grande maestro Mestre Vicente Ângelo das Mercês fazia uma reverencial saudação ao político às vezes já de pijama e charutando como sempre. À saudação de Mestre Vicente, Celso Motta levantava a mão agradecendo e batia palmas. Terminada a breve “cerimônia cívica”, a briosa banda continuava seu caminho pela Rua Direita afora, caprichando ainda mais na animada música marcial. Bons tempos que não voltam mais. Uma estação de rádio que eu, adolescente, ouvia na casa de tio Celso, tinha um gostoso programa com este título: “Baú Velho — Relicário de Saudades”. Para mim, na minha memória afetiva, esse programa continua até hoje, 3 de maio de 2016, aqui no Planalto Central do nosso maltratado país.

Vou concluir, minhas prezadas amigas e conterrâneas do grupo de Cecinha Figueiredo, amiga muito estimada.

Quero encerrar dizendo que guardo do tio Celso só amáveis lembranças. Na casa dele. Na nossa casa. Na casa de minha avó Hilarina Ferreira da Costa Motta, a Vovó Sinhá, mãe dele, de minha mãe, de outros tios e tias que já se foram deste mundo de Deus. Proseávamos muito na varanda da casa dele, Celso, em Belo Horizonte, na Rua Pernambuco. Lá moravam sua mulher, a bondosa tia Maria, e as filhas Magda, Bernadette e Elizabeth. Celsinho, o único filho homem, ficara para sempre no Cemitério de Santana, em Mariana, se não estou enganado. Não sei se ele morreu em Mariana ou em Belo Horizonte. Ele era pouco mais velho que eu. Numa foto da década de 40, Celsinho e eu estamos sentados na grama do Jardim do Meio. Dois meninos, dois destinos. Um iria morrer pouco depois; o outro chegaria à tal “terceira idade” e veria seus netos, Deus louvado! Desígnios do Altíssimo, mistérios esfíngicos da vida! Talvez essa foto tenha sido batida por meu pai, na sua Kodak, que ele tanto estimava.

E para terminar, só mais uma lembrança do Baú Velho — Relicário de Saudades.

Viúvo já há alguns anos, Celso se casou com Manoela. Muitos anos depois, Celso ficou doente. Manoela cuidou dele como excelente esposa e companheira carinhosa. Os médicos consultados cortaram bruscamente o velho vício do fumo do já idoso marianense, 80 ou 82 anos feitos. Adeus, Baronesa Erna! Adeus, charutos da Suerdieck, charutos da boa terra da Bahia de Todos os Santos! Celso Arinos Motta não pode mais fumar, coitado. Anda meio jururu, na sua cadeira de balanço, na mesma velha casa da Rua Direita, em Mariana, perto da Sé. Toma o

bom café de coador, não mais obra das mãos da falecida Maria Lourença. Sim, café ele toma, mas não pode mais fumar, que diacho! Ô saudade de um charutinho, meu Deus, sente o velho morubixaba, o velho Maromba no seu labirinto.

Mas o antigo rebelde da Terceira Força não esqueceu o seu querido e tolerante tio. Levo no bolso um charuto para ele. É um pequeno presente, dado de coração. Manoela, cuidadosa e amável, lhe dá um remédio e um copo de água. Tomamos o bom café recém-coado em coador de pano, dos antigos. Tiro do bolso o Baronesa Erna que o velho tanto apreciava. Eu já havia pedido licença à Manoela. Manoela, há tanto tempo ele não tem o terreno e celestial prazer de fumar um charutinho, não vai lhe fazer mal só um... A boa mulher estava entre a cruz e a espada. Deixo? Não deixo. A bondade e até a caridade falaram mas alto. Deixou. Só um, Danilo. Está bem, Manoela. Obrigada. E mostrei a preciosidade ao antigo combatente ali sentado, de pijama. Disse-lhe: Tio Celso, Manoela deixou o senhor fumar esse charutinho aqui, ó! Dei-lhe a joia preciosa de seu bem-querer. Há quanto tempo não punha os olhos num charuto, num Baronesa Erna... Seus olhos brilharam de satisfação. Acendi com um fósforo, que é o que recomendam os entendidos do ramo charuteiro. A chama cresceu e brilhou, como os olhos de Celso. Ele sorriu, agradecido e feliz. Ah, bons tempos! Acendi o meu também. Manoela deu aquele simpático sorriso. Abençoara a operação do sobrinho agradecido ao tio por tantos anos de sólida amizade.

E Celso Motta fumou talvez o último charuto de sua vida. Foi um presente meu. Eu retribuía, naquela noite que já vai longe, na nossa querida Mariana, os charutos que, na remota mocidade, ganhara do generoso tio. Fumando nosso gostoso charuto, estávamos felizes. Era como se ouvíssemos, ainda, os sons da *Banda São José, com Mestre Vicente comandando os dobrados.*

Pouco tempo depois, Celso Motta iria encontrar-se com Celsinho, lá no céu. É lá que eles merecem estar...



DISCURSO EM HOMENAGEM A MILTON REIS*

*Rogério Faria Tavares***

Boa noite a todos. Cumprimento os presentes (...) Saúdo o advogado Décio Freire, que nos prestigia com sua presença, e que falará, daqui a pouco, em nome da família e dos amigos de Milton Reis, o homenageado desta sessão. Seja bem vindo, Décio. E muito obrigado pela generosidade e pela disponibilidade em estar conosco na noite em que esta casa celebra a memória de um dos seus, seguindo a prática estabelecida desde os seus primeiros anos.

Fundada em 1909, em Juiz de Fora, por um grupo de doze jovens intelectuais idealistas, a Academia Mineira de Letras nasceu para defender a Língua Portuguesa, para divulgar a Literatura Brasileira e o ofício dos escritores. Entre os seus propósitos sempre estiveram, ainda, os de preservar e honrar a trajetória dos realizadores da cultura de Minas Gerais, divulgando o seu trabalho e os valores nele contidos. Empreendimento coletivo, a Academia atravessou o século vinte com tenacidade, vencendo obstáculos e superando desafios, e chegou ao século vinte e um dignamente instalada, dona de importante acervo bibliográfico e guardiã de ricas tradições. Sintonizada com o seu tempo, nos últimos anos realizou efetivos e consistentes movimentos para aproximar-se dos vários grupos que militam no campo cultural em Belo Horizonte e no interior do estado, abrindo diálogo produtivo com os artistas, a universidade e os gestores especializados em cultura. Agora integrada no Circuito Liberdade, a AML reitera seu compromisso com a comunidade, conduzindo intensa programação, com entrada franca, voltada para o povo da cidade, destinatário principal de suas ações, das quais faz parte o evento desta noite. A presente 'Sessão da Saudade' não pretende apenas, pois, cumprir uma praxe institucional. Seu caráter transcende a mera execução de uma formalidade típica da vida interna da instituição. É mais que isso. É ato público de promoção da história e dos personagens que a fizeram, providência essencial para a melhor compreensão do presente e para uma projeção mais refinada do futuro.

Como sucessor de Milton Reis na Academia, cabe a mim, nesta hora, a tarefa de relembrar pelo menos alguns aspectos de sua vida e de sua obra.

* Sessão da Saudade realizada no dia 17 de agosto de 2016.

** Jornalista, escritor. Reside em Belo Horizonte, ocupa a cadeira nº 8 da Academia Mineira de Letras, rfrariata-
vares@gmail.com

Nascido no antigo distrito de São José do Congonhal, então pertencente ao município de Pouso Alegre, sul de Minas, em primeiro de maio de 1929, Milton Reis era filho de Sebastião Mariano dos Reis e de Ismênia Vitta Reis. Ainda estudante, publicou vários versos nos jornais de sua terra natal, onde fez o curso ginásial, no Colégio São José. Tendo cursado o primeiro ano do curso clássico no Colégio Municipal de Alfenas, fez o segundo e o terceiro anos no Instituto de Ciências e Letras de São Paulo, onde, mais tarde, graduou-se em Direito pela lendária Faculdade do Largo do São Francisco. A vocação para a política levou-a à Assembléia Legislativa de Minas Gerais e, em seguida, à Câmara dos Deputados, para a qual elegeu-se nos pleitos de 58, 62 e 66. Com o exercício do mandato interrompido, em 69, por decisão do regime militar, teve seus direitos políticos suspensos por dez anos, só retornando ao parlamento brasileiro com a redemocratização. Dirigente partidário, secretário de estado em Minas Gerais, foi membro da Academia Pouso-Alegrense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Brasília.

Chegando à 'Casa de Alphonsus de Guimaraens' no dia 29 de maio de 1995, Milton Reis foi recebido pelo acadêmico Murilo Badaró, sob a presidência de Vivaldi Moreira. Empossou-se na cadeira de número oito, patrocinada por João Batista Martins, fundada por Belmiro Braga, e ocupada, também, pela ordem, por Wellington Brandão e Edison Crisóstomo Moreira. Aqui ele ficou até janeiro deste ano, quando faleceu. Casado com Marina Guimarães Mascarenhas Reis, teve dois filhos: Ana Maria e Milton Júnior.

Filiado, desde cedo, à corrente parnasiana, jamais deixou de versejar. Sua estreia se deu com 'Perfume antigo', publicado pela Editora Saraiva, em 1953; na sequência vieram 'Ritmos da primavera', da Editora Pongetti, de 1955; 'Vozes da minha fonte', também da Pongetti, de 73, e, finalmente, 'A trajetória do poder', publicado pela editora Armazém de Idéias em 2008.

Para que seja possível, ao espectador, conhecer um pouco da contribuição de Milton Reis à poesia, destaco, a seguir, alguns de seus belíssimos poemas, que revelam traços marcantes de sua produção. O primeiro se chama 'Mandu', que é o nome do rio de sua aldeia, Pouso Alegre:

Partindo de nascentes cristalinas
Em seu leito sinuoso de serpente
A estampar os recortes das colinas
Rola o Rio Mandu, serenamente...

Na terra ensolarada das campinas,
Ou nas sombras da mata viridente,
Sobre o ondulado chão do Sul de Minas,
Vai sussurando um madrigal dolente...

Somos amigos desde tenra idade,
Sempre senti a tua garridice,
Nos meus momentos de felicidade!

Também, nas horas de profundas mágoas,
—Velho rio da minha meninice—
Correm pelos meus olhos tuas águas!

O segundo soneto intitula-se 'Minha mãe':

Anjo feito de sangue e de poesia
Velando os passos meus, nesta jornada;
Fizeste tudo para que a alegria
Se tornasse de mim enamorada...

Teu zelo maternal não se desvia,
Desde a minha primeira caminhada.
Dás conselhos com tal sabedoria
Que entendo tudo sem dizeres nada...

Por eles, vou vencendo a dura lida;
Pelo bem de que agora compartilho,
Quanto te devo, ó minha mãe querida.

Nada no mundo é mais grandioso e terno
Do que ver-se ajoelhado um pobre filho
Ante o sublime altar do amor materno!

O terceiro soneto se chama 'Olhos que falam':

Quem sente o olhar tranquilo de Marina,
Profundo como o céu ilimitado,
Um painel de surpresas descortina
Entre os mil sonhos que ela tem sonhado!

Quem a fita no fundo da retina,
Como a sondar-lhe o âmago velado,
Percebe que a sua alma se ilumina,
E que o seu coração pulsa agitado!

Assim se fica num dilema atroz:
Se seus lábios se fecham silenciosos,
Toda a expressão do seu olhar tem voz!

E a voz do seu olhar prende e domina:
Só na graça dos seres venturosos
Podem ouvir-se os olhos de Marina!

Direi, agora, o último dos poemas selecionados para este momento. Ele se intitula 'Velho Mar':

Cenário original da criação,
Velho mar de revolta e de ternura,
Ora imponente como um deus pagão,
Ora humilhado como a noite escura...

Evocando os pretéritos eventos,
Folheio as tuas páginas sagradas:
Roteiro eterno dos descobrimentos,
Trilha imortal das bélicas armadas...

Navegadores conquistaram fama,
Ao te sulcar o dorso colossal:
Naus poderosas de Vasco da Gama,
Navios abençoados de Cabral!

Também as caravelas de Colombo
Singraram, sobre o pélogo profundo,
Das tuas águas o ondulado lombo,
Em busca do esplendor de um novo mundo...

Esculpiram-se em tua imensidade,
Em legendas de glórias e honrarias,
De um Saldanha da Gama a heroicidade,
Toda a bravura de um Marcílio Dias!

Másculo e forte, dominando o mundo,
Aberto para rotas diferentes,
Deste a senha do exemplo mais profundo:
Ligando terras, irmanando gentes...

Plenário de alegrias e de dores,
Miradouro dos astros altaneiros,
Celeiro dos sofridos pescadores,
Trincheira dos ousados marinheiros...

Criador de eufonias e meneios,
De musicalidades imprevistas,
De balés de ondas empinando os seios,
De telas ricas de imortais artistas...

Escondes no teu ventre misterioso,
Fauna e flora sem par, de norte a sul...
Mostras, à tona, este painel grandioso:
Espelho verde do universo azul...

Todos os ventos beijam tuas plagas
E os salcos vagalhões rolam sem peias...
Há na saudosa música das vagas
O eco sem fim do canto das sereias...

Por teus roteiros, líquidos e incertos,
Deslizam colossais embarcações...
São caminhos do mundo, sempre abertos,
Para os rumos de todas as nações...

Tuas imensidões escancaradas
Cobrem-se, às vezes, de um sombral de brumas.
Abres nas praias, pelo sol douradas,
Teu rendilhado alvíssimo de espumas...

Vêm lá da tua curva, imensa e esparsa,
Despontando, tão brancas e ligeiras,
Como se fossem asas de uma garça,
As velas das jangadas brasileiras...

Se te lanças, agora, enfurecido,
De encontro às rochas nuas e escarpadas,
Vens, depois, como um noivo embevecido,
Beijar da costa as orlas calcinadas...

Mal surgem pelas amplidões ignotas
Da alvorada os fulgores de carmim,
Vão chegando as alvíssimas gaivotas,
Roçando as asas sobre o mar sem fim...

Painel de bons augúrios e presságios,
Tens cambiantes matizes pincelados:
Das procelosas noites de naufrágios
Aos fulvos tons dos arrebóis dourados...

Na vastidão do teu bernal profundo,
Entre algas e sargaços naturais,
Tens o maior tesouro deste mundo:
Pérolas raras, rúbidos corais...

Sob o clarão dos luares brasileiros,
Ouço o mar, num comovente entono,
A canção que ele canta aos marinheiros
Que dormem no seu leito o último sono...

Entre ressurreições de sóis e brumas,
Sob o rumor de surdas melodias,
Estendes um lençol branco de espumas,
Embebido no olor das maresias...

Ao argênteo palor do plenilúnio,
Que te prateia a cabeleira vasta,
Perdes a catadura do infortúnio,
Baixas o gládio atroz de iconoclasta...

Mar sem fronteiras, de ímpetos selvagens,
Sempre à procura de horizontes novos,
A fim de transmitir tuas mensagens,
Que hão de fraternizar todos os povos!

Adamastor vestido de esmeralda,
De glaucas ondas e de vagas quérulas,
Ostentas as estrelas por grinalda
E têm aos pés a floração das pérolas...

Mar misterioso, lírico, insondável,
Em teu profundo arcano indevassado,
Guardas essa inquietude incontrolável,
Para a qual teu destino foi criado...

No coração tens fel, na alma tens sândalo,
Convivem no teu ser, em paz discreta,
As violências e os pânicos de um vândalo,
Tristezas e ternuras de um poeta...

Quer estourando em turbilhões de espuma,
Quer refletindo o céu manso e sem fim,
Amo-te, ó mar, sem restrição nenhuma,
—Talvez, por seres semelhante a mim!

Pois bem, senhoras e senhores, eis aí uma minúscula amostra da poética do acadêmico Milton Reis. Rio, Mãe, Mulher e Mar: apenas alguns dos temas abordados em sua obra, tratados sempre com sensibilidade e sofisticação, uma das razões pelas quais a sua passagem pela Academia Mineira de Letras será lembrada sempre com muito carinho e orgulho por todos os confrades e confreiras. Que a memória de Milton Reis esteja sempre viva e acesa entre nós.

Muito obrigado.



A TONA, OU A TERCEIRA MARGEM DO RIO*

Carmen Schneider Guimarães**

A Física nos alerta para o espaço ocupado por um corpo (volume). Podemos, na fragilidade de nossas razões, imaginar que esse tal corpo seja um rio, que terá dimensões de lados (duas margens – direita e esquerda), altura, a superfície (e, abstratamente, a tona ou terceira margem) e a base, ou leito. Estaria admitida a ideia do escritor Guimarães Rosa de que no conto de seu livro – *Primeiras Estórias* – “nosso pai” persistia navegando dia e noite “na terceira margem do rio”, do qual não citou o nome. Ao deixar a casa, “nossa mãe persistiu somente alva de pálida, mascou o beijo e bramou: Cê vai, ocê fique, você nunca volte”. E foi o que se deu.

A própria estranheza do título nos leva a crer que o Autor guardava sérias e particulares intenções no texto. Intenções estas jamais declaradas ou elucidadas, a não ser por meras conjecturas dos leitores, analistas, críticos ou bisbilhoteiros da arte alheia. Muita coisa já se disse, e dentro de pesquisas etimológicas do vocábulo, declarou-se “nosso pai”, marginalizado, o que está implícito no próprio enredo do caso. O narrador, filho do personagem principal, sem nome, como os demais figurantes, conhecidos no texto apenas como “meu irmão”, “minha irmã”, “nosso tio irmão de nossa mãe”, e assim por diante, torna-se cúmplice do Autor, omitindo nomes e fatos. Até nesses pequenos detalhes Guimarães Rosa faz sigilo absoluto em torno da estória central. E vê-se, mesmo, que o Autor extrapola tudo que haja escrito em conto: supera o cotidiano da ficção, espraia-se em terrenos desconhecidos, e aposta firmemente em dimensões inusitadas.

Acontece que “terceira margem” não existe, ou não se conhece. “Aquilo que não havia, acontecia”, declara o Autor no próprio trabalho. O título do conto faz criação de “aquilo que não havia” passa a existir. Guimarães Rosa não determina a qual rio pertenceria a terceira margem. Não escreveu: “A terceira margem de “um rio”, mas “do rio”, com abrangência. Estava, pois, criada a nova dimensão da corrente fluvial.

* Texto corrigido. Anteriormente publicado sem o final.

** Escritora, ocupante da cadeira de nº 5 da Academia Mineira de Letras. Presidente emérita da Academia Feminina Mineira de Letras. carmenschneiderguimaraes@yahoo.com.br

Nem mesmo poderemos situar a novela dentro do Realismo fantástico. O texto é demais denso, e escapa da linguagem linear costumeira e das narrativas fantasiosas e mágicas para adentrar-se em esfera superior, em espaço presumidamente metafísico, que trata dos princípios e dos fundamentos últimos da realidade, alcançando a cosmologia, mas sem comunicação horizontal.

E é quando se persiste na inquisição de outrora: "Existe alguma coisa de permanente por trás das mudanças contínuas dos fenômenos cambiantes da Natureza, ou existe apenas esse "devenir", esse passar de todas as coisas?". Hipóteses de Psiquiatria são levantadas; conceitos de artes espirituais, firmados. Tudo se tenta para a elucidação do mistério do homem industrioso, embora indouto, que saiu de casa e não mais voltou; fez seu lar de uma canoa de vinhático, fabricada por alguém que morrera sem revelar o segredo do "nosso pai". Travessia.

A estória em foco é a daquele canoeiro (ex-fazendeiro) que fez do rio seu caminho, seu universo de vivência perpétua de ir e vir, solto, solitariamente; embrenhava-se, avistado ou diluto, "aproando a canoa no brejão de léguas, que há por entre juncos e matos que só ele conhecesse", e desaparecia, quando os homens dos jornais, em lanchas, o caçavam.

Daquela curso d'água ele jamais se valeu como meio de sobrevivência, em se tratando da pesca ou da caça. A missão era única e própria, assim como, se navegasse ele no contexto, em busca de outros sóis, em nave fluviátil. "Nosso pai" estava a procura, sim, de algo desconhecido, como a História revelara em tempos passados, que bem poderia estar hoje a espera de algum outro navegador indômiço.

Guimarães Rosa costumava indicar dois caminhos para a melhor compreensão de seus escritos: a poesia e a metafísica. E deixemos que este ramo da Filosofia, que cuida dos princípios e fundamentos últimos da realidade, trate com apreço estes nossos cuidados, já que ela está a velar sempre pela natureza do mental e do psíquico.

O Autor do conto prendeu a narrativa numa dimensão própria, sem razões aparentes, sem motivos justificados. Livrou-se do armador que construía o barco; insinuou não tratar-se de semelhança com Noé, pela ausência específica de animais na embarcação. Resta-nos acreditar em um soberano motivo, que talvez a parapsicologia ou a eletrônica explicassem; soberbo intento de Guimarães Rosa só conhecido por ele mesmo, e que nos levou a sendas maravilhosas de suas criações; o texto semelha escritura em aspas, talvez conduzido por raios ou partículas alfa, a transformarem-lhe o átomo emissor e reduzindo-lhe o número atômico para uma nova realidade.

Vale aqui mais um argumento: ele próprio, o mago do encantamento, declarou a um seu tradutor que "tinha a impressão de estar "em transe", quando escrevia e criava suas estórias, e que os elementos de seus textos achavam-se fora de seus lugares costumeiros". Na transcendência dos fatos, com certeza.

EUCLIDES DA CUNHA 150 ANOS

*José Raimundo Gomes da Cruz**

*“Se um grande homem pode impor-se a um grande povo”
– pela genialidade – “os degenerados perigosos
fascinam com igual vigor as multidões tacanhas”.
(Os Sertões, p. 301)*

A obra prima de Euclides da Cunha tem sido estudada sob vários aspectos. Fundamental, mesmo, é que ela continue sempre lida e lembrada. A pujança do seu estilo supera ângulos notoriamente frágeis do livro, particularmente o determinismo exagerado. Deixemos a cada especialista o exame da sua predileção ou do seu ofício e passemos, sem demora, a lembrar pontos que nos interessam como profissionais da área jurídica.

Não seria um desses pontos, por certo, até algum tempo atrás, a parte que contempla A Terra. Com base em edição antiga (Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1946), eu lembraria a preocupação ambientalista, as ações coletivas e a tutela recentes de interesses transindividuais. A tais temas interessa o que Euclides anotava sobre o clima: “Escasseiam-nos as observções mais comuns, mercê da proverbial indiferença com que nos volvemos às causas desta terra, com uma inércia cômoda de mendigos fartos”. (p. 26)

Citando autores que o fascinavam, por exemplo, à p. 44, ele descrevia o panorama: “Há, ali, toda a melancolia dos invernos, com um sol ardente e os ardores do verão”, referindo-se, ainda, à “sylvia horrída”. O umbuzeiro, generosa árvore que resiste à seca que se mostra crônica desde o norte mineiro até o nordeste do país, com sua sombra, o alimento para o gado e o umbu, fruta ácida, mas tão deliciosa, não escapa à sua caneta (p. 46). Refere-se às categorias geográficas de Hegel (p. 49) e situa os sertões na 4ª categoria, ora estéreis, ora exuberantes. A antevisão ecológica se concentra nos fazedores de deserto (p. 53). O governo colonial já defrontava com tal problema (p. 55). E Euclides se dispõe a sugerir modo de desfazer deserto (p. 56).

* Procurador de Justiça, aposentado, de São Paulo. jrgruz@uol.com.br

A parte que se segue – O Homem – já se mostra mais ligada ao Direito. Tendências separatistas não encontrariam apoio do autor de *Os Sertões*. Sua definição do paulista impediria qualquer movimento de secessão ou de autonomia regional de inspiração bairrista: “e a significação histórica desse nome” – paulista – “abrange os filhos do Rio de Janeiro, Minas, S. Paulo e regiões do sul – erigiu-se como um tipo autônomo, aventureiro, rebelde, libérrimo, com a feição perfeita de um dominador da terra, emancipando-se, insurreto, da tutela longínqua, e afastando-se do mar e dos galeões da metrópole, investindo com os sertões desconhecidos, delineando a epopeia das ‘Bandeiras’.” (p. 81) Seus notórios equívocos decorrentes das suas convicções supostamente científicas o conduzem a afirmações tão superadas como aquela de que a regra é a inferioridade do mestiço, “salvante os casos excepcionais cujo destaque justifica o conceito”. (p. 109)

Certa passagem torna evidentes os absurdos que ocorrem em comunidade de fanáticos como a de Canudos, sob o comando do Conselheiro: “Ao saber de caso escandaloso em que a lubricidade de um devasso maculara incauta donzela, teve, certa vez, uma frase ferozmente cínica, que os sertanejos repetiam, depois sem lhe aquilatarem a torpeza: ‘Seguiu o destino de todas; passou por baixo da árvore do bem e do mal’.” (p. 192) Facínoras de Canudos seriam “capazes de carregar os bacamartes homicidas com as contas dos rosários” (p. 193). Lá, “a justiça era, como tudo mais, antinômica, no clã policiado por facínoras. Visava uma delinquência especial, traduzindo-se na inversão completa do conceito de crime”. (p. 193)

Enfim, A Luta não impede, quanto à nossa preocupação com o aspecto jurídico do livro, certas observações de Euclides: “Em 1884, no Rio de Janeiro. Um jornalista, ou melhor um alucinado, criara, agindo libérrimo graças à frouxidão das leis repressivas, escândalo permanente de insultos intoleráveis na Corte do antigo império” (p. 297). Há alguma relação entre tal afirmação e a que se segue, já antecipada em epígrafe: “Se um grande homem pode impor-se a um grande povo” pela genialidade, “os degenerados perigosos fascina[m] com igual vigor as multidões tacanhas”. (p. 301)

A imparcialidade, tão importante em qualquer julgamento judicial, certamente orienta a distância, mesmo a equidistância no plano da sua obra e outras do gênero: “O historiador precisa de certo afastamento dos quadros que contempla”. (p. 301)

A preocupação com o menor, duplamente marginalizado sob as ordens de Antônio Conselheiro, está presente e através de linguagem que deve ter trazido sugestões a Guimarães Rosa. Assim, a criança de nove anos disse, quando perguntaram se havia atirado em Canudos: “E por que não? Pois se havia tribuzana velha!... Haverá de levar pancada, como boi acuado e ficar quarando à toa, quando a cabrada fechava o samba desautorizando as praças?!”. E Euclides logo se apressava em sua ponderação: “Aquela criança era, certo, um aleijão estupendo.

Mas um ensinamento. Repontava, bandido feito, à tona da luta, tendo sobre os ombros pequeninos um legado formidável de erros. Nove anos de vida em que se adensavam três séculos de barbárie. Decididamente era indispensável que a campanha de Canudos tivesse um objetivo superior à função estúpida bem pouco gloriosa de destruir um povoado dos sertões. Havia um inimigo mais sério a combater, em guerra mais demorada e digna. Toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários". (pp. 524/525)

A crítica de Euclides, seu protesto contra a "xarqueada" só encontra limite na sua poderosa capacidade de expressão verbal: "não havia temer-se o juízo tremendo do futuro. A História não iria até ali". (pp. 570/571)

Discordamos desta afirmação. A História vai sim, como tribunal, podendo condenar ou não. O que já existiu de autêntica educação para a mudança, para não frustrar a esperança de Euclides, sem dúvida merecerá absolvição. Toda omissão será punida. Mas a lição de esperança de modo algum se deve perder. Que tal virtude teologal cristã se traduza cada vez mais em verdadeira e sincera vontade de servir ao bem comum, para todos nós. Especialmente para aqueles que detenham maior poder de decisão.



A HISTORIA DE MINAS ATRAVÉS DOS MURAIIS DE YARA TUPYNAMBA

Carlos Perktold

Como é sabido, a história do Brasil começa pela nossa costa marítima com a exploração de madeira, algumas plantações, construções de vilas, que se tornaram cidades e ali permaneceram durante dois séculos. Neste período, Maranhão, Pernambuco, Bahia, parte do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e parte do sul do país foram terras das quais foram retiradas tudo o que era de interesse da Metrópole, em especial, o pau brasil, madeira utilizada para colorir tecidos na Europa.

Passados duzentos anos de vivência na costa, bravos portugueses bandeirantes penetraram no interior do país na esperança de encontrar ouro e pedras preciosas. Começaram pela terra mais próxima do Rio de Janeiro e de São Paulo: Minas Gerais. Com suas bandeiras de intrépidos portugueses, entrando pela mata virgem e correndo todos os riscos, chegam ao local onde hoje estão as atuais cidades de Mariana e Ouro Preto. Começa aqui também uma fascinante história da construção de um estado que se firmará na guerra dos Emboabas, que expulsa os bravos paulistas para o estado de Goiás, edificando um novo espírito político em novos moradores interessados na busca daquele metal e pedras e no, mais tarde, no interesse em politizar o povo e, se possível, a independência da Metrópole.

A história de Minas Gerais, tão resumida em um parágrafo sem a menção de longos e dolorosos fatos importantes, é contada através de murais e painéis de Yara Tupynambá confeccionados ao longo de vários anos e que agora se encontram reunidos e reproduzidos no seu novo livro com esse título. Yara é a guerreira de sempre, artista plástica quando poucas pessoas no país se interessavam por arte, gravurista emérita, pintora e professora com dicção e verbal invejáveis, além de conhecer com profundidade a história de nosso estado. Para chegar neste lugar, ela estudou com artistas como Guignard e Goeldi, estudou e aprendeu muito sobre a história mineira, começando com os bandeirantes paulistas, nossas primeiras vilas e cidades, seu povo e seu caráter e termina nos dias de hoje com a preocupação universal com o meio ambiente, expondo quadros de grandes di-

* Crítico de arte, integrante da Associação Internacional dos críticos de Arte (ABCA-ASCA). perktold@terra.com.br

mensões contendo o que ainda resta de nossa floresta no Vale do Rio Doce, Tripuí e Serra do Cipó.

O livro é aberto com citações elogiosas de seus trabalhos por críticos e intelectuais consagrados como Enock Sacramento, José Afonso Bicalho, Roberto Pontual e João Antônio de Paula, todos enaltecendo o tanto que os trabalhos dela representam a nossa história e o tanto que é impregnado de mineiridade de quem nasceu aqui é capaz de reconhecer de soslaio. Sua primeira preocupação foi retratar a exuberante floresta e os índios, os habitantes locais e que ainda não tinham tido contato com os colonizadores da costa marítima. Colonizador algum é “bonzinho” com os nativos e as novas terras descobertas são exploradas e os índios explorados da mesma forma que a terra. A primeira preocupação de colonizadores é eliminar quem a possui há séculos e, conforme esclarece João Antônio de Paula, quando menciona nossos índios no seu texto, o resultado desse embate é que das mais de 30 tribos existentes então em Minas Gerais, restam apenas oito. Todos seus integrantes vivem em um limbo entre a “civilização” que os destruíram e a suas culturas, resultando em um ser humano que do natural nu, passou a um ser humano mal vestido, colocado como se fosse uma eterna criança que precisa ser protegida para sempre. Daí, termos legislações transformando-os em cidadão de terceira classe. Lamentável. Mas não é esse índio nosso contemporâneo que a artista retrata em seus painéis. Nestes, ela os engrandece, mostrando aqueles seres bem nutridos, de corpo atlético, bonitos, com características fisionômicas próprias daqueles que viveram séculos em terra de clima tropical e, supostamente, sabedores de que sua cultura, com o implacável tempo, desaparecerá com a chegada do “homem branco”.

Toda boa pintura é um “texto” que precisa ser lido com a mesma atenção que se dedica à leitura de um poema. Quando se trata de painéis e murais, é algo que deve contar uma história em suas várias partes, a leitura deve ser como um livro de história no qual começamos como Yara começou a pintá-las: do mais primitivo começo até chegar aos nossos dias. Por isso, seus sossegados índios mineiros são seguidos dos destemidos bandeirantes paulistas, vestidos com proteção própria de quem desconhece onde pisa e tem a coragem de um leão, tão bem representado no Mural do Tribunal de Contas de Minas Gerais ou no mural “Entradas e Bandeiras” do Edifício Bureau de Indústria e Comércio de 1973. Yara registra a presença de negros e mulatos a quem devemos a grandeza do Brasil atual, mártires de um holocausto a durar séculos e responsáveis pelo trabalho duro de plantar os alimentos, carregar a bagagem dos bandeirantes, escavar a terra à beira dos rios na esperança de encontrar o ouro e até lutar e matar pelo padrão.

Aqui cabe uma retificação no texto de João Camilo de Oliveira Torres no qual ele faz um resumo da guerra dos emboabas e descreve o que teria acontecido em 1708 no chamado Arraial Velho, hoje a cidade de Tiradentes, um episódio conhecido como “Capão da Traição”. Isaias Golgher, em seu livro “Guerra dos

Emboabas”, após exaustiva pesquisa nos arquivos de Lisboa, afirma que um trágico acontecimento dessa natureza jamais passaria sem um exaustivo registro nos anais portugueses e, necessariamente, faria parte do acervo dos arquivos lisboetas. Pois assegura aquele historiador que não há qualquer registro em local algum, no Brasil ou Portugal, sobre esse suposto episódio. Claro que a Guerra dos Emboabas ocorreu, e é com ela que Minas Gerais nasce, mas o chamado “Capão da Traição” jamais existiu.

A primeira descoberta de ouro em Minas coube a um desconhecido escravo que, batendo a gamela na areia do rio perto de Ouro Preto, encontrou um metal desconhecido e pelo qual os bandeirantes se interessaram. Desconhecendo-o também, levaram-no para São Paulo onde se percebeu que se tratava do mais fino ouro. Pois esse desconhecido escravo não foi esquecido pela nossa artista. Ele é homenageado junto com mais dois colegas de destino no mesmo painel do Tribunal de Contas, agitando as mãos para o céu, agradecendo a Deus pela graça da descoberta e, por certo, menos sofrimento no trabalho.

Os murais e painéis de Yara não são somente sobre as entradas e bandeiras a glorificar a coragem dos paulistas. Poucos anos depois da descoberta do ouro, a região onde hoje se localiza a Capital de Minas recebia as graças do trabalho de outro tipo de bandeirante: aquele que veio para se fixar na terra e construir um vilarejo que, sem que ele sequer imaginasse, se transformaria em uma grande metrópole. Foi assim com João da Silva Ortis e o seu “Curral Del Rey”, uma fazenda imensa que se tornaria um vilarejo, com ruas, edificações e com urbanismo próprio e idêntico às outras cidades na colônia. Pois o velho João Ortis está lembrado e homenageado em painel exposto na Câmara Municipal de Belo Horizonte, um mural de tirar o fôlego de 14 x 2,80 m. E nossa mestra da história de Minas segue essa trajetória de artista e historiadora criando ou escrevendo novos “textos” sobre essa terra dos inconfidentes e de JK. É por falar em inconfidentes, o leitor deve dedicar maior atenção ao mural colocado no hall de entrada do prédio da reitoria de UFMG no qual ela, brilhante na sua execução, relata com deslumbrantes figuras e detalhes o que foi a Inconfidência Mineira, matéria hoje esquecida nas escolas de primeiro grau pelo país afora. Felipe dos Santos, primeiro mártir de uma história grandiosa, está representado na selvageria de sua punição com dois cavalos estraçalhando seu corpo em direções diferentes. Os cavalos nos lembram de Picasso no seu mural “Guernica”, símbolos da força bruta sobre a justiça, a insensatez e a crueldade da Metrópole.

O livro de Yara tem a qualidade de registrar tudo sobre a trajetória de Minas, a floresta virgem, a chegada dos bandeirantes, a descoberta do ouro, o ciclo do diamante, o comércio entre os colonos, a construção de Belo Horizonte, indo até à mineração e à moderna siderurgia: um caminho que Minas Gerais fez ao longo de 300 anos de longa e dolorosa história, registrada no novo livro de Yara Tupinambá.

D. MARCOS BARBOSA: UM GRANDE ORADOR SACRO

*Paulo Paranhos**

A cidade de Cristina comemorou, no dia 12 de setembro de 2015, o centenário de nascimento de Lauro de Araújo Barbosa, que viria a ser um dos grandes oradores sacros do Brasil. Dono de uma invejável oratória, tornou-se padre aos 31 anos, ingressando no Mosteiro de São Bento, na cidade do Rio de Janeiro. Ali seria conhecido como D. Marcos Barbosa. http://pt.wikipedia.org/wiki/Dom_Marcos_Barbosa

No ano de 1934, concluiu o curso superior de Direito pela Faculdade Nacional de Direito, hoje integrante da UFRJ. Durante sua vida universitária participou ativamente do Centro Dom Vital e da Ação Católica Universitária. Foi exatamente pela sua vivência no Centro Dom Vital que travou conhecimento com Alceu Amoroso Lima, de quem se tornou secretário particular. Alceu, mais conhecido por seu pseudônimo de Tristão de Athayde, foi um dos maiores pensadores católicos do século XX.

Na mesma época, entrou em contato com o Mosteiro de São Bento, onde ingressou com outros universitários em 1940, interrompendo os estudos do curso de Letras Clássicas, iniciado que fora logo após a conclusão do curso de Direito. No mosteiro, onde foi ordenado sacerdote em 1946, retomou a vocação de escritor, pois já publicara antes crônicas e poemas não só em *A Ordem e Vida*, revistas de que foi redator, como ainda em *O Jornal* e na *Revista do Brasil*.

Ingressaria na Rádio Jornal do Brasil onde, entre 1959 e 1993, conduziu o programa *Encontro Marcado*, que ia ao ar diariamente às 18 horas. Em seguida, esse programa passou a ser transmitido pelas rádios Carioca-AM e Catedral-FM, também diariamente. Colaborava, também, no *Jornal do Brasil* às quintas-feiras.

D. Marcos inovou a oratória sacra, pelo estilo poético dos seus sermões. Obteve os dois primeiros lugares no concurso para a letra do hino do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional realizado no Rio de Janeiro em 1955, como também fez parte da equipe de tradutores de textos litúrgicos da Conferência Nacional dos Bispos – CNBB.

* Historiador, Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e da Academia Caxambuense de Letras. paranhosdoriobranco@gmail.com

Traduziu, além de obras de Paul Claudel e François Mauriac, famosos: O Pequeno Príncipe, O menino do dedo verde e Marcelino Pão e Vinho. Integrou por vários anos o Conselho Federal de Cultura e foi escolhido para saudar em nome dos intelectuais o Papa João Paulo II em sua primeira viagem ao Brasil.

Como intelectual que era foi eleito para a cadeira 15, de Olavo Bilac, da Academia Brasileira de Letras, na sucessão de Odilo Costa Filho, sendo recebido em 23 de maio de 1980 pelo acadêmico Alceu Amoroso Lima. Além disso, sucedeu a Otávio de Faria no Pen Clube, em 15 de outubro de 1981, tendo sido saudado por Antônio Carlos Villaça. Também ocupou na Academia Brasileira de Artes a vaga de Alceu Amoroso Lima, tendo sido recebido por Marcos Almir Madeira em 12 de setembro de 1985. Cidadão honorário do município do Rio de Janeiro (1984), recebeu o Prêmio de Poesia do Pen Clube do Brasil, em 1986; agraciado, em 7 de junho de 1990, com a condecoração de Chevalier des Arts et des Lettres, concedida pela República Francesa. Autor de uma vasta obra literária, destacando-se aqui algumas delas:

A noite será como o dia: autos de Natal, 1959

Poemas do reino de Deus, 1961

Eis que vem o Senhor, 1967

O livro de Tobias, 1968

Oratório e vitral de São Cristóvão, 1969

Manifestações de autonomia literária: a Escola Mineira e outros movimentos.

A arte sacra, 1976

Nossos amigos, os santos, 1985

Um encontro com Deus: Teologia para leigos, 1991

As vinte e seis andorinhas, 1991

Poemas para crianças e alguns adultos, 1994

Vejam a beleza da poesia inserida no O livro da família cristã, 1960:

Oração da família

Bem debaixo, Senhor, da tua asa, coloca a nossa casa.

Nossa mesa abençoa, e o leite, e o linho, guarda o nosso caminho.

Brote, em torno, o jardim, frutos e flores, em nossa boca, louvores.

Conserva pura a fonte de cristal, longe o pecado e o mal.

Repele o incêndio, a peste, a inundação, reine a paz e a união.

Bem haja na janela o azul do dia, na parede, Maria.

Encontre a noite quieta a luz acesa, quente sopa na mesa.

Batam à porta o pobre e o viajor, e tu mesmo, Senhor.

Tranquilo seja o sono sob a cruz que a outro sol conduz.

Tive o privilégio de conhecer D. Marcos Barbosa, na década de 1970, quando fazia o curso de Museologia, e em algumas aulas de História da Arte frequentávamos o Mosteiro de São Bento, um dos raros templos de concepção maneirista na cidade do Rio de Janeiro. Ali, em conversas com ele – já era seu fã do Encontro Mercado – pude aquilatar a grandiosidade de sua inteligência, o conhecimento que possuía da cultura brasileira e, principalmente, da convicta fé cristã. Lembrou seus tempos de infância em Cristina e em Maria da Fé, quando escrevia, dirigia e atuava nas peças teatrais nas escolas da cidade.

Dom Marcos Barbosa faleceu na cidade do Rio de Janeiro, vitimado por uma insuficiência renal, no dia 5 de março de 1997, ocasião em que foi, dada a significância do seu nome, decretado na cidade luto oficial por 3 dias, deixando uma lacuna não só na Casa de Machado de Assis como também, com sua incontestável sabedoria, nas letras litúrgicas brasileiras.



VÍNCULOS COM A VIDA NA POESIA DE MACHADO DE ASSIS

*José Américo Miranda**

Resumo: Machado de Assis, quando preparou a publicação de suas *Poesias completas*, em 1901, eliminou cerca de 60% das poesias de *Crisálidas*, seu primeiro livro de versos publicado. Este artigo examina, entre os poemas que Machado de Assis excluiu dessa obra, aqueles que apresentavam relações diretas com o contexto e a biografia do autor. Todos os poemas que traziam dedicatórias foram excluídos do livro; a dedicatória do volume à memória dos pais do poeta foi suprimida; e poemas que tinham fortes vínculos com o contexto, quando conservados no livro, tiveram apagados os sinais desses vínculos. Uma tentativa de explicação para a exclusão desses poemas e para o apagamento dos vínculos da obra com o contexto de sua produção é apresentada.

Palavras-chave: Poesia; Poesia brasileira; Machado de Assis.

Abstract: Machado de Assis, when preparing the publication of his *Poesias completas* (Complete Poetry) in 1901, eliminated about 60% of the poems of his first poetry book, *Crisálidas*, published in 1864. This paper examines, among the poems Machado excluded from this first poetry book, those which had close relations with the author's context and biography. All poems that brought dedications were excluded from the book; the dedication of the whole volume to the poet's parents' memory has been deleted; and poems that had strong links with the context, when kept in the book, have had erased the signs of these links. A tentative explanation is presented for these exclusions and for deletion of the work links with the context of their production.

Keywords: Poetry; Brazilian Poetry; Machado de Assis.

I

Até pelo menos 1897 Machado de Assis não pensava em publicar mais um livro de versos, para somar aos três que já havia publicado. Falando de livros em geral, afirmou, em carta a Magalhães de Azeredo datada de maio, não acreditar

* Bolsista de Desenvolvimento Científico Regional do CNPq – DCR, junto à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – FAPES.

que, ainda naquele ano, desse mais algum. Para o ano seguinte, tinha esperança – mas nada de versos. (ASSIS, 1969, p. 112) O volume *Páginas recolhidas*, que parece ser aquele a que se referia, só apareceria, no entanto, em 1899. Em 1898, 10 de janeiro, ele menciona, também, o fato de ter “um trabalho literário entre mãos” (C, p. 137) – imagine-se: era o *Dom Casmurro!*, que só seria impresso no final de 1899, e cujos volumes chegariam ao Rio de Janeiro em março de 1900. (Cf. MAGALHÃES JÚNIOR, 1981, v. 4, p. 112). Enfim, em meio à concentração exigida pelo trabalho literário a que se aplicava, em carta de 10 de maio, ao mesmo amigo, afirmou ele: “Eu, pela minha parte, além de alguma cousa que tenho em mãos e não sei se acabarei, nem quando, quero ver se coligo certo número de escritos que andam esparsos. Não sei se valerá a pena fazer o mesmo aos versos; dado que sim, poderá sair um tomo pequeno.” (C, p. 148) E em 9 de setembro: “Há quem me anime a coligar os versos que tenho esparsos e a fazer deles um volume. Não sei ainda que faça.” (C, p. 155).

O escritor, por esse tempo, já se sentia sem forças, desanimado, abatido; queixava-se de doenças, dizia não saber se teria ainda tempo para fazer alguma coisa na vida. (C, p. 122, p. 137, p. 147, p. 163). Chegou o glorioso ano de 1999, das *Páginas recolhidas* e da impressão de *Dom Casmurro*. Perguntado, em carta de 22 de julho – “Quando sai o seu livro de versos?” (C, p. 180) –, respondeu Machado de Assis em 7 de novembro: “Quanto aos meus [versos] estimarei coligi-los. Como o Veríssimo e outros me têm aconselhado a publicação integral de todas as coleções, verei se é possível fazê-lo, e então lá irão também os derradeiros; se não, cuidarei só destes.” (C, p. 190).

Como se vê, tudo indica que Machado de Assis, até os últimos meses de 1899, não cogitava de reunir seus livros anteriores de poesias; pelo contrário, pensava na reunião de algumas poesias esparsas apenas, nunca postas em livro. É possível que não tivesse a intenção de ressucitar os “pecados” (a expressão é dele) da juventude; é provável que, inicialmente, os preferisse esquecidos no tempo – muito embora, em 1886, os 22 anos da publicação de *Crisálidas* tivessem sido comemorados com um banquete oferecido a ele, em 16 de outubro, no Hotel Globo, por iniciativa dos diretores e redatores da Gazeta de Notícias, com o apoio dos de *A Semana* e da *Vida Moderna*. O acontecimento recebeu ampla divulgação na imprensa; a festa representou o reconhecimento público de que Machado de Assis era o “primeiro” dos nossos escritores. Raimundo Magalhães Júnior entendeu que “o que seus colegas e admiradores então festejavam era menos o poeta lírico dos ‘Versos a Corina’ do que o Machado de Assis da maturidade, autor recente das Memórias póstumas de Brás Cubas.” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1981, v. 3, p. 91).

¹ Outras citações dessa obra trarão, no texto, apenas a inicial C, de Correspondência, seguida de vírgula e da indicação de página. A ortografia dos textos citados foi atualizada.

Havia sido através da porta da poesia que Machado de Assis, ao publicar versos em periódicos, entrara pela literatura adentro. A poesia estava, pois, indissolúvelmente atada à glória que ele alcançara. Não desconheceu esse aspecto, o da sua trajetória no tempo, o próprio poeta, quando, em julho de 1900, redigiu a “Advertência” que antepôs às suas Poesias completas:

Podia dizer, sem mentir, que me pediram a reunião de versos que andavam esparsos; mas, a verdade anterior é que era minha intenção dá-los um dia. Ao cuidar disto agora, achei que seria melhor ligar o novo livro aos três publicados, Crisálidas, Falenas, Americanas. Chamo ao último Ocidentais.

Não direi de uns e de outros versos senão que os fiz com amor, e dos primeiros que os reli com saudades. Suprimo da primeira série algumas páginas; as restantes bastam para notar a diferença de idade e de composição. Suprimo também o prefácio de Caetano Filgueiras, que referiu as nossas reuniões diárias, quando já ele era advogado e casado, e nós outros apenas moços e adolescentes; menino chama-me ele. Todos se foram para a morte, ainda na flor da idade, e, exceto o nome de Casimiro de Abreu, nenhum se salvou. Não deixo esse prefácio, porque a afeição do meu defunto amigo a tal extremo lhe cegara o juízo que não viria a ponto reproduzir aquela saudação inicial. A recordação só teria valor para mim. Baste aos curiosos o encontro casual das datas, a daquele 22 de julho de 1864, e a deste.

Rio, 22 de julho de 1900. (ASSIS, 1976, p. 125. Grifos do autor.)

Isto de suprimir “da primeira série algumas páginas” e de as restantes bastarem “para notar a diferença de idade e de composição” exige algum esclarecimento e, ao mesmo tempo, casa-se bem com o que ele dissera em outra carta a Magalhães de Azeredo, datada de 9 de setembro de 1898: “Versos, quando são pecados da mocidade, não se podem tornar virtudes da velhice. Como tudo pode entrar na história de um espírito, não digo que não acabe juntando mais alguns pecados.” (C, p. 155) Tinha dito isso como primeira justificativa para reunir num só volume os poemas dos primeiros livros; mais tarde, porém, tomou a decisão de suprimir, especialmente da “primeira série”, “algumas páginas”.

O esclarecimento necessário diz respeito ao sentido da expressão “primeira série”; o autor não disse primeiro livro, nem primeiro volume, nem primeira coleção, nem primeira obra – preferiu “primeira série”. Quando se examinam os dois primeiros livros do poeta, *Crisálidas* e *Falenas*, em suas primeiras edições e nas Poesias completas, o que se nota é que os poemas excluídos do segundo

* Professor no Seminário de Mariana durante 40 anos. Ocupa a cadeira nº 12 da Academia Mineira de Letras.

pertencem todos à primeira de suas quatro partes, que trazia o título (perdido nas Poesias completas) de “Vária”. Isso nos conduz à conclusão de que a “primeira série” consiste no conjunto formado por *Crisálidas* e pela primeira parte de *Falenas*.

De fato, os poemas da primeira parte de *Falenas* apresentam mais afinidades com os do volume *Crisálidas* do que com o restante do livro – constituído pela “Lira chinesa”, por “Uma ode de Anacreonte” e por “Pálida Elvira”. Pelo menos dois críticos importantes, que avaliaram a poesia de Machado de Assis, se não apontaram esse fato, deixaram-no implícito em suas abordagens. O professor Wilton Cardoso dedicou os dois primeiros capítulos de seu livro *Tempo e memória em Machado de Assis* ao estudo das poesias de *Crisálidas* e de *Falenas* – um capítulo para cada livro; no capítulo dedicado ao segundo, não há uma palavra sobre as três últimas partes do livro – todos os poemas citados e mencionados pertencem à primeira parte, “Vária”. (Cf. CARDOSO, 1958, p. 53-65) Lúcia Miguel Pereira vai ainda mais longe, pois, depois de abordar, em seu livro *Machado de Assis*, no capítulo que dedica aos dois primeiros livros de poesia do autor, os poemas da primeira parte de *Falenas*, afirma:

E então, já senhor da língua e do metro, refugia-se nas traduções dos chineses, na evocação dos gregos, na arte pela arte, na arte que é “de todas as coisas humanas a única que tem o seu fim em si mesma”. Impõe silêncio ao coração, estanca a fonte da poesia – nele, eminentemente a introversão – vai, durante algum tempo dedicar-se à pura ficção. (PEREIRA, 1988, p. 132)

O fato é que o poeta suprimiu de *Crisálidas* 16 dos 28 poemas que o livro tinha, além de um pequeno fragmento da terceira parte dos “Versos a Corina” – o que representa 57% dos títulos que compunham o volume. De *Falenas*, o poeta eliminou 9 dos 35 poemas – o que representa 26% do total. Se for considerada apenas a primeira parte do livro, “Vária”, a porcentagem vai a 36%. *Americanas*, por sua vez, perdeu apenas um poema, a “Cantiga do rosto branco”. É fácil, por isso, entender o esquecimento do poeta, que afirmou a seu amigo Carlos Magalhães de Azeredo, quando lhe enviou o livro já impresso das Poesias completas, em carta de 30 de junho de 1901: “Cortei muita coisa aos dous primeiros [livros], e não sei se ao terceiro [Americanas] também.” (C, p. 224)

II

A este artigo interessa apenas o caso de *Crisálidas*, obra de que o poeta eliminou, também, o prefácio escrito por Caetano Filgueiras, e, em conexão com isso, o posfácio, que era uma resposta ao prefaciador. Machado de Assis justificou a exclusão, mencionando, na já citada “Advertência”, os excessos críticos

cometidos por Filgueiras em nome da amizade que lhe tinha, e afirmando: “A recordação só teria valor para mim.” É de notar-se que um dos críticos do tempo em que o livro apareceu apresentou severa restrição ao prefácio, quando escreveu isto: “Esse juízo crítico [expresso no Prefácio], publicado pelo autor das *Crisálidas*, como parte integrante do livro, é o seu maior senão.” (SILVA, 2003, p. 60) A crítica do prefaciador à obra foi considerada “excessivamente lisonjeira” por F. T. Leitão (2003, p. 56). É de notar-se, também, que as opiniões da crítica pareceram ter determinado muitas das decisões do poeta no processo de escolha dos poemas a serem eliminados do livro.

Machado de Assis foi, ele próprio, não só crítico literário, mas importante crítico de poesia. Em texto intitulado “O ideal do crítico”, que publicou no *Diário do Rio de Janeiro*, depois de cerca de sete anos de militância na crítica literária, formulou ele, com máxima clareza, o princípio de que o papel da crítica é o de servir de “farol seguro” para as musas, ou seja, é o de orientar, apontar rumos, prevenir equívocos por parte dos poetas e escritores em geral. (ASSIS, 1938, p. 11-12). Quando noticiou, em crônica, a segunda edição de *A confederação dos tamoios*, no mesmo ano de 1865, ele não deixou de fazer a seguinte observação: “É uma edição revista, correta e aumentada.” Não sabemos até que ponto o poeta atendeu às críticas de que o seu poema foi objeto quando apareceu. Não tivemos tempo de cotejar a crítica com as duas edições.” (ASSIS, 1955, p. 388) E quando escreveu sobre Fagundes Varela, em 1875, estava implícita a consequência do fato de o poeta já estar morto:

“Se fizesse agora a análise dos escritos que nos deixou o poeta das Vozes da América, mostraria as belezas de que estão cheios, apontaria os senões que porventura lhe escaparam. Mas que adiantaria isto à compreensão pública? A crítica seria um intermediário supérfluo.” (ASSIS, 1938, p. 156-157).

Em ambos os casos, o esperado efeito da crítica sobre o poeta encontra-se no horizonte da discussão. E sendo assim um aspecto relevante e persistente da teoria crítica de Machado de Assis, é de perguntar se, como poeta, ao ser criticado, teria assumido a mesma postura que esperava daqueles que criticava ou que eram criticados por outros. A grande oportunidade para a verificação dessa hipótese encontra-se no reexame dos seus três primeiros livros de poesia a que ele se viu obrigado por ocasião da preparação deles para a segunda edição, nas *Poesias completas*, dada a público em 1901.

Já se viu que houve manifestação crítica contra o prefácio do livro; e já se viu que o poeta o eliminou, dando-o por fruto da amizade que lhe tinha Caetano Filgueiras – fato de só interesse para ele, pois dizia respeito apenas a sua própria vida. Guarda relação com a exclusão do prefácio, que trazia por título “O poeta e o livro (Conversação preliminar)”, a supressão do “Posfácio”, que era uma carta ao prefaciador.

Assim como o prefácio, diversos poemas de *Crisálidas* eram facilmente

relacionáveis a circunstâncias específicas da vida do poeta. O poema mais famoso do livro, “Versos a Corina”, sabe-se, e sabiam todos ao tempo em que o livro foi publicado, que foi escrito sob o impulso de uma paixão real, que o acometera naquele ano de 1864. Só o que não se sabe – todos, poeta e biógrafos, sempre foram muito discretos em relação a isso – é quem foi, na realidade, a mulher oculta sob o nome de Corina. Raimundo Magalhães Júnior arriscou-se a identificá-la, mas... aparentemente a descrença diante da revelação deixou as coisas na situação em que se encontravam antes. (Cf. MAGALHÃES JÚNIOR, 1981, p. 73-87 e p. 115-127). O próprio poeta, em carta a sua mulher Carolina, carta dos tempos do noivado, afirma a realidade do amor que sentiu – em nada parecido ao que sentia por ela, afirmou. (Cf. ASSIS, 1959, v. III, p. 1044).

Conforme já ficou visto, a poesia deste livro, no que interessou aos críticos, fornecia, na falta de outras informações, elementos para o esclarecimento da personalidade e da trajetória do escritor. Foi contra esse caráter de “documento” que o poeta atuou na reelaboração do livro para sua segunda edição. Em conexão com isso, é interessante a observação de José Maria Belo, acerca das primeiras produções poéticas de Machado de Assis, especialmente aquelas que ele nunca incluiu em livro (essa parte é observação nossa), de que elas tinham “simples interesse biográfico”. (BELO, 1952, p. 107).

Sob esse aspecto, um dado curioso, que já se pode declarar, antes mesmo de passar em exame as peças em questão, é o seguinte: todos os poemas que traziam dedicatórias a pessoas das relações do poeta foram eliminados da obra. Nem mesmo a tocante dedicatória do volume – “À / memória / de / Francisco José de Assis / e / Maria Leopoldina Machado de Assis / meus pais.” – apareceu nas Poesias completas.

A necessidade de distanciamento para a correta apreciação de uma obra de arte é condição de que Machado de Assis, tanto o crítico como o artista, sempre demonstrou ter plena ciência. Mais de uma vez, em suas crônicas, ele repetiu a máxima de que “de todas as cousas humanas a única que tem seu fim em si mesma é a arte.” (ASSIS, 1955b, p. 206; ASSIS, 1955c, p. 452). Esse distanciamento implicou a emergência histórica, na Idade Moderna, da “autonomia da arte” – “percepção de uma especificidade e independência do fenômeno estético nunca antes experienciada”, resultado de seu “deslindamento da tutela de instâncias extraestéticas”, nas palavras do professor Rodrigo Duarte. (DUARTE, 1997, p. 7)²

Tal “deslindamento” se relaciona a uma ideia antiga, expressa por Shakespeare, nestes versos de *A midsummer night's dream*:

² A ênfase nas poesias dos primeiros anos, que Machado de Assis nunca incluiu em livro, é de nossa responsabilidade. José Maria Belo não faz distinção entre o que foi incluído em livro e o que não foi.

...as imagination bodies forth
 The forms of things unknown, the poet's pen
 Turns them to shapes, and gives to airy nothing
 A local habitation and a name. (SHAKESPEARE, 1874, p. 88)³

O que faz o poeta é criar formas imaginárias, e conceber para elas, sobre o material plástico das palavras, objeto aéreo por excelência, um corpo físico – que lhes dá existência real: tornadas objetos sensíveis, essas formas ganham, suspensas no ar, um lugar de morada e um nome. Esforço idêntico realizou o poeta e tradutor Augusto de Campos, quando deu para as duas primeiras estrofes da *Divina comédia*, de Dante, a seguinte tradução:

No meio do caminho desta vida
 me vi perdido numa selva escura,
 solitário, sem sol e sem saída.

Ah, como armar no ar uma figura
 dessa selva selvagem, dura, forte,
 que, só de eu a pensar, me desfigura?
 (CAMPOS, 2003, p. 193. Grifo nosso.)

Evidentemente, quanto menos amarras tiver o texto poético ao tempo e às circunstâncias biográficas de seu autor, maior será sua autonomia. Tais são os monumentos “mais duradouros que o bronze”, para nos valermos da expressão horaciana. (HORÁCIO, 1906, p. 63). Esse modo de pensar não foi, nem poderia ter sido, estranho ao poeta, tão afeiçoado era ele às coisas clássicas.

Como não pôde o poeta Machado de Assis retirar de *Crisálidas* os “Versos a Corina”, que deram relativa celebridade ao livro, também não quis suprimir o excelente poema “Ludovina Moutinho”, que trazia o subtítulo de “Elegia”. Os versos foram compostos por ocasião da morte, na Bahia, da jovem atriz Ludovina Moutinho, filha da também atriz Gabriela da Cunha. Na primeira publicação do poema, na segunda página do Diário do Rio de Janeiro de 17 de junho de 1861, a circunstância em que os versos foram escritos eram ainda mais explícitas: “Sobre a morte de Ludovina Moutinho”. (ASSIS, 1861, p. 2). A jovem atriz morrera na Bahia, a 21 de maio de 1861, aos dezoito anos de idade. (Cf. MAGALHÃES JÚNIOR, 1981, v. 1, p. 125). O poema foi para as Poesias completas, com o subtítulo – “Elegia” – alçado à condição de título, o que afastava do horizonte de leitura os aspectos mais diretamente ligados às relações pessoais do poeta. O novo título conferia à composição não só generalização, mas ares de perenidade.

³...à medida que a imaginação dá corpo / a coisas desconhecidas, a pena do poeta / lhes dá formas e dá a esse nada aéreo / um lugar de morada e um nome.” (Tradução livre, nossa.)

O poema "Horas vivas", que também passou às Poesias completas, trazia na primeira edição, abaixo do título, a informação: "No álbum da Exma. Sra. D. C. F. de Seixas." Tal informação, como aconteceu aos dados que fixavam "Elegia" em seu contexto, foi suprimida. Esse poema, é bom que se diga, apareceu também em crônica publicada a 1º de agosto de 1864, no Diário do Rio de Janeiro. O curioso é que, na crônica, o poeta atribuiu o poema a um outro (que, afinal, se revelou ser ele mesmo) e foi menos explícito do que no livro, no tocante à pessoa em cujo álbum escrevera o poema – segundo ele, na crônica, os versos "de um poeta" foram "escritos no álbum de uma senhora de espírito". É ainda curioso o fato de o poema ter permanecido nas Poesias completas, tão leve e despretencioso ele parece ser. Uma possível explicação estaria em seu tema, o das horas noturnas, em que, longe do bulício da vida diurna, o poeta engendra suas criações. Esse foi um tema persistente na poesia de Machado de Assis, e ele aparece também, em prosa, na crônica que divulgou o poema:

Antes de concluir [a crônica] devo dar uma explicação aos meus leitores habituais.

Apareço algumas vezes à segunda-feira, – hoje como na semana passada; mas isso não quer dizer que eu tenha mudado o meu dia próprio, que é o domingo.

A profissão do folhetim não é ser exato como um relógio; e ainda assim, todos sabem como, até na casa dos relojoeiros, os relógios divergem entre si.

Se é lícito ao relógio variar, não é ao folhetim que se deve pedir uma pontualidade de Monte-Cristo.

Eu cismo meus folhetins sempre a horas mortas, e acontece que nem sempre posso fazê-lo a tempo de aparecer no domingo.

Fiquem avisados.

Disse – horas mortas – para seguir a linguagem comum; mas haverá acaso horas mais vivas que as da noite? (ASSIS, 1955, p. 75-76).

A mais perfeita das realizações poéticas desse tema talvez seja "A flor do embiroço", publicada em *Americanas*.

Até mesmo o discreto poema "Sinhá", que em sua primeira publicação, nas páginas de *O Futuro*, em 1863, trazia apenas a epígrafe do Cântico dos cânticos, mas que trazia, em *Crisálidas* (1864), abaixo do título, a inscrição "(N'um álbum. – 1862.)", teve essa informação suprimida nas Poesias completas. (Cf. ASSIS, 1863, p. 495; ASSIS, 1864, p. 55; ASSIS, 1901, p. 26)

Tudo isso, até aqui, no tocante aos poemas que, para permanecerem nas Poesias completas, tiveram afrouxadas as suas amarras às circunstâncias histórico-biográficas de suas composições. Passemos aos poemas que foram excluídos de *Crisálidas*, na sua nova edição.

III

Isoladamente, talvez o poema mais criticado de *Crisálidas*, quando o livro apareceu, tenha sido “Monte Alverne”. Um crítico afirmou que, nele, “apartou-se o Sr. Machado de Assis de sua natureza”, que “essa poesia não está na altura do assunto” (SILVA, 2003, p. 61); outro disse que “o canto foi diminuto para o assunto” (MAJOR, 2003, p. 63); e outro, ainda, assinalou-lhe a “pequenez do canto” (LEITÃO, 2003, p. 58). Esse poema, entretanto, apresenta diversas outras possíveis razões para sua exclusão.⁴ Entre essas razões está o fato de o poema ter sido dedicado “Ao padre-mestre A. J. da Silveira Sarmiento”, que foi, também, objeto da seguinte nota, ao final do volume:

MONTE ALVERNE

A dedicatória desta poesia ao padre-mestre Silveira Sarmiento é um justo tributo pago ao talento, e à amizade que sempre me votou este digno sacerdote. Pareceu-me que não podia fazer nada mais próprio do que falar-lhe de Monte Alverne, que ele admirava, como eu.

Não há nesta poesia só um tributo de amizade e de admiração: há igualmente a lembrança de um ano de minha vida. O padre-mestre, alguns anos mais velho do que eu, fazia-se nesse tempo um modesto preceptor e um agradável companheiro. Circunstâncias da vida nos separaram até hoje. (ASSIS, 1864, p. 171).

Como se vê, eram fortes os laços que prendiam poeta e poema a Silveira Sarmiento, e havia até mesmo, contrariando a tendência que prevaleceu ao longo da carreira do escritor, certa intenção de revelá-los ao público.

Não poderia ser apenas a condição eclesiástica de Silveira Sarmiento a condição determinante da exclusão do poema, embora fosse verdadeira a ausência, no poeta maduro, da religiosidade que havia no jovem. O fato é que a figura do padre teve papel decisivo na admiração firme que Machado de Assis teve, ao longo de toda a vida, pelo célebre orador cego – e com isso a circunstância biográfica penetrava o ímago do poema, contaminando com restos da vida a pureza almejada da poesia.

O vínculo, portanto, da circunstância biográfica com o poema não era apenas um dado exterior ao poema, era mais do que isso; havia marca da vida impressa até mesmo na matéria poética – na “alma da poesia”, como diria o crítico Machado de Assis. (ASSIS, 1938, p. 338-339).

⁴Essas outras razões foram objeto de outro artigo, intitulado “Machado de Assis e Monte Alverne”, publicado na revista *Matraga*, em 2016.

IV

Outros poemas que traziam dedicatórias foram, também, excluídos do livro: “Aspiração”, dedicado a Faustino Xavier de Novais, “As rosas”, dedicado a Caetano Filgueiras, e “No limiar”, dedicado a M. Ferreira Guimarães.

“Aspiração” é um poema em versos alexandrinos – as estrofes são irregulares quanto ao número de versos, e nelas varia a disposição das rimas: a primeira tem oito versos; a segunda, oito; a terceira, dezenove; a quarta, nove; a quinta, dez, todas com rimas emparelhadas; a sexta, a sétima, a oitava e a nona têm seis versos, com esquema de rimas aabccb. (ASSIS, 1864, p. 65-69) Nas duas estrofes com número ímpar de versos, a rima emparelhada se faz entre o último verso da estrofe antecedente e o primeiro da seguinte. Essa é a disposição dos versos na primeira edição (1864), sendo a que deve prevalecer.

Ao poema de Machado de Assis, publicado pela primeira vez no periódico *O Futuro*, em 1º de outubro de 1862, Faustino Xavier de Novais respondeu com outro, intitulado jocosamente “Embriração”, publicado no mesmo número do periódico. O poema-resposta foi, posteriormente, incluído por Machado de Assis em *Crisálidas*.

Jean-Michel Massa constatou que “Novais não compreendeu este dramático apelo [do poeta Machado de Assis]”, pois respondeu ao poema, tomando as mesmas rimas, com “uma poesia contra o alexandrino, sem escarnecer diretamente do autor, mas também sem responder a esta epístola poética.” (MASSA, 1971, p. 355).

Em “Aspiração”, não faltam as rimas agudas, que Castilho dizia servirem principalmente a ideias “extravagantes, cômicas, brutescas ou satíricas” (CASTILHO, 1851, p. 24): “mim” rima com “assim”; “é”, com “fé”; “fatal”, com “ideal”; “vã”, com “irmã”; “véus”, com “Deus”; “luz”, com “conduz”; “solidão”, com “ilusão”; “porvir”, com “sentir”; “paz”, com “vivaz”; “pôs”, com “algoz”; “ideal”, com “fatal”; “amor”, com “flor”; “mar”, com “lutar”; “voz”, com “algoz”; “lar”, com “despertar”; “olhar”, com “desatar”; “ideal”, com “final”; “amor”, com “Senhor”. Como se vê, não são poucas. Entretanto, diga-se em favor do poeta, essas rimas funcionam razoavelmente bem no verso alexandrino, justamente, talvez, pelo defeito que Castilho lhes apontou – “seu modo seco e estalado de acabar” (CASTILHO, 1851, p. 23) –, talvez pela extensão do verso, e especialmente quando não são emparelhadas.

No plano das ideias, há que se reparar na confiança em Deus e numa outra vida, além desta terrena, crença que o poeta perdera no correr do tempo:

Longe de ti, ó Deus, e distante do amor!

Mas guardemôs, poeta, a melhor esperança:

Sucederá a glória à salutar provança:

O que a terra não deu, dar-nos-á o Senhor! (ASSIS, 1976, p. 189).

O poeta Novais, irmão de d. Carolina – chegada ao Rio de Janeiro em junho de 1868 (Cf. MAGALHÃES JÚNIOR, 1981, v. 2, p. 26) –, com quem Machado de Assis se casou em 12 de novembro de 1869, morreu em 16 de agosto deste mesmo ano (1869) – antes, portanto, do casamento. (Cf. MAGALHÃES JÚNIOR, 1981, v. 2, p. 44-54) Se, por um lado, a inclusão do poema a ele dirigido e a do poema-resposta, intitulado “Embirração”, na primeira edição de *Crisálidas* nada deveu a d. Carolina, mas apenas à amizade de Machado de Assis para com o irmão dela, por outro, à época da edição das Poesias completas, o poema era de um cunhado seu.

Como se pode ver pelos versos seguintes, Novais fez tornarem-se irrisórias e voltarem-se contra o Machado seu confidente e ardoroso amigo as palavras amargas, tingidas de angústia metafísica, do próprio Machado:

O poeta busca sempre o almejado ideal...
Triste e funesto afã! tentativa fatal!
Nesta sede de luz, nesta fome de amor,
O poeta corre à estrela, à brisa, ao mar, à flor;
Quer ver-lhe a luz na luz da estrela peregrina,
Quer-lhe o cheiro aspirar na rosa da campina,
Na brisa o doce alento, a voz na voz do mar,
Ó inútil esforço! ó ímprobo lutar!
Em vez da luz, do aroma, ou do alento ou da voz,
Acha-se o nada, o torvo, o impassível algoz! -
(ASSIS, 1976, p. 188-189)

Aspiras, vate, assim, da glória ao ideal?
Triste e funesto afã!... tentativa fatal!
Nesta sede de luz, nesta fome de amor,
O poeta corre à estrela, à brisa, ao mar, à flor;
Quer ver-lhe a luz na luz da estrela peregrina,
Quer-lhe o cheiro aspirar na rosa da campina,
Na brisa o doce alento, a voz na voz do mar,
Ó inútil esforço! Ó ímprobo lutar!
Em vez da luz, do aroma, ou do alento ou da voz,
O verso alexandrino, o impassível algoz!
(NOVAIS, 1864, p. 73)

Evidentemente, a diatribe de Faústino Xavier de Novais contra o verso alexandrino, sua “Embirração”, foi também excluída do livro.

V

Outro poema com dedicatória, que foi eliminado de *Crisálidas*, envolve o prefaciador do livro, Caetano Filgueiras. Trata-se de “As rosas”, poema assim composto: duas quadras – com os três primeiros versos setessílabos e o quarto trissílabo, rimando ABBA, sendo a rima Aa aguda; uma estrofe central de catorze versos, composta por decassílabos brancos combinados com hexassílabos – o sexto, o oitavo e o décimo primeiro, também brancos; e uma estrofe final de oito versos, divisível em duas quadras, composta cada uma por três versos setessílabos seguidos por um trissílabo – o primeiro verso de cada uma das quadras é solto, o segundo rima com o terceiro, e os trissílabos rimam entre si [esquema de rimas ABBcDEEc].

Em nota aos últimos versos do poema –

Se a mão de um poeta
Vos cultiva agora, ó rosas,
Mais vivas, mais jubilosas,
Floresceis.
(ASSIS, 1976, p. 203)

– Machado de Assis apresentou a circunstância motivadora de sua composição da seguinte maneira: “O Dr. Caetano Filgueiras trabalha há tempos num livro de que são as rosas o título e o objeto. É um trabalho curioso de erudição e de fantasia; o assunto requer, na verdade, um poeta e um erudito. É a isso que aludem estes últimos versos.” (ASSIS, 1864, p. 170-171). Tal livro, pelo que sabemos, jamais foi publicado. A palavra “rosas” aparece apenas no título da obra *Rosas e fantasias*, que, segundo Sacramento Blake, era um livro de contos e ficou inédito. (Cf. BLAKE, 1970, v. 2, p. 3-5).

O prefácio, em que Caetano Filgueiras emitiu um juízo crítico excessivamente benevolente sobre o livro, também ele suprimido, recebeu do próprio Machado de Assis, na Advertência às Poesias completas, a seguinte justificativa para sua supressão: “Não deixo esse prefácio, porque a afeição do meu defunto amigo a tal extremo lhe cegara o juízo que não viria a ponto reproduzir aqui aquela saudação inicial. A recordação só teria valor para mim.” (ASSIS, 1976, p. 125).

Lê-se aí o testemunho do autor, seu desejo de que o livro se desprendesse das circunstâncias em que fora criado, para alçar-se à esfera da “grande poesia”, em que os sentimentos do poeta se estendessem “às dores da humanidade”.

O texto do poema é claro e de muito fácil entendimento; os versos falam da pouca duração da flor e da vanidade de tudo a que ela se presta:

Em vão encheis de aroma o ar da tarde;

Em vão abris o seio úmido e fresco
Do sol nascente aos beijos amorosos;
Em vão ornais a fronte à meiga virgem;
Em vão, como penhor de puro afeto,
Como um elo das almas,
Passais do seio amante ao seio amante;
Lá bate a hora infausta
Em que é força morrer; as folhas lindas
Perdem o viço da manhã primeira,
As graças e o perfume.
Rosas, que sois então? – Restos perdidos,
Folhas mortas que o tempo esquece, e espalha
Brisa do inverno ou mão indiferente.

(ASSIS, 1976, p. 202)

No tocante a possíveis questões técnicas, que seriam objeto de reprovação pelo autor na maturidade, o poema não parece apresentar problemas. A combinação de versos setessílabos com decassílabos em um mesmo poema foi praticada pelo poeta em peças conservadas por ele nas Poesias completas. É bem verdade que, nos “Versos a Corina”, o descompasso da paixão parece justificar toda a variedade de humores e medidas da expressão, e que, em “Última folha”, os versos decassílabos são aqueles em que o poeta se dirige à Musa, ao passo que os setessílabos se reservam a um trecho em que o poeta fala a si mesmo. Em “As rosas”, diferentemente dos dois poemas conservados nas Poesias completas, não parece haver funcionalidade alguma na combinação dos metros.

O poema tem, num dos versos da estrofe decassilábica, duas sílabas tônicas justapostas – “Em vão abris o seio úmido e fresco” –, o que obriga à diástole em “úmido”. O primeiro verso da oitava setessilábica final – “Tal é o vosso destino” – é frouxo, exige hiato onde a prosódia normal produziria um ditongo – “Tal é o vosso destino”. Tais senões, entretanto, são de pequena monta: ocorrem em toda a obra do poeta, são procedimentos comuns, legitimados pela tradição poética da língua portuguesa.

Apesar dessas possíveis dificuldades, não é certo que elas tenham sido determinantes para a exclusão do poema do livro; o mais provável é que a vinculação a Caetano Filgueiras tenha pesado mais. Afinal, o que dá perenidade às rosas, segundo os versos do poema, é o fato de serem cantadas pelo amigo do poeta – o que traz, para o âmago do poema, a obra em elaboração pelo prefaciador.

VI

Um derradeiro poema, que teria ainda outra explicação para sua exclusão de *Crisálidas*, trazia dedicatória a M. Ferreira Guimarães.

Trata-se de “Os dous horizontes”, elogiado por M. A. Major, que se referiu a ele como “as cinco oitavas tão lindas e amenas dessa cadeia que prende o futuro ao passado por meio do presente”. (MAJOR, 2003, p. 63) O poema é composto por cinco oitavas, em versos heptassílabos, em que rimam entre si apenas os versos pares da primeira metade (quadra) até a penúltima oitava – na última os versos ímpares também rimam –, e, na segunda metade de cada estrofe, do início ao fim do poema, o primeiro verso da quadra rima com o último, e os dois intermediários rimam entre si (esquema abba). Esse conjunto é emoldurado por um verso decassílabo – “Dous horizontes fecham nossa vida” –, que antecede as oitavas e é repetido depois da última. Teria o poeta sonhado com um esquema mais regular nas oitavas do que aquele que de fato obteve?

Esse poema foi estudado por Wilton Cardoso, em 1956, quase um século depois de sua composição (1863) e sua publicação (1864). (Cf. CARDOSO, 1958, p. 17-52). Segundo o crítico, a supressão do poema, quando da edição das *Poesias completas*, deveu-se não propriamente à qualidade poética do texto, “se se leva em conta que, em confronto com a qualidade de outras produções não relegadas, não parece certo admitir que ao ato tenham presidido rigores de pura crítica estética.” (CARDOSO, 1958, p. 21).

Após análise, com cerrada argumentação de cunho filosófico, Wilton Cardoso concluiu:

...o poema, que negava o presente, situando a vida humana entre os extremos da saudade e da aspiração – o polo do passado e o polo do futuro – acaba por mostrar que passado e futuro só existem em relação ao presente; o mesmo presente que não tem realidade.

Incidentemente, cabe notar que a lição dos filósofos que compreendem o tempo não como realidade perceptível, vinda de fora, ou exterior, com ação sobre o nosso espírito – um objeto propriamente dito –, mas como aquilo que se acha em nós, que constitui o desenvolvimento próprio e incessante da consciência – forma interior de toda nossa representação – concorda substancialmente com a experiência lírica do poeta. (CARDOSO, 1958, p. 43)

Se se toma isto em consideração – o caráter filosófico do poema – e a isso se junta o argumento de Machado de Assis, de que “as restantes [poesias que deixou nas *Poesias completas*] bastam para notar a diferença de idade e de composição” (ASSIS, 1976, p. 125), é inevitável a conclusão de que o poeta, ao suprimir o poema de *Crisálidas*, pretendeu dar uma ideia de sua trajetória espiritual, reservando para o final da história as poesias de cunho mais cerradamente filosófico. Seu livro mais “filosófico” é o último, *Ocidentais*, que só veio à luz nas

Poesias completas; cumpria ao poeta, para dar verossimilhança ao conjunto, que o mais filosófico de seus poemas do primeiro livro fosse de lá suprimido.

Acrescente-se a tudo isso, o fato de o poema ser dedicado a M. Ferreira Guimarães, autor teatral com o qual Machado de Assis colaborou em sua [de Ferreira Guimarães] peça de estreia, intitulada *Cenas da vida do Rio de Janeiro*. (Cf. MACHADO, 2008, p. 74, p. 115 e p. 154). Como já se viu, o poeta retirou de *Crisálidas* todas as informações que vinculavam a obra diretamente a seu contexto e seu tempo – aparentemente com a intenção de conferir perenidade a uma obra a que detu mais consistência, ao recompô-la quando de sua segunda edição.

Referências:

- ALIGHIERI, Dante. Da linguagem vulgar. Trad. Padre Vicente Pedroso. In: *Obras completas*. São Paulo: Editora das Américas, s.d. p. 51-118.
- ASSIS, Machado de Assis. Sobre a morte de Ludovina Moutinho. Rio de Janeiro, *Diário do Rio de Janeiro*, 17 jun. 1861, p. 2.
- ASSIS, Machado de. *Sinhá*. Rio de Janeiro, *O Futuro*, n. XV, p. 495, 15 abr. 1863.
- ASSIS, Machado de. *Crisálidas*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864.
- ASSIS, Machado de. *Crítica literária*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1938.
- ASSIS, Machado de. *Crônicas 2º volume (1864-1867)*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1955.
- ASSIS, Machado de. *A semana 1º volume (1892-1893)*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1955a.
- ASSIS, Machado de. *A semana 2º volume (1894-1895)*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1955b.
- ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959. 3v.
- ASSIS, Machado de. *Correspondência de Machado de Assis com Magalhães de Azeredo*. Ed. preparada por Carmelo Virgillo. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.
- ASSIS, Machado de. *Poesias completas*. Ed. crítica pela Comissão Machado de Assis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- ASSIS, Machado de. *Crisálidas*. Ed. Oséias Silas Ferraz. Belo Horizonte: Crisálida, 2000.
- BELO, José Maria. *Retrato de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: A Noite, 1952.
- BLAKE, Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Ed. fac-similar. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. 7v.
- CAMPOS, Augusto de. *Invenção: de Arnaut e Raimbaut a Dante e Cavalcanti*. São Paulo: Arx, 2003.

CARDOSO, Wilton. Tempo e memória em Machado de Assis. Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria, 1958.

CASTILHO, A. F. de. Tratado de metrificação portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1851.

CHOCIAY, Rogério. Machado de Assis e os alexandrinos "errados". Revista de Letras, São Paulo, v. 29, p. 37-45, 1989.

DUARTE, Rodrigo. Apresentação. In: O belo autônomo: textos clássicos de estética. Org. e sel. dos textos por Rodrigo Duarte. Belo Horizonte: UFMG, 1997. p. 7-8.

FERRAZ, Oséias Silas. Nota do editor. In: ASSIS, 2000, p. 7-9.

GUIMARÃES, Bernardo. Poesias completas de Bernardo Guimarães. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1959.

HORÁCIO. Œuvres d'Horace. Paris: Hachette, 1906.

HOUAISS, Antônio. O texto dos poemas. In: DIAS, A. Gonçalves. Poesia completa e prosa escolhida. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959. p. 79-91.

HOUAISS, Antônio. Machado de Assis e seus versos. In: Estudos vários sobre palavras, livros, autores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 201-204.

LEITÃO, F. T. Crisálidas. In: MACHADO, Ubiratan. Machado de Assis: roteiro de consagração (crítica em vida do autor). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. p. 55-59.

MACHADO, Ubiratan. Dicionário de Machado de Assis. Rio de Janeiro: ABL, 2008.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. Vida e obra de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. 4v.

MAJOR, M. A. Crisálidas (Machado de Assis). In: MACHADO, Ubiratan. Machado de Assis: roteiro de consagração (crítica em vida do autor). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. p. 61-65.

MASSA, Jean-Michel. A juventude de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

NOVAIS, F. X. de. Embirração. In: ASSIS, 1976, p. 71-74.

PEREIRA, Lúcia Miguel. Machado de Assis (Estudo crítico e biográfico). 6. ed. revista. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

RÓNAI, Paulo. Não perca o seu latim. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SHAKESPEARE, William. A midsummer-night's dream. New York: D. Appleton, 1874.

SILVA, Luís José Pereira da. Crônica. In: MACHADO, Ubiratan. Machado de Assis: roteiro de consagração (crítica em vida do autor). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. p. 60-61.

COMENDA AMBIENTAL*

*Eugênio Ferraz***

Há exatos seis anos houve a primeira edição desta comenda, iniciada, quase que por acaso, a partir de uma conversa informal com minha querida Ivanise e graças ao irrestrito apoio do prefeito José Neto e da Câmara de Vereadores.

Já nasceu grandiosa, prestigiada como nas edições seguintes pelas mais altas autoridades de nosso estado.

Nesta edição, preside a solenidade o nosso caríssimo vice-presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Bráulio Braz, por delegação do ilustre deputado Adalclever Lopes, que foi legítima e democraticamente escolhido pelo povo destas Minas Gerais como deputado, e pelos seus pares, para presidir a Casa do Povo Mineiro, personalidade que sempre prestigiou nossa cidade com sua honrosa presença, como na edição desta comenda no ano passado, seguindo os passos de seu ilustre pai, o ministro da Aviação Civil, deputado Federal Mauro Lopes.

Fazemos, aqui, questão de resgatar alguns pontos acerca desta Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço. Grandiosa desde a origem, nos obriga a todos e a este Chanceler, em especial e tecnicamente, a cada ano, superarmos a edição anterior, tarefa de enorme responsabilidade, propiciando, assim, as atenções múltiplas das mídias a projetar nossa querida estância pelo país.

Aqui, um reparo digno de registro: em futuro próximo, e continuamente, a quantidade de agraciados deverá diminuir proporcionalmente à sua própria valorização associada à divulgação e potencialização dos assuntos: meio ambiente, turismo, cultura, desenvolvimento local, desenvolvimento regional, estadual e nacional, temas que motivaram a sua criação, como bem sempre faz questão de destacar a sua idealizadora, Ivanise.

Alguns de seus resultados a partir da visibilidade por ela projetada são agora lembrados: a criação e instalação do 57º Batalhão da Polícia Militar, o chamado Batalhão do Circuito das Águas, que hoje faz três anos e a proposta pelo Ministério Público de tombamento do Parque das Águas, com a inscrição de suas águas como patrimônio imaterial do povo mineiro.

Registramos, também, iniciativa para criação e instalação do Instituto His-

* Pronunciamento na quinta edição da Comenda Ambiental em 20.3.2016 eugferraz@gmail.com

**Chanceler da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço e Diretor Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. eugferraz@gmail.com

tórico e Geográfico de São Lourenço, trazendo cultura na inovação memorialística, por meio da cápsula que contém registros desta época, encimada por relógio de sol instalado nesta praça e que registra o passar do tempo diferenciado nesta singular cidade.

Cabe salientar, também, os Seminários de Acessibilidade em Cidades Turísticas, na 4ª edição, e o 2º Seminário versando Meio Ambiente e Sustentabilidade Hídrica: Olhar Jurídico, tema inovador no atual contexto de escassez de água disponível para a sociedade.

Novidade deste ano: o 1º Encontro de Mídias em São Lourenço, trazendo, ainda que timidamente, os ilustres jornalistas Emanuel Carneiro, que já presidiu a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, condutor do maior complexo de rádio de Minas; Audálio Dantas, reserva moral do jornalismo nacional; Eduardo Costa, jornalista, repórter, radialista emblemático; Mayrinck Pinto de Aguiar Júnior, presidente da Associação Mineira de Rádio e Televisão – AMIRT; Guilherme Garcia, referência na Alterosa no sul mineiro e o mestre de nossos mestres Zuenir Ventura, aos quais agradecemos, penhoradamente, a presença e o altruísmo em dispor de suas competências nesta nossa terra. Aos caros amigos nominados, reiteramos nossos agradecimentos.

Destacamos, também, o 2º Seminário Olhar Jurídico sobre Meio Ambiente, organizado pelos caros amigos juiz Bruno Terra e Dr. Felipe Martins, grandes condutores deste segundo evento que contou com as presenças ilustres dos caros desembargador Afrânio Vilela, Advogados Bruno Dias Cândido, Dalmar Pimenta, Jorge Ferreira, Leticia Junger, Marcelo Azevedo, Maurício Torres, presidente da AMAGIS e José Silvério Perdigão de Oliveira, presidente da Associação Mineira do Ministério Público, além da vital colaboração do Dr. Roger Vieira Feichas, defensor público em São Lourenço.

Destacamos, em especial, a presença no segundo seminário Olhar Jurídico sobre Meio Ambiente, do caro desembargador Afrânio Vilela, historiador e especial amigo desta terra, que no ano passado honrou-nos com sua brilhante oração oficial, peça com que, neste ano, seremos, daqui a pouco, brindados pelo caro amigo cortês, cordato e sensato ministro Patrus Ananias, outra grande reserva moral deste país.

Temos a destacar, ainda, a vinculação estabelecida, a partir desta Comenda, entre o meio ambiente deste sul maravilhoso de Minas Gerais com a região dos Inconfidentes, ligando culturalmente duas importantes áreas de Minas Gerais, por meio da tocha da liberdade, aqui acesa, que percorre trechos da Estrada Real, e que em 21 de abril alimenta a Pira da Liberdade nas cerimônias da Inconfidência Mineira.

Temos que registrar, também as atividades desenvolvidas pela Polícia Militar nas escolas de São Lourenço, levando informações importantes sobre meio ambiente para mais de 500 alunos das quartas séries da cidade. Ati-

vidades que deram origem a um concurso de redações que agraciará com a Comenda Ambiental o aluno vencedor em agosto, na festa da cidade. Agradecemos à Polícia Militar, nas pessoas do caro cel. Fagundes, diretor de Trânsito e meio Ambiente da PM e do major Warley, da Sala de Imprensa da PM, pelo apoio irrestrito nas edições desta Comenda.

Parabenizamos a APAE de São Lourenço, na pessoa de seu presidente, Eduardo Gonçalves, pela homenagem recebida aqui hoje, por indicação especial da idealizadora da comenda, Ivanise, que a cada ano distingue uma personalidade de destaque da cidade, e também pelos 60 anos da instituição que é pioneira em Minas Gerais. Mas sobretudo, Eduardo, parabenizamos a APAE pelo magnífico trabalho desenvolvido com estes meninos e meninas.

Por falar em trabalho grandioso, precisamos agradecer e também parabenizar o Coral Vozes da Cela, tão bem conduzido por seu maestro e condutor José Henrique Martins, que já pela terceira vez participa das solenidades desta Comenda.

Agradecemos ainda, aos grupos Cia Jovem de Dança – Denise Fonseca; Vitrine de Dança – Deise Dutra, e à oficina de música de Erich Mathias, que mostraram os valores de São Lourenço aos agraciados, convidados e população local presentes nas noites de sexta e sábado. Véspera abrilhantada também pelo excepcional Sexteto Musical da Polícia Militar.

O turismo na cidade, senhoras e senhores, cresceu exponencialmente em consequência da divulgação, por mídia espontânea, gerada pela Comenda Ambiental, desde sua 1ª edição. Abrimos, aqui, um parêntese para citar o Código das Águas, de 1934, que inicia a atenção governamental para o uso das águas.

Em 1972, a ONU conduziu a primeira conferência exclusiva sobre o Meio Ambiente.

Cinco anos depois, em 1977, ocorreu, com promoção pela organização, a primeira discussão internacional sobre recursos hídricos, quando foi recomendado aos países elaborar legislação visando a promover o uso eficaz e equitativo e a proteção da água e dos ecossistemas a ela ligados. Nossa constituição federal de 1988 diz que compete a União instituir Sistema Nacional de gerenciamento de recursos hídricos. Em 1997, foi criada a Agência Nacional das Águas, cuja lei de criação definiu a política nacional de recursos hídricos, estabelecendo o Sistema Nacional de Gerenciamento de recursos hídricos, que conceituou a água como um bem público.

A atual escassez impõe a todos nós descobrir novas atitudes que façam a sociedade frear o ritmo de sua autodestruição pelo desperdício de água.

Há necessidade de novas normas de interpretações acerca do uso desse bem tão precioso.

Documento produzido ano passado no 1º seminário jurídico já referido, incipiente iniciador de discussões periódicas, a Declaração da Água, de São Lourenço dizia:

Por ocasião do I-Seminário – “Meio Ambiente e Sustentabilidade Hídrica: olhar jurídico”, realizado neste dia 21 de março de 2015, em iniciativa pioneira das celebrações da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, e tendo em consideração o Dia Mundial da Água, comemorado em 22 de março, autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, comunidade acadêmica, Ministério Público, Defensoria Pública, profissionais da advocacia e representações do povo mineiro resolveram declarar:

a água doce, relativamente escassa, sofreu severo comprometimento decorrente do modelo de civilização industrial, adotado no ocidente e transposto a praticamente todo o globo terrestre;

a crença na inesgotabilidade desse recurso natural tão precioso, sem o qual a vida não é possível, revelou-se absolutamente equivocada, especialmente em face dos abusos humanos cometidos nos séculos XX e XXI;

os infortúnios da diminuição de disponibilidade de água, previstos pela ONU, com sério agravamento a partir de 2025, serão inevitáveis, caso não haja imediata mudança do modelo de desenvolvimento industrial e não sejam adotadas medidas que conduzam a uma economia global sustentável;

não há bem mais precioso que aquele garantidor de todas as formas de vida;

é dever do Estado brasileiro, por suas esferas de governo, bem como de entidades privadas e do povo, articular-se para cumprir a Declaração Universal dos Direitos da Água, aprovada pela Organização das Nações Unidas em 22 de março de 1992.

Em São Lourenço, 21 de março de 2015.

Esta foi uma iniciativa da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço.

Enfim, Senhoras e Senhores, nesta quantidade de registros e memórias, como sempre se deve fazer, estes são alguns dos legados aqui deixados, que sempre pretendemos fazer para o eterno registro histórico nesta terra tão especial.

Mas, outro dia acordei de um sonho.

Será a hora de atender, 40 anos depois, aos anseios de Ivanise? Voltar para esta terra singular, única, especial?

No acaso de um crepúsculo, no efervescer das lembranças de comandar restaurações, de administrar memórias e gigante arrecadatório e normativo de tesouros, agora com máquinas ditas novas, ditas modernas, ditas superiores, descobrindo verdades nas insignificâncias de tais que tais e, também, na administração de grandes pequenezas das mentes humanas como que na artificialidade fugaz de aparelhos, já sem saudosismo piegas, confesso, relembro os bons tempos de minha juventude perdida, aliás, esquecida por mim, dos bons tempos dos sonhos sonhados, alguns realizados, outros imaginados, outros tentados, outros frustrados.

Como o destino nos é cruel, ou melhor, realista.

Exemplo disto é esta Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, nascida grande e maior ficando a cada ano, nestes seus seis anos de existência.

Um pouco distante, ainda, do que imaginou sua idealizadora, mas, realista frente à própria condição humana.

Nesse turbilhão de pensamentos, de lembranças de uma vida dedicada a desafios profissionais, relembro parte de um pronunciamento que fiz, em 15 de novembro de 2011, na Casa dos Contos de Ouro Preto, em evento da Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira, sem que a plateia soubesse que simbolizava minha saída da condução do Ministério da Fazenda em Minas Gerais, em razão de convite já aceito para dirigir a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Ali explicitiei para dirigentes federais, de cujo fórum em Minas fui participante da criação e que coordenei por cerca de 10 anos, as ainda dificuldades de ser gestor público na atualidade, e principalmente, quando se tenta, de forma altruísta exercer a cidadania plena em prol da sociedade, mas permanentemente passível de contestações por eventuais descontentes, alguns desqualificados por demências, ou melhor, deficiências de caráter ou desconhecimento técnico típico de pessoas leigas, mal treinadas ou despreparadas, que, ascendendo a algum posto ou poder, dele fazem o mais nefasto — ou indigesto — uso em prol de sua própria insignificância... Triste, pois, destes trópicos que sofrem por isso.

Mas, aí já é outra história...

Concluindo, estendemos os nossos agradecimentos a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização de mais esta edição da Co-

menda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, conclamando a todos para que daqui um ano se engajem nesta árdua, mas edificante missão, exemplo de cidadania em prol da população de São Lourenço, sua beneficiária primaz.



AS BATINAS NEGRAS NA CONJURA DE MINAS

*Maria de Lourdes Costa Dias Reis**

A participação dos clérigos no movimento da Conjuração Mineira em fins do século XVIII foi bastante variada, uns em maior proporção, outros em nível menor.

Através da leitura dos “Autos de devassa da Inconfidência Mineira”, pode-se perceber e aquilatar os depoimentos dos clérigos e perceber que por ingenuidade ou imaturidade, havia por parte desses clérigos total despreparo para realizar tal empreendimento.

Oficialmente, esses padres estavam a serviço da Igreja Católica, mas, na realidade, mais preocupados com seus interesses particulares, como dilatar sua fortuna e seus bens materiais, do que exercer as funções sacerdotais.

Dentro do contexto histórico vigente à época, seria natural que os clérigos se envolvessem no movimento da Conjura mineira.

Eram pessoas intelectualizadas em comparação com o homem mediano do momento.

Estudaram em seminários, considerados os centros de educação mais avançados; alguns tiveram oportunidade de passar por universidades europeias, completamente sintonizadas com o ideário iluminista, que impregnava a mente da classe burguesa. Vários deles eram possuidores de vastas bibliotecas, guarnecidas de obras de peso de filósofos, desde os clássicos aos avançados iluministas. Não estavam satisfeitos com o poder reinante à época nem com a opressão ditada pelo Fisco e, muito menos com a falta de liberdade de pensamento, expressa pela ausência de imprensa na colônia, bem como a proibição da entrada de livros.

Pertenciam à elite burguesa brasileira, enriquecida pela mineração, muitos deles verdadeiros nababos, donos de terras, fazendas de gado, lavras de ouro e diamantes, joias, objetos de luxo e escravaria.

* Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, cadeira nº 35, membro da Academia Feminina Mineira de Letras, cadeira nº 39. ludiasreis@gmail.com

Tudo faz crer que, além do interesse econômico pessoal que abrangia o patrimonial e o financeiro, esses padres também queriam liberdade de culto, o que significava livrar-se do controle oficial dos altos órgãos eclesiásticos portugueses. Isso significava liberdade em sua arrecadação de dízimos e recebimento de espórtulas, bem volumosas. O padre queria liberdade de ação completa, já que era um elemento de notória importância na sociedade, pois além de confessor, era confidente, conselheiro, uma espécie de chefe tutelar das famílias, com alta importância na sociedade da época.

Após a verificação dos vários motivos, percebe-se que o envolvimento dos clérigos na Conjuração Mineira tem razões bem evidentes e fortes, fugindo às vezes da visão do leitor comum. A derrama era um pretexto. A realidade, bem outra.

Os Clérigos e sua atuação no movimento da Conjuração Mineira

Participaram sete clérigos: Cônego Luís Vieira da Silva, Padre José das Silva e Oliveira Rolim, Padre Carlos Correa de Toledo e Melo, Padre José Lopes de Oliveira e Padre Manuel Rodrigues da Costa, e de forma menos atuante, o Padre José Maria Fajardo de Assis e Padre Francisco Vidal de Barbosa Laje.

O Cônego Luís Vieira da Silva

Mineiro da Freguesia de Ouro Branco, fez seus primeiros estudos em Mariana e depois em São Paulo, onde fora cursar Filosofia e Teologia Moral, no Colégio dos Jesuítas. Ordenou-se sacerdote em 1759, aos 24 anos, na cidade de Mariana, aonde regressou e assumiu o cargo de professor de Filosofia no Seminário desta cidade, e é apontado por muitos autores como grande pregador sacro, solicitado nas ocasiões festivas ou solenes.

Apesar de ser homem de poucos recursos, perante a riqueza de seus dois colegas de sacerdócio – Padre Rolim e Padre Toledo – possuía vasta biblioteca, “vulgarmente notável para o tempo e lugar”, conforme palavras de Eduardo Friero no seu já citado livro, “O Diabo na Livraria do Cônego”. Uma interrogação fica no ar ... como ele teria conseguido formar essa imensa biblioteca, abastecida das melhores obras da época, no interior da Capitania de Minas, quando havia toda a sorte de empecilho à entrada de livros no país, somados às dificuldades de ordem material para sua aquisição, pois a maioria deles provinha da Europa, além dos problemas com seu transporte. É este talvez um dos mais intrigantes mistérios que cercam o movimento da Conjuração Mineira e que vem se juntar a tantos outros.

O Cônego Luís Vieira era pobre, tomo a repetir. Sua riqueza no entanto, eram os livros, pois sua biblioteca era formada de 270 obras importantes, mais ou menos de cerca de 800 volumes. Mais da metade formada com obras em latim, 90 em francês, 30 em português, 24 em inglês, 5 ou 6 em italiano, e algumas em espanhol. Esta biblioteca realçava mais pela qualidade que pela quantidade, sendo a relação de seus livros arrolada no processo, conforme atestam os Autos de Devassa da Inconfidência Mineira.

Eduardo Frieiro, quando titulóu seu livro "O Diabo na Livraria do Cônego" centrado na figura do Cônego Luís Vieira da Silva e sua biblioteca, intitulou-o metaforicamente, como a assinalar que os livros eram "perigosos", muito deles dentro da filosofia do Iluminismo, como sendo a "perdição" que iria perturbar o espírito do pacato padre de Mariana e levá-lo aos tribunais da Devassa.

Possuía vários dicionários e obras de consulta em forma de dicionários; obras de Teologia, Direito Canônico, Liturgia, Exegese, Apologística Cristã e outras, de caráter sacro. Obras de oradores profanos e sacros, além de outras, como as de Santo Ambrósio, São Jerônimo, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, São Gregório Magno.

Possuía várias obras de Filosofia, Metafísica, Lógica, boas obras sobre Medicina e muitas de autores clássicos da Antiguidade. Também clássicos quinhentistas e setecentistas, além de franceses. Era possuidor ainda de obras de poesia e dicionários de expressão poética para ajudara compor versos latinos, além de obras dos mestres da Oratória. Lia também narrativas de viagens, Geografia, História Natural, Física e Matemática. Sua febre de instrução era tamanha que o levou a cultivar livros de guerra que iriam comprometê-lo seriamente no processo da Conjuração como o "provável estrategista da planejada revolta contra a Metrópole", segundo Eduardo Frieiro. (FRIEIRO, Eduardo, pg. 30 e segs).

Também a curiosidade acerca da língua inglesa demonstrava o interesse do Cônego pela jovem república americana, considerada pelos filósofos sociais seus contemporâneos como campo de experiência do mundo. Apaixonado por História, colecionava grandes nomes ligados a este assunto, como César, Suetônio, Bossuet, mas seu guia e mestre inspirador era Voltaire, o "campeão das liberdades individuais", cujas obras pregavam o enciclopedismo, o racionalismo e o espírito da revolução. Interessado pelas ciências políticas e a filosofia social da época, lia Montesquieu (*L'Esprit des Lois*), Diderot e D'Alembert, considerados máquinas de guerra a serviço da incredulidade, movida por livres pensadores que almejavam subverter os fundamentos políticos e religiosos da sociedade, conforme afirma Augusto de Lima Jr. no seu livro *Pequena História da Inconfidência*.

Luís Vieira era, portanto, filho da "Ilustração" como tantos outros conjurados mineiros, pertencentes a uma elite intelectual que havia bebido nos ensinamentos de Voltaire e de outros filósofos do século XVIII, inconformada com a

estrutura vigente. O religioso conhecia bem o pensamento social e político idéias, principalmente francesas, que influíram nos brasileiros mais esclarecidos daquele tempo. Tais idéias marcam o pensamento autonomista dos conjurados mineiros, somadas às razões econômicas e afetivas, ao medo da derrama e ao próprio sentimento de hostilidade ao elemento português, conforme palavras de Eduardo Frieiro.

Nos depoimentos contidos nos Autos de Devassa, Luís Vieira da Silva é acusado de sustentar idéias de que as potências europeias não tinham direito sobre a América e de dizer que à monarquia portuguesa nada custara a conquista do Brasil das mãos de outros povos: os brasileiros haviam reconquistado a Bahia aos holandeses e libertado o Rio de Janeiro dos franceses. Vários livros afirmam que Alvarenga Peixoto teria dito que o Cônego Luís Vieira da Silva tinha uma “paixão dominante” pelas Américas inglesas. José Geraldo Vidigal de Carvalho, em estudo sobre o clero mineiro na Conjuração Mineira na obra “Ideologia e Raízes do Clero da Conjuração”, que embora siga linha facciosa é fruto de apurada pesquisa, principalmente em Mariana, confirma a apaixonada admiração do Cônego pela república dos Estados Unidos.

Ainda nos Autos de Devassa Luís Vieira é acusado de ter afirmado que se houvesse muitos homens iguais a Tiradentes, o Brasil seria uma “república florescente”, e que a terra não podia estar sujeita a “El Rei de Portugal” porque os nacionais queriam fazer uma república”. Como se forã o projeto da independência do Brasil, e, em linguagem profética, afirmava que nossa liberdade só seria concretizada se para cá viesse um Príncipe da casa real portuguesa.

O historiador Márcio Jardim, na obra “A inconfidência Mineira – uma síntese factual”, faz um trabalho alentado sobre o assunto, numa linha mais factual que crítica e afirma que grande parte da biblioteca do Cônego Luís Vieira estava guardada no Seminário de Mariana e o que dela sobrou, ficou guardado nesse mesmo lugar e no Colégio do Caraça, no município de Santa Bárbara. Segundo Márcio Jardim, esses livros teriam sido redescobertos pelo pesquisador Paulo Gomes Leite, em 1987.

O Cônego Luís Vieira da Silva foi preso em 22 de junho de 1789 e remetido para o Rio de Janeiro, ficando preso aguardando o julgamento e respondendo às inquirições da Devassa na Fortaleza da Ilha das Cobras. Foi interrogado várias vezes e seus depoimentos são apresentados principalmente nos volumes dois e cinco nos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira.

Após os interrogatórios, Luis Vieira da Silva foi enviado para Lisboa, onde cumpriria quatro anos de prisão no Forte de São Julião da Barra e depois na Clausura no Convento de São Francisco da Cidade, sem saber qual a pena que lhe fora decretada.

Indultado com parecer favorável do Visconde de Barbacena, foi autorizado a regressar ao Brasil, fazendo-o em 1804, no final do ano. Terminou seus dias

como sacerdote na cidade natal de Soledade, ao lado de uma filha, vindo a falecer em 1809, um ano após a vinda para o Brasil do príncipe herdeiro de D. João, sendo esse, o primeiro passo para a nossa independência, conforme ele próprio Cônego Luís Vieira um dia, previra...

Padre José da Silva de Oliveira Rolim

Nasceu no arraial do Tijuco, hoje Diamantina, MG, em 1747, filho do sargento-mor José da Silva de Oliveira, intendente dos diamantes naquele distrito. Possuía alta posição social conferida por sua família, dona de lavras de ouro e de diamantes. Tinha bom relacionamento com pessoas influentes, com ótimo trânsito no meio da alta elite. Era muito mais preocupado com suas atividades financeiras que com suas obrigações religiosas de clérigo.

Praticava abertamente o contrabando de diamantes, a importação ilegal de escravos, e, mais declaradamente, a agiotagem, emprestando dinheiro a juros abusivos. Era também considerado um dos mais bem-sucedidos latifundiários do Tijuco, pois suas terras se estendiam para além da região, passavam pela Serra do Cipó, chegando às cercanias do povoado de Santa Luzia.

O Padre Rolim era amasiado com a mulata Quitéria Rita, filha da famosa Chica da Silva, com quem teve cinco filhos. Pouco antes de ser preso pelas tropas reais, internou sua mulher e os cinco filhos no Mosteiro das Macaúbas, em Santa Luzia, em terras de sua propriedade. Foi detido e enviado para o Rio de Janeiro, ficando confinado incommunicável no presídio da Ilha das Cobras, onde também estavam outros inconfidentes.

Prometera aos chefes do movimento da Conjuração Mineira o envio de 200 homens armados, reunidos nos povoados do Tijuco, com mosquetões e também toda a pólvora para o deflagrar a rebelião. Ele possuía minas de salitre em suas terras próximas ao Serro Frio, material necessário para o fabrico de pólvora, fato que o incriminaria bastante nas inquirições dos Autos da Devassa.

Em consequência do envolvimento na conspiração, foi condenado à morte na forca. Porém, por interferência da Rainha D. Maria I, extremamente religiosa e até fanática, foi enviado para o mosteiro de São Bento, em Lisboa, onde permaneceu por 14 anos, gozando de relativa liberdade.

Retornou ao Brasil em 1803, indo residir novamente no Distrito Diamantino e, mais precisamente, no Tijuco. Buscou a mulher Quitéria Rita no Mosteiro das Macaúbas e continuou a viver maritalmente com ela. Por suas atividades ilegais passou a ser malvisto na cidade, andando debaixo dos beirais dos telhados e esgueirando-se pelos becos escuros, evitando encontrar-se com os transeuntes.

O Padre Rolim morreu com idade bem avançada, aos 82 anos, em seu imponente sobrado na rua Direita, ao lado da igreja de Santo Antônio, hoje catedral, e sua casa é atualmente o Museu do Diamante, mais conhecida como "Casa do Padre Rolim", local obrigatório de visita pelos turistas que vão à majestosa cidade de Diamantina.

Padre Carlos Correia de Toledo e Melo

Natural de Taubaté, Capitania de São Paulo, era vigário da Freguesia de Santo Antônio da Vila de São José, da Capitania de Minas Gerais, que abrangia a Vila de São José del-Rey e numerosos arraiais do sul de Minas, compreendendo vasta área territorial.

O Padre Carlos Toledo era também um homem rico, dono de escravos, fazendas e lavras de ouro, além de opulenta residência em São José do Rio das Mortes, hoje Tiradentes, onde possuía boa biblioteca, conforme atesta o arrolamento de seus bens.

Em 1788 estava com viagem programada a Portugal, talvez para fazer algum contato político, como suspeitaram seus inquiridores na Devassa. Maxwell dá outra versão: teria ido para resolver uma questão a respeito da criação de uma paróquia implicada com questões de terras em Tamanduá (hoje Itaperecica, MG).

No movimento da Inconfidência Mineira, contaria com apoio das vilas de São José, Borda do Campo e Tamanduá. Nos Autos de Devassa, foi acusado de ser o elemento que forneceria duzentos cavalos e procuraria obter o apoio da região do sul de Minas e de São Paulo, por suas relações de amizade e de familiares.

Seus principais amigos em Vila Rica eram o Dr. Cláudio Manuel da Costa e o Desembargador Tomás Antônio Gonzaga.

A sentença que coube ao Padre Toledo, no processo foi a morte na forca, sendo levado para Lisboa para decisão final da Rainha D. Maria. Ficou preso na Fortaleza de São Julião da Barra, sendo depois remetido para a clausura do Convento de São Francisco da Cidade, onde faleceu em 1803, aos 72 anos. Seu processo ficou também em segredo, como o dos demais eclesiásticos.

Padre Manuel Rodrigues da Costa

Manuel Rodrigues era culto, simpático à Ilustração e bem provável que fosse partidário de um Brasil independente. Nasceu em Conceição de Ibitipoca, atual município de Lima Duarte. Seu pai era compadre do banqueiro João Rodrigues de Macedo e ele se hospedava sempre na residência deste em Vila Rica (Casa dos Contos), o que leva a crer que ele era seu padrinho.

Estudou no Seminário de Mariana e ordenou-se aos 26 anos. Era proprietário da Fazenda do Registro Velho, perto de Barbacena, caminho estratégico entre Vila Rica e o Rio de Janeiro.

Era muito religioso e prestava muita assistência religiosa aos seus fiéis. Possuía uma boa biblioteca com livros religiosos, de História, Filosofia e Educação Infantil, além de algumas obras iluministas. Era portanto um homem de boa cultura. Foi preso como suspeito e teve sequestrados os seus bens. Foi incriminado por ter hospedado Tiradentes em sua fazenda, e também outros inconfidentes.

Sua sentença seria degredo perpétuo na Ilha de Cabo Verde, mas por influência de amigos importantes foi enviado a Lisboa, num convento. Ali pôde estudar e até comprar máquinas, que trouxe para o Brasil para implantar uma fábrica têxtil em sua fazenda de Barbacena.

Foi o primeiro inconfidente a voltar para o Brasil, em 1804. Empreendeu vários projetos industriais em sua fazenda, como fabricação de vinho e extração de azeite de oliva.

Saint-Hilaire visitou sua fazenda e chamou-o de “agricultor notável”, por Manuel Rodrigues seus projetos.

Em 1822, Manuel Rodrigues assinou juntamente com outros barbacenenses uma representação da Câmara Municipal dirigida a D. Pedro, Príncipe Regente, conclamando-o a fundar um império no Brasil e colocando a cidade de Barbacena como capital. Após a Independência, juntamente com Resende Costa Filho foi eleito Deputado por Minas na Assembleia Constituinte.

Em 1831 recebeu D. Pedro I na Fazenda do Registro Velho quando de sua visita a Minas. Foi nomeado Cônego da Capela Imperial. Já com 88 anos acolheu os revoltosos que projetavam a Revolução de 1842.

Manuel Rodrigues faleceu em 1844 com 89 anos e foi enterrado na igreja matriz, sendo o último inconfidente que morreu. Seus restos mortais se perderam quando se reformou essa igreja, por isso não foi conduzido ao Panteão em Ouro Preto.

Padre José Lopes de Oliveira

Nasceu na Freguesia da Igreja Nova da Borda do Campo, atual cidade de Barbacena, em 1740. Seu pai era Tenente Coronel dos Auxiliares e teve vários irmãos, sendo um também inconfidente – Francisco Antônio de Oliveira Lopes e outro, militar e colega de farda de Tiradentes. Ele era ainda tio de Joaquim Silvério dos Reis e tio-avô do Duque de Caxias. Recebeu em sua fazenda a visita de Simão Sardinha, filho de Chica da Silva, para estudar fósseis de grandes proporções ali encontrados. Simão seria o primeiro homem a fazer estudos paleontológicos no Brasil e em Minas Gerais. O Padre José Lopes foi preso mais por suas ligações de parentesco e de amizade com inconfidentes. Seria condenado à morte. Teve sua pena comutada em degredo no Convento de São Julião da Barra, em Lisboa, onde morreu em 1796 com 56 anos de idade.

Padre Francisco Vidal de Barbosa Laje

Era irmão do inconfidente Domingos Vidal de Barbosa Laje. Nasceu próximo de Simão Pereira, por volta de 1757. Ordenou-se aos 25 anos em Mariana. Não se envolveu muito no processo da inconfidência. Foi incriminado porque teria sugerido a queima dos livros de registro públicos como forma de apagar o passado, com a vitória da Conjuração.

Padre Francisco Vidal teve um entrevero com o Alferes Tiradentes, que queria prender um soldado caboclo, acusado de tentar raptar uma moça, e o Padre Francisco Vidal o colocou sob sua guarda. Tiradentes manda prendê-lo e ele alega doença, o que o Alferes não admitiu, e mandou carregá-lo como estivesse, pois estava a mando do governador Luis da Cunha Meneses, chamado por Tomás Gonzaga de Fanfarrão Minésio. Quando foi chamado a depor os inquirentes pouco sabiam a respeito de sua atuação. Não foi condenado e sua sentença foi igual aos demais clérigos, enviado a um mosteiro em Lisboa. Não há mais informações a seu respeito. Só se sabe que morreu em 1800 com mais ou menos 45 ou 50 anos.

Padre José Maria Fajardo de Assis

Era morador de Queluz, hoje a cidade de Conselheiro Lafaiete. Escritor e poeta, fez um poema laudatório à obra de Cláudio Manuel da Costa – Vila Rica. Foi incriminado por Inácio Pamplona e nos inquéritos acabou confessando que sabia das tramas revolucionárias porque Francisco Antônio de Oliveira Lopes havia conversado sobre o assunto com ele. José Maria Fajardo de Assis, morava num entroncamento importante, passagem obrigatória entre São João del-Rei e Vila Rica. Hospedava muitos viajantes e seu aliciamento se deve a conversas que poderia ter ouvido de pessoas importantes.

Ouvira diretamente do Alferes Silva Xavier, o Tiradentes, a pregação revolucionária, mito bem aceita por seu ouvido de homem culto e conhecedor da história dos Estados Unidos, segundo afirma o historiador Márcio Jardim. Nunca foi preso nem jamais foi interrogado como réu.

Bibliografia:

Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. – Imprensa Oficial de Minas Gerais – Novembro 1976

JARDIM, Márcio. *A inconfidência Mineira – Uma síntese factual.* BILIEIX, 1989

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa.* Editora Paz e Terra, 1985

SANTOS, Joaquim Felício dos, *Memórias do Distrito Diamantino.* Livraria Itatiaia, 4ª Edição, 1976

HONÓRIO ARMOND – PRÍNCIPE DOS POETAS MINEIROS*

*Antonio Carlos de Albuquerque***

“Um povo que recorda figuras venerandas, que, depois de haverem sido beneméritas no prosclênio ruidoso da vida e dormem no silêncio o sono da paz, por certo se enobrece e se dignifica”. Palavras escritas por Sinfrônio de Castro no Elogio da Irmã Paula Boisseau, superiora da Santa Casa e fundadora do Colégio Imaculada de Barbacena.

Início com estas considerações à minha dissertação sobre Honório Armond – Príncipe dos poetas mineiros, na abertura do ano de 2016, dentro do projeto da Academia Mineira de Letras, Universidade Livre, coordenado bela e eficazmente pela escritora Elizabete Rennó, que se torna assim enobrecido e dignificado.

A primeira versão que lhes trago sobre Honório Armond é a de que, nos tempos de sua vida em Barbacena, como poeta, professor, cidadão que viveu, engrandeceu as letras pátrias e morreu, foi também filantropo e prestimoso. E todos aqueles que o conheceram, sabem que ele não alardeava seus feitos. E depois de sua morte, restaram as suas obras e o amor dedicado aos seus semelhantes.

O método para minha dissertação está alicerçado na observação, na história e na experiência para permitir à razão o mais edificante direcionamento.

Por que falar de Honório Armond? Quem é o poeta Honório Armond?

Os sintomas que pairam diante de nós revelam a fase da corrosão do caráter, produzindo uma vida pública sem sentido, colonizando as pessoas e trazendo inúmeras patologias ao indivíduo, à sociedade e à cultura. Contrapõem-se a esse contexto gotas de uma vida nova na relembração de um astro barbacenense.

Obedecerei ao seguinte esquema para desenrolar as minhas ideias, visando a construção da resposta para as perguntas formuladas:

A Razão;

O Homem;

À Obra – Resquícios do simbolismo na poesia armondiana;

A Busca da Permanência.

* Professor e escritor.

** Aula ministrada na Universidade Livre da AML em 10 de março de 2016.

A RAZÃO

Até hoje, a colina onde se ergue a Escola Agrotécnica de onde eu via o sol debruçar o céu com seus últimos raios, desperta emoção forte. As lembranças possibilitam-me viajar caminhos da mocidade. Tudo se transforma! Reconstruo o meu presente.

Pelas manhãs ensolaradas, sempre bem cedo e, durante o inverno, quando Barbacena se tornava mais intensamente fria, Honório pretendia alcançar aquela colina para o início de suas aulas. Trajava terno cinza, jaquetão, a gravata desajustada no colarinho branco. Trazia jornais e livros nos braços. Ano de 1957. Dirigia-lhe claro bom-dia, inclusive nas manhãs cinzentas de neblina, em locais diferentes da Rua Monsenhor João Gonçalves. Meu destino: a Praça Conde de Prados para receber a luz benfazeja em todas as manhãs no casarão onde se abrigava o Colégio Estadual, outra maneira de referir-nos ao excelso Colégio Mineiro de Barbacena.

É pela sua imortalidade que estamos, hoje, aqui, para fazer chegar aos mais novos o talento poético e o brilho de um professor esmerado e humilde.

A Professora Zenaide Vieira Maia, em seu artigo Honório Armond – Poeta e Professor – no Anuário da Academia Barbacenenense de Letras escreve de maneira límpida sobre a síntese explicativa da escolha do homenageado para o nosso encontro.

“Honório escolheu cantar a honra, a coragem, a audácia, a inconformidade, a dúvida e a esperança. Vibrou de inquietação, vibrou de juventude, vibrou de imaginação. Um aprendiz cujo mestre foi o sofrimento. E foi por esse aprendizado, eu creio, escreve a professora Zenaide agora, que, naquele tempo, diante de uma aluna humilde, ignorante e insegura, lhe foi possível uma atitude de compreensão, de paciência. Atitude que só tem um grande professor”.

Ditas essas considerações, não necessitamos mais de alinhar motivos outros para se ter avalizada a indicação do nome de Honório Armond, sua lira poética, suas virtudes, com a finalidade de iniciar os trabalhos para o ano de 2016, da Universidade Livre da AML.

É com honra, portanto, que participo hoje do presente evento percorrendo, inda que palidamente, sobre o poeta e professor barbacenenense que não abdicou de seu tempo e, por seu legado, projeta a sua pátria natal e Minas Gerais.

O HOMEM

O homem e o tempo foram feitos juntos. O que cada um deve à vida não é apenas a multiplicação da espécie, mas o ressurgir de uma criatura nova no meio do *continuum* intemporal do homem: do nascimento, ao trabalho, até a morte.

Honório Armond, barbacenenense, descendente dos Armondes, nasceu no

dia 27 de junho de 1891 e faleceu em dezembro de 1958, aos 67 anos de idade. Seus restos mortais encontram-se no Cemitério da Boa Morte, em Barbacena.

A ele se referiu o professor Altair Savassi, outro homem culto e honrado, com as seguintes e honestas considerações:

“Honório Armond não era dessas criaturas vulgares. Dono de talento raro, raríssimo, de uma inteligência vasta como o oceano, de um coração imenso como o infinito, era de uma simpatia ímpar e a sua loquacidade era impressionante”.

Em 2009, centenário da Academia Mineira de Letras, o poeta foi relembrado pela reprodução do discurso de Vivaldi Moreira quando ingressou na Academia em dois de julho de 1959. Apesar de não o ter conhecido em vida, como afirmou, Vivaldi declara, verdadeiramente, que o poeta barbacenense, a despeito de sua genealogia “repleta de gentes brasonadas”, a começar pelo Conde de Prados e, ainda, sobrinho do Padre Mestre Correia de Almeida, talento de Minas, “foi uma pessoa despida de presunção e bazófia”.

Eu fui honrado, no noivado da vida, nos meus 16 anos de idade, por ter convivido com o poeta e professor e, com ele, ter conhecido a sua coleção de “bacamartes”, posteriormente doada ao Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora.

Dr. Jorge Lasmar, homem de bem, particular amigo, presidente emérito do IHGMG, recentemente falecido, reverenciou-o também na Revista da AML, escrevendo:

“Armond buscou nas alturas da sua incomparável bondade a resposta para os problemas que atormentam o homem: a verdade da vida e o mistério da morte”.

Assim, além do bem e do mal, além dessas duas faces, inicia outro caminho. O homem é no tempo, mas o tempo é quebrado em seu meio pelo pensamento.

Se não falo hoje dessas coisas, amanhã poderei não fazê-lo. O amanhã não está assegurado a ninguém. Por isso, exulto o dia em que tive tempo de oferecer-lhe um bom-dia nas auroras barbacenenses. A morte não chega apenas quando do fim da vida, mas pelo esquecimento. Creio ser também esta uma das grandes missões do projeto da Universidade Livre da AML: a de levantar a palavra exaltando os beneméritos para avivar a necessária melhoria da existência dos homens, em um tempo em que a Verdade vem sendo demonstrada pela loucura do método e por sujeito inflado e sobranceiro na sua racionalidade, no que há de mais nefasto em certo cartesianismo inconsequente, lesando os mansos e humildes e afrontando os que têm fome e sede de justiça.

Honório Armond, refletindo sobre o tempo e a existência, ofereceu a beleza de seus versos impressos na antologia e anexados também ao imponente relógio existente na sacristia da Matriz da Piedade de Barbacena, soando horas.

Ei-los:

Versos a um relógio

Vives, assim, indiferente e mudo,/impassível, sereno, imoto e quedo./ Aos felizes, sorris, aos tristes, choras!...Dás, entretanto, uma resposta a tudo: Agora!... É muito tarde! Espera! É cedo!.... / Nesta ronda fantástica das horas.

Agora, reafirmo como Agostinho, filósofo e convertido: é em ti, meu espírito que meço o tempo. Aos que alcançaram o barco da formosura para navegar a mocidade, em 1953, dirigindo-lhes a palavra de saudação como paraninfo, pronunciou:

...poderíamos definir o céu como a presença permanente de tudo aquilo que amamos e a que aspiramos: a perenidade de nossas realizações; o minuto goethiano que deveria deter a ronda do tempo em seu eterno torvelinho, dando a Deus a vitória sobre Satan, pela inutilidade da tentação do homem – o doloroso Fausto de todas as inúteis aspirações. E é por isto que vos desejo nesta hora em que me despeço de vossa turma – de amigos direi – mais que de alunos: ficai na Terra e humanamente amai...

Repito: o homem e o tempo foram feitos juntos. O que cada um deve à vida é o ressurgir de uma criatura nova.

Eis os versos de Honório Armond na sua obra *Perante o Além* (1921), para descrever o Ciclo II - Viver e Ciclo III - Morrer:

Viver... rolar a pedra encosta acima/ esperando a eminência ou o apogeu/ em que a Glória reluz e o sonho prima/ pelas forças ideais que fica alma nos deus...

E

Morrer... é continuar, de novo a rota/ para um longínquo e tenebroso além.../ é ser flor...animal... ou pedra imota.../A morte um só instante, a Vida além...

Sinfrônio de Castro, outro sol barbacenense, por ocasião do 70º aniversário da Fundação do Asilo de Órfãs, em 3 de maio de 1957, em discurso impresso, recuperado por mim, a respeito das ações humanas no mundo, legou-nos o seguinte:

Aos ARMONDES antigos se devem grandes serviços e preciosas dádivas, altamente reveladoras de não comum generosidade... Para com a sociedade, que maior serviço do que dissipar a nuvem da desventura nos extremos da fatalidade, contribuindo para diminuir infortúnios humanos — e os há tantos na arena da

miséria? Recolher donzelas, a que faltava a luz da instrução, o pão quotidiano, os abrigos do lar, as carícias da família, a educação do trabalho, a formação moral, tudo isto é rasgar o sudário da miséria... Barbacena pode ufanar-se de possuir uma obra civilizadora como as que mais honram e ilustram um povo...

O que mais posso trazer-lhes sobre a humanidade de Honório Armond? Ele nasceu poeta e aprendeu a ser um homem de bem, apanágio da sua descendência. Passemos a analisar, da sua obra *Perante o Além*, os sonetos: Ciclo II - Viver e Ciclo III - Morrer.

A OBRA – RÊSQUÍCIOS DO SIMBOLISMO NA POESIA ARMONDIANA

A sua obra poética tem suas fincas na alma e na formação recebida quando se tornou um ser-com-outros no mundo.

A eleição de Honório Armond como Príncipe dos Poetas Mineiros é narrada por Drummond.

A partir de 1926, o jornal Diário de Minas torna-se espécie de valhacouto de jovens intelectuais de tendência modernista como Drummond, Emílio Moura, João Alphonsus e outros. O certo é que esses jovens inventaram um concurso para eleger o príncipe dos poetas mineiros.

O eleitorado seria quem quisesse. E Honório Armond acabou sendo o eleito. O título não o abalou. Ele agradeceu, mineira e elegantemente, e escreveu:

De coração, meu bom amigo, acho que esta eleição não representa a verdade. Isso é cabala de estudantes meus amigos e alunos e bem sabe que o voto, para nós, nada significa. E assinou: *Honório Armond, Princeps Promptorum*, ou seja, príncipe dos “prontos”, dos sem dinheiro.

Honório publicou três livros: *Ignotae Deae* (1921; *Perante o Além* (1921); em francês, *Les Voix et Les Bonheurs* (1932) e foi mantendo uma publicação regular em jornais e periódicos até 1958, quando faleceu.

O poeta procura construir sempre algo que, pela inteligência, provoca o leitor a quem, hoje, é dedicado um papel na constituição do sentido de um texto literário. Logo após o término da década de 1960, quando do crepúsculo das interpretações impressionistas da análise literária, a situação política e histórica da sociedade deu ensejo a uma compreensão da literatura. O leitor atento poderá construir comparações entre vozes aparentemente dissonantes, encontrando pontos de afinação nos vários poetas.

Na obra *Perante o Além*, (1921) — época em que começavam os primeiros fulgores pré-modernistas, iremos encontrar o veio do simbolismo.

CICLO II

Viver...

Viver... rolar a pedra encosta acima
esperando a eminência ou o apogeu,
em que a Glória reluz e o Sonho prima
pelas forças ideais que à alma nos deu...

Descer sem lá chegar... há quem exprima
o horror de quem, sem culminar, desceu?
e a dor daquele que, ao chegar lá em cima,
teve o abutre? ou Sísifo ou Prometeu!

Viver... ser ódio, amor, ânsia, luxúria...
sentir a asa colhida e baldo o surto
que são grilhões de bronze, honra e dever!

Crer, amar, esperar... tríade espúria!
ver o pomo a fulgir e o braço é curto,
ó Tântalos do Sonho... e é tal viver!...

CICLO III

Morrer...

Morrer... é continuar, de novo, a rota
para um longínquo e tenebroso Além...
é ser flor... animal... ou pedra imota...
a Morte um só instante, a Vida além...

Da ignóbil podridão a vida brota
e, com ela, ódio... amor... o mal e o bem!
morrer! Partir para uma terra ignota
que os meus olhos, mortais, longe, entreveem...

É uma circunferência a Vida, em suma...
de qualquer ponto que tu partas, Homem,
hás de encontrar, um dia, esse teu Ser!

Ou num sol ou num flóculo de espuma
as dores que hoje em dia, te consomem
terás sempre contigo!...e é tal morrer!....

Segundo os simbolistas, na poesia não caberia a representação estática.

A linguagem poética apresenta-se por via de sugestões, sem a lógica do pensamento racional discursivo. Os signos escolhidos sugerem ideias ambíguas, fator básico da comunicação artística na construção do soneto. Os decadentes-simbolistas tinham consciência desse artifício e procuraram, como Rimbaud, a “alquimia verbal”. Por meio do poema, pretendiam atingir a “linguagem universal”. Os símbolos e as metáforas, em sua polivalência, constituíam o veículo caracterizador dessa linguagem (Apud ALVES, Junia de Castro Magalhães e VALENTE, Lúcia Trindade, *in Resquícios do Simbolismo na Poesia de Drummond*, Rev. Lácio, Letras/ Unicentro Newton Paiva, 1999).

Vejamos: CICLO II

VIVER

*“Viver... ser Ódio, Amor, Ânsia, Luxúria...
sentir a asa colhida e baldo o surto
que são grilhões de bronze, honra e dever!
Crer, amar, esperar... triade espúria!
ser o pomo a fulgir e o braço é curto,
ó Tântalos do Sonho... e é tal viver!...”*

CICLO III

MORRER

*“É uma circunferência a Vida, em suma...
De qualquer ponto que tu partas, Homem,
hás de encontrar um dia esse teu Ser!
Ou num sol ou num flóculo de espuma
as dores que hoje em dia te consomem
terás sempre contigo!... e é tal morrer!”*

O ritmo patenteia influência do Simbolismo. A escolha do signo linguístico para a representação de ideias funciona, na poesia simbolista, como uma espécie de disfarce ou fantasia, visando a alcançar correspondências entre o visível e o imaginável, o real e o transcendente.

O poema simbolista dá forma a uma tensão irresolúvel entre o real e o ideal, sonho e realidade – tensão essa que incomoda o poeta. Todo conflito, uma vez imobilizado na estrutura literária, passa para o domínio do leitor (Idem).

*Ver o pomo a fulgir e o braço é curto,
ó Tântalos do Sonho... e é tal viver!...
“ as dores que um dia te consomem
terás sempre contigo!... e é tal morrer!...*

O tudo, o vazio, o cheio, o nada está presente na criação armondiana possibilitando ao leitor o olhar em sua volta, sem preconceito. Transitando pela vida sob múltiplos disfarces, a poesia armondiana nos aponta resquícios simbolistas na sua obra (Idem, ibidem).

A BUSCA DA PERMANÊNCIA

Busco em Vieira, no sermão da Sexagésima, pregado na capela real em 1655, sábia advertência deixada entre aqueles que o leem. Ela vem nos auxiliar na abordagem para ultimar a minha tosca dissertação sobre Armond.

Falando sobre a parábola do semeador, Vieira aborda:

“A definição do pregador é a vida e o exemplo. Reparaí. Não diz Cristo: saiu a semear o semeador, senão, saiu a semear o que semeia. Entre o semeador e o que semeia há muita diferença. Uma coisa é o soldado e outra coisa o que pe-leja; uma coisa é o governador e, outra, o que governa. Da mesma maneira, uma coisa é o semeador e, outra, o que semeia; uma coisa é o pregador e, outra, o que prega... A vida, o exemplo, as obras, são as que convertem o mundo.”

Honório Armond soube conjugar na vida no mundo a palavra e as obras. O que restou da vida e obra de Honório Armond vem a ser o conceito para seus leitores, para seus amigos, para os seus descendentes.

Recorro novamente à professora Zenaide de Araujo Gomes Maia no seu artigo já citado por mim. Ela escreve:

“Ele escolheu cantar a honra, a coragem, a audácia, a inconformidade, a dúvida e a esperança”.

Porque sua arte literária, a sua tuba canora, o colocou entre o número de artistas que cultivam em si mesmos o valor da vida e a alteridade.

A recuperação de sua obra está condensada hoje na pesquisa e na consequente e magistral publicação de 2011, denominada *Poesia completa de Honório Armond, 1ª Edição, Veredas & Cenários*, desenvolvida pelas professoras Eliana Scotti Muzzi e Nancy Maria Mendes (organizadoras). Eis aí a prova da sua permanência entre nós.

Em 2009, quando da homenagem ao poeta barbacenense solicitada por mim junto ao IHGMG, recebi de uma de suas netas, Ângela Armond Corrieri, cópia do manuscrito dele, assinado, com data de *Abril de 1958*, poucos meses antes do seu falecimento, talvez o seu último poema, que não chegou a ser publicado: *Uma nuvem no ocaso...*

Creio que, por tal razão, na bibliografia mencionada, o poema está impresso no verso da última capa.

Nele, o poeta encontrou-se numa remota mocidade, sem futuro, sem passado.

Ele queria tocar a terra úmida, molhar os pés nas águas do rio, com o corpo livre, sentindo o sol na epiderme. Gostaria de escalar-se para descobri-lo no canto dos pássaros, no movimento da música do espaço. Bailava um feixe de frestas na mata quando a luz por ela penetrou. Perfeitamente só, cantava no luminoso silêncio sem temer a solidão como o restante dos homens. A nuvem morrente na luz do ocaso lembrou-lhe auroras. Vida e morte fundiram-se.

O soneto de Honório Armond são labaredas (emprestadas pelo escritor Jorge Lasmar) de vida na luz do luar. Ele será eterno.

Quanto a mim, recomeço contemplando a fatia da Serra do Curral que restou. Os paradoxos ainda se encontram nos fatos persistentes nas nossas montanhas morenas de ferro.

E as possibilidades? Discutiremos depois.

Resta-me agradecer, penhoradamente, à professora Elizabeth Rennó o convite para hoje dissertar sobre Honório Armond – Príncipe dos Poetas Mineiros.

De Elizabeth Rennó, escreveu Sandra Loureiro de Freitas Reis, doutora em Estudos Literários — Literatura Comparada da UFMG:

Ensaísta de escol e pesquisadora, é uma poetisa de valor indiscutível, engajada na problemática do cotidiano e que faz de sua arte literária um instrumento de luta e redenção em prol de uma sociedade que, hoje, se vê mergulhada na sedução do consumo e do individualismo utilitarista.

Luiz Carlos Abritta escreve: “*Já ressaltei, em comentário recente, que a expressão exata, a palavra no lugar certo e a linguagem trabalhada são características de Elizabeth Rennó. Tanto isso é verdade que ela diz, em um poema, que a palavra, por si só, pouca serventia tem, pois... “É preciso assentá-la/ em apropriado tapiz/ que lhe faça/ boa cama/ para sentir louvação ou dizer coisas da alma”.*”

Agradeço a todos a honrosa presença.

Passo à Professora Elizabeth o retrato de Honório Armond na porta de sua residência em Barbacena, tendo ao lado a cópia do manuscrito dele ao escrever o soneto UMA NUVEM NO OCASO, em dezembro de 1958, como terna recordação deste evento.

(Na aula estiveram presentes as netas de Honório Armond – Ângela, Elizabeth e Heloísa Armond)

PAMPULHA É PANFULL, MAS NUNCA FOI FOR ALL

José Renato de Castro César*

Interessado que sou nos valores efêmeros de minha terra, quis saber um dia o significado e a origem da palavra Pampulha. Consultando meu letrado e enciclopédico pai, fui informado ser a palavra um anglicanismo, pois que o termo referir-se-ia à palavra inglesa *panfull*, que significa “panela cheia d’água”, como assim ele ouvira do seu pai, o engenheiro sanitarista Nelson César, diamantinense ilustre, contemporâneo (e primo) de JK. Ah! Estas histórias de família...

Mas, ao pesquisar mais a fundo a História de Belo Horizonte, cheguei a algumas referências interessantes em Abílio Barreto (1952), Eleonora Santa Rosa, Maria Antonieta Antunes Cunha e Marília Andrés Ribeiro, que se referiam a uma antiga “Fazenda Pampulha”, cujo nome remetia a um bairro de Lisboa; a *Pampulhosa*.

Sabe-se lá, ora, pois...

Consultando dois arquitetos portugueses, meus amigos, e por coincidência, lisboetas de tradição milenar, disseram-me nunca terem ouvido referências a um bairro ou região com o nome *Pampulhosa*, e que desconheciam a origem do referido termo. Ficou-me a questão: *Pampulha* seria mesmo *panfull*?

Como, no pós-guerra, os norte-americanos usassem e abusassem do espaço aéreo brasileiro (e da cultura e da política nacional), ficaram consagrados os mapas e as cartas topográficas com que a *Aliança para o Progresso* nos ‘presenteava’, a partir de 1945. E, por isso, cogitei: bem que poderia o verbete *Pampulha* ser um anglicanismo, pois algum engenheiro aviador norte-americano, ávido por contribuir ao desenvolvimento de Belo Horizonte, poderia ter sugerido a construção de uma barragem para formar a tal *panfull*. Vista em fotos aéreas ortogonais, a região sugere a construção de uma barragem. O aeroporto a jusante, “bem protegido”, também sugere uma genialidade magistral dos construtores e engenheiros que o propuseram... Nunca entendi as razões do aeroporto ser construído ali...

Imaginei, também, que se existisse um bairro em Lisboa chamado *Pampulha* (ou *Pampulhosa*, como me confirmou Francisco) este deveria ser uma área

* Administrador. Professor e escritor. Mestre em turismo e meio ambiente. Do IHGMG e da Academia Mineira de Hagiologia. Indigenista do Museu do Índio. jrenato.cesar@hotmail.com

de bacia, uma depressão sedimentar, ou algo assim, bem caracterizado por algum geógrafo inglês e, posteriormente, aporuguesado pela imaginação popular. Assim pensei. Afinal, Lisboa sempre foi aliada de Londres e todo português que se preze fala inglês e já transitou garboso e supimpa pela *City*.

Imaginação à parte, a Pampulha resiste a um morre-não-morre ecológico, quase 100 anos depois que o engenheiro Nelson César apresentou orçamentos para seu saneamento, informando a *JK*, prefeito de Belo Horizonte, que a única forma de não poluí-la era construir interceptores dos esgotos industriais e domésticos. Um serviço caro, na época, para a prefeitura.

E assim vai o Brasil, aos trancos e barrancos. Tira daqui e bota ali. Começa uma coisa e para, deixa pela metade e começa outra com o dinheiro que era para acabar aquela.

O Brasil vai, todo, pela metade. Só a dívida pública (interna e externa) vai toda inteira, entrando sabe Deus por onde... E enchendo os bolsos, sabe Deus, de quem.

Pampulha foi construída para a elite se divertir, dizem uns. Outros dizem que foi uma visão popular de *JK*, uma forma de lazer lacustre urbano, que era moda na Europa daquela época, e que ele conhecia tanto. Viva *JK*! Viva a Pampulha! Viva o lazer urbano das elites e do povo! Viva o Brasil! Viva o carnaval! Que se danem as dívidas! É o que parecem dizer e celebrar os brasileiros, todo dia...

Mas, ficou-me a questão: Pampulha era *panfull*, mas até que ponto era *for all*? Anglicismos à parte, a Pampulha de hoje não continua mais restrita à elite. Vejo-a invadida por pobres desocupados à cata do seu peixe de cada dia, ou em busca do seu lazer sagrado.

Lazer ou alternativa à fome crônica dos pobres proletários da periferia londrina, o patrimônio histórico e cultural arquitetônico da Pampulha nos leva a rebuscar, filosoficamente, sobre a ética e a estética da modernidade tardia, pós-barroca; uma vez que, por sérios e graves conchavos políticos, os valores antropológicos, incontestes, da mineiridade se tornam paradoxos diante de uma civilidade e de uma urbanidade que se desfazem e se deterioram no tempo: um contrassenso entre tempo livre e trabalho; entre os sujeitos sociais e seus espaços culturais e históricos. Uma falta de sentido diante dos conceitos de liberdade, solidariedade e destino.

A Lagoa da Pampulha é uma marca indelével de um tempo de ruptura nos valores urbanos e rurais de uma sociedade em decadência. Afinal, qual civilidade e qual urbanidade estão ali assentadas? Os que dormem em berço esplêndido às suas margens, e transitam em suas ruas; e se deliciam em suas casas de diversão, praças e parques, não deixam dúvidas: são fantoches. Reflexos imagéticos de uma sociedade que desejou (e quase realizou) viver a "era dourada" de um tempo republicano "norte-americanizado", tal como afirmava Eduardo Paulo da Silva Prado (1860-1901). Mas cuja urbanidade e sonhos (devaneios) culturais acaba-

ram varridos pela realidade de um mundo plano, globalizado e maquiavélico, cuja cultura é banal, obsoleta e violenta, e exalta apenas os valores de um sistema político e financeiro que ludibriou os políticos e empresários brasileiros para que sejam, apenas, servos da destruição da cultura nacional.

Afinal, quando em BH, pelos idos de 1940, não havia tantos famintos desesperados esmolando nas ruas uma média para aplacar a sua fome, e quando o meio rural brasileiro ainda era populoso e as cidades não tinham tantos trabalhadores miseráveis e desocupados, o sonho americano (*American way of life*) parecia ser real e possível para os nossos pais e avós.

Mas, hoje, que culpa temos nós, pobres pequenos burgueses, se os políticos e os artistas mentem para o povo? Que culpa têm os cidadãos comuns, se os políticos e os artistas são patrocinados pelas elites solipsistas, apenas para lhes garantir os ganhos dos seus clãs, a qualquer preço, assaltando dos estados, das prefeituras e da União os recursos que deveriam, p.ex., despoluir a Pampulha e manter, também, intactos os seu valores barrocos e coloniais?

A História não mente. Alguns historiadores é que são doidos ou ficam cegos pela vaidade. Os nomes das pessoas (artistas ou não) não importam tanto quanto os traços da ética e da estética urbana e rural, expressos nos desatinos da pós-modernidade imunda e pixada, na pobreza dos *funks*, e nas mudanças e contrastes sociais que demarcam, para sempre, a memória desse povo. Alguns solitários procuram por um *déjà vu* de Belo Horizonte, enquanto parte significativa de sua história desaparece. Uma história que, muitas vezes, seu povo nem conhece.

A Pampulha é, hoje, o retrato de uma elite amedrontada, amordaçada em jogos matemáticos especulativos, onde a ética dos economistas e administradores não faz nenhuma diferença, e é desprovida de sentido, tal como demonstra Adolphe Gesché (2005).

Como um possível (e imaginário) anglicismo da Língua Portuguesa, a Pampulha representa, apenas, a ânsia neurótica de uma família tradicional mineira que sonha que sua filha vai se casar com um inglesinho rico, com raízes nobres na Cornualha. Um noivo rico, inglês, para agradar toda a família mineira. Mas, acabam descobrindo que o belo inglês gosta de cachaça todo dia, de capoeira e banho uma vez por semana e ainda é dado a orgias homoafetivas.

A Pampulha, assim, nesse tempo pós-barroco, decadente e sem nexos históricos, recebeu seu diploma de doutorado em economia pela *London School of Economics*, com nota oito e assumiu sua vaga numa universidade federal decadente. E estamos todos sorridentes e contentes. Somos vaidosos e cegos. Alienados diante de nossos valores mais caros e raros.

Pagamos um absurdo por um destino que a Europa, todo ano, nos subtrai em conchavos econômicos com os norte-americanos. Afinal, eles sempre se sentiram os donos do que aqui nasce, cresce e floresce. E continuam vindo e levando

nosso ouro, nossa borracha, nossa Braúna. E nós continuamos a sonhar que os *Rolls-Royces* vão circular pela orla da Pampulha...

Até que esse Brasil vire, de vez, um forró (*for all*) desatinado, com o di-nheiro inglês, a Pampulha virará um campo de golfe para os lordes. Ai, então, Harry poderá vir, engalanado, sedutor e bruto, pilotando seu *Harrier*, cobrar as dívidas de seus consortes... Quem sabe, queira ficar com uma *Panfull* cheia do melhor adubo orgânico com selo mineiro?

E, foi assim, depois de muitas pesquisas e consultas a fontes portuguesas e brasileiras, e delírios imaginativos, que descobri que o nome Pampulha refere-se, de fato, a um bairro antiquíssimo de Lisboa, onde atracavam os navios que vi-nham da Puglia (região da Itália) trazendo trigo: o histórico e caro *pan da Puglia*. *Pampulha* é uma região de Lisboa, onde, séculos atrás, existia um antigo porto para os navios que vinham carregados de trigo italiano.

Nos mapas antigos de Belo Horizonte, depositados no Arquivo Público Mineiro, encontra-se referência, bem demarcada, de uma "Fazenda Pampulha": antigo sonho de um português agricultor que para cá veio, desejoso de cultivar tão boa terra.

Atualmente, o conjunto arquitetônico da Pampulha foi declarado patrimô-nio mundial da humanidade. Intenta-se torna-la assim, *for all*. Mas, infelizmente, do ponto de vista sociológico, os testemunhos históricos de certos fatos políticos, demonstram, claramente, as razões que nos impedem, enquanto sociedade culta e, portanto, enquanto civilização, de conquistarmos a sua despoluição ambiental, para desfazermos, de vez, o seu nocivo e crônico *apartheid* social.

Quanto ao patrimônio histórico mineiro (e brasileiro), é um pecado o que estamos deixando fazer com os valores barrocos da *mineiridade* e com o estilo ar-quitetônico denominado "colonial português". É perceptível uma campanha cul-tural antilusófona, e anti-*bandeirantista*, como se os *Bandeirantes* fossem reles assassinos e não os conquistadores nobres que, lutando contra Espanha, França, Inglaterra e Holanda, e contra indígenas degenerados, cuidaram da expansão e da glória do Brasil. Essa falta de sentido na antropologia brasileira, para tratar tal questão, exalta um indigenismo anacrônico e alienado, neomarxista e não afeito ao contraditório.

Que o título concedido à Pampulha, recentemente, não sirva, nunca, como uma tentativa de agressão e desprezo contra os valores barrocos e portugueses mais raros e mais históricos que a Humanidade jamais conheceu e que fizeram do Brasil uma nação católica, acima de tudo.



ALGEMAS, SEU USO E A SÚMULA VINCULANTE 11 DO STF: REGRA OU EXCEÇÃO?

Paulo Fernando Silveira

RESUMO:

Pode a polícia, sob as regras da Constituição, fazer uso de algemas quando prende alguém em flagrante delito ou em cumprimento de uma ordem judicial de prisão? O Supremo Tribunal Federal entende, como regra, que não. Fundamenta-se, basicamente, no direito constitucional à privacidade (ou intimidade), que proíbe a violação da dignidade e da imagem da pessoa humana, o tratamento desumano e degradante do indivíduo e o desrespeito à integridade física e moral do preso. Em nível infraconstitucional, acena com vários dispositivos penais, dentre os quais o que veda o emprego de força e os relativos ao abuso de poder e de autoridade. Este artigo, com a devida vênia, sustenta posição contrária, levando-se em consideração, também, fortes princípios constitucionais estruturantes de uma nação civilizada e democrática: o do direito à preservação da vida (aí inserida a incolumidade física do policial e de terceiros) e o da igualdade, ou da isonomia (em situações iguais todos devem ter legalmente o mesmo tratamento) e, administrativamente, os da eficiência e da responsabilidade do agente (o ato da prisão deve ser praticado pela autoridade de modo a evitar danos previsíveis e irremediáveis a si, ao preso, ou a terceiros).

1. INTRODUÇÃO

Disciplinando o uso de algemas pela polícia, recentemente, em 22.8.2008, o Supremo Tribunal Federal editou a Súmula Vinculante 11, do seguinte teor:

Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade

*Juiz federal aposentado. Advogado, escritor. Membro da Academia de Letras do Triângulo Mineiro – ALTM, conselheiro de Honra da *Revista Artigo 5º*, da Associação Cultural Artigo 5º Delegados de Polícia Federal pela Democracia, de São Paulo, capital. paulofsilveira@netsite.com.br*

disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

2. FUNDAMENTOS DA SÚMULA VINCULANTE

A Excelsa Corte, por seu plenário, invocou, como suporte de sua decisão, vários preceitos constitucionais, entre eles o que coloca a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito e os que, resguardando os direitos fundamentais, proibem o tratamento desumano e degradante do indivíduo, a violação da imagem das pessoas e o que assegura ao preso o respeito à sua integridade física e moral (CF – art.1º, III e art. 5º, III, X e XLIX).

Em nível infraconstitucional, baseou-se, entre outros dispositivos, no artigo 284, do Código de Processo Penal (Não será permitido o emprego de força, salvo a indispensável no caso de resistência ou de tentativa de fuga do preso); no art.350, do Código Penal, que cuida do crime de exercício arbitrário ou abuso de poder (Ordenar ou executar medida privativa de liberdade, sem as formalidades legais ou com abuso de poder); e na Lei 4.898/65, que trata do abuso de autoridade (Art. 4º. Constitui também abuso de autoridade: a) – ordenar ou executar medida privativa de liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder).

3. DIREITO PROCESSUAL ANTERIOR

Nesse passo, o Supremo Tribunal, ao impor a igualdade negativa (a de que, como regra, ninguém pode ser algemado), retrocedeu à tradição de nosso vetusto direito, sob a égide da Corte Imperial, que outorgou impositivamente, debaixo dos canhões, a Constituição de 1824 (oferecida e jurada por Sua Majestade), colocando nas mãos deste, ao lado do poder executivo, o poder moderador, fonte de privilégios espúrios para os homens ricos do país (o imperador nomeava os senadores para o exercício vitalício do cargo, nomeava e destituía os juízes de direito) e para o clero, cujos bispos eram também por ele nomeados, sendo que todos os membros da Igreja – o catolicismo era a religião oficial do Estado – recebiam remuneração estatal (padroado), como se fossem funcionários públicos (CF-1824, arts.101 e 102).

Dentro desse contexto, não é de admirar o acolhimento, na época, pelo menos na lei formal, das denúncias do marquês de Beccaria (o criminalista italiano Cesare Bonesana – 1738-1794), quanto aos cruéis tratamentos dispensados aos criminosos nos presídios, impondo-se sanção ao funcionário que conduzisse o preso “com ferros, algemas ou cordas”, salvo o caso extremo de segurança, justificado pelo condutor (artigo 28, do Decreto nº 4.824, de 22.11.1871, que regulamentou a Lei nº 2.033, de 20.9.1871). Já imaginou um barão, um conde,

um duque ou um padre sendo algemado? Seria loucura! Além do mais, naquele tempo em que a existência da desigualdade era fato aceito passivamente, a criminalidade e a violência eram mínimas: era normal deixar as portas das casas abertas durante o dia.

4. VÁCUO LEGISLATIVO

O Supremo Tribunal Federal resolveu editar a Súmula Vinculante em face do vácuo legislativo, isto é, da ausência de norma específica na Constituição de 1988 e de legislação própria sobre o uso de algemas, uma vez que o comando, expresso no artigo 199, da Lei de Execução Penal – Lei nº 7.210, de 11.7.84 (O emprego de algemas será disciplinado por decreto federal) não foi, até o momento, cumprido pelo poder executivo.

Todavia, a meu ver, com todo o respeito, a Excelsa Corte de Justiça não foi feliz nessa sua surpreendente e inovadora iniciativa de normatização, genérica e apriorística, da conduta policial.

5. ATO DISCRICIONÁRIO CONFORME O COSTUME

Digo surpreendente porque até então, durante toda a vigência do Código de Processo Penal em vigor, que é de 1941, o uso de algemas sempre foi considerado ato discricionário do policial que efetuava a prisão. A discricção, na verdade, era de fato duvidosa. Primeiro, porque o agente geralmente não tinha algema para ser empregada. Seu uso com mais intensidade só está acontecendo nos dias atuais. Depois, porque a algema, como regra, só era aplicada na prisão de pessoa pobre, considerada *a priori* como elemento perigoso e violento, e raramente – se é que houve algum caso – em gente rica e poderosa, sempre tida como gente de bem, e sempre causava repulsa e protesto da elite dominante, inclusive pelos veículos de comunicação de sua propriedade, quando alguém de seu meio era tocado pela polícia ou condenado pelo poder judiciário.

Coincidência ou não, a Súmula Vinculante 11, de agosto de 2008, foi editada logo após a prisão de um banqueiro e de um ex-prefeito da capital paulista, em que ambos foram algemados. Foram ignorados os surdos clamores de uma sociedade saturada de injustiças no sentido de ser implementado já, de modo sério, para valer para todos, indistintamente, o princípio constitucional da igualdade. Ao contrário, optou-se, nos moldes dos tempos imperiais, por uma igualdade negativa, de difícil, senão impossível, realização que, por isso mesmo, continua privilegiando os poderosos.

Portanto, até o advento dessa súmula vinculante, a utilização da algema, no ato da prisão, constituía ato discricionário do agente encarregado da missão. Agora, a súmula proibiu o seu emprego, exceto nos restritos casos a que se refere. Logo, presentemente, a vedação da prática do ato de prevenção e contenção constitui a regra. E a excepcionalidade da medida ficou vinculada aos parâmetros autorizados pela citada súmula. Em resumo, a discricionariedade foi extinta de vez, restando o ato vinculado apenas a casos restritíssimos, em que o policial está autorizado a algemar o preso, desde que justifique, por escrito, as razões da tomada da medida extrema.

6. VALORES ATUAIS A SEREM PRESERVADOS DE ACORDO COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Entendo, porém, ao contrário, que – numa interpretação realística, que venha ao encontro das sentidas necessidades atuais de igualdade e de segurança da população – perante nossa constituição federal, a utilização da algema, quando da prisão em flagrante delito ou por ordem judicial, deve constituir a normalidade, figurando como exceção a sua não utilização. A meu ver, há valores maiores em jogo do que os suscitados pelo Supremo Tribunal Federal. O direito à vida e à segurança e proteção à integridade física do agente e de terceiros são garantidos pela constituição federal. O emprego da algema visa, fundamentalmente, a preservar esses valores.

Mesmo no caso de comparecimento do preso a juízo – e todas as vezes que o detento estiver fora da cela, em ambiente público – também deve ser algemado. Durante a audiência, o magistrado, se achar conveniente, pode mandar liberá-lo, ouvindo-se, antes, o agente policial sobre a periculosidade do réu.

Acredito que o uso de algema no ato da prisão se impõe porque vivemos tempos modernos, de ostensiva violência pública, em que os marginais, isolados ou em quadrilhas organizadas, como regra, têm demonstrado pouco respeito pela vida alheia, não se podendo esperar deles que atendam, pacífica e mansamente, à voz de prisão e se disponham, sem reação, a ser conduzidos, ordeiramente, à delegacia de polícia. Mesmo os que acatam a ordem devem ser algemados para segurança e proteção sua, do agente e de terceiros.

Assim, o emprego da algema, no ato da prisão, *data venia*, se torna imprescindível por várias razões, evidentes por si, a saber: a) – para proteção e segurança da integridade física do policial encarregado da diligência contra possíveis e inesperados atos de agressão do preso; b) – para resguardar a incolumidade física de terceiros, ante atos de rebeldia do prisioneiro; c) – para evitar a fuga do preso; d) – para evitar a destruição de provas; e, finalmente, e) – para proteção do próprio preso, que pode, inclusive, em desespero, atentar contra sua própria vida (suicídio).

7. RESPONSABILIDADE DO AGENTE E DO ESTADO PELA PRÁTICA, COM NEGLIGÊNCIA, DO ATO PRISIONAL

Aliás, se o preso não for algemado e acontecer danos a terceiros, o policial responderá civil e criminalmente por negligência e o Estado por danos materiais.

Por isso mesmo, não se compreende por que, em se tratando a prisão de um ato tão perigoso, o uso de algema seja negativamente disciplinado, *a priori*, por quem não é sujeito a risco de vida ou de ferimento. Ocorre-me a figura do almirante que, em terra firme, quer dispor, por meio de regulamento, sobre a conveniência de o capitão de um navio – que se encontra em alto mar, em vias de naufragar, ao enfrentar uma violenta borrasca – atirar a carga ao mar ou arriar as velas.

Não se está dizendo que os eventuais excessos no uso da algema (por exemplo, a duração por tempo maior do que o necessário ou depois que o detido já estiver dentro da cela) não possam ser declarados inconstitucionais, mas isso numa análise do caso concreto, posteriormente à ocorrência do fato. “Quanto à exposição do preso pela mídia, a televisão, a meu ver, pode mostrar o ato da prisão e a condução do preso algemado, desde que as tomadas sejam feitas na via pública, sendo proibidas dentro do distrito policial”. Inconstitucional, também, se me afigura a permissão de entrevista do preso no recinto da delegacia, mormente sem a presença do advogado de defesa.

8. A PRISÃO COMO ÚNICO FATO CONSTRANGEDOR

É obvio que o emprego da algema constitui uma intrusão menor na privacidade do indivíduo do que o próprio ato da prisão. Este, sim, atenta contra sua liberdade, sua dignidade, sua integridade moral e sua imagem pública. Decorre daí que, se o ato da prisão for legal, seja em flagrante delito ou por ordem judicial, o uso da algema é constitucionalmente permitido, pois que, além de se tratar do uso moderado de força contra o preso, autorizado por lei, visando a proteger interesses maiores, como o direito à vida e à integridade física do agente policial e de terceiros, causa muitíssimo menos constrangimento do que a própria prisão.

O interesse do Estado (*agindo publicae utilitatis causa*) de evitar risco de vida, ou de danos pessoais, de seus agentes policiais ou de terceiros – que autoriza o uso de algema – sobrepuja, de muito, o individual (*jus libertatis*), e mais ainda relativamente à pretendida ofensa – pelo só fato do emprego da algema – à dignidade e imagem daquele que é preso.

9. O EMPREGO DE FORÇA NO ATO DA PRISÃO

Há que reconhecer que, inerente ao ato da prisão, encontra-se a autorização legal do emprego de força coercitiva necessária à sua realização – quem pode refutar isso? – por parte do agente que o executa. Logo, o ato de algemar se insere, naturalmente, como meio moderado e imprescindível à implementação da medida, para que ela ocorra, eficazmente, sem risco de vida ou de ferimentos para o policial, para terceiros e para o próprio preso.

10. COTEJO DE VALORES CONSTITUCIONALMENTE PROTEGIDOS

Evidentemente, o risco de vida que corre o policial que executa a diligência merece maior proteção constitucional do que uma pretensa agressão, reflexa e indireta, ao direito de privacidade (ou intimidade) do preso pelo uso da algema, quando, na realidade, o constrangimento que sofre decorre, precisamente, do ato ostensivo da prisão, em princípio legal e legítima. É o preço que o indivíduo paga para o resguardo, a proteção e o bem da sociedade. Como é a prisão que causa o constrangimento, se esta for, no futuro, tida como ilegal, o indivíduo tem direito a receber do Estado a indenização pelos danos morais que sofreu em decorrência dela. Mas não pelo fato, por si só, da utilização da algema. Todavia, se a prisão for legal, não haverá constrangimento pessoal juridicamente protegido, já que ela decorrerá não da prisão, mas do delito praticado, do qual há fortes indícios de que o detido foi o autor.

Portanto, a meu ver, o uso das algemas (atividade meio), longe de ser uma agressão contra a dignidade do indivíduo, ou degradação a sua imagem – ele vai legalmente, a final, ser aprisionado, isto é, ficar trancafiado atrás das grades (objeto-fim) – constitui um dever para o agente policial, que deve empregar, indistintamente, o instrumento de prevenção e de contenção em todas as pessoas, sempre que ocorrer a prisão, a fim de se dar cumprimento ao princípio constitucional da igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (CF – art.5º, caput).

11. O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS SOBRE O USO DE ALGEMAS POR POLICIAIS

Nos Estados Unidos, a U. S. Supreme Court, ao julgar o caso *Muehler v. Meña* (2005) considerou constitucional o uso de algemas numa simples busca e apreensão domiciliar determinada pela justiça, sem especificação dos nomes dos eventuais ocupantes de uma casa, que foi indicada com precisão apenas pelo endereço.

Iris Mena foi algemada numa garagem por duas a três horas, durante o curso da diligência, enquanto dois policiais, autorizados por um *search-warrant* judicial, faziam a busca de armas letais e procuravam por evidências de formação de quadrilha (*gang membership*) na residência ocupada por ela e mais quatro elementos; todos não identificados previamente.

Falando por uma Corte unânime – os julgamentos, lá, são sempre feitos pelo plenário, de modo a tornar única e indiscutível, sem divergências de turmas, a decisão do tribunal e anunciada como “Acórdão da Corte”, ou seja, a posição final da Corte, e não como voto de determinado ministro, fato que valoriza muito, politicamente, o poder judiciário –, o *Chief Justice Rehnquist* enfatizou que “A jurisprudência firmada sob a quarta emenda (a que autoriza a busca domiciliar ou pessoal, semelhante à prevista nos arts. 242 a 250, do Código de Processo Penal brasileiro, também condicionada à existência de fundadas razões que a autorizem), há muito reconhece que o direito de se fazer uma prisão ou uma parada investigatória carrega consigo o direito do uso de algum grau de coerção física ou a ameaça de efetivá-la.” (*Fourth Amendment jurisprudence has long recognized that the right to make an arrest or investigatory stop necessarily carries with it the right to use some degree of physical coercion or threat thereof to effect it*) e que “Não obstante o risco de perigo, inerente à execução de um mandado de busca por arma, ter sido suficiente para justificar o uso de algemas, a necessidade de deter múltiplos ocupantes tornou o uso de algemas muito mais razoável.” (*Though this safety risk inherent in executing a search warrant for weapons was sufficient to justify the use of handcuffs, the need to detain multiple occupants made the use of handcuffs all the more reasonable*)

Salientou, ainda, em sua *Opinion*, que “O uso de força pelos policiais, em forma de algemas, para efetuar a detenção de Mena na garagem, como a detenção de outros três ocupantes da casa, foi razoável porque os interesses governamentais superam a intrusão marginal (no direito de privacidade do preso)” (*The officers' use of force in the form of handcuffs to effectuate Mena's detention in the garage, as well as the detention of the three other occupants, was reasonable because the governmental interests outweigh the marginal intrusion*). Finalmente, esclareceu que “Os interesses governamentais não só de deter pessoas, mas o de usar algemas, alcançam o seu zênite quando, como aqui, um mandado judicial autoriza a busca de armas e quando um procurado membro da quadrilha reside no local. Nessa situação inerentemente perigosa, o uso de algemas minimiza o risco de danos tanto para os agentes como para os ocupantes.” (*The governmental*

Muehler v. Mena 544 U.S. (2005).

The Fourth Amendment to the United States Constitution provides: “The right of the people to be secure in their persons, houses, papers, and effects, against unreasonable searches and seizures, shall not be violated, and no Warrants shall issue, but upon probable cause, supported by Oath or affirmation, and particularly describing the place to be searched, and the persons or things to be seized.”

Iris Mena foi algemada numa garagem por duas a três horas, durante o curso da diligência, enquanto dois policiais, autorizados por um *search-warrant* judicial, faziam a busca de armas letais e procuravam por evidências de formação de quadrilha (*gang membership*) na residência ocupada por ela e mais quatro elementos; todos não identificados previamente.

Falando por uma Corte unânime – os julgamentos, lá, são sempre feitos pelo plenário, de modo a tornar única e indiscutível, sem divergências de turmas, a decisão do tribunal e anunciada como “Acórdão da Corte”, ou seja, a posição final da Corte, e não como voto de determinado ministro, fato que valoriza muito, politicamente, o poder judiciário –, o *Chief Justice Rehnquist* enfatizou que “A jurisprudência firmada sob a quarta emenda (a que autoriza a busca domiciliar ou pessoal, semelhante à prevista nos arts. 242 a 250, do Código de Processo Penal brasileiro, também condicionada à existência de fundadas razões que a autorizem), há muito reconhece que o direito de se fazer uma prisão ou uma parada investigatória carrega consigo o direito do uso de algum grau de coerção física ou a ameaça de efetivá-la.” (*Fourth Amendment jurisprudence has long recognized that the right to make an arrest or investigatory stop necessarily carries with it the right to use some degree of physical coercion or threat thereof to effect it*) e que “Não obstante o risco de perigo, inerente à execução de um mandado de busca por arma, ter sido suficiente para justificar o uso de algemas, a necessidade de deter múltiplos ocupantes tornou o uso de algemas muito mais razoável.” (*Though this safety risk inherent in executing a search warrant for weapons was sufficient to justify the use of handcuffs, the need to detain multiple occupants made the use of handcuffs all the more reasonable*)

Salientou, ainda, em sua *Opinion*, que “O uso de força pelos policiais, em forma de algemas, para efetuar a detenção de Mena na garagem, como a detenção de outros três ocupantes da casa, foi razoável porque os interesses governamentais superam a intrusão marginal (no direito de privacidade do preso)” (*The officers' use of force in the form of handcuffs to effectuate Mena's detention in the garage, as well as the detention of the three other occupants, was reasonable because the governmental interests outweigh the marginal intrusion*). Finalmente, esclareceu que “Os interesses governamentais não só de deter pessoas, mas o de usar algemas, alcançam o seu zênite quando, como aqui, um mandado judicial autoriza a busca de armas e quando um procurado membro da quadrilha reside no local. Nessa situação inerentemente perigosa, o uso de algemas minimiza o risco de danos tanto para os agentes como para os ocupantes.” (*The governmental*

Muehler v. Mena 544 U.S. (2005).

The Fourth Amendment to the United States Constitution provides: “The right of the people to be secure in their persons, houses, papers, and effects, against unreasonable searches and seizures, shall not be violated, and no Warrants shall issue, but upon probable cause, supported by Oath or affirmation, and particularly describing the place to be searched, and the persons or things to be seized.”

interests in not only detaining, but using handcuffs, are at their maximum when, as here, a warrant authorizes a search for weapons and a wanted gang member resides on the premises. In such inherently dangerous situations, the use of handcuffs minimizes the risk of harm to both officers and occupants).

12. A RELEVÂNCIA DO DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO

O leitor menos avisado poderia alegar que o direito constitucional americano nada tem a ver com o brasileiro e que, lá, eles seguem a *common law*, como costumeiramente se ouve falar. Esse argumento é totalmente inconsistente, porque a Constituição americana de 1787, além de ser escrita, é a mais rígida de que já se ouviu falar: está em vigor há mais de 220 anos e sofreu apenas 27 emendas. Lá, para uma emenda entrar em vigor não basta o congresso simplesmente editá-la. É preciso, em respeito ao princípio federalista (*a Constituição é resultado do pacto indissolúvel celebrado entre a União e os diversos Estados-Membros, não podendo, assim, ser alterada unilateralmente por uma das partes*) que três quartos das assembleias estaduais a ratifiquem. Com a Constituição, as leis escritas (*statutes*) do país devem guardar fina sintonia, sob pena de inconstitucionalidade, ou seja, de serem declaradas nulas, de valor nenhum. A *common law* constitui uma exceção, sendo utilizada, principalmente, nas ações de indenização por danos (*tort actions*).

Depois, porque a Constituição brasileira, desde a primeira republicana de 1891, é, em sua estrutura de divisão de poderes e de proteção aos direitos civis, uma cópia da americana. Foi uma sábia opção feita por Rui Barbosa que, abandonando o modelo francês, em que o judiciário não é poder político (o juiz é escravo da lei), e o inglês, em que o judiciário não é independente, pois está subordinado ao Parlamento (a Câmara dos Lordes é sua última instância), resolveu libertar o fraco judiciário brasileiro, que vinha despojado de autonomia — ao tempo do império, o juiz era nomeado e demitido pelo imperador, ao seu livre alvedrio — e dotá-lo, como ramo governamental não eleito, do poder político de anular leis feitas pelos poderes eleitos (Congresso Nacional e Executivo).

13. O USO DE ALGEMAS EM PAÍSES CIVILIZADOS

Costumam dizer, contrariamente ao uso de algema, que nos países civilizados, a exemplo da Inglaterra (como se os Estados Unidos não o fossem!) tal não acontece. Esse argumento não merece, *data venia*, consideração.

Observe-se que a Augusta Corte brasileira extraiu a vedação do uso de algemas de um contexto envolvendo diversos preceitos constitucionais, ignorando o costume, já quase centenário, do uso do poder discricionário da polícia na

matéria., Logo, não é pertinente a comparação da medida com o costume de outra nação. Na Inglaterra é costume o policial não portar arma de fogo, diversamente do nosso costume e das leis brasileiras.

Por outro lado, se se pretende dar execução real, de forma positiva, ao princípio da igualdade – um dos sustentáculos de nossa Constituição – a Inglaterra também não serve de base, uma vez que, lá, o princípio da igualdade não é aplicado em sua plenitude, havendo evidentes atenuações. Tratando-se de uma monarquia, nela há, presentemente, rei, rainha, príncipes, duques e lordes. Eles desfrutam, em razão do costume, de diversos privilégios. Por exemplo, só pode ser membro da Câmara dos Lordes quem for de estirpe nobre, em razão do nascimento. Assim, lá, afóra a educação e a cultura do povo, não existe interesse, nos tempos modernos, em algemar, igualmente, todas as pessoas que forem presas cometendo delitos. Essa situação lembra a mesma existente aqui no Brasil no tempo do império!

Atento à diferença de costumes, a comparação, para ser válida, há de ser feita com base em fundamentos constitucionais. É de nossa Constituição, que expressa, normativamente, nossa cultura, costumes e tradições, que o STF extraiu reflexamente, de uma zona de penumbra, a proibição do uso de algemas, já que não há dispositivo claro nesse sentido. Fora do âmbito da Constituição, os costumes e tradições de outros povos servem, apenas, para efeito de outras comparações, como a sociológica por exemplo.

Diferentemente do Brasil, onde a lei rege, aprioristicamente, a conduta das pessoas (Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei – CF – art.5º, II), é de ver que os anglo-saxões não dispõem de constituição escrita, regendo-se por alguns éditos com força constitucional (a Magna Carta, de 1215, The Petition of Rights, de 1628, o Habeas-Corpus Act, de 1679, o Bill of Rights de 1689 etc). Lá, no Reino Unido, sim, predomina o direito consuetudinário (*common law*) pelo qual o costume é que gera o direito, o qual é declarado, caso a caso, inicialmente pelo judiciário, formando o precedente (*stare decise*). A lei, se vier (não há necessidade de vir) acatará obrigatoriamente o precedente, podendo ampliar direitos.

Penso, pois, que a comparação constitucional mais própria, adequada e pertinente é a que é feita entre a constituição brasileira e a americana que é, e continua sendo, o seu mais forte, evidente e exponencial paradigma.

De todo modo, o objetivo dessas considerações, ao analisar a matéria, não é o de exaltar o direito alienígena. Procurou-se resolver a questão, efetivamente, com base na coerente e perfeita interpretação dos princípios constitucionais inseridos em nossa Carta Política, tendo-se em mente a nossa atual realidade – repleta de crimes, violências e corrupções – e as legítimas aspirações do povo brasileiro de se alcançar, de imediato, a igualdade de fato e de direito.

14. COMO TORNAR SEM EFEITO A SÚMULA VINCULANTE

Por isso é que, agora, resta saber como tornar sem efeito essa súmula vinculante do Supremo Tribunal, porquanto ela sintetiza a interpretação constitucional da matéria feita pela Excelsa Corte e, que, por isso mesmo, não pode – nem deve – no momento, ser descumprida. O respeito à Instituição é mais importante do que opiniões pessoais. Afinal, queremos viver num governo de leis e não de homens!

Assim, vê-se que o governo não pode mais, a título de regulamentar o art. 199 da Lei de Execuções Penais, dispor, por decreto, de forma diferente. Tampouco, ao Congresso Nacional é permitido alterá-la diversamente por meio de lei. Ambos terão que se ater, compulsoriamente, às diretrizes traçadas pela Súmula Vinculante 11. A situação presente, em termos legislativos, é bem pior do que a anterior, antes da edição da referida súmula.

Entendo haver, portanto, só duas soluções para tornar essa súmula sem efeito, se esse for o objetivo dos que discordam de sua aplicação: 1. O Congresso Nacional deve fazer uma emenda constitucional pela qual superará o entendimento esposado pelo Supremo Tribunal Federal. Para este fim, ele está constitucionalmente autorizado. Em virtude de nossa forma republicana de governo, o poder legislativo é, também, ao lado dos outros dois ramos governamentais – todos harmônicos e independentes entre si – legítimo interprete do texto constitucional. 2. Os doutrinadores devem emitir comentários contra o teor da súmula, de modo a sensibilizar o Supremo Tribunal Federal para revogá-la.

15. REFERÊNCIAS

1. Abraham, Henry J. and Perry, Barbara A. **Freedom & The Court**. 6.ed. New York: Oxford University Press, 1994.
2. Garvey, John H. and Aleinikoff, T. Alexander. **Modern Constitutional Theory: A Reader**. St. Paul, Minn.: West Publishing Co., 1991.
3. Silveira, Paulo Fernando. **Devido Processo Legal**. 3.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
4. *The Fourth Amendment to the United States Constitution of 1787*.
5. Tribe, Laurence H. **American Constitutional Law**. 2.ed. Mineola, New York: The Foundation Press, Inc., 1988.
6. Mirabete, Julio Fabbrini. **Execução Penal**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1993.
7. Rehnquist, William H. **U.S. Supreme Court: Muehler v. Mena 544 U.S. (2005)**.

MUSEUS DE UBERABA

Guido Bilharinho*

MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL WILSON ESTEVANOVIC

Tradição familiar de um século de atividades científicas originou o Museu de História Natural Wilson Estevanovic, fundado em 1º de outubro de 1998 em Uberaba.

Destinado à divulgação das ciências naturais, o museu possui acervo de mais de 28.000 (vinte e oito mil) peças catalogadas nas áreas de astronomia, arqueologia, anatomia, antropologia, egiptologia, geologia, paleontologia e biodiversidade.

Na astronomia, o museu possui o maior observatório astronômico do Brasil Central, com dezoito telescópios profissionais de alta resolução e mantém mostra permanente de meteoritos, tectites e planetário, tendo criado até mesmo a Sociedade Astronômica de Uberaba com intuito de popularizar a astronomia na região.

A seção *arqueológica* compõe-se de artefatos pré-históricos, coleção da indústria lítica e cerâmica, machados, falos, pontas-de-lança, urna mortuária, crânios de primatas e hominídeos, fósseis australopitecos, *Homo erectus*, *neanderthalensis* e *lagoasantensis*.

A de anatomia é formada de mostra osteológica de seres humanos e animais silvestres e exóticos.

A seção *antropológica* contém representações artísticas de grupos africanos, indonésios, mongóis, astecas, marajoaras, maias e incas, além de máscaras morfológicas de Lampião, Maria Bonita e componentes do famoso bando de cangaceiros nordestinos.

Os estudos egípcios (*egiptologia*) expõem sarcófago, múmia, papiros e artefatos.

Em geologia, o museu é rico em coleções de rochas, desde magma (lava vulcânica) a meteoritos, pedras preciosas e minerais.

*Advogado atuante em Uberaba, editor da revista internacional de poesia *Dimensão* de 1980 a 2000 e autor de livros de literatura (poesia, ficção e crítica literária), cinema (história e crítica), história do Brasil e regional. guidobilharinho@yahoo.com.br

O setor de paleontologia apresenta fósseis de todos os períodos geológicos (estrematólitos, trilobitas, dinossauros, mastodontes e âmbar com insetos), tendo replica de tiranossauro montada no próprio museu com mais de 4 (quatro) metros de altura.

Na seção de biodiversidade estão representadas todas as classes, principais famílias, ordens e espécies da fauna nacional e estrangeira, animais marinhos e terrestres.

Além disso, o museu conta com biblioteca e videoteca.

Apesar de tudo isso, o museu encontra-se desativado em Uberaba, privando a cidade e toda a região de acesso à incalculável riqueza museológica.

MUSEU DE ARTE DECORATIVA

Em agosto de 2000 foi doada ao município a chácara dos Eucaliptos, no bairro Estados Unidos, outrora pertencente a José Maria dos Reis.

A sede, construída por volta de 1916, ela própria de inestimável valor arquitetônico, foi destinada ao museu de Arte Decorativa, nela instalado em abril de 2002 e inaugurado com exposição de obras de Reis Júnior, pintor uberabense, um dos quinze filhos de José Maria dos Reis e Artemira de Sousa Reis, autor, entre centenas de outros quadros, do esplêndido *Retirada da Laguna*, tela que lhe foi encomendada pelo então agente executivo de Uberaba, João Henrique Sampaio Vieira da Silva.

O acervo do museu compreende móveis, porcelanas e pinturas, tendo recebido doação da Fosfêtil/Ultrafêtil compreendendo mobiliário, imaginário, pintura, escultura, louças e lustres. Dependendo de sua direção, no museu realizam-se exposições, lançamentos de livros e outros eventos culturais, a exemplo da exposição, ainda em 2002, de parte do mobiliário da coleção de Beatriz e Mário Pimenta Camargo.

MUSEU CHICO XAVIER

Francisco Cândido Xavier – Chico Xavier, um dos mais admirados e cultuados seres humanos do país, veio de Pedro Leopoldo, sua cidade natal, residir em Uberaba em 1959, onde, por suas atitudes, obras e atuação atingiu fama universal.

Após 30 de junho de 2002, data de seu falecimento, a casa em que residia desde 1975 foi transformada em museu.

Nele se encontra seu acervo, consistente em livros, esculturas, móveis, documentos, roupas, condecorações e objetos de uso pessoal.

As paredes são cobertas por fotografias. No quarto onde faleceu, os objetos pessoais são mantidos da maneira como ele deixou.

MEMORIAL DO COMÉRCIO

Em maio de 2012 foi inaugurado oficialmente pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Uberaba o Memorial do Comércio, visando a reunir, conservar e catalogar a infinidade de objetos utilizados nas diversas práticas comerciais.

Assim, desde logo o museu passou a contar, por meio de doações, com caixas registradoras, máquinas de calcular, balanças, bicicletas de entrega, tesouras, cédulas, moedas, fotografias, aparelhos telefônicos, máquinas de escrever, fitas métricas, entre outros objetos.

Uma das aquisições mais importantes em 2013 consiste no painel referente à 1ª marcenaria do Triângulo e à loja Americana, de Donato Cicci, inauguradas em 1911, painel montado e doado por Dorival Cicci, filho de Donatò.

O memorial ocupa dependências na própria sede da CDL, na rua Luís Soares [Pinheiro], 520 — vila Olímpica.



O BRINQUEDO

*Ivana Rebello**

Eram apenas três quadras, mas se abria um caminho infinito entre eles. Quando segurava o braço do velho pai com sua mão, sentia que seu próprio corpo curvava-se mais que o dele. A placa azul, meio desgastada, anunciava: Lar dos Idosos. E isso era tudo.

Em outubro, seria o aniversário do pai.

Durante meses serrara, aparara e lixara. Com um canivete pequeno fora tirando as pontas e construindo seu segredo. Devagar o pedaço de madeira fora tomando forma e identidade. Nunca fora artista, mas aquela ideia lhe viera repentinamente, depois da última visita ao velho pai. Segurara suas mãos, finas como papel, e sentira que a vida dele se ia apagando devagar.

Nas poucas horas disponíveis da semana, ajeitava-se num cantinho do quarto em que morava e, de posse do canivete e de uma marretinha, ia esculpindo formas em madeira macia e cheirosa. Enquanto moldava o pequeno objeto, imagens de outros tempos entravam pela janela, sem pedir licença.

Via a mãe, sempre magra, debruçada sobre o fogão, com duas panelas, de onde vinha um cheiro confortante de feijão. Ele, menino, cochilava sobre os livros, tentando enganar a fome. Vez ou outra, ela lhe passava um pito: “Estuda, menino!” E, depois, amaciava a voz: “Seu pai deve de tá chegando ...”

Poucas horas após ele entrava, o rosto cansado iluminava-se ao ver o menino; puxava um tamborete e sentava-se à mesinha. Esses gestos eram a senha para que a mãe lhes servisse dois pratos de feijão com arroz: um feijão meio ralo que, às vezes, ela enriquecia com pele de porco. Só depois é que ela, suspirando, sentava-se à mesa com seu prato, sempre mais vazio que os deles.

De quinze em quinze dias, o pai tinha folga no serviço. Ele e a mãe montavam na bicicleta e iam, os três, ao parque municipal. Nesses momentos, sentavam-se sobre o gramado, ela ajeitava o melhor vestido com os dedos magros e o pai, com um gesto largo, enfiava a mão no bolso. Sorrindo, estendia ao menino uma nota amassada: “Pode ir comprar seu sorvete.”

*Professora de Literatura na Universidade Estadual de Montes Claros. ivanaferrante@hotmail.com

Ele queria ir correndo, mas ia muito devagar; pedia sempre um sorvete de chocolate, que ia lambendo pelas beiradas, de olhos bem abertos, com medo de que, subitamente, o doce se desmanchasse até seus olhos. A mãe achava graça, dizia que ia tomar o sorvete, ria muito – como ele tinha saudade daquele riso!

Tentava deter o tempo, mas ele, até em sua memória, vinha apagando certos rostos e olhares, silenciando algumas palavras, embaçando seus olhos. Lembrava-se de que a mãe ficara mais magra, tossia muito e seus olhos queimavam. A cada vez que voltavam do médico, ela vinha menor, encolhida em seu corpo débil, o riso cada vez mais raro.

Um dia, se foi. Sua mãe, tão discreta, apenas silenciara de vez, os olhos fechados, vestindo seu vestido de passeio. O pai, abatido, segurara firme sua mão e, num choro sem lágrimas, abraçou-o fortemente. Dois dias depois, comunicou-lhe que, a partir daquele dia, ele teria que morar com a tia. O pai viria visitá-lo, de quinze em quinze dias.

Desde então, não faltou a nenhuma visita. Levava-o ao mesmo parque, sentavam-se num banco, perguntava-lhe da escola, da vida, dava-lhe o dinheiro do sorvete e voltavam lentamente, porque já sabiam que as coisas não duram para sempre.

Os olhos do pai foram ficando cansados, seu corpo envergara-se mais, quase todo o cabelo estava branco. E ele, rapagão, comunicou-lhe que iria parar de estudar, arrumar um emprego e alugar um cantinho para eles.

O tempo, esse tecelão implacável, foi deixando aqui e ali seu traçado. Ele trabalhava como garçom; o pai, aposentado, vivia inventando pequenos consertos. Casou-se, teve filhos e, de repente, a casa ficou demasiado pequena para os gestos lentos do velho. Vez ou outra, o pai perdia seu olhar no nada, esquecendo-se das coisas a seu redor.

Eram apenas três quadras, mas se abria um caminho infinito entre eles. Quando segurava o braço do velho pai com sua mão, sentia que seu próprio corpo curvava-se mais que o dele. A placa azul, meio desgastada, anunciava: Lar dos Idosos. E isso era tudo.

Chegara o dia do aniversário dele.

Naquele dia, as horas demoraram a passar. Mas sustentou a ansiedade do tempo, a gravata borboleta e os fregueses indigestos com a esperança da noite que, certamente, viria. Quando o relógio apontou a meia noite, despiu-se do uniforme, da pilha de pratos e do odor de óleo da cozinha. Apanhou a bicicleta e pedalou como menino.

Eram quinze para uma hora, quando desceu da bicicleta. Naquela noite especial não precisaria obedecer ao horário das visitas. Entrou e acenou para a recepcionista. Ajeitou a blusa, os cabelos e o coração.

Foi andando pelo corredor já conhecido e empurrou a porta do terceiro quarto à esquerda. O velho estava cochilando, sentado numa cadeira ao lado da

cama. Abriu os olhos sem sobressalto e sorriu um sorriso sem dentes. Ele aproximou-se, afagou seus cabelos ralos e beijou-lhe a testa.

Em silêncio, estendeu-lhe o embrulho que cuidadosamente preparara. Os olhinhos do velho faiscaram. Tirou de dentro do papel verde um caminhãozinho de madeira. Os olhos dos dois encontraram-se, num entendimento sem palavras. Há muitos anos, no dia do seu aniversário, o pai lhe levara um caminhãozinho como aquele. A mão trêmula do velho afagou o brinquedo, num gesto cheio de circunstâncias. O tempo, finalmente, lhes dera uma pausa.

Quando o enfermeiro veio apagar as luzes, encontrou-os ainda mudos, as duas cabeças geminadas, num abraço de pai e de filho.

Minha modesta homenagem aos pais de Montes Claros.



BRANCO NAS ENTRELINHAS

Ronaldo Werneck*

Em 6 de setembro, em Cataguases, a partir das 18 horas, o poeta-professor Joaquim Branco lançou na Casa do Livro (Av. Astolfo Dutra, 25), sua nova obra, "Entrelinhas". É no branco das entrelinhas, em suas pequenas pausas, que o texto literário sugere imagens, significados que se incorporam ao pensamento do leitor. No branco que "fala", na força desse branco muito bem sacado no livro de Joaquim. Como ele mesmo diz, no texto de abertura: "Entrelinhas são veredas deixadas por um autor para que o leitor se introduza na sua obra e até contribua a seu modo, percorrendo caminhos ainda não navegados".

Todo texto literário se aninha nas entrelinhas. É ali que ele "fala" com o leitor, polissemicamente. Então, é um achado o título deste livro, que diz desde a capa ao que vem. Diz, numa só palavra, tudo que o leitor nele irá encontrar. Pois é nas entrelinhas, no "parar para pensar", que o leitor se vê frente a frente com as pensatas do autor – é dali que surgem à tona, que emergem os recônditos, as profundezas de cada texto. Erudito, intelectual de primeira ordem, Joaquim Branco desenha aqui um mapa, traça as veredas literárias de grandes autores, do Brasil e do estrangeiro. Veredas, palavra certa. Palavra-símbolo de Guimarães Rosa, umas das preferências literárias de Joaquim (ao lado de Jorge Luís Borges e Kafka), e que é abordada em quatro dos textos do livro.

Um livro capaz de ousadias e descobertas, como comparar – e até inverter, entrecruzar – lírica e antilírica na obras de Manuel Bandeira e João Cabral de Melo Neto, dois poetas pernambucanos, mas aparentemente tão distantes. E tornar às avessas o lirismo de Bandeira, que se faz despojado, concreto; e o poema a *palo seco* de Cabral, de repente pleno de lirismo. Achados que Joaquim nos oferece em poemas/fragmentos como aquele Bandeira "concretista" de "a onda anda/ aonde anda/ a onda?// a onda nada/ ainda onda/ aonde? aonde?// a onda a onda". Ou um Cabral subitamente lírico: "(...) Pois, assim, no telefone/tua voz me parecia/como se em tal manhã/estivesses envolvida,/fresca, e clara, como se/ telefonasses despida,/ ou, se vestida, somente/ de roupa de banho, mínima". E nessas abordagens – o lirismo em foco, por exemplo – Joaquim Branco, em parágrafos

*Jornalista e poeta, nascido em Cataguases, autor de várias obras em prosa e verso. roneck@ronaldowerneck.com.br

paradoxalmente secos e curtos, traça um conciso panorama do lirismo ao longo dos tempos; aula de um poeta que sabe o que fala, coisa de grande professor.

Mas o texto literário só funciona em sua plenitude quando conta com o leitor. Leitor-autor “em processo”. E Joaquim aqui nos remete a Borges: “A parte que cabe ao leitor é tão importante quanto a do escritor, pois pertence a ele a fase de consumação (e do consumo) da obra de arte”. Que, por sua vez, nos leva a Hans Robert Jauss (1921-1997) e Wolfgang Iser (1926-2007), fundadores da Estética da Recepção, escola que desenvolveu no pós-guerra alemão uma noção dinâmica do leitor, ouvinte ou espectador como fator essencial à constituição da obra de arte. Dizia Jauss: “Para que a literatura aconteça, o leitor é tão vital quanto o autor”.

Nesse “jogar com o leitor”, o livro de Joaquim Branco é enriquecido com aborçagens de jovens autores cataguasenses, como “O Homem Interdito”, de Marcelo Benini, ou dos livros “Beirais das Gerais”, do fotógrafo “portuguases” Henrique Frade, com texto de Leonardo Magalhães Gomes, e “umÁrvore”, de Fernando Abritta. Também do sempre presente Rosário Fusco, de Ascânio Lopes, ou de outros autores que andam meio esquecidos – e cuja obra é bom lembrar, como o também “verde” Camilo Soares, os poetas Henrique Silveira e Delson Gonçalves Ferreira (“A lua/varre a rua/com sua vassoura/de luar.//Bem devagar.// Numa teia, uma aranha/estranha/a lua cheia”), ou a grande poeta e romancista Lecy Delfim Vieira: “Precisarei de alimento, água bússola, companheira./ – será que não há no mundo quem queira comigo ir? – inda que não olhe meus olhos/ inda que vá por partir/ – Fundarei o céu e a terra só pra ter aonde ir”.

Fora isso, “Entrelinhas” nos oferece excertos de autores do calibre de Hemingway, Charles Dickens, Allen Ginsberg, Daniel Defoe, Emily Dickinson. Sem esquecer, é claro, os já citados Guimarães Rosa, Franz Kafka e Jorge Luís Borges. O livro de Joaquim Branco é um vasto espaço para o leitor se deleitar. Mas não para “se deitar”. Cabe a ele, leitor, “trabalhar” esses textos com vagar, deles se apossar com todo o direito e, de repente, perceber que pode também ser o autor escondido nas entrelinhas.



SÃO JOÃO DEL-REI E TIRADENTES: COMPROMISSO COM A HISTÓRIA

*Rogério Medeiros Garcia de Lima**

*Liberdade – essa palavra
que o sonho humano alimenta
que não há ninguém que explique
e ninguém que não entenda
(Cecília Meireles, Romanceiro da Inconfidência).*

Reminiscências pessoais da cidade de Tiradentes

Nascido em São João del-Rei, MG, em 8 de setembro de 1961, tenho a grande honra de ser cidadão honorário da vizinha cidade de Tiradentes, desde 19 de abril de 2013.

Em 21 de abril de 2016, a honraria foi redobrada com a minha diplomação como sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes.

Temos compromisso com a rica história das cidades de São João del-Rei Tiradentes. Glorioso passado de cultura e lutas libertárias, a ser estudado e divulgado. Pujante arquitetura barroca a ser conservada.

Nossas raízes estão inarredavelmente fincadas no chão civilizador das Minas do Ouro, área fulcral das Minas Gerais.

Desde menino frequento Tiradentes, conduzido pelos meus pais Laís e Euclides – o conhecido pediatra Tidinho. Honramos a velha amizade de meu avô paterno Euclides com a família do saudoso Sr. Chiquinho Barbosa e tantas outras estirpes bem nascidas à margem direita do Rio das Mortes.

Acompanhava minha saudosa mãe nas compras de peças artesanais de prata, com as quais presenteava parentes e amigos em nossas viagens ao Rio de Janeiro e Paraíba.

E ia com meu pai, quando se deslocava até Tiradentes para atender em domicílio crianças enfermas.

*Doutor em Direito Administrativo pela UFMG, desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, professor do Centro Universitário Newton Paiva e da Escola Judicial Desembargador Edesio Fernandes. rogeriom@tjmg.jus.br

Eu adorava esses passeios à cidade limítrofe da nossa São João del-Rei. Recordo as inesquecíveis festas na chácara de Chico Neves, ao lado do velho e famoso Chafariz de Tiradentes.

Tancredo de Almeida Neves, irmão do anfitrião e tiradentino adotivo, era presença assídua.

Época de elegante — mas destemida — oposição ao regime militar. Dr. Tancredo tinha tempo para a família e os amigos. Com certeza, embebeu-se da paisagem da Serra de São José para inspirar a construção das pontes que conduziram o Brasil à redemocratização.

Tancredo Neves: sempre atual.

Sempre atual, o saudoso presidente Tancredo Neves proclamara aos brasileiros após sua eleição à presidência da República:

“Se todos quisermos, dizia-nos, há quase duzentos anos, Tiradentes, aquele herói enlouquecido de esperança, podemos fazer deste país uma grande Nação. Vamos fazer”.

Minas e o Brasil

O Brasil, hoje e sempre, precisa de Minas Gerais. A topografia montanhosa conferiu características peculiares à gente mineira — assinalava Alceu Amoroso Lima:

“A sociologia e a espiritualidade mineira são grandemente resultados da presença da montanha. Uma fisionomia intelectual e moral, uma sociabilidade, um biótipo e um caráter definidos pela montanha: o mineiro sóbrio, austero, taciturno, desconfiado, irônico e depois conciliador, transigente, equilibrado, compreensivo”.

Porque — acrescentaria Carlos Drummond de Andrade, poeta maior:

Minas não é palavra montanhosa
É palavra abissal
Minas é dentro e fundo
(...)
Só mineiros sabem.
E não dizem nem a si mesmos o
irrevelável segredo
chamado Minas.

São João del-Rei e Tiradentes: origem comum

Voltemos à origem comum de São João del-Rei e Tiradentes, bem expressada por Antônio Gaio Sobrinho:

“Desde 1674, bandeirantes paulistas, nas pegadas de Fernão Dias Pais, pelo Caminho Geral do Sertão, depois também conhecido como Caminho Velho, começaram a devassar, de sul a norte, o território que, em consequência de suas ricas jazidas auríferas, viria a chamar-se Minas Gerais.

“Nos últimos anos daquela centúria, dentre esses bandeirantes, Tomé Portes d’El Rey, com familiares e escravos, decidiu-se por permanecer, a meio caminho, à margem esquerda do Rio das Mortes, no local denominado Porto Real da Passagem, dando assim início ao povoamento dessa região, antes percorrida dos índios cataguás.

“A denominação Rio das Mortes, já então usual, deveu-se, segundo Antonil, a morrerem nele uns homens que o passavam nadando e outros que se mataram a pelouradas, brigando entre si sobre a repartição de índios que traziam do sertão.

“Tomé Portes, depois da descoberta do ouro, em 1702, na Ponta do Morro, onde surgiu, em consequência, o Arraial de Santo Antônio, depois Vila de São José del-Rei, e cidade de Tiradentes, morreu assassinado por alguns de seus escravos. Sucedeu-lhe como autoridade local e guarda-mor das canoas, na passagem do rio, o seu genro, Antônio Garcia da Cunha, sob cuja jurisdição, entre os anos de 1704 e 1705, foram descobertos os depósitos auríferos das encostas hoje ditas Alto das Mercês. Logo, para as imediações, acorreram paulistas e forasteiros, estes genericamente apelidados por aqueles de emboabas. Tinha início, destarte, o Arraial de Nossa Senhora do Pilar do Rio das Mortes, que ficou sendo o Arraial Novo, em oposição ao Arraial Velho de Santo Antônio” (negritos no original).

Minas do Ouro e a urbanização

No final do século 17, ao se iniciar o declínio do ciclo da cana-de-açúcar, foram descobertos os primeiros veios auríferos nestas plagas mineiras. O centro econômico da antiga Colônia portuguesa foi deslocado do Nordeste para as Minas Gerais. No lugar dos antigos engenhos, com suas casas-grandes e senzalas, surgiram e prosperaram os centros urbanos.

Entre estes, desde antanho, figuram as reluzentes cidades de Tiradentes e São João del-Rei, sobre as quais escrevia Afonso Arinos de Melo Franco:

“A importância das pontes de pedra e da igreja de São Francisco, em São João del-Rei, e a beleza da matriz de Santo Antônio, em Tiradentes, que Casal diz ser ‘a mais magnífica de toda a Província’, aparece ressaltada nos viajantes. (...)”

“São João del-Rei e Tiradentes são, ainda hoje, comunidades urbanas representativas do que existiu de mais alto na civilização mineira do século XVIII, no terreno das artes plásticas. Isso lhes atribui a destacada posição que ocupam, não só no Brasil como também na América e, de certo modo, no acervo mundial do barroco-rococó”.

Guerra dos Emboabas

Naqueles idos do século 18, a cobiça pelo precioso metal provocou a Guerra dos Emboabas, conflito sangrento entre paulistas e portugueses. “Emboaba” – ou “perna cabeluda” – era a designação pejorativa dos portugueses e forasteiros, que vieram disputar as minas de ouro.

Durante a encarniçada guerra civil, houve o marcante episódio do Capão da Traição. Os paulistas, diante da ardilosa promessa de trégua dos “emboabas”, depuseram armas às margens do Rio das Mortes. Os portugueses e aliados, escondidos em um matagal (ou capão), abriram fogo contra os paulistas. Inúmeros deles quedaram mortos após o trágico episódio.

O herói Tiradentes

Ainda no século 18, ganhou fama o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

Ele nasceu na Fazenda do Pombal, entre São João del-Rei e Tiradentes, atual município de Ritópolis.

Celebrizou-se como protomártir da História do Brasil, pela destemida atuação na Inconfidência Mineira.

Padre Toledo

Além do alferes herói, não podemos olvidar a figura de Carlos Correia de Toledo e Melo, o famoso Padre Toledo, “Vigário Colado da Freguesia de Santo Antônio, da vasta e rica Vila de São José, da Capitania de Minas Gerais”.

Nasceu em 1731, na Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, Capitania de São Paulo.

Homem de posses, residiu, em Tiradentes, no belo casarão da antiga Rua do Sol, onde hoje funciona o Museu Casa do Padre Toledo.

Foi um dos próceres da Inconfidência Mineira, consoante registro de Luiz Cruz:

“A Comarca do Rio das Mortes concentrou a maior parte dos inconfidentes, devido à mobilização liderada por Padre Toledo. É importante lembrar que nesse período, a comarca abrigava a maior população da capitania, enquanto Vila Rica tinha decréscimo populacional.

“Em outubro de 1788, aconteceu a primeira reunião dos inconfidentes na Comarca do Rio das Mortes, que teve como pretexto o batizado de dois filhos de seu grande amigo Alvarenga Peixoto com Bárbara Heliodora – cujo casamento tardio, aliás, Toledo já havia oficializado.

“Após o batizado, Toledo ofereceu um banquete em sua casa, com a presença de muitos convidados, entre eles: Luis Ferreira de Araújo e Azevedo (desembargador da comarca), Luís Vaz de Toledo Piza, Luís Antônio (Tesoureiro dos Ausentes) e obviamente: Toledo, Alvarenga e Gonzaga. Foi nesse dia em que se falou do movimento contra a Coroa Portuguesa e escolheram a senha para o levante: ‘tal dia será o batizado’. Comeram, beberam, sonharam: Gonzaga governaria por três anos, Bárbara Heliadora seria rainha, Alvarenga, o rei. Toledo seria o ‘Pontífice’. E ‘dizem que este Padre (Toledo) pensava, depois do levante, ser bispo desta capitania’, conforme depoimento, posterior. Luís Vaz completou: ‘...e eu, com este fagote cortaria, se necessário for, a cabeça ao General desta Capitania’, conforme registrado no Autos de Devassa, Vol. 4, página 138”.

Debelada a revolta, após a traição de Joaquim Silvério dos Reis, Padre Toledo e seu irmão Luís Vaz de Toledo Piza receberam sentença máxima: morte na forca, aplicada aos líderes da conspiração. Depois, a pena foi comutada para exílio perpétuo.

Luís Vaz foi degredado para Angola e faleceu em Luanda, aos 68 anos de idade.

Padre Toledo foi deportado para Lisboa. Ficou enclausurado até a morte aos 72 anos; em 1803.

Frei Veloso

Outro ilustrado tiradentino foi José Mariano da Conceição Veloso, conhecido como Frei Veloso e primo do alferes Joaquim José da Silva Xavier (as mães eram irmãs). Nasceu no ano de 1742. Foi admirável sacerdote, professor, missionário e botânico brasileiro. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1811.

Basílio da Gama

Também evoco um dos grandes nomes da literatura brasileira, José Basílio da Gama, nascido em Tiradentes (1741). Escreveu o célebre poema épico *O Uraguai*, de 1769. Faleceu em Lisboa, Portugal (1795). É patrono da cadeira nº 4 da Academia Brasileira de Letras.

Barrocos congênitos

Nascido e criado em São João del-Rei e filho adotivo de Tiradentes, tenho alma barroca.

Somos, são-joanenses e tiradentinos, barrocos congênitos. Há mais de dois séculos cultivamos fervorosas tradições católicas. Organizamos inúmeras procis-

sões. Culminam com o Enterro, na Sexta-Feira da Paixão. Desfilam pelas ruas religiosos, sob suntuosos pálios; irmandades, em opas; fiéis com velas nas mãos; e imagens seculares, sobre esplendorosos andores. A atmosfera se impregna do incenso emanado de turíbulos balouçantes. Orquestras bicentenárias e coros entoam cânticos sacros. De passo com a religião, a arte aflora com fecundidade.

O Barroco é expressão artística da Contrarreforma. A Igreja Católica, pela exuberância dos templos e artes sacras, opunha seu esplendor aos protestantes.

Impressiona fiéis e idealiza uma dimensão terrena do Paraíso. A beleza barroca das velhas cidades mineiras nos aproxima de Deus.

Duas belas cidades

Nossas encantadoras terras de São João del-Rei e Tiradentes assentam-se em sítios privilegiados e ostentam pictóricas paisagens.

Em Tiradentes vislumbramos, sob o azul da abóbada celeste e emoldurados pela Serra de São José, o magnífico casarão e igrejas barrocas.

A alma das cidades

Para além das belezas naturais e arquitetônicas, nossas cidades possuem alma.

Dom Lucas Moreira Neves, saudoso cardeal são-joanense, escreveu na apresentação do raro livro Galeria das Personalidades Notáveis de São João del-Rei, de Sebastião de Oliveira Cintra:

“As cidades, como as pessoas, são um composto de corpo e alma. O corpo é a estrutura externa, visível e palpável da cidade. A alma é a história, a tradição, a vida da cidade e a vida e a atitude das pessoas, que, num determinado período, representam o seu espírito”.

Também compõem a alma da cidade de Tiradentes os valorosos confrades do Instituto Histórico e Geográfico, que pugnam diuturnamente pela preservação da tradição, cultura e religiosidade.

Contam com a dedicação de filhos adotivos da estirpe de Yves Alves, Anna Maria e John Parsons, Eros Grau, José Paulo Gandra, Oscar Araripe e tantos outros.

A cidade e a virtude

Sempre recorro, com Aristóteles, que o fim último do homem é a felicidade.

Elemento indispensável para alcançá-la é a virtude. A mais perfeita forma de sociedade é o Estado, cujo fim é assegurar a felicidade dos cidadãos, educando-os na virtude.

Inspirado na doutrina de Platão, o notável estagirita subordinava a ética à política. Concebia o homem unicamente como cidadão e situava a cidade acima da família e do homem individual. O indivíduo existia em função da cidade e não a cidade em função do indivíduo:

“Se, de fato, idêntico é o bem para o indivíduo e para a cidade, parece mais importante e mais perfeito escolher e defender o bem da cidade; é certo que o bem é desejável mesmo quando diz respeito só a uma pessoa, porém é mais belo e mais divino quando se refere a um povo e às cidades”.

Will Durant ensinava que todas as concepções morais giram em torno do bem geral. A moralidade começa com associação, interdependência e organização. A vida em sociedade requer a concessão de uma parte da soberania do indivíduo à ordem comum. A norma de conduta acaba se tornando o bem-estar do grupo. Um grupo sobrevive segundo sua unidade e a capacidade de seus membros de cooperarem para fins comuns. A melhor cooperação consiste em alguém fazer aquilo que melhor sabe fazer. Eis o objetivo da organização que toda sociedade deve perseguir, para que tenha vida.

No século XVI, Maquiavel — tão sábio quanto incompreendido — vislumbra a importância da educação para conter a propensão dos homens para o mal e redirecionar suas tendências egoístas e ambiciosas. Dessa forma, criam-se condições para a convivência de desejos conflitantes.

Temos a missão de preservar a nossa História, tradição e cultura. Constituímos inexpugnável trincheira contra o assalto das forças da cobiça, do atraso ou da ignorância. Estamos sempre prontos a lutar por Tiradentes!

Magistrado e historiador

Há muitos anos, o ministro Mário Guimarães, do Supremo Tribunal Federal, comparava a atividade do juiz com a do historiador:

“Apreciando os fatos, exercita o juiz seus conhecimentos de ordem geral e atua com os atributos que lhe são pessoais de perspicácia, de bom senso, de objetividade, de homem experiente. Nessa fase, pouco intervirá o jurista.

“Procede a investigações como se fora historiador: coteja documentos, compulsas datas, esmiúça indícios, examina declarações e, levanta, com base nos autos, a versão que terá por verdadeira. Sobre ela será calcada a sentença.

“Como historiador consciencioso, também, o juiz não afirmará tese que não possa demonstrar. Mas aquele não estará sujeito a limites no seu voo. O juiz há de restringir-se ao que conste dos autos. ‘Quid non est in actis, non est in mundo’”.

Magistrado de carreira por vocação, escrevo a história dos casos concretos em autos processuais.

O que se saberia da Inconfidência Mineira sem os Autos da Devassa?

Conclusão: Os mortos, os vivos e a pátria

Exaltar nossas origens toca fundo o coração:

“Uma pátria compõe-se dos mortos que a fundaram, assim como dos vivos que a continuam” (Renan).

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Carlos Drummond. A palavra Minas, disponível em <http://pensador.uol.com.br/frase/>, acesso em 09.04.2016.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CINTRA, Sebastião de Oliveira Cintra. Galeria das Personalidades Notáveis de São João del-Rei. São João del-Rei: Fapec, 1994.

CRUZ, Luiz. O primo de Tiradentes, Revista de História, Biblioteca Nacional, 15.06.2011, disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/o-primo-de-tiradentes>, acesso em 11.04.2016.

_____. Padre Toledo, um líder inconfidente, Revista de História, Biblioteca Nacional, 13.12.2011, disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/padre-toledo-um-lider-inconfidente>, acesso em 10.04.2016.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves (organizadora). Tancredo Neves: Sua Palavra na História. Belo Horizonte: Fundação Tancredo Neves, 1988.

DURANT, Will. A História da Filosofia. São Paulo: Nova Cultural, trad. Luiz Carlos do Nascimento Silva, 2000.

Enciclopédia Barsa. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica Editores Ltda., vol. 6, 1969, p. 416.

FRANCA, Padre Leonel (S.J.). Noções de História da Filosofia. Rio de Janeiro: Agir, 22ª ed., 1978.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro: José Olympio, 22ª ed., 1983.

GAIO SOBRINHO, Antônio. Visita à colonial cidade de São João del-Rei. São João del-Rei/MG: Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei-FUNREI, 2001.

GAMA, Basílio da. O Uruguai. Porto Alegre: L&PM, 2009.

GARCIA DE LIMA, Rogério Medeiros. Carvalho Mourão e Martins de Oliveira, os próceres, e outras personagens da Comarca de São João del-Rei. Belo Horizonte: Revista da Academia Mineira de Letras, Belo Horizonte, vol. LXIX, 2014, págs. 93-115.

- _____. Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, 06.04.2008.
- _____. Tomás Antônio Gonzaga: poeta, inconfidente e magistrado. Belo Horizonte/MG: Revista MagisCultura, Associação dos Magistrados Mineiros, nº 14, setembro 2015, pp. 16-23.
- GUIMARÃES, Mário. O Juiz e a Função Jurisdicional. Rio de Janeiro: Forense, 1958.
- LIMA, Alceu Amoroso. Voz de Minas. São Paulo: Editora Abril, 1983.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. História da Inconfidência de Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 3ª ed., 1968.
- MAIA, Tom, MELO FRANCO, Afonso Arinos de e MAIA, Thereza Regina de Camargo. São João del-Rei & Tiradentes. São Paulo: Ed. Nacional; Rio de Janeiro: EMBRATUR, 2ª ed., 1978.
- MEIRELES, Cecília. Romanceiro da Inconfidência. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- REALE, Giovanni. História da Filosofia Antiga. São Paulo: Edições Loyola, trad. Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine, 1994.
- RODRIGO, Lúcia Maria. Maquiavel - Educação e Cidadania: Petrópolis: Vozes, 2002.
- ROMEIRO, Adriana e Botelho, Angela Vianna. Dicionário Histórico das Minas Gerais - Período Colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 3ª ed., 2013.
- RONÁI, Paulo. Dicionário Universal Nova Fronteira de Citações. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SURUAGY, Divaldo e WANDERLEY FILHO, Ruben. História de Alagoas. São Paulo: Catavento, 2ª ed., 2000.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. História de Minas Gerais. Belo Horizonte: Lemi, vol. 1, 3ª ed., 1980.
- VASCONCELOS, Diogo de. História Antiga de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, sem data.
- VIEGAS, Augusto. *Notícia de São João del-Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969.



UMA BELA VIAGEM AO RIO SÃO FRANCISCO

*Zanoni Neves**

Recentemente inaugurado, o Museu Antropológico do Vale do São Francisco localiza-se em Belo Horizonte a trinta minutos do Rio das Velhas e um pouco mais distante do Paraopeba – dois importantes afluentes do grande rio. Assim, justifica-se a criação do Museu na capital mineira, cujo município pertence ao município de Leopoldina, no Estado do Rio de Janeiro.

A coordenação do Museu elaborou um projeto pedagógico para os dois setores que o constituem: o setor propriamente museológico, onde se encontra o acervo da instituição, e a sala de aulas onde serão realizadas palestras e cursos, com exibidos documentários. Assim organizado, o Museu cumpre a sua missão: o ensino e a difusão da cultura e do conhecimento historiográfico sobre o Vale do São Francisco através de atividades didáticas em sala de aula e visitas guiadas ao setor museológico.

Este setor já está em pleno funcionamento, aberto à visitação pública, com um acervo que se caracteriza pela diversidade: artesanato, documentos e objetos históricos, abrigados em mostruários modernos e funcionais.

As visitas, orientadas pelo coordenador do Museu, são inteiramente gratuitas, e possibilitam uma “viagem” à cultura do Vale do São Francisco – às suas regiões e aos afluentes.

O Museu também oferecerá minicursos e palestras à categoria dos professores. Poderão ser beneficiados os docentes das áreas de História, Sociologia, Geografia etc. bem como os estudantes universitários dessas áreas acadêmicas, desde que manifestarem interesse em participar.

Estudantes e professores da rede pública e particular de ensino constituem o público-alvo do Museu Antropológico do Vale do São Francisco.

HISTÓRIA E ACERVO

Ao longo de quarenta anos, o fundador do Museu, este que escreve, adquiriu um acervo que se caracteriza pela variedade, no qual se destacam os objetos

*Coordenador do Museu Antropológico do Vale do São Francisco; mestre em Antropologia Social-UNICAMP; associado do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. zanonineves@ig.com.br

artesanais provenientes de sub-regiões do São Francisco. No mostruário central, por exemplo, há réplicas, em tamanho reduzido, de diversas embarcações que singraram as águas do grande rio e de seus afluentes: canoas, vapores, barcas de figura, canoas de tolda, barcas motorizadas, etc. No mesmo mostruário, podem ser observados vários exemplares das famosas carrancas confeccionadas por artesãos de Pirapora, Juazeiro, Santa Maria da Vitória, e que, nos dias atuais, encontram-se também em residências, escritórios, jardins e museus ou em poder de colecionadores. Há outros mostruários, que podem ser considerados temáticos, apresentando informações específicas sobre a cultura material ribeirinha. Da pesca, por exemplo, pode-se conhecer alguns instrumentos como a tarrafa e a groseira, sem se perder de vista as agulhas utilizadas para confecção de redes, manjubeiras e tarrafas. Uma pequena canoa completa a mostra das modalidades de pesca. O mostruário da fauna ictiológica contém peças artesanais representando o dourado, o surubim, o pacamão (“pocomã”) e a piranha.

Confeccionado em madeira, destaca-se um dourado, símbolo de Pirapora — MG. Há também dois mostruários, cujo objetivo é apresentar ao visitante a casa e seus utensílios: tachos, gamelas, moringa, pilões, regador, cuscuzeiro — etc. Esculpido em Juazeiro — BA, um “pilãozeiro”, confeccionado em madeira, demonstra-nos como é o trabalho de pilar os cereais no meio rural. Em outro mostruário estão expostos o tear do Vale do Urucuia — representado por novelos e um belo tapete de Urucânia/Natalândia — e o crochê em forma de “rede de dormir”, confeccionado em Pirapora — MG. Armas do tipo utilizado por jagunços, estribo, carro de boi e objetos históricos compõem um mostruário que remete o visitante ao tempo da dominação coronelística, que predominou durante muitas décadas na região. Esses objetos estão reunidos sob a denominação “NO TEMPO DOS CORONÉIS...”

Peças de artesanato em madeira, argila, pedra e metal localizam-se num amplo mostruário, também representativo de diversas sub-regiões do São Francisco. Estão ali reunidos objetos das sub-regiões dos Rios Corrente, Grande, Velhas, Jequitaiá, afluentes do São Francisco, sem esquecermos os municípios de Pirapora, Januária (MG), Juazeiro, Bom Jesus da Lapa (BA), Propriá (SE), cidades ribeirinhas que são polos importantes da região.

Documentos históricos diversos concentram-se em outro mostruário. São Cartas de capitão fluvial e praticante-comissário, caderneta de reservista da Armada, carteira de identidade de maquinista e de capitão fluvial — documentos expedidos pela Marinha do Brasil e pelas empresas Navegação Mineira do Rio Francisco e Companhia de Navegação do São Francisco (FRANAVE). Objetos e documentos desta última empresa estão em outro mostruário, onde se pode conhecer um mapa histórico do rio abrangendo o percurso entre as cidades de Pirapora — MG e Juazeiro — BA antes da construção da barragem de Sobradinho, mostrando também a localização de cidades intermediárias como São Romão,

São Francisco, Januária, Manga, Carinhanha, Bom Jesus da Lapa, Barra, Xique-Xique, Remanso, Sento Sé etc. sem se perder de vista os afluentes navegáveis e suas localidades ribeirinhas como Barreiras e Santa Maria da Vitória. As insígnias de oficiais de bordo da FRANAVE e um prato, com logomarca, utilizado no salão de refeições dos vapores, também compõem este mostruário onde se pode admirar uma “roda do leme” (timão) em tamanho reduzido.

O projeto museográfico foi elaborado à luz de duas disciplinas acadêmicas que se complementam: a Museologia e a Antropologia Social. Mas deve-se ressaltar o seu aspecto didático: o projeto foi concebido para que a cultura e a história regionais sejam facilmente compreendidas e assimiladas pelo visitante.

A sala de aulas já está equipada com vinte e cinco carteiras que se destinam aos estudantes e professores.



PAINEL ÚNICO DOS CAMPOS GERAIS EM ENÉAS ATHANÁZIO

Guilherme Queiroz de Macedo*

A produção intelectual do autor constitui uma das maiores e mais diversificadas bagagens da literatura dos catarinenses. O acervo integra o amplo e rico mosaico das terras e das gentes do Planalto dos Campos Gerais, retratando usos e costumes, tradições, valores sociais, folclore, mitologia, adagiário, formação psicológica de políticos, fazendeiros e peões. A linguagem rica e expressiva da região entra precisa em cada texto tanto no uso quanto na recriação de termos regionais (In: SACHET, Celestino. A Literatura dos Catarinenses: espaços e caminhos de uma identidade. Florianópolis: Editora Unisul, 2012, p. 378).

Considerações iniciais

No transcurso do ano de 2013, o escritor catarinense Enéas Athanázio completou 40 anos de carreira literária, iniciada com a publicação dos contos de "O Peão Negro", em 1973. Como destaque de tão importante marco, não poderíamos deixar de mencionar a obra alusiva à comemoração da profícua e fecunda trajetória literária do autor, lançada no segundo semestre de 2012, editada pela Editora Letras Contemporâneas, de Florianópolis – SC, dirigida pelo professor Péricles Prade. Trata-se da obra intitulada Contos Escolhidos, que traz uma antologia de 61 contos do percurso literário de quatro décadas do autor, muitos dos quais publicados em suas primeiras obras literárias, conforme destacaremos mais adiante. A obra foi premiada na categoria de melhor livro de Contos do ano de 2012 pela Academia Catarinense de Letras.

Na antologia Contos Escolhidos (2012), Enéas Athanázio, revela-nos, em sessenta e um contos retirados de vinte obras de sua autoria, uma bem escolhida amostragem de um autêntico e original painel único dos Campos Gerais catarinenses, o qual pretendemos abordar nos aspectos relacionados ao contexto histórico, geográfico e sociológico, bem como no que se refere às suas tradições culturais, linguagem, hábitos, usos e costumes que, embora sejam regionais e lo-

* Licenciado em História e Pedagogia pela UFMG. Escritor com livros publicados. gmacedo67@yahoo.com.br

cais, muito nos revelam da dimensão universal da condição humana, do indivíduo inserido na coletividade, no contexto histórico, cultural e social.

Nesta perspectiva, dividimos a análise dos sessenta e um contos enfeitados no volume em cinco grupos: contexto histórico, geográfico e sociológico, no qual destacamos o coronelismo, a Guerra dos Jagunços, mais conhecida pela historiografia como Guerra do Contestado – 1912 a 1916, e os confrontos entre peludos x pelados e os conflitos entre índios, coronéis e bugreiros por volta de 1910; os hábitos, usos, costumes e tradições culturais; a relação entre as memórias individuais e coletivas do tempo histórico vivido e o contexto histórico do tempo presente; as relações entre o real e o imaginário, no qual a realidade e o mundo da ficção, se misturam, abrindo espaço ao fantástico e ao inusitado, possibilitando ao leitor várias leituras; o cotidiano e o imaginário e seus personagens, através de suas ações e reações psicológicas individuais, inseridas no âmbito da psicologia coletiva.

Organizamos a análise dos sessenta e um contos enfeitados no volume, por enredo ou temática principal, com o objetivo de demonstrar como o autor traçou um painel único dos Campos Gerais catarinenses através de cinco aspectos que consideramos significativos e marcantes em sua obra, embora dois ou mais aspectos possam também ser encontrados simultaneamente nos contos e crônicas publicados na antologia.

1 – Contexto histórico, geográfico e sociológico.

A maioria dos seus contos movimentam paisagens e personagens de pequenos agrupamentos humanos, com sua política da roça e de cabresto, corridas de cavalos, crimes, temas e costumes religiosos e cívicos, conversas típicas, coronelismo, peonada em todas as suas grandezas e misérias. (SACHET: 2012, p. 378).

As obras de Enéas Athanázio estão contextualizadas historicamente, no Coronelismo da República Velha ou República Oligárquica (1889 – 1930), predominante na primeira metade do século XX, nos Campos Gerais catarinenses, marcados pela existência uma sociedade predominantemente pecuária, na qual, além da presença dos grandes latifundiários, visualizamos a existência de um heterogêneo universo sociológico, composto de pequenos agricultores, agregados, peões, jagunços, bugreiros, índios, religiosos, padres, sacerdotes, campeiros, tropeiros, líderes messiânicos e seus adeptos místicos, dentre outros tipos populares dos Gerais catarinenses.

- Neste sentido, São Simão, pequeno aglomerado urbano situado geograficamente entre o planalto norte e o meio-oeste dos Campos Gerais catarinenses, torna-se cenário das disputas cotidianas pelo poder político e religioso, da rivalidade

entre os coronéis e políticos locais, as traiçoeiras tocaias de motivação política e as anedotas e causos pitorescos da política local nos contos “São Simão”, “Pito aceso”, “O documento”, “Aleijado de serraria” e “A reconvença”.

Na mesma região do planalto norte e do meio-oeste catarinense, presenciamos nos contos de Athanázio os conflitos entre os índios e os coronéis, que “justam bugreiros” para combatê-los em “Estranhos na fazenda”, além de manifestações preconceituosas da população local contra os índios, que buscam ser aceitos no “mundo dos brancos”, através da inserção religiosa, procurando reconstruir a sua identidade perdida, sendo, mesmo assim, desprezados, ironizados e humilhados, como em “O batizado ou A história de Tipoti”. O autor constrói o enredo e tece a trama de seus contos, mostrando-nos as ações e reações dos personagens, em suas relações e conflitos sociais, contextualizados em um cenário que nos revela as suas lutas e dificuldades em meio a uma ambientação geográfica, na qual se movimentam em seu cotidiano.

O próprio autor, em entrevista, relata-nos como iniciou o processo de construção de seus contos, através de personagens e de um universo ficcional que constituiu o que alguns estudiosos de sua obra denominaram de “romance ou painel único” dos Campos Gerais catarinenses:

“Aquele Campos Novos (do passado) só existe mesmo dentro de mim e de alguns que escrevem e viveram lá naquela época mais intensamente. Eu olhava os fatos que aconteciam; as questões políticas, aqueles coronéis com seus latifúndios, aquela vida e me decidi: vou tentar o registro, já que ninguém se habilita. E comecei a escrever meus contos.” (Enéas Athanázio, citado por SACHET, 2012, p. 378-379).

2 – Hábitos, usos, costumes e tradições culturais.

Eu achava que devia usar mais os meus ouvidos e os meus olhos e investigar como as pessoas falavam, como é que elas se comportavam e colocar na ficção. (Enéas Athanázio, citado por SACHET, 2012: p. 378-379).

Os hábitos, usos, costumes e tradições culturais são retratados com maestria por Athanázio em contos que, além de os revelarem em seus detalhes típicos e pitorescos, legaram-nos personagens inesquecíveis, os quais, com seus protagonismos, contribuíram para enriquecer os enredos nos quais as tramas se desenvolveram.

Como não se lembrar do difícil diálogo entre mãe e filha em “A gripe da Barreira”, o silêncio combinado propositalmente entre a fazendeira e um misterioso benzedor em “Formiga Correição”, a surpresa ou a decepção do típico e valente peão em ver o seu amor de infância casando-se com outro, ao chegar tardiamente à terra natal onde viveram durante a infância, no conto “Ô de casa!”?

O trágico e sombrio e, ao mesmo tempo, típico velório do único filho de uma família, que sempre se envolveu em confusões em vida e tirava o sossego de todas as pessoas à sua volta, que agora se mostravam indiferentes no momento derradeiro de sua partida, em “O guardamento do último Viganó”, conferem ao conto o caráter de um dos autênticos “causos do ermo” campeiros, enfeixados na obra “A gripe da Barreira”.

Um dos contos mais representativos da ficção athanaziana mostra-nos, com bastante humor, os costumes campeiros então presentes nos Gerais catarinenses, relatando as desventuras de um jovem estudante que, ao pedir a namorada, “filha do Coronel” em noivado e casamento, recebeu como resposta um desafio quase impossível. Entretanto, o intrépido estudante de “Como casei com a filha do Coronel” não esmoreceu diante do desafio e, mostrando a seriedade com que eram tratados os compromissos e promessas assumidos pelos campeiros, venceu o desafio e o levou tão a sério, ao pé da letra, que o próprio Coronel afirmou que não precisava tanto empenho, pois só o estava colocando à prova para saber se o jovem merecia casar com a sua filha.

A sensação que temos, ao ler e reler os contos athanazianos, é que nos transportamos para dentro de seu universo ficcional, como se fizéssemos uma infundável viagem existencial pelos tempos e lugares, como se estivéssemos próximos das figuras, personagens e fatos retratados em uma grande tela repleta de cores e emoções, enriquecida por diálogos e gestos de seus típicos personagens. São enredos construídos pelo autor em cenários, cujas ações, reações e discursos dos personagens nos levam para dentro do livro, em uma grande e inesquecível e infundável viagem pelo painel único dos Campos Gerais catarinenses.

3 – Memórias individuais e coletivas: passado e presente

Campos Novos me marcou para sempre. Minha formação foi a de um homem do campo, eu me considero um campeiro. A paisagem ampla, aberta, o campo verdejante, o céu azul como nunca vi igual, tudo aquilo ficou comigo. As recordações mais antigas que tenho de mim mesmo são de Campos Novos. Algumas delas estão em meus contos e crônicas. (Enéas Athanázio, citado por SACHET: 2012, p. 378-379).

As memórias de infância e juventude do autor são reveladas e inseridas no contexto das memórias individuais e coletivas, unindo passado e presente, em vários “contos escolhidos” por Athanázio, contribuindo para enriquecer seu romance único, no qual retrata as impressões colhidas pelos caminhos e épocas vividas, desde os tempos de Campos Novos, passando por Calmon, Porto União, União da Vitória, bem como as várias comarcas por que passou ao longo de sua vida pessoal e profissional: O que é mais significativo nas lembranças escondidas

nos recônditos da memória do autor, é que Athanázio viveu na região dos Campos Gerais catarinenses durante a infância e início da juventude (1935 – 1950), tendo estudado dez anos fora da região – em Curitiba (1951 – 1954) e Florianópolis (1955 – 1959), embora não tenha perdido o contato e retornado em períodos de férias escolares e acadêmicas. Após uma década, retorna à região, iniciando a sua vida profissional e constituindo família (1960 – 1972) e toma, resolutamente, a decisão de retratar o “meu chão e a minha gente”, com a publicação de seu livro de estreia – *O Peão Negro* (1973).

As lembranças do cavalo preferido no conto “Simpático”, também conhecido como “Rosilho”, o qual muito estimava, nos levam, através dos “caminhos do sonho e da fantasia”, a ser companheiros de jornada do menino que, sem saber, vivia a mais bela e feliz fase da vida. O animal personagem predileto do garoto e outros não tão prediletos assim, protagonizaram outras aventuras, solitárias ou junto com os amigos na fase da infância e da juventude, algumas das quais enfeixados em “Rosilho Velho: contos juvenis”. O jovem estudante lembra-se também, no conto “A estradinha”, de “um dos amigos que o tempo levou”, para a casa do qual rumava, com o objetivo de manter o intercâmbio literário, por uma estradinha que, para ele era a “porta da aventura e da felicidade” e o “caminho livre do sonho e da fantasia”, tantas foram as ocasiões em que a percorreu e na qual encontrava sempre à sua espera o mesmo cavalo de estimação, agora já mais idoso. É o mesmo jovem estudante de “Momentos fugazes” que, com um maço de leituras debaixo do braço, ficava triste quando não conseguia comprar as revistas, livros e jornais que desejava quando o trem passava pela estação, mas ficava muito feliz quando, nos “momentos fugazes” da parada do trem, conseguia adquirir as suas amadas publicações, em outro conto marcante de sua autoria.

Como não se lembrar do inesquecível andarilho Caleco, retratado por Enéas no conto “O azul da montanha” como o homem mais livre que conheceu em sua vida, “cuja liberdade só encontrava limites no inatingível azul da montanha”? Em outros contos do autor aparecem novos andarilhos, como Vidá, de “O Prato do Vidá”, que conheceu durante a sua vida pessoal e profissional os quais, apesar de seus silêncios e desaparecimentos repentinos, são mais protagonistas do que muitos personagens, pois muitas vezes o silêncio do agradecimento verdadeiro e sincero vale mais do que as palavras vazias e sem sentido. Os andarilhos são constantemente abordados pelo autor, mesmo em outros gêneros textuais pelos quais transita e que domina com maestria, como, por exemplo, em “Andarilho”, denominado pelo autor como um “exercício de autoficção”, bem como através de suas inúmeras “viagens reais e imaginárias” e em “Utopia Campeira”, no qual o autor revela o seu “velho vício deambulatório” em carta escrita a um “estimado amigo”, que, por ser desconhecido, pode ser qualquer um dos inúmeros leitores das obras de Athanázio, ambas publicadas em *Crônicas Andarilhas* (2005).

Inesquecíveis também são as cenas retratadas e descritas pelo autor em “Apito na Pirambeira”, das inúmeras vezes em que ouviu e presenciou, juntamente com os moradores da pequena e pacata Vila à beira da ferrovia onde viviam, os variados sons dos apitos das locomotivas que puxavam as composições que anunciavam a sua chegada triunfal na descida da célebre Serra da Pirambeira que a circundava. E o autor, ao descrever os personagens que assistiam à passagem diária do trem, revela-nos os sonhos e as esperanças dos moradores da pequena Vila.

A poesia manifestada em forma de prosa quando o autor descrevia a grandiosidade e a exuberância da natureza dos Campos Gerais catarinenses, nos mostram, ao mesmo tempo, as saudosas memórias e o progresso inclemente com o meio natural e social, que vitima suas duas inesquecíveis terras natais – Campos Novos e Calmon, para concluir sobre a pequenez da alma humana, manifestada em “Sua Majestade, o campo”:

“Um tempão sem ver este campo! Meus olhos cansados de ares poluídos estão saudosos desta paisagem e se espalham com sofreguidão pelo verdor imenso que se confunde com o horizonte no azulado da distância. Várias manchas de colorido diferente indicam a proliferação do inimigo que ameaça devorá-lo – a lavoura mecanizada. Mas ainda assim a primeira sensação é da pequenez do homem em meio à vastidão desse espaço que a natureza reservou às pastagens dos animais. Aqui neste coxilhão em que me encontro sou um nada, uma criatura desamparada.” (Sua Majestade, ATHANAZIO: 2012, p. 67).

As lembranças das férias escolares do autor também estão presentes em “Os jagunços e o Ceará”, parte da obra de autoficção “Vida Confinada” (1997), apesar de não entrarem no cotidiano vivido no Colégio interno, sendo justamente um “capítulo à parte” de sua “vida confinada” no educandário. Entretanto, desta feita, somente se relacionaram com a sua vida escolar porque seu protagonista – “o amigo mais velho” – foi despedir-se do “amigo mais moço” na porta do velho educandário, em uma das poucas visitas que recebeu em seus anos de internato (1945 – 1951). A mensagem que o autor nos traz é de que nunca devemos perder a esperança e o otimismo em dias melhores, que são muito importantes diante das dificuldades e obstáculos da vida. O valor das amizades de infância e juventude e da manutenção do “elo de ligação” com os colegas de colégio sempre foram cultivadas pelo autor, sendo inclusive retomadas em outros contos e crônicas como em “O colega desaparecido” e “Girafa”, publicados em “O Campo no Coração” (2012).

A música embala as ações do tocante e marcante personagem presente em “Miligirdo gaiteiro” que, através de sua música, comunica-se com os demais personagens, conquistando-os por meio da sensibilidade. Além do músico, outro típico personagem campeiro, retratado pelo autor com riqueza de detalhes, se

mostra diante de todos, como o típico e autêntico personagem campeiro de “O Artista ou A entrada em cena”, aproveitando-se do momento da passagem do trem, aparece com seus “trajes apeirados no capricho”, de forma bastante teatral, vivendo o auge de sua entrada em cena, no momento em que todos se encontram na plataforma da Estação ferroviária da pequena Vila à margem da ferrovia.

Dentre as recordações do autor, os maus tratos e o desumano tratamento dado pelos donos a um burro de carga em “Pouco trato e muito carrapato” sensibilizam e indignam o autor que, mesmo oferecendo ajuda, é tratado de forma rispida, contrastam com as lembranças de uma inesquecível festa natalina ocorrida em sua Vila natal, mostrada com toda a sensibilidade no autêntico conto de natal “A transformação ou O Natal de Seu Berilo”, que contagia a todos, revelando-nos o lado humano que havia por trás do personagem, tão severo e rígido em seu relacionamento diário com os demais personagens.

Os contos evocam memórias individuais ou coletivas, do passado e do presente, como em “A restinga”, onde o autor nos mostra o quanto o progresso é capaz de mudar uma paisagem natural, a ponto até mesmo de expulsar os seres imaginários que lá moravam, e o desaparecimento de seus banhados, fizeram com que o temor de seus antigos transeuntes desaparecesse. Em “Sonho de liberdade” o autor é capaz de sensibilizar-se e solidarizar-se com um suposto “desejo de liberdade” da construção colonial imigrante típica do hotel onde se hospedara, mas que podemos traduzir para a ânsia de liberdade inerente a todos os seres. “Meus Campos Gerais” encerra os 61 contos da riqueza, variedade e beleza estética literária do volume, como uma verdadeira e sincera manifestação de amor do autor à sua terra natal, aos verdes Campos Gerais que se confundem com o azul do céu.

4 – Entre o real e o imaginário: realidade e ficção.

O material linguístico peculiar da região é empregado como finalidade estética. De quando em vez, a linha do fantástico parece tornar mais (in)verossímil a estória que funciona como um retrato psicológico de uma história, de um indivíduo ou de um grupo. (SACHET: 2012, p. 378)

Nos contos e crônicas da antologia, nos quais encontramos as tênues fronteiras entre o real e o imaginário a realidade e a ficção, nota-se que Athanázio trabalha com maestria os enredos que envolvem seus famosos personagens, cujas ações estão ambientadas no amplo e único painel campeiro dos Gerais catarinenses. Nos contos cujo protagonista é o seu mais famoso personagem de ficção – Janary Messias – vários fatos o envolvem em uma longa viagem por caminhos e descaminhos de várias cidades do planalto norte-catarinense. Nos contos “O Poço da Bica” e “Os quatro degraus” o autor mostra-nos os conflitos existenciais vividos pelo eterno “lobo solitário”, cujo dilema de encontrar-se ou não com uma

paixão do passado nos mostra um personagem dividido entre o passado campeiro e a realidade urbana. A própria distância temporal que separa a publicação dos dois contos nas obras *Meu Chão* (1980) e *Tapete Verde* (1983) demonstram o tempo que o autor-narrador levou para construir o enredo dos desencontros do célebre personagem, a ponto de propor dois caminhos (ou descaminhos) do que poderia ser o desfecho ou não desfecho em contos que bem poderiam ter se transformado em uma novela, a exemplo da obra *A cruz no campo* (1989). O dilema existencial de Janary Messias entre estar próximo do campo, de sua terra natal, de pessoas de estima ou de viver na cidade grande, onde encontra as diversões e prazeres mundanos noturnos que muito aprecia sempre o atormentava.

O conto "O, Companheiro" faz referência aos relatos dos tropeiros e cavaleiros, viajantes noturnos solitários pelos campos, mas sempre acompanhados de companheiros de viagem imaginários, mas cuja presença é notada e se torna quase real. Os contos athanzianos resgatam as tradições campeiras, que se tornaram populares, pois eram transmitidas pela tradição oral, de geração em geração, enriquecendo mais ainda o universo ficcional do que os estudiosos de sua obra denominam *roman-fleuve*, mostrando-nos um painel único dos Campos Gerais catarinenses.

No conto "Encontro na noite fria" o autor desenvolve, com propriedade, os elementos característicos do chamado conto ou realismo fantástico, ao relatar o encontro de Janary Messias com um amigo que, na realidade, já era falecido. Rompendo com as fronteiras entre o real e o imaginário, de forma magistral, Enéas nos conduz a uma viagem pelas imbricadas trilhas que envolvem a realidade e a ficção, tendo como cenário uma das cidades campeiras do planalto norte-catarinense.

Em "A cortina invisível" revela-nos, de forma tocante, a paixão do protagonista pela imagem de uma Santa que, em sua fantasia, ora confunde-se com um ser espiritual, transcendental, ora com uma mulher quase real. No decorrer da narrativa, o autor nos mostra a luta do personagem em lidar com sentimentos tão contraditórios o que, paulatinamente, demonstra aceitação de que era um amor impossível de consumar-se na realidade, mas que continuava a cultivar de forma mais espiritualizada no íntimo de seu coração.

O conto "Chá de sumiço", além de novamente trazer elementos característicos dos contos do realismo fantástico, proporciona muito humor e ironia, ao mostrar o desespero de um delegado que não conseguia resolver o misterioso desaparecimento do pacato personagem Nabor Mosca, cujas aparições repentinas são cercadas de mais dúvidas do que as circunstâncias improváveis de quando sumiu pela primeira vez.

Novamente, as dúvidas existenciais de Janary Messias são mostradas no desfecho da novela rurbana e fantástica "A cruz no campo" (1989), no capítulo intitulado "Na Estrada", no qual o personagem envolve-se sozinho

em um acidente automobilístico, cujo desfecho, real ou imaginário, parece ser trágico e fatal.

Os contos “A Chave” e “O Exílio” mostram-nos os encontros e desencontros existentes nos liames entre a realidade e a ficção. O primeiro relata o relacionamento de um jovem rapaz com uma jovem mulher que, ao mesmo tempo, relacionava-se com uma pessoa mais velha, cujo nome não revelava, por razões profissionais. Após despedir-se dela, presenteou-a com uma chave, que havia encontrado de uma forma incomum, e que utilizava como amuleto e talismã. Decorridos alguns anos, o pai do jovem faleceu e qual não foi a sua surpresa quando, no momento da abertura do inventário, a mesma chave foi encontrada junto aos pertences do falecido. Demonstrando o quanto a vida nos surpreende com as coincidências, representadas pela chave, elo simbólico e real de todos os acontecimentos da narrativa, pois o jovem e o seu velho e finado pai, sem saber um do outro, mantiveram um relacionamento afetivo com a mesma mulher que foi misteriosamente assassinada. O segundo conto demonstra a saudade desesperadora e exasperada de um dos peões de confiança do coronel e fazendeiro Nhô Pré que, na ânsia de voltar o mais rápido possível à sua terra natãl, não aguentou esperar mais uma noite para chegar à sua “querência” e coloca fim em sua própria vida.

Em “Onde está João da Banha”, novamente estamos diante das peripécias audaciosas do famoso ladrão que nunca é apanhado em flagrante e que deixa intranquilo o delegado que acabou de ser transferido para a pequena cidade campeira. Entre cenas reais e imaginárias dos roubos praticados por João da Banha, o delegado investiga rigorosamente com todos os recursos materiais, humanos e científicos de que dispõe, sem saber que, na realidade, os roubos eram fictícios, pois a população se divertia às suas custas e, provavelmente, testando a sua competência profissional. No final, o delegado irritado, sentencia que “João da Banha não existe!”. Mais uma vez o real e o imaginário se entrecruzam em mais um dos contos e crônicas de Athanázio que tem como protagonista oculto e onipresente o famoso andarilho meliante.

5 – O cotidiano, o imaginário e seus personagens: psicologia individual e coletiva

Autor e texto buscam captar o sabor regional na fixação dos caracteres e dos tipos humanos. Apesar de recorrer a um vocabulário regional, a linguagem da ficção de Enéas não é aquela de um escritor regionalista. (SACHET: 2012, p. 378)

Os contos e crônicas de Enéas Athanázio que tratam do cotidiano e de seus personagens, através do delineamento de perfis pessoais, se inserem na psicologia coletiva dos habitantes dos Campos Gerais catarinenses, cujos traços com-

põem pequenos retratos e instantes do cotidiano, através das ações e reações dos personagens, que transitam no universo campeiro.

Como não lembrar os dois personagens de pequena estatura, que crescem diante dos assédios e humilhações impostas por seus antagonistas “provalecidos” em força e tamanho, nas crônicas: “Tamanho não é documento” e “Boa vizinhança”?

As pequenas crônicas compõem os múltiplos fiapos de vida, cujas lérias ou minicontos, foram inspirados em fatos reais ou imaginários do cotidiano campeiro, presenciados durante a trajetória profissional, pessoal e literária do autor. Merecem destaque os personagens que respondem, de forma simples, direta e objetiva, às perguntas feitas por “pessoas da lei”, como juízes, escrivães e delegados, como em “A testemunha”, “Ortografia” e “Por causa do Rasgadiabo”.

Personagens do mundo real e imaginário compõem uma rica diversidade de psicologias individuais, que fazem parte do universo social de um amplo e único painel, que constrói uma mentalidade e uma psicologia coletivas que, embora tipicamente regionais, não deixam de ser universais, dos Campos Gerais catarinenses. Os personagens das crônicas do cotidiano athanzianas são figuras inesquecíveis, como o tabelião de “Visita de Médico”; o oficial de justiça de “Doença estranha” e a mocinha que sofre uma grande desilusão amorosa em “Um Alarifo!”. Não podemos deixar de lembrar do carroceiro de “Visita do Bispo”; o melancieiro de “Mané João Melancieiro”; o gaudério de “O ajudante voluntário”; o coronel, fazendeiro e político de “Esforço Vital”, o sacerdote de “O Pastor irado”, os quais compõem alguns dos causos nanicos ou lérias do amplo, único e original painel dos Gerais catarinenses, composto pelo autor.

Outros personagens que fazem parte do multifacetário e caleidoscópico universo ficcional athanziano, cujas atitudes compõem o enredo de crônicas como: os trejeitos e manias característicos e peculiares do entojado e interesseiro personagem, novo habitante de uma típica cidade campeira dos Gerais catarinenses e funcionário do cartório, e sua desajeitada e rica noiva, protagonista do único conto inédito publicado na antologia – “Entojo”. Destacamos, ainda, os irmãos bêbados que vivem às turras de “Ponte e pinga não vinga” e o sortudo afortunado de “Sorte grande”.

Um misterioso hotel, cuja entrada era quase inacessível, tornou-se objeto de uma crônica do autor, intitulada “Obstáculo inesperado ou o desafio de uma escada”, chamando-nos atenção pela situação inusitada em que o próprio autor narra um acontecimento protagonizado por ele, em uma de suas inúmeras viagens.

Os animais domésticos, sobretudo cavalos, burros, cachorros e gatos, também foram personagens de inúmeros contos e crônicas de Enéas. Novamente os animais que sofrem maus tratos aparecem como personagens em seu universo ficcional. O conto “Pulga” relata-nos a dedicação e o cuidado de uma pessoa

que salvou a vida de um cão, cujo nome dá título à narrativa, que estava sendo maltratado e o sentimento e abalo psicológico, que também afeta os animais, que não resiste à dor da perda de seu novo dono e parte logo depois para a eternidade.

Os traços psicológicos individuais do personagem Priano mostram-nos a autenticidade e a sinceridade dos sentimentos de um jovem campeiro, ao se apaixonar pela nova moradora da Vila. Trudi, apesar de ser oriunda de um universo moderno, bem diferente e distante do rústico universo de Priano, aos poucos se insere no universo dos moradores da Vila, tornando-se benfeitora da população local. Ao mesmo tempo, Priano, no desespero de ver o seu amor não correspondido por Trudi, desumaniza-se e enlouquece, passando a se comportar de forma animalesca e a fazer companhia a seus dois animais de montaria. A cena de "O Encarnado do Céu" revela-nos toda a poesia do momento do entardecer em que a avista pela primeira vez, sem que a mesma soubesse, sendo apenas o primeiro capítulo da novela rurbana "São Roque da Ventania", cujo enredo nos transporta no túnel do tempo para os anos finais da II Guerra Mundial (1939 - 1945), compondo uma diversidade de personagens, fatos e lugares que muito nos revelam do painel único dos Gerais catarinenses, inserido no contexto histórico, social e político do fim do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937 - 1945). O protagonismo de Priano na luta pela conquista de Trudi é apenas um dos muitos perfis psicológicos individuais delineados pelo autor que, neste caso, construiu um de seus personagens da novela como uma pessoa especializada em traçar os perfis: trata-se do farmacêutico que construiu um dossiê com uma ficha ou prontuário de cada um dos moradores da Vila, utilizando os métodos científicos da psicologia criminal e forense em voga na década de 1940 do século XX, mas que não consegue desvendar a personalidade e os sentimentos de Priano que, à medida que a trama se desenvolve, revela-se, de forma surpreendente, ao farmacêutico e a todos os moradores da Vila.

Considerações finais

A obra "Contos Escolhidos" brinda-nos com 61 contos e crônicas muito bem relacionados, dentre vinte das trinta e duas obras literárias da autoria de Athanázio. Como esclarecemos anteriormente, as demais vinte e nove obras do autor, em livros e opúsculos, são ensaios e artigos, não se incluindo nos gêneros textuais propostos pela antologia - contos e crônicas, constituindo um rico e único painel dos Campos Gerais catarinenses.

Conforme salientou Mário Pereira que, em sua apresentação, nas orelhas da capa e da contracapa da obra intitulada "Com a força da terra", considera ser Enéas "um engenhoso contador de histórias", o qual "oferece-nos, na linha do tempo, amplo mural de uma obra que se insere entre as mais vigorosas e representativas". Além disso, Pereira considera a antologia como "um livro de desven-

damento, no qual, ao mapear o seu fazer literário e a geografia de sua criação, o autor se expõe por inteiro”.

Mais adiante, Pereira salienta que “a obra ficcional de Enéas brota da terra. Suas raízes estão entranhadas nos campos do Planalto Catarinense, com suas gentes, costumes e falares característicos”. Embora esteja presente e seja característica marcante o regionalismo típico dos Campos Gerais catarinenses, o autor da apresentação ainda ressalta que “apesar da temática e da especificidade dialetal”, isso não retira à obra athanáziana o seu “timbre universal”, uma vez que “inovou na temática rural de cima da Serra e manejou com maestria o linguajar da peonada nas lides campeiras” em um autêntico e único “trabalho de criação e recriação”, no qual “certamente há de ter colado o ouvido na terra, para dela recolher histórias e o falar saboroso, de peculiar sotaque”.

Mário, finalmente, afirma que o autor nos convida a uma viagem, a uma experiência estética, literária e, por que não, de vida e de conhecimento junto a outras figuras e lugares, de perto e de longe, através da pátina do tempo: “A bordo dos contos de Enéas Athanázio, aos quais não faltam doses fartas de humor e ironia bem calibrados, viajamos pelas suaves ondulações das coxilhas e dos verdes campos a perder de vista, e convivemos com personagens inesquecíveis”.

As reflexões e as considerações críticas de Péricles Prade, em texto publicado na contracapa da obra, referem-se a Enéas Athanázio como um “escritor visceral, paradigmático”, no contexto da ficção regionalista brasileira, destacando que os contos enfeixados no volume são “alusivos aos férteis períodos de produção do autor, impulsionados por sua memória privilegiada”, revelando-nos “as heranças antropológicas e sociológicas”, “a típica e singular linguagem” das “microsociedades situadas nos campos gerais do oeste catarinense”, destacando que “o contista comporta-se como atento *homo viator* nas travessias de naípe temporal, *sem comprometer o conhecimento da realidade dos fatos, assuntos, matérias explorados, pondo sempre ênfase no essencial, com maestria, postura inerente aos grandes criadores*”.

Na obra consta ainda uma pequena amostragem da imensa, variada e inúmera fortuna crítica sobre o autor, em 41 comentários da crítica literária sobre o autor ao longo de seus 40 anos de vida literária (p. 265-270) e bibliografia contendo os títulos dos 42 livros e dos 14 opúsculos, totalizando 56 obras, então publicados pelo autor (p. 271) até o ano de publicação de Contos Escolhidos (2012). Atualmente (2015), o autor tem 48 livros e 14 opúsculos publicados, totalizando 62 obras literárias. A ilustração da capa da obra é a reprodução da obra artística em óleo sobre tela de Irma, mãe do autor, intitulada “Vista dos Campos Gerais”, com um belíssimo fundo em tons de verde, contrastando com suaves tons de azul e dois autênticos pinheiros escoteiros nativos da espécie *Araucaria angustifolia*.

A leitura de “Contos Escolhidos” nos leva a uma grande e inesquecível viagem pelo amplo, original e único painel dos Campos Gerais catarinenses. E

ao final de uma prazerosa leitura sentimos uma melancólica e pungente saudade, manifestada no desejo de ficar mais um pouco e adiar a partida, como Enéas Athanázio nos revela no último conto do volume em “Meus Campos Gerais”. Despedimo-nos do universo ficcional campeiro e, ao mesmo tempo, universal de seus “verdes campos gerais” que se misturam com o azul do céu, não como um adeus ou uma última leitura, mas com um até breve para novas releituras pela vida afora, sem antes, porém de concluir como o autor que:

Longe, longe, no horizonte distante, campos e céus se misturam numa mancha azulada. E a saudade, devagarinho, foi enchendo o peito e uma leve melancolia invadindo a alma (...). Olho, observo e sinto até cansar. Depois, sem pressa e sem vontade, começo o retorno, deixando atrás de mim os meus verdes Campos Gerais (Meus Campos Gerais, ATHANÁZIO: 2012, p. 262-263).

Referências bibliográficas

ATHANÁZIO, Enéas. Enéas Athanazio. Fascículo Biobibliográfico e Antologia. Serie Escritores Catarinenses Hoje, Vol. 4. Estudo Biobibliográfico, Antologia e Entrevista a Flavio Jose Cardoso, e Silveira de Souza. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1991, p. 4-10.

ATHANÁZIO, Enéas. Vida Confinada. Balneário Camboriú: Minarete, 1997.

ATHANAZIO, Enéas. A Liberdade fica longe. Balneário Camboriú: Minarete, 2001.

ATHANAZIO, Enéas. Mundo Índio. Balneário Camboriú: Minarete, 2003.

ATHANAZIO, Enéas. Fiapos de Vida. Volume 2. Balneário Camboriú: Minarete, 2004.

ATHANAZIO, Enéas. Crônicas Andarilhas. Balneário Camboriú: Minarete, 2005.

ATHANAZIO, Enéas. A liberdade fica longe. Balneário Camboriú: Minarete, 2007.

ATHANAZIO, Enéas. Ensaio Escoteiros. Balneário Camboriú: Minarete, 2010.

ATHANAZIO, Enéas. Contos Escolhidos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2012.

ATHANAZIO, Enéas. Enéas Athanázio: 40 anos de literatura. Entrevista e Depoimento concedido a Luiz Henrique Borck. São Luís Gonzaga/RS: Borck e Silva Editores, 2013.

MACEDO, Guilherme Queiroz de. Duas Vezes Enéas. Balneário Camboriú, Editora Minarete, 2002.

MACEDO, Guilherme Queiroz de. Biblioteca Peculiar. In: Jornal do Enéas. Balneário Camboriú, No. 27, junho 2010, p. 6.

MACEDO, Guilherme Queiroz de. *Jornal do Enéas: um periódico cultural "sui-generis"*. *Jornal do Enéas*. Balneário Camboriú, No. 29, fevereiro 2011, p. 4.

MACEDO, Guilherme Queiroz de. *A Educação Confinada, olhares do autor-personagem*. *Escrituras Brasileiras*, 2008, p. 42-55.

MACEDO, Guilherme Queiroz de. *Sou leitor dêz que o mundo e mundo. A constituição do leitor e do escritor e as interfaces com os personagens de ficção nas obras de Enéas Athanazio*. *Escrituras Brasileiras*, 2008, p. 56-71.

MACIEL, Nilto. *As escolhas de Enéas Athanázio*. *Jornal da Associação Nacional de Escritores*. Outubro/Novembro 2013, p. 11.

NEVES, Antônio Roberto. *Da ficção de Enéas Athanázio: uma abordagem*. Balneário Camboriú: Minarete, 1998.

PACHECO, Cléber. *O homem dividido: uma leitura da obra do escritor Enéas Athanázio*. Balneário Camboriú: Minarete, 2007.

PEREIRA, Mário. *Com a força da terra*. In: *ATHANAZIO, Enéas. Contos Escolhidos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2012.

SACHET, Celestino. *A Literatura dos Catarinenses: espaços e caminhos de uma identidade*. Florianópolis: Editora Unisul, 2012.



O NOME PERFEITO

Eugênio Ferraz**

Ele não poderia ter outro nome, sinônimo de paz e generosidade: Francisco! Como Francisco, o primeiro, fez da caridade a razão maior de sua vida, como bem define a oração, de Francisco, o de Assis — que tanto nos ensinou e ensina:

Senhor, fazei de mim instrumento de vossa paz.

Onde houver ódio, que eu leve o amor;

Onde houver ofensa, que eu leve o perdão;

Onde houver discórdia, que eu leve a união;

Onde houver dívida, que eu leve a fé;

Onde houver erro, que eu leve a verdade;

Onde houver desespero, que eu leve a esperança;

Onde houver tristeza, que eu leve a alegria;

Onde houver trevas, que eu leve a luz.

Ó Mestre, Fazei que eu procure mais Consolar, que ser consolado; compreender, que ser compreendido; amar, que ser amado.

Pois é dando que se recebe, é perdoadando que se é perdoado, e é morrendo que se vive para a vida eterna.

Assim foi, e assim fez ele, o mineiro de voz tranquila que exalava paz por onde passava, que deixava marcas de amor em quem tocava. Que trazia um novo caminho quando todas as portas se fechavam.

Nascido Francisco de Paula Cândido, era de alma pura, grandiosa, feita de sinceridade e paz. Foi em sua pequena Pedro Leopoldo, na região metropolitana de Belo Horizonte, ponto originário de Minas Gerais, pois foi lá a moradia primeira dos bandeirantes liderados por Fernão Dias Paes, que começou a mostrar a todos que a vida vai muito além desta existência, e que sem amor, nada somos.

De lá, um dia, pegou um trem sem destino, queria apenas chegar à estação final, onde começaria uma nova vida, fundamentada nos alicerces da caridade,

** Pronunciamento na quinta edição da Comenda Ambiental em 20.3.2016 eugferraz@gmail.com

*Chanceler da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço e Diretor Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. eugferraz@gmail.com

da paz e do amor. Quis o destino que chegasse a Uberaba; no Triângulo Mineiro, fazendo, de certa forma, e até figurativamente, uma viagem contrária ao fluxo que seria natural, indo para o interior do Brasil, para dentro dele mesmo. Sobre este episódio, escreveria mais tarde:

“Agradeço a todas as dificuldades que enfrentei. Não fosse por elas, eu não teria saído do lugar. As facilidades nos impedem de caminhar. Mesmo as críticas nos auxiliam muito”.

Como diz o verso sagrado, falou a língua dos homens e dos anjos e foi tudo aquilo que na vida desejou ser.

Considerado por muitos como um dos maiores mineiros de todos os tempos, o exemplo de Chico Xavier se multiplica em suas obras que nunca deixaram de crescer.

Impressiona-nos constatar a força de sua presença em tudo aquilo que fez e deixou sem nunca perguntar a quem.

Muito se poderia falar de Chico Xavier e de seu legado cívico, de seu exemplo de vida, de sua vasta obra, de sua retidão, de seu espírito elevado, do bem que fez e faz aos mineiros, aos brasileiros e à Humanidade. Ainda assim é pouco, é muito pouco, porque, conforme ele mesmo diria, sua obra não está terminada. Ela vai além de nós, além do tempo e é por isso que estamos aqui hoje, para reviver seu exemplo, para lembrar que seu legado permanece entre nós e, em especial, na vida desta cidade, no coração do povo.

O nosso pobre mundo diário, acostumado a lançar palavras ao vento, retirou da paz sonhada seu conteúdo verdadeiro, tão distante da paz vivida e partilhada por Chico Xavier. Por isso tantos conflitos estão latentes no mundo, escondidos nos corações dos homens. Seja na Europa, no Oriente Médio, na Rússia, ou no Afeganistão, o nosso planeta, tão carente de homens da dimensão de Chico Xavier se vê dividido, não unido ao redor dos nossos valores mais nobres. Pena!

Vejam que nos últimos dias, dois dos maiores líderes políticos do mundo, os presidentes dos Estados Unidos e da Rússia, belicosamente se desafiavam ameaçando o mundo com a guerra pela paz. Guerra e paz, como tão bem definiu pictoricamente outro grande brasileiro, Cândido Portinari, irônica e contraditoriamente, fazendo nos refletir. A grande pintura decora a ONU, entidade que pretende promover a paz, às vezes pela guerra...

Mais próxima a nós, a Venezuela aprofunda crescente conflito interno, com resultado imprevisível.

Aqui mesmo, nosso país sempre pacato e avesso a convulsões sociais, recentemente foi abalado por ação de infiltrados em legítimos movimentos da sociedade até o surgimento de vítimas.

Seja por convicções religiosas ou políticas, no fundo todos buscam sua própria visão de paz. Mas, em nossa natureza humana, quase nunca percebemos a forma contraditória pela qual a buscamos. Amor e respeito ao próximo foram os exemplos vividos por grandes homens ao longo da humanidade, e Chico Xavier foi prova disso.

Falar de Chico Xavier é falar de paz, de simplicidade. É falar pouco e fazer muito pelas pessoas, pela paz interior, sobretudo.

Falar de Chico Xavier e da Comenda da Paz nesta terra que lhe deu abrigo, torna-se missão maior para mim e para a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

A Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, que temos a honra de dirigir, e neste ato exercitar a oração oficial, ao retomar sua trajetória de interface cultural com a sociedade, o faz no estrito cumprimento de sua missão institucional.

Essa perspectiva, de se mostrar presente junto aos cidadãos, integrando o Estado em rede, certamente foi um dos motivadores para a sua indicação a esta honraria, pois, socialização, integração, transparência e ética, além da guarda e perpetuação da memória legal do Estado e de seus fundamentos históricos, como forma de construção do futuro, forjado em tempos de paz, encontram guarida nos preceitos inerentes a esta Comenda da Paz e aos ensinamentos de Chico Xavier.

Agradecemos e homenageamos Paulo Piau, autor da proposta, há 15 anos, de criação desta medalha, esse digno ex-deputado e atual prefeito de Uberaba, cidade que viabilizou e ajudou a povoar o Sertão Bravo da Farinha Podre, que para cá trouxe a gente trabalhadora de Minas, edificando um povo com cultura singular.

Vale lembrar que a idealização da Comenda de Paulo Piau foi chancelada pelo governador de Minas, Itamar Franco, cuja elevada biografia dispensa comentários. Outro que é parte viva dessa história é o caro amigo Joaquim Cabral Netto, este incansável procurador de justiça aposentado que preside seu Conselho e a quem também devemos todos a condução exemplar desta cerimônia.

A presença do caro secretário Carlos Melles, representando o nosso caro e digno governador Antonio Anastasia, ainda mais acentua a certeza de que estamos todos na companhia de pessoas de boa índole e elevada estatura moral, condizentes com os preceitos deste evento.

Ressaltamos a presença das ilustres personalidades e entidades receptoras desta honraria conjuntamente com a Imprensa Oficial de Minas Gerais, parabenizando: o odontólogo Eurípedes Humberto Higino dos Reis, a exemplar senhora Luzia Andreoli de Menezes, o empresário Marco Túlio Paulinelli, o Hospital de Brinquedos São Francisco de Assis, a Fraternidade Irmãs Andreia e Olga, o Centro Espírita Adolfo Bezerra de Menezes, o Ministro do STJ dr. Sávio de Figueiredo Teixeira, e a Memória de Josué Irffi e do padre Israel Batista de Carvalho.

Para quem sempre admirou Chico Xavier, trazemos sua frase síntese para reflexão de todos:

“Nunca poderemos fazer um novo começo. Mas sempre poderemos inventar um novo final”.

O SOFRIMENTO EM FLORBELA ESPANCA

*Zina C Bellodi**

O sofrimento faz parte da condição humana, e sua causa ou é física ou emocional. A intensidade das dores que o sofrimento gera pode ser a mesma, embora sejam de naturezas diferentes, dependendo do tipo que provoca o sofrimento e do ser humano que o padece.

Florbela Espanca teve muitos motivos para sofrer. Em primeiro lugar, por ser dona de uma sensibilidade exacerbada; em segundo, porque teve vida difícil, repleta de complicações para as quais não encontrou uma solução adequada, até porque não havia recursos, hoje tão comuns e à disposição de todos.

Sensibilidade exacerbada reconhecida por ela e tão bem caracterizada no último livro que escreveu e que foi publicado com o significativo título "Diário do último ano". Nele encontramos registros muito importantes e que explicam grande parte das características deste ser tão humano marcado pelo sofrimento. Sendo extremamente sensível e afetada pelas dores que a vida lhe impôs, acabou por desenvolver um comportamento difícil de ser aceito pela época em que viveu. Embora seus poemas não sejam necessariamente biográficos, exploram, com frequência, temas que são de sua vida. Necessário esclarecer ainda que, quando um motivo pessoal do poeta é explorado em sua poesia, ele perde o caráter de pessoal e se transforma em objeto estético. Se isto não ocorrer, o poeta estará fazendo um relato de suas dores, e não produzindo poesia, o que significa expressão com valor estético.

Morreu aos 36 anos, tendo experimentado três casamentos que não a fizeram feliz. A busca pela felicidade na relação a dois foi inútil, pois foi incompreendida e ela, por sua vez, não encontrou uma forma de completude com os matrimônios que experimentou.

Filha de João Espanca com Antônia Conceição Lobo; Mariana do Carmo Ingleza, mulher de João Espanca, comprovadamente era estéril. Ela aceitou que o marido tivesse um filho fora de casa, uma prática comum em Portugal diante da esterilidade da mulher.

As situações de dor iniciam-se no modo como foi concebida e, especialmente, no momento de seu nascimento. Mariana acompanhou o parto, apossou-

* Escritora, professora, reside em Jaboticabal – SP. zinabellodi@uol.com.br

-se da menina e a levou para que o pai a visse. Cruelmente, a mãe foi impedida de estar com a filha. Florbela nasceu aos 8 de dezembro de 1894, foi batizada e registrada com o nome de Flor Bela Lobo, filha de Antônia da Conceição Lobo e de pai desconhecido.

Florbela vive na casa do pai e Antônia para lá se dirige para amamentá-la.

Contrariando o combinado, João Espanca teve um segundo filho com Antônia, que recebeu o nome de Apeles, e que, como Florbela, foi registrado como "filho ilegítimo de pai incógnito". Antônia cuidou do menino até os quatro anos e depois mudou-se de Vila Viçosa para Évora com outro homem e Apeles foi para a casa do pai. Pelo que se deduz dos comentários de Florbela, Apeles sofreu muito — parece que ele não era benquisto na casa do pai. Apeles foi um irmão muito querido, também marcado pelo sofrimento, e que morreu muito jovem, em junho de 1927. Era aprendiz de piloto de aviação. Florbela dedicou-lhe um de seus belos sonetos "In Memoriam", cujos dois últimos versos expressam a importância que ela dá a seu irmão:

Eu fui na vida a irmã de um só Irmão

E já não sou a irmã de ninguém mais!

Florbela viveu mal, tentou fazer algumas coisas procurando realizar-se, mas, ao que parece, foi tudo em vão. Quando ela morreu, estava casada com Mário Lage, médico. Ela não estava bem e os remédios da época pouco lhe ajudavam.

Esta explicação foi feita para facilitar a compreensão da dor que sua poesia exprime. A dor que atormenta Florbela pode ser detectada em, praticamente, todos os seus versos. Escolhi os poemas "A maior tortura" e "Fanatismo" como exemplo de expressões da dor que a afetava.

Em "A maior tortura" aparece a exploração da mágoa que a faz sofrer, que tem suas raízes nas próprias origens da poetisa ("Deu-me a beber a Mágoa no seu leite!) e lamentavelmente não é como o poeta, a quem oferece este soneto, capaz de exprimir "num verso a minha Dor!..."

A maior tortura

A um grande poeta de Portugal

Na vida, para mim, não há deleite.

Ando a chorar convulsa noite e dia...

E não tenho uma sombra fugidia

Onde poise a cabeça, onde me deite!

E nem flor de lilás tenho que enfeite

A minha atroz, imensa nostalgia!...

A minha pobre Mãe tão branca e fria

Deu-me a beber a Mágoa no seu leite!

Poeta, eu sou um cardo desprezado,
A urze que se pisa sob os pés.
Sou, como tu, um riso desgraçado!

Mas a minha tortura inda é maior:
Não ser poeta assim como tu és,
Para gritar num verso a minha Dor!...

O segundo soneto escolhido para demonstrar a dor que afeta a poeta é “Fanatismo”. Este poema é um dos quatro sonetos de Florbela que foram musicados por Fagner. Curioso é o fato de Florbela merecer que alguns de seus poemas fossem musicados – trata-se do sentido que o compositor encontrou nesses poemas que, não só admitem ser musicalizados, mas possuem um apelo que o amante da música popular de qualidade admira.

“Fanatismo” põe, de maneira definitiva, a busca incessante de um amor que ela ambicionava e sabia ser inatingível; e por mais que lhe digam “Tudo no mundo é frágil, tudo passa...” ela persiste nesta busca incessante almejando sempre um amor idealizado, mas que é aquele que ela procura para si.

Fanatismo

Minh'alma, de sonhar-te, anda perdida.
Meus olhos andam cegos de te ver!
Não és sequer razão do meu viver,
Pois que tu és já toda a minha vida!

Não vejo nada assim enlouquecida...
Passo no mundo, meu Amor, a ler
No misterioso livro do teu ser
A mesma história tantas vezes lida!

“Tudo no mundo é frágil, tudo passa...”
Quando me dizem isto, toda a graça
Duma boca divina fala em mim!

E, olhos postos em ti, digo de rastros:
“Ah! Podem voar mundos, morrer astros,
Que tu és como Deus: Princípio e Fim!...”

UMA BELA VIAGEM AO RIO SÃO FRANCISCO

Zanoni Neves *

Recentemente inaugurado, o Museu Antropológico do Vale do São Francisco localiza-se em Belo Horizonte a trinta minutos do Rio das Velhas e um pouco mais distante do Paraopeba – dois importantes afluentes do grande rio. Assim, justifica-se a criação do Museu na capital mineira, cujo município pertence à bacia do Velho Chico.

A coordenação do Museu elaborou um projeto pedagógico para os dois setores que o constituem: o setor propriamente museológico, onde se encontra o acervo da instituição, e a sala de aulas onde serão realizadas palestras e cursos, e exibidos documentários. Assim organizado, o Museu cumpre a sua missão: o ensino e a difusão da cultura e do conhecimento historiográfico sobre o Vale do São Francisco através de atividades didáticas em sala de aula e visitas guiadas ao setor museológico.

Este setor já está em pleno funcionamento, aberto à visitação pública, com um acervo que se caracteriza pela diversidade: artesanato, documentos e objetos históricos, abrigados em mostruários modernos e funcionais.

As visitas, orientadas pelo coordenador do Museu, são inteiramente gratuitas, e possibilitam uma “viagem” à cultura do Vale do São Francisco – às sub-regiões e aos afluentes.

O Museu também oferecerá minicursos e palestras à categoria dos professores. Poderão ser beneficiados os docentes das áreas de História, Sociologia, Geografia etc. bem como os estudantes universitários dessas áreas acadêmicas, que manifestarem interesse em participar.

Estudantes e professores da rede pública e particular de ensino constituem o público-alvo do Museu Antropológico do Vale do São Francisco.

HISTÓRIA E ACERVO

Ao longo de quarenta anos, o fundador do Museu, este que escreve, adquiriu um acervo que se caracteriza pela variedade, no qual se destacam os objetos

* Coordenador do Museu Antropológico do Vale do São Francisco; mestre em Antropologia Social-UNICAMP; associado do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. zanonineves@ig.com.br

artesanais provenientes de sub-regiões do São Francisco. No mostruário central, por exemplo, há réplicas, em tamanho reduzido, de diversas embarcações que singraram as águas do grande rio e de seus afluentes: canoas, vapores, barcas de figura, canoas de tolda, barcas motorizadas, etc. No mesmo mostruário, podem ser observados vários exemplares das famosas carrancas confeccionadas por artesãos de Pirapora, Juazeiro, Santa Maria da Vitória, e que, nos dias atuais, encontram-se também em residências, escritórios, jardins e museus ou em poder de colecionadores. Há outros mostruários, que podem ser considerados temáticos, apresentando informações específicas sobre a cultura material ribeirinha. Da pesca, por exemplo, pode-se conhecer alguns instrumentos como a tarrafa e a groseira, sem se perder de vista as agulhas utilizadas para confecção de redes, manjubeiras e tarrafas. Uma pequena canoa completa a mostra das modalidades de pesca. O mostruário da fauna ictiológica contém peças artesanais representando o dourado, o surubim, o pacamão (“pocomã”) e a piranha.

Confeccionado em madeira, destaca-se um dourado, símbolo de Pirapora — MG. Há também dois mostruários, cujo objetivo é apresentar ao visitante a casa e seus utensílios: tachos, gamelas, moringa, pilões, regador, cuscuzeiro — etc. Esculpido em Juazeiro — BA, um “pilãozeiro”, confeccionado em madeira, demonstra-nos como é o trabalho de pilar os cereais no meio rural. Em outro mostruário estão expostos o tear do Vale do Urucuia — representado por novelos e um belo tapete de Urucânia/Natalândia — e o crochê em forma de “rede de dormir”, confeccionado em Pirapora — MG. Armas do tipo utilizado por jagunços, estribo, carro de boi e objetos históricos compõem um mostruário que remete o visitante ao tempo da dominação coronelística, que predominou durante muitas décadas na região. Esses objetos estão reunidos sob a denominação “NO TEMPO DOS CORONEIS...”

Peças de artesanato em madeira, argila, pedra e metal localizam-se num amplo mostruário, também representativo de diversas sub-regiões do São Francisco. Estão ali reunidos objetos das sub-regiões dos Rios Corrente, Grande, Velhas, Jequitaiá, afluentes do São Francisco, sem esquecermos os municípios de Pirapora, Januária (MG), Juazeiro, Bom Jesus da Lapa (BA), Propriá (SE), cidades ribeirinhas que são polos importantes da região.

Documentos históricos diversos *concentram-se em outro mostruário*. São Cartas de capitão fluvial e praticante-comissário, caderneta de reservista da Armada, carteira de identidade de maquinista e de capitão fluvial — documentos expedidos pela Marinha do Brasil e pelas empresas Navegação Mineira do Rio Francisco e Companhia de Navegação do São Francisco (FRANAVE). Objetos e documentos desta última empresa estão em outro mostruário, onde se pode conhecer um mapa histórico do rio abrangendo o percurso entre as cidades de Pirapora — MG e Juazeiro — BA antes da construção da barragem de Sobradinho, mostrando também a localização de cidades intermediárias como São Romão,

São Francisco, Januária, Manga, Carinhanha, Bom Jesus da Lapa, Barra, Xique-Xique, Remanso, Sento Sé etc. sem se perder de vista os afluentes navegáveis e suas localidades ribeirinhas como Barreiras e Santa Maria da Vitória. As insígnias de oficiais de bordo da FRANAVE e um prato, com logomarca, utilizado no salão de refeições dos vapores, também compõem este mostruário onde se pode admirar uma “roda do leme” (timão) em tamanho reduzido.

O projeto museográfico foi elaborado à luz de duas disciplinas acadêmicas que se complementam: a Museologia e a Antropologia Social. Mas deve-se ressaltar o seu aspecto didático: o projeto foi concebido para que a cultura e a história regionais sejam facilmente compreendidas e assimiladas pelo visitante.

A sala de aulas já está equipada com vinte e cinco carteiras que se destinam aos estudantes e professores.



PAINEL ÚNICO DOS CAMPOS GERAIS EM ENÉAS ATHANÁZIO

Guilherme Queiroz de Macedo*

A produção intelectual do autor constitui uma das maiores e mais diversificadas bagagens da literatura dos catarinenses. O acervo integra o amplo e rico mosaico das terras e das gentes do Planalto dos Campos Gerais, retratando usos e costumes, tradições, valores sociais, folclore, mitologia, adagiário, formação micológica de políticos, fazendeiros e peões. A linguagem rica e expressiva da região entra precisa em cada texto tanto no uso quanto na recriação de termos regionais (In: SACHET, Celestino. A Literatura dos Catarinenses: espaços e caminhos de uma identidade. Florianópolis: Editora Unisul, 2012, p. 378).

Considerações iniciais

No transcurso do ano de 2013, o escritor catarinense Enéas Athanázio completou 40 anos de carreira literária, iniciada com a publicação dos contos de "O Peão Negro", em 1973. Como destaque de tão importante marco, não poderíamos deixar de mencionar a obra alusiva à comemoração da profícua e fecunda trajetória literária do autor, lançada no segundo semestre de 2012, editada pela Editora Letras Contemporâneas, de Florianópolis – SC, dirigida pelo professor Péricles Prade. Trata-se da obra intitulada Contos Escolhidos, que traz uma antologia de 61 contos do percurso literário de quatro décadas do autor, muitos dos quais publicados em suas primeiras obras literárias, conforme destacaremos mais adiante. A obra foi premiada na categoria de melhor livro de Contos do ano de 2012 pela Academia Catarinense de Letras.

Na antologia Contos Escolhidos (2012), Enéas Athanázio, revela-nos, em sessenta e um contos retirados de vinte obras de sua autoria, uma bem escolhida amostragem de um autêntico e original painel único dos Campos Gerais catarinenses, o qual pretendemos abordar nos aspectos relacionados ao contexto histórico, geográfico e sociológico, bem como no que se refere às suas tradições culturais, linguagem, hábitos, usos e costumes que, embora sejam regionais e lo-

* Licenciado em História e Pedagogia pela UFMG. Escritor com livros publicados. gmacedo67@yahoo.com.br

cais, muito nos revelam da dimensão universal da condição humana, do indivíduo inserido na coletividade, no contexto histórico, cultural e social.

Nesta perspectiva, dividimos a análise dos sessenta e um contos enfeitados no volume em cinco grupos: contexto histórico, geográfico e sociológico, no qual destacamos o coronelismo, a Guerra dos Jagunços, mais conhecida pela historiografia como Guerra do Contestado – 1912 a 1916, e os confrontos entre peludos x pelados e os conflitos entre índios, coronéis e bugreiros por volta de 1910; os hábitos, usos, costumes e tradições culturais; a relação entre as memórias individuais e coletivas do tempo histórico vivido e o contexto histórico do tempo presente; as relações entre o real e o imaginário, no qual a realidade e o mundo da ficção, se misturam, abrindo espaço ao fantástico e ao inusitado, possibilitando ao leitor várias leituras; o cotidiano e o imaginário e seus personagens, através de suas ações e reações psicológicas individuais, inseridas no âmbito da psicologia coletiva.

Organizamos a análise dos sessenta e um contos enfeitados no volume, por enredo ou temática principal, com o objetivo de demonstrar como o autor traçou um painel único dos Campos Gerais catarinenses através de cinco aspectos que consideramos significativos e marcantes em sua obra, embora dois ou mais aspectos possam também ser encontrados simultaneamente nos contos e crônicas publicados na antologia.

1 – Contexto histórico, geográfico e sociológico.

A maioria dos seus contos movimentam paisagens e personagens de pequenos agrupamentos humanos, com sua política da roça e de cabresto, corridas de cavalos, crimes, temas e costumes religiosos e cívicos, conversas típicas, coronelismo, peonada em todas as suas grandezas e misérias. (SACHET: 2012, p. 378).

As obras de Enéas Athanázio estão contextualizadas historicamente, no Coronelismo da República Velha ou República Oligárquica (1889 – 1930), predominante na primeira metade do século XX, nos Campos Gerais catarinenses, marcados pela existência uma sociedade predominantemente pecuária, na qual, além da presença dos grandes latifundiários, visualizamos a existência de um heterogêneo universo sociológico, composto de pequenos agricultores, agregados, peões, jagunços, bugreiros, índios, religiosos, padres, sacerdotes, campeiros, tropeiros, líderes messiânicos e seus adeptos místicos, dentre outros tipos populares dos Gerais catarinenses.

- Neste sentido, São Simão, pequeno aglomerado urbano situado geograficamente entre o planalto norte e o meio-oeste dos Campos Gerais catarinenses, torna-se cenário das disputas cotidianas pelo poder político e religioso, da rivalidade

entre os coronéis e políticos locais, as traiçoeiras tocaias de motivação política e as anedotas e causos pitorescos da política local nos contos “São Simão”, “Pito aceso”, “O documento”, “Aleijado de serraria” e “A reconvença”.

Na mesma região do planalto norte e do meio-oeste catarinense, presenciamos nos contos de Athanázio os conflitos entre os índios e os coronéis, que “justam bugreiros” para combatê-los em “Estranhos na fazenda”, além de manifestações preconceituosas da população local contra os índios, que buscam ser aceitos no “mundo dos brancos”, através da inserção religiosa, procurando reconstruir a sua identidade perdida, sendo, mesmo assim, desprezados, ironizados e humilhados, como em “O batizado ou A história de Tipoti”. O autor constrói o enredo e tece a trama de seus contos, mostrando-nos as ações e reações dos personagens, em suas relações e conflitos sociais, contextualizados em um cenário que nos revela as suas lutas e dificuldades em meio a uma ambientação geográfica, na qual se movimentam em seu cotidiano.

O próprio autor, em entrevista, relata-nos como iniciou o processo de construção de seus contos, através de personagens e de um universo ficcional que constituiu o que alguns estudiosos de sua obra denominaram de “romance ou painel único” dos Campos Gerais catarinenses:

“Aquele Campos Novos (do passado) só existe mesmo dentro de mim e de alguns que escrevem e viveram lá naquela época mais intensamente. Eu olhava os fatos que aconteciam; as questões políticas, aqueles coronéis com seus latifúndios, aquela vida e me decidi: vou tentar o registro, já que ninguém se habilita. E comecei a escrever meus contos.” (Enéas Athanázio, citado por SACHET, 2012, p. 378-379).

2 – Hábitos, usos, costumes e tradições culturais.

Eu achava que devia usar mais os meus ouvidos e os meus olhos e investigar como as pessoas falavam, como é que elas se comportavam e colocar na ficção. (Enéas Athanázio, citado por SACHET, 2012: p. 378-379).

Os hábitos, usos, costumes e tradições culturais são retratados com maestria por Athanázio em contos que, além de os revelarem em seus detalhes típicos e pitorescos, legaram-nos personagens inesquecíveis, os quais, com seus protagonismos, contribuíram para enriquecer os enredos nos quais as tramas se desenvolveram.

Como não se lembrar do difícil diálogo entre mãe e filha em “A gripe da Barreira”, o silêncio combinado propositalmente entre a fazendeira e um misterioso benzedor em “Formiga Correição”, a surpresa ou a decepção do típico e valente peão em ver o seu amor de infância casando-se com outro, ao chegar tardiamente à terra natal onde viveram durante a infância, no conto “Ô de casa!”?

O trágico e sombrio e, ao mesmo tempo, típico velório do único filho de uma família, que sempre se envolveu em confusões em vida e tirava o sossego de todas as pessoas à sua volta, que agora se mostravam indiferentes no momento derradeiro de sua partida, em “O guardamento do último Viganó”, conferem ao conto o caráter de um dos autênticos “causos do ermo” campeiros, enfeixados na obra “A gripe da Barreira”.

Um dos contos mais representativos da ficção athanaziana mostra-nos, com bastante humor, os costumes campeiros então presentes nos Gerais catarinenses, relatando as desventuras de um jovem estudante que, ao pedir a namorada, “filha do Coronel” em noivado e casamento, recebeu como resposta um desafio quase impossível. Entretanto, o intrépido estudante de “Como casei com a filha do Coronel” não esmoreceu diante do desafio e, mostrando a seriedade com que eram tratados os compromissos e promessas assumidos pelos campeiros, venceu o desafio e o levou tão a sério, ao pé da letra, que o próprio Coronel afirmou que não precisava tanto empenho, pois só o estava colocando à prova para saber se o jovem merecia casar com a sua filha.

A sensação que temos, ao ler e reler os contos athanazianos, é que nos transportamos para dentro de seu universo ficcional, como se fizéssemos uma infundável viagem existencial pelos tempos e lugares, como se estivéssemos próximos das figuras, personagens e fatos retratados em uma grande tela repleta de cores e emoções, enriquecida por diálogos e gestos de seus típicos personagens. São enredos construídos pelo autor em cenários, cujas ações, reações e discursos dos personagens nos levam para dentro do livro, em uma grande e inesquecível e infundável viagem pelo painel único dos Campos Gerais catarinenses.

3 – Memórias individuais e coletivas: passado e presente

Campos Novos me marcou para sempre. Minha formação foi a de um homem do campo, eu me considero um campeiro. A paisagem ampla, aberta, o campo verdejante, o céu azul como nunca vi igual, tudo aquilo ficou comigo. As recordações mais antigas que tenho de mim mesmo são de Campos Novos. Algumas delas estão em meus contos e crônicas. (Enéas Athanázio, citado por SACHET: 2012, p. 378-379).

As memórias de infância e juventude do autor são reveladas e inseridas no contexto das memórias individuais e coletivas, unindo passado e presente, em vários “contos escolhidos” por Athanázio, contribuindo para enriquecer seu romance único, no qual retrata as impressões colhidas pelos caminhos e épocas vividas, desde os tempos de Campos Novos, passando por Calmon, Porto União, União da Vitória, bem como as várias comarcas por que passou ao longo de sua vida pessoal e profissional: O que é mais significativo nas lembranças escondidas

nos recônditos da memória do autor, é que Athanázio viveu na região dos Campos Gerais catarinenses durante a infância e início da juventude (1935 – 1950), tendo estudado dez anos fora da região – em Curitiba (1951 – 1954) e Florianópolis (1955 – 1959), embora não tenha perdido o contato e retornado em períodos de férias escolares e acadêmicas. Após uma década, retorna à região, iniciando a sua vida profissional e constituindo família (1960 – 1972) e toma, resolutamente, a decisão de retratar o “meu chão e a minha gente”, com a publicação de seu livro de estreia – *O Peão Negro* (1973).

As lembranças do cavalo preferido no conto “Simpático”, também conhecido como “Rosilho”, o qual muito estimava, nos levam, através dos “caminhos do sonho e da fantasia”, a ser companheiros de jornada do menino que, sem saber, vivia a mais bela e feliz fase da vida. O animal personagem predileto do garoto e outros não tão prediletos assim, protagonizaram outras aventuras, solitárias ou junto com os amigos na fase da infância e da juventude, algumas das quais enfeixados em “Rosilho Velho: contos juvenis”. O jovem estudante lembra-se também, no conto “A estradinha”, de “um dos amigos que o tempo levou”, para a casa do qual rumava, com o objetivo de manter o intercâmbio literário, por uma estradinha que, para ele era a “porta da aventura e da felicidade” e o “caminho livre do sonho e da fantasia”, tantas foram as ocasiões em que a percorreu e na qual encontrava sempre à sua espera o mesmo cavalo de estimação, agora já mais idoso. É o mesmo jovem estudante de “Momentos fugazes” que, com um *maço de leituras debaixo do braço, ficava triste quando não conseguia comprar as revistas, livros e jornais que desejava quando o trem passava pela estação, mas ficava muito feliz quando, nos “momentos fugazes” da parada do trem, conseguia adquirir as suas amadas publicações*, em outro conto marcante de sua autoria.

Como não se lembrar do inesquecível andarilho Caleco, retratado por Enéas no conto “O azul da montanha” como o homem mais livre que conheceu em sua vida, “cuja liberdade só encontrava limites no inatingível azul da montanha”? Em outros contos do autor aparecem novos andarilhos, como Vidá, de “O Prato do Vidá”, que conheceu durante a sua vida pessoal e profissional os quais, apesar de seus silêncios e desaparecimentos repentinos, são mais protagonistas do que muitos personagens, pois muitas vezes o silêncio do agradecimento verdadeiro e sincero vale mais do que as palavras vazias e sem sentido. Os andarilhos são constantemente abordados pelo autor, mesmo em outros gêneros textuais pelos quais transita e que domina com maestria, como, por exemplo, em “Andarilho”, denominado pelo autor como um “exercício de autoficção”, bem como através de suas inúmeras “viagens reais e imaginárias” e em “Utopia Campeira”, no qual o autor revela o seu “velho vício deambulatório” em carta escrita a um “estimado amigo”, que, por ser desconhecido, pode ser qualquer um dos inúmeros leitores das obras de Athanázio, ambas publicadas em *Crônicas Andarilhas* (2005).

Inesquecíveis também são as cenas retratadas e descritas pelo autor em “Apito na Pirambeira”, das inúmeras vezes em que ouviu e presenciou, juntamente com os moradores da pequena e pacata Vila à beira da ferrovia onde viviam, os variados sons dos apitos das locomotivas que puxavam as composições que anunciavam a sua chegada triunfal na descida da célebre Serra da Pirambeira que a circundava. E o autor, ao descrever os personagens que assistiam à passagem diária do trem, revela-nos os sonhos e as esperanças dos moradores da pequena Vila.

A poesia manifestada em forma de prosa quando o autor descrevia a grandiosidade e a exuberância da natureza dos Campos Gerais catarinenses, nos mostram, ao mesmo tempo, as saudosas memórias e o progresso inclemente com o meio natural e social, que vitima suas duas inesquecíveis terras natais – Campos Novos e Calmon, para concluir sobre a pequenez da alma humana, manifestada em “Sua Majestade, o campo”:

“Um tempão sem ver este campo! Meus olhos cansados de arés poluídos estão saudosos desta paisagem e se espalham com sofreguidão pelo verdor imenso que se confunde com o horizonte no azulado da distância. Várias manchas de colorido diferente indicam a proliferação do inimigo que ameaça devorá-lo – a lavoura mecanizada. Mas ainda assim a primeira sensação é da pequenez do homem em meio à vastidão desse espaço que a natureza reservou às pastagens dos animais. Aqui neste coxilhão em que me encontro sou um nada, uma criatura desamparada.” (Sua Majestade, ATHANAZIO: 2012, p. 67).

As lembranças das férias escolares do autor também estão presentes em “Os jagunços e o Ceará”, parte da obra de autoficção “Vida Confinada” (1997), apesar de não entrarem no cotidiano vivido no Colégio interno, sendo justamente um “capítulo à parte” de sua “vida confinada” no educandário. Entretanto, desta feita, somente se relacionaram com a sua vida escolar porque seu protagonista – “o amigo mais velho” – foi despedir-se do “amigo mais moço” na porta do velho educandário, em uma das poucas visitas que recebeu em seus anos de internato (1945 – 1951). A mensagem que o autor nos traz é de que nunca devemos perder a esperança e o otimismo em dias melhores, que são muito importantes diante das dificuldades e obstáculos da vida. O valor das amizades de infância e juventude e da manutenção do “elo de ligação” com os colegas de colégio sempre foram cultivadas pelo autor, sendo inclusive retomadas em outros contos e crônicas como em “O colega desaparecido” e “Girafa”, publicados em “O Campo no Coração” (2012).

A música embala as ações do tocante e marcante personagem presente em “Miligirido gaiteiro” que, através de sua música, comunica-se com os demais personagens, conquistando-os por meio da sensibilidade. Além do músico, outro típico personagem campeiro, retratado pelo autor com riqueza de detalhes, se

mostra diante de todos, como o típico e autêntico personagem campeiro de “O Artista ou A entrada em cena”, aproveitando-se do momento da passagem do trem, aparece com seus “trajes apeirados no capricho”, de forma bastante teatral, vivendo o auge de sua entrada em cena, no momento em que todos se encontram na plataforma da Estação ferroviária da pequena Vila à margem da ferrovia.

Dentre as recordações do autor, os maus tratos e o desumano tratamento dado pelos donos a um burro de carga em “Pouco trato e muito carrapato” sensibilizam e indignam o autor que, mesmo oferecendo ajuda, é tratado de forma ríspida, contrastam com as lembranças de uma inesquecível festa natalina ocorrida em sua Vila natal, mostrada com toda a sensibilidade no autêntico conto de natal “A transformação ou O Natal de Seu Berilo”, que contagia a todos, revelando-nos o lado humano que havia por trás do personagem, tão severo e rígido em seu relacionamento diário com os demais personagens.

Os contos evocam memórias individuais ou coletivas, do passado e do presente, como em “A restinga”, onde o autor nos mostra o quanto o progresso é capaz de mudar uma paisagem natural, a ponto até mesmo de expulsar os seres imaginários que lá moravam, e o desaparecimento de seus banhados, fizeram com que o temor de seus antigos transeuntes desaparecesse. Em “Sonho de liberdade” o autor é capaz de sensibilizar-se e solidarizar-se com um suposto “desejo de liberdade” da construção colonial imigrante típica do hotel onde se hospedara, mas que podemos traduzir para a ânsia de liberdade inerente a todos os seres. “Meus Campos Gerais” encerra os 61 contos da riqueza, variedade e beleza estética literária do volume, como uma verdadeira e sincera manifestação de amor do autor à sua terra natal, aos verdes Campos Gerais que se confundem com o azul do céu.

4 – Entre o real e o imaginário: realidade e ficção.

O material linguístico peculiar da região é empregado como finalidade estética. De quando em vez, a linha do fantástico parece tornar mais (in)verossímil a estória que funciona como um retrato psicológico de uma história, de um indivíduo ou de um grupo. (SACHET: 2012, p. 378)

Nos contos e crônicas da antologia, nos quais encontramos as tênues fronteiras entre o real e o imaginário a realidade e a ficção, nota-se que Athanázio trabalha com maestria os enredos que envolvem seus famosos personagens, cujas ações estão ambientadas no amplo e único painel campeiro dos Gerais catarinenses. Nos contos cujo protagonista é o seu mais famoso personagem de ficção – Janary Messias – vários fatos o envolvem em uma longa viagem por caminhos e descaminhos de várias cidades do planalto norte-catarinense. Nos contos “O Poço da Bica” e “Os quatro degraus” o autor mostra-nos os conflitos existenciais vividos pelo eterno “lobo solitário”, cujo dilema de encontrar-se ou não com uma

paixão do passado nos mostra um personagem dividido entre o passado campeiro e a realidade urbana. A própria distância temporal que separa a publicação dos dois contos nas obras *Meu Chão* (1980) e *Tapete Verde* (1983) demonstram o tempo que o autor-narrador levou para construir o enredo dos desencontros do célebre personagem, a ponto de propor dois caminhos (ou descaminhos) do que poderia ser o desfecho ou não desfecho em contos que bem poderiam ter se transformado em uma novela, a exemplo da obra *A cruz no campo* (1989). O dilema existencial de Janary Messias entre estar próximo do campo, de sua terra natal, de pessoas de estima ou de viver na cidade grande, onde encontra as diversões e prazeres mundanos noturnos que muito aprecia sempre o atormentava.

O conto "O, Companheiro" faz referência aos relatos dos tropeiros e cavaleiros, viajantes noturnos solitários pelos campos, mas sempre acompanhados de companheiros de viagem imaginários, mas cuja presença é notada e se torna quase real. Os contos athanazianos resgatam as tradições campeiras, que se tornaram populares, pois eram transmitidas pela tradição oral, de geração em geração, enriquecendo mais ainda o universo ficcional do que os estudiosos de sua obra denominam *roman-fleuve*, mostrando-nos um painel único dos Campos Gerais catarinenses.

No conto "Encontro na noite fria" o autor desenvolve, com propriedade, os elementos característicos do chamado conto ou realismo fantástico, ao relatar o encontro de Janary Messias com um amigo que, na realidade, já era falecido. Rompendo com as fronteiras entre o real e o imaginário, de forma magistral, Enéas nos conduz a uma viagem pelas imbricadas trilhas que envolvem a realidade e a ficção, tendo como cenário uma das cidades campeiras do planalto norte-catarinense.

Em "A cortina invisível" revela-nos, de forma tocante, a paixão do protagonista pela intagem de uma Santa que, em sua fantasia, ora confunde-se com um ser espiritual, transcendental, ora com uma mulher quase real. No decorrer da narrativa, o autor nos mostra a luta do personagem em lidar com sentimentos tão contraditórios o que, paulatinamente, demonstra aceitação de que era um amor impossível de consumir-se na realidade, mas que continuava a cultivar de forma mais espiritualizada no íntimo de seu coração.

O conto "Chá de sumiço", além de novamente trazer elementos característicos dos contos do realismo fantástico, proporciona muito humor e ironia, ao mostrar o desespero de um delegado que não conseguia resolver o misterioso desaparecimento do pacato personagem Nabor Mosca, cujas aparições repentinas são cercadas de mais dúvidas do que as circunstâncias improváveis de quando sumiu pela primeira vez.

Novamente, as dúvidas existenciais de Janary Messias são mostradas no desfecho da novela rurbana e fantástica "A cruz no campo" (1989), no capítulo intitulado "Na Estrada", no qual o personagem envolve-se sozinho

em um acidente automobilístico, cujo desfecho, real ou imaginário, parece ser trágico e fatal.

Os contos “A Chave” e “O Exílio” mostram-nos os encontros e desencontros existentes nos liames entre a realidade e a ficção. O primeiro relata o relacionamento de um jovem rapaz com uma jovem mulher que, ao mesmo tempo, relacionava-se com uma pessoa mais velha, cujo nome não revelava, por razões profissionais. Após despedir-se dela, presenteou-a com uma chave, que havia encontrado de uma forma incomum, e que utilizava como amuleto e talismã. Decorridos alguns anos, o pai do jovem faleceu e qual não foi a sua surpresa quando, no momento da abertura do inventário, a mesma chave foi encontrada junto aos pertences do falecido. Demonstrando o quanto a vida nos surpreende com as coincidências, representadas pela chave, elo simbólico e real de todos os acontecimentos da narrativa, pois o jovem e o seu velho e finado pai, sem saber um do outro, mantiveram um relacionamento afetivo com a mesma mulher que foi misteriosamente assassinada. O segundo conto demonstra a saudade desesperadora e exasperada de um dos peões de confiança do coronel e fazendeiro Nhô Pré que, na ânsia de voltar o mais rápido possível à sua terra natãl, não aguentou esperar mais uma noite para chegar à sua “querência” e coloca fim em sua própria vida.

Em “Onde está João da Banha”, novamente estamos diante das peripécias audaciosas do famoso ladrão que nunca é apanhado em flagrante e que deixa intranquilo o delegado que acabou de ser transferido para a pequena cidade campeira. Entre cenas reais e imaginárias dos roubos praticados por João da Banha, o delegado investiga rigorosamente com todos os recursos materiais, humanos e científicos de que dispõe, sem saber que, na realidade, os roubos eram fictícios, pois a população se divertia às suas custas e, provavelmente, testando a sua competência profissional. No final, o delegado irritado, sentencia que “João da Banha não existe!”. Mais uma vez o real e o imaginário se entrecruzam em mais um dos contos e crônicas de Athanázio que tem como protagonista oculto e onipresente o famoso andarilho meliante.

5 – O cotidiano, o imaginário e seus personagens: psicologia individual e coletiva

Autor e texto buscam captar o sabor regional na fixação dos caracteres e dos tipos humanos. Apesar de recorrer a um vocabulário regional, a linguagem da ficção de Enéas não é aquela de um escritor regionalista. (SACHET: 2012, p. 378)

Os contos e crônicas de Enéas Athanázio que tratam do cotidiano e de seus personagens, através do delineamento de perfis pessoais, se inserem na psicologia coletiva dos habitantes dos Campos Gerais catarinenses, cujos traços com-

põem pequenos retratos e instantes do cotidiano, através das ações e reações dos personagens, que transitam no universo campeiro.

Como não lembrar os dois personagens de pequena estatura, que crescem diante dos assédios e humilhações impostas por seus antagonistas “provalecidos” em força e tamanho, nas crônicas: “Tamanho não é documento” e “Boa vizinhança”?

As pequenas crônicas compõem os múltiplos fiapos de vida, cujas lérias ou minicontos, foram inspirados em fatos reais ou imaginários do cotidiano campeiro, presenciados durante a trajetória profissional, pessoal e literária do autor. Merecem destaque os personagens que respondem, de forma simples, direta e objetiva, às perguntas feitas por “pessoas da lei”, como juízes, escrivães e delegados, como em “A testemunha”, “Ortografia” e “Por causa do Rasgadiabo”.

Personagens do mundo real e imaginário compõem uma rica diversidade de psicologias individuais, que fazem parte do universo social de um amplo e único painel, que constrói uma mentalidade e uma psicologia coletivas que, embora tipicamente regionais, não deixam de ser universais, dos Campos Gerais catarinenses. Os personagens das crônicas do cotidiano athanazianas são figuras inesquecíveis, como o tabelião de “Visita de Médico”; o oficial de justiça de “Doença estranha” e a mocinha que sofre uma grande desilusão amorosa em “Um Alarifo!”. Não podemos deixar de lembrar do carroceiro de “Visita do Bispo”; o melancieiro de “Mané João Melancieiro”; o gaudério de “O ajudante voluntário”; o coronel, fazendeiro e político de “Esforço Vital”, o sacerdote de “O Pastor irado”, os quais compõem alguns dos causos nanicos ou lérias do amplo, único e original painel dos Gerais catarinenses, composto pelo autor.

Outros personagens que fazem parte do multifacetário e caleidoscópico universo ficcional athanaziano, cujas atitudes compõem o enredo de crônicas como: os trejeitos e manias característicos e peculiares do entojado e interesseiro personagem, novo habitante de uma típica cidade campeira dos Gerais catarinenses e funcionário do cartório, e sua desajeitada e rica noiva, protagonista do único conto inédito publicado na antologia – “Entojo”. Destacamos, ainda, os irmãos bêbados que vivem às turras de “Ponte e pinga não vinga” e o sortudo afortunado de “Sorte grande”.

Um misterioso hotel, cuja entrada era quase inacessível, tornou-se objeto de uma crônica do autor, intitulada “Obstáculo inesperado ou o desafio de uma escada”, chamando-nos atenção pela situação inusitada em que o próprio autor narra um acontecimento protagonizado por ele, em uma de suas inúmeras viagens.

Os animais domésticos, sobretudo cavalos, burros, cachorros e gatos, também foram personagens de inúmeros contos e crônicas de Enéas. Novamente os animais que sofrem maus tratos aparecem como personagens em seu universo ficcional. O conto “Pulga” relata-nos a dedicação e o cuidado de uma pessoa

que salvou a vida de um cão, cujo nome dá título à narrativa, que estava sendo maltratado e o sentimento e abalo psicológico, que também afeta os animais, que não resiste à dor da perda de seu novo dono e parte logo depois para a eternidade.

Os traços psicológicos individuais do personagem Priano mostram-nos a autenticidade e a sinceridade dos sentimentos de um jovem campeiro, ao se apaixonar pela nova moradora da Vila. Trudi, apesar de ser oriunda de um universo moderno, bem diferente e distante do rústico universo de Priano, aos poucos se insere no universo dos moradores da Vila, tornando-se benfeitora da população local. Ao mesmo tempo, Priano, no desespero de ver o seu amor não correspondido por Trudi, desumaniza-se e enlouquece, passando a se comportar de forma animalesca e a fazer companhia a seus dois animais de montaria. A cena de “O Encarnado do Céu” revela-nos toda a poesia do momento do entardecer em que a avista pela primeira vez, sem que a mesma soubesse, sendo apenas o primeiro capítulo da novela rurbanda “São Roque da Ventania”, cujo enredo nos transporta no túnel do tempo para os anos finais da II Guerra Mundial (1939 – 1945), compondo uma diversidade de personagens, fatos e lugares que muito nos revelam do painel único dos Gerais catarinenses, inserido no contexto histórico, social e político do fim do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937 – 1945). O protagonismo de Priano na luta pela conquista de Trudi é apenas um dos muitos perfis psicológicos individuais delineados pelo autor que, neste caso, construiu um de seus personagens da novela como uma pessoa especializada em traçar os perfis: trata-se do farmacêutico que construiu um dossiê com uma ficha ou prontuário de cada um dos moradores da Vila, utilizando os métodos científicos da psicologia criminal e forense em voga na década de 1940 do século XX, mas que não consegue desvendar a personalidade e os sentimentos de Priano que, à medida que a trama se desenvolve, revela-se, de forma surpreendente, ao farmacêutico e a todos os moradores da Vila.

Considerações finais

A obra “Contos Escolhidos” brinda-nos com 61 contos e crônicas muito bem relacionados, dentre vinte das trinta e duas obras literárias da autoria de Athanázio. Como esclarecemos anteriormente, as demais vinte e nove obras do autor, em livros e opúsculos, são ensaios e artigos, não se incluindo nos gêneros textuais propostos pela antologia – contos e crônicas, constituindo um rico e único painel dos Campos Gerais catarinenses.

Conforme salientou Mário Pereira que, em sua apresentação, nas orelhas da capa e da contracapa da obra intitulada “Com a força da terra”, considera ser Enéas “um engenhoso contador de histórias”, o qual “oferece-nos, na linha do tempo, amplo mural de uma obra que se insere entre as mais vigorosas e representativas”. Além disso, Pereira considera a antologia como “um livro de desven-

damento, no qual, ao mapear o seu fazer literário e a geografia de sua criação, o autor se expõe por inteiro”.

Mais adiante, Pereira salienta que “a obra ficcional de Enéas brota da terra. Suas raízes estão entranhadas nos campos do Planalto Catarinense, com suas gentes, costumes e falares característicos”. Embora esteja presente e seja característica marcante o regionalismo típico dos Campos Gerais catarinenses, o autor da apresentação ainda ressalta que “apesar da temática e da especificidade dialética”, isso não retira à obra athanáziana o seu “timbre universal”, uma vez que “inovou na temática rural de cima da Serra e manejou com maestria o linguajar da peonada nas lides campeiras” em um autêntico e único “trabalho de criação e recriação”, no qual “certamente há de ter colado o ouvido na terra, para dela recolher histórias e o falar saboroso, de peculiar sotaque”.

Mário, finalmente, afirma que o autor nos convida a uma viagem, a uma experiência estética, literária e, por que não, de vida e de conhecimento junto a outras figuras e lugares, de perto e de longe, através da pátina do tempo: “A bordo dos contos de Enéas Athanázio, aos quais não faltam doses fartas de humor e ironia bem calibrados, viajamos pelas suaves ondulações das coxilhas e dos verdes campos a perder de vista, e convivemos com personagens inesquecíveis”.

As reflexões e as considerações críticas de Péricles Prade, em texto publicado na contracapa da obra, referem-se a Enéas Athanázio como um “escritor visceral, paradigmático”, no contexto da ficção regionalista brasileira, destacando que os contos enfeixados no volume são “alusivos aos férteis períodos de produção do autor, impulsionados por sua memória privilegiada”, revelando-nos “as heranças antropológicas e sociológicas”, “a típica e singular linguagem” das “microsociedades situadas nos campos gerais do oeste catarinense”, destacando que “o contista comporta-se como atento *homo viator* nas travessias de naipe temporal, *sem comprometer o conhecimento da realidade dos fatos, assuntos, matérias explorados, pondo sempre ênfase no essencial, com maestria, postura inerente aos grandes criadores*”.

Na obra consta ainda uma pequena amostragem da imensa, variada e inúmera fortuna crítica sobre o autor, em 41 comentários da crítica literária sobre o autor ao longo de seus 40 anos de vida literária (p. 265-270) e bibliografia contendo os títulos dos 42 livros e dos 14 opúsculos, totalizando 56 obras, então publicados pelo autor (p. 271) até o ano de publicação de Contos Escolhidos (2012). Atualmente (2015), o autor tem 48 livros e 14 opúsculos publicados, totalizando 62 obras literárias. A ilustração da capa da obra é a reprodução da obra artística em óleo sobre tela de Irma, mãe do autor, intitulada “Vista dos Campos Gerais”, com um belíssimo fundo em tons de verde, contrastando com suaves tons de azul e dois autênticos pinheiros escoteiros nativos da espécie *Araucaria angustifolia*.

A leitura de “Contos Escolhidos” nos leva a uma grande e inesquecível viagem pelo amplo, original e único painel dos Campos Gerais catarinenses. E

ao final de uma prazerosa leitura sentimos uma melancólica e pungente saudade, manifestada no desejo de ficar mais um pouco e adiar a partida, como Enéas Athanázio nos revela no último conto do volume em “Meus Campos Gerais”. Despedimo-nos do universo ficcional campeiro e, ao mesmo tempo, universal de seus “verdes campos gerais” que se misturam com o azul do céu, não como um adeus ou uma última leitura, mas com um até breve para novas releituras pela vida afora, sem antes, porém de concluir como o autor que:

Longe, longe, no horizonte distante, campos e céus se misturam numa mancha azulada. E a saudade, devagarinho, foi enchendo o peito e uma leve melancolia invadindo a alma (...). Olho, observo e sinto até cansar. Depois, sem pressa e sem vontade, começo o retorno, deixando atrás de mim os meus verdes Campos Gerais (Meus Campos Gerais, ATHANÁZIO: 2012, p. 262-263).

Referências bibliográficas

ATHANÁZIO, Enéas. Enéas Athanazio. Fascículo Biobibliográfico e Antologia. Serie Escritores Catarinenses Hoje, Vol. 4. Estudo Biobibliográfico, Antologia e Entrevista a Flavio Jose Cardoso, e Silveira de Souza. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1991, p. 4-10.

ATHANÁZIO, Enéas. Vida Confinada. Balneário Camboriú: Minarete, 1997.

ATHANAZIO, Enéas. A Liberdade fica longe. Balneário Camboriú: Minarete, 2001.

ATHANAZIO, Enéas. Mundo Índio. Balneário Camboriú: Minarete, 2003.

ATHANAZIO, Enéas. Fiaços de Vida. Volume 2. Balneário Camboriú: Minarete, 2004.

ATHANAZIO, Enéas. Crônicas Andarilhas. Balneário Camboriú: Minarete, 2005.

ATHANAZIO, Enéas. A liberdade fica longe. Balneário Camboriú: Minarete, 2007.

ATHANAZIO, Enéas. Ensaio Escoteiros. Balneário Camboriú: Minarete, 2010.

ATHANAZIO, Enéas. Contos Escolhidos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2012.

ATHANAZIO, Enéas. Enéas Athanázio: 40 anos de literatura. Entrevista e Depoimento concedido a Luiz Henrique Borck. São Luís Gonzaga/RS: Borck e Silva Editores, 2013.

MACEDO, Guilherme Queiroz de. Duas Vezes Enéas. Balneário Camboriú, Editora Minarete, 2002.

MACEDO, Guilherme Queiroz de. Biblioteca Peculiar. In: Jornal do Enéas. Balneário Camboriú, No. 27, junho 2010, p. 6.

MACEDO, Guilherme Queiroz de. *Jornal do Enéas: um periódico cultural "sui-generis"*. *Jornal do Enéas*. Balneário Camboriú, No. 29, fevereiro 2011, p. 4.

MACEDO, Guilherme Queiroz de. *A Educação Confinada, olhares do autor-personagem*. *Escrituras Brasileiras*, 2008, p. 42-55.

MACEDO, Guilherme Queiroz de. *Sou leitor dêz que o mundo e mundo. A constituição do leitor e do escritor e as interfaces com os personagens de ficção nas obras de Enéas Athanázio*. *Escrituras Brasileiras*, 2008, p. 56-71.

MACIEL, Nilto. *As escolhas de Enéas Athanázio*. *Jornal da Associação Nacional de Escritores*. Outubro/Novembro 2013, p. 11.

NEVES, Antônio Roberto. *Da ficção de Enéas Athanázio: uma abordagem*. Balneário Camboriú: Minarete, 1998.

PACHECO, Cléber. *O homem dividido: uma leitura da obra do escritor Enéas Athanázio*. Balneário Camboriú: Minarete, 2007.

PEREIRA, Mário. *Com a força da terra*. In: ATHANAZIO, Enéas. *Contos Escolhidos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2012.

SACHET, Celestino. *A Literatura dos Catarinenses: espaços e caminhos de uma identidade*. Florianópolis: Editora Unisul, 2012.



O NOME PERFEITO

Eugênio Ferraz**

Ele não poderia ter outro nome, sinônimo de paz e generosidade: Francisco!
Como Francisco, o primeiro, fez da caridade a razão maior de sua vida, como bem define a oração, de Francisco, o de Assis — que tanto nos ensinou e ensina:

Senhor, fazei de mim instrumento de vossa paz.

Onde houver ódio, que eu leve o amor;

Onde houver ofensa, que eu leve o perdão;

Onde houver discórdia, que eu leve a união;

Onde houver dívida, que eu leve a fé;

Onde houver erro, que eu leve a verdade;

Onde houver desespero, que eu leve a esperança;

Onde houver tristeza, que eu leve a alegria;

Onde houver trevas, que eu leve a luz.

Ó Mestre, Faizei que eu procure mais Consolar, que ser consolado; compreender, que ser compreendido; amar, que ser amado.

Pois é dando que se recebe, é perdoando que se é perdoado, e é morrendo que se vive para a vida eterna.

Assim foi, e assim fez ele, o mineiro de voz tranquila que exalava paz por onde passava, que deixava marcas de amor em quem tocava. Que trazia um novo caminho quando todas as portas se fechavam.

Nascido Francisco de Paula Cândido, era de alma pura, grandiosa, feita de sinceridade e paz. Foi em sua pequena Pedro Leopoldo, na região metropolitana de Belo Horizonte, ponto originário de Minas Gerais, pois foi lá a moradia primeira dos bandeirantes liderados por Fernão Dias Paes, que começou a mostrar a todos que a vida vai muito além desta existência, e que sem amor, nada somos.

De lá, um dia, pegou um trem sem destino, queria apenas chegar à estação final, onde começaria uma nova vida, fundamentada nos alicerces da caridade,

** Pronunciamento na quinta edição da Comenda Ambiental em 20.3.2016 eugferraz@gmail.com

*Chanceler da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço e Diretor Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. eugferraz@gmail.com

da paz e do amor. Quis-o destino que chegasse a Uberaba, no Triangulo Mineiro, fazendo, de certa forma, e até figurativamente, uma viagem contrária ao fluxo que seria natural, indo para o interior do Brasil, para dentro dele mesmo. Sobre este episódio, escreveria mais tarde:

“Agradeço a todas as dificuldades que enfrentei. Não fosse por elas, eu não teria saído do lugar. As facilidades nos impedem de caminhar. Mesmo as criticas nos auxiliam muito”.

Como diz o verso sagrado, falou a língua dos homens e dos anjos e foi tudo aquilo que na vida desejou ser.

Considerado por muitos como um dos maiores mineiros de todos os tempos, o exemplo de Chico Xavier se multiplica em suas obras que nunca deixaram de crescer.

Impressiona-nos constatar a força de sua presença em tudo aquilo que fez e deixou sem nunca perguntar a quem.

Muito se poderia falar de Chico Xavier e de seu legado cívico, de seu exemplo de vida, de sua vasta obra, de sua retidão, de seu espírito elevado, do bem que fez e faz aos mineiros, aos brasileiros e à Humanidade. Ainda assim é pouco, é muito pouco, porque, conforme ele mesmo diria, sua obra não está terminada. Ela vai além de nós, além do tempo e é por isso que estamos aqui hoje, para reviver seu exemplo, para lembrar que seu legado permanece entre nós e, em especial, na vida desta cidade, no coração do povo.

O nosso pobre mundo diário, acostumado a lançar palavras ao vento, retirou da paz sonhada seu conteúdo verdadeiro, tão distante da paz vivida e partilhada por Chico Xavier. Por isso tantos conflitos estão latentes no mundo, escondidos nos corações dos homens. Seja na Europa, no Oriente Médio, na Rússia, ou no Afeganistão, o nosso planeta, tão carente de homens da dimensão de Chico Xavier se vê dividido, não unido ao redor dos nossos valores mais nobres. Pena!

Vejam que nos últimos dias, dois dos maiores líderes políticos do mundo, os presidentes dos Estados Unidos e da Rússia, belicosamente se desafiam ameaçando o mundo com a guerra pela paz. Guerra e paz, como tão bem definiu pictoricamente outro grande brasileiro, Cândido Portinari, irônica e contraditoriamente, fazendo nos refletir. A grande pintura decora a ONU, entidade que pretende promover a paz, às vezes pela guerra...

Mais próxima a nós, a Venezuela aprofunda crescente conflito interno, com resultado imprevisível.

Aqui mesmo, nosso país sempre pacato e avesso a convulsões sociais, recentemente foi abalado por ação de infiltrados em legítimos movimentos da sociedade até o surgimento de vítimas.

Seja por convicções religiosas ou políticas, no fundo todos buscam sua própria visão de paz. Mas, em nossa natureza humana, quase nunca percebemos a forma contraditória pela qual a buscamos. Amor e respeito ao próximo foram os exemplos vividos por grandes homens ao longo da humanidade, e Chico Xavier foi prova disso.

Falar de Chico Xavier é falar de paz, de simplicidade. É falar pouco e fazer muito pelas pessoas, pela paz interior, sobretudo.

Falar de Chico Xavier e da Comenda da Paz nesta terra que Ihe deu abrigo, torna-se missão maior para mim e para a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

A Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, que temos a honra de dirigir, e neste ato exercitar a oração oficial, ao retomar sua trajetória de interface cultural com a sociedade, o faz no estrito cumprimento de sua missão institucional.

Essa perspectiva, de se mostrar presente junto aos cidadãos, integrando o Estado em rede, certamente foi um dos motivadores para a sua indicação a esta honraria, pois, socialização, integração, transparência e ética, além da guarda e perpetuação da memória legal do Estado e de seus fundamentos históricos, como forma de construção do futuro, forjado em tempos de paz, encontram guarida nos preceitos inerentes a esta Comenda da Paz e aos ensinamentos de Chico Xavier.

Agradecemos e homenageamos Paulo Piau, autor da proposta, há 15 anos, de criação desta medalha, esse digno ex-deputado e atual prefeito de Uberaba, cidade que viabilizou e ajudou a povoar o Sertão Bravo da Farinha Podre, que para cá trouxe a gente trabalhadora de Minas, edificando um povo com cultura singular.

Vale lembrar que a idealização da Comenda de Paulo Piau foi chancelada pelo governador de Minas, Itamar Franco, cuja elevada biografia dispensa comentários. Outro que é parte viva dessa história é o caro amigo Joaquim Cabral Netto, este incansável procurador de justiça aposentado que preside seu Conselho e a quem também devemos todos a condução exemplar desta cerimônia.

A presença do caro secretário Carlos Melles, representando o nosso caro e digno governador Antonio Anastasia, ainda mais acentua a certeza de que estamos todos na companhia de pessoas de boa índole e elevada estatura moral, condizentes com os preceitos deste evento.

Ressaltamos a presença das ilustres personalidades e entidades receptoras desta honraria conjuntamente com a Imprensa Oficial de Minas Gerais, parabenizando: o odontólogo Eurípedes Humberto Higino dos Reis, a exemplar senhora Luzia Andreoli de Menezes, o empresário Marco Túlio Paulinelli, o Hospital de Brinquedos São Francisco de Assis, a Fraternidade Irmãs Andreia e Olga, o Centro Espírita Adolfo Bezerra de Menezes, o Ministro do STJ dr. Sávio de Figueiredo Teixeira, e a Memória de Josué Irffi e do padre Israel Batista de Carvalho.

Para quem sempre admirou Chico Xavier, trazemos sua frase síntese para reflexão de todos:

“Nunca poderemos fazer um novo começo. Mas sempre poderemos inventar um novo final”.

O SOFRIMENTO EM FLORBELA ESPANCA

Zina C Bellodi*

O sofrimento faz parte da condição humana, e sua causa ou é física ou emocional. A intensidade das dores que o sofrimento gera pode ser a mesma, embora sejam de naturezas diferentes, dependendo do tipo que provoca o sofrimento e do ser humano que o padece.

Florbela Espanca teve muitos motivos para sofrer. Em primeiro lugar, por ser dona de uma sensibilidade exacerbada; em segundo, porque teve vida difícil, repleta de complicações para as quais não encontrou uma solução adequada, até porque não havia recursos, hoje tão comuns e à disposição de todos.

Sensibilidade exacerbada reconhecida por ela e tão bem caracterizada no último livro que escreveu e que foi publicado com o significativo título "Diário do último ano". Nele encontramos registros muito importantes e que explicam grande parte das características deste ser tão humano marcado pelo sofrimento. Sendo extremamente sensível e afetada pelas dores que a vida lhe impôs, acabou por desenvolver um comportamento difícil de ser aceito pela época em que viveu. Embora seus poemas não sejam necessariamente biográficos, exploram, com frequência, temas que são de sua vida. Necessário esclarecer ainda que, quando um motivo pessoal do poeta é explorado em sua poesia, ele perde o caráter de pessoal e se transforma em objeto estético. Se isto não ocorrer, o poeta estará fazendo um relato de suas dores, e não produzindo poesia, o que significa expressão com valor estético.

Morreu aos 36 anos, tendo experimentado três casamentos que não a fizeram feliz. A busca pela felicidade na relação a dois foi inútil, pois foi incompreendida e ela, por sua vez, não encontrou uma forma de completude com os matrimônios que experimentou.

Filha de João Espanca com Antônia Conceição Lobo; Mariana do Carmo Ingleza, mulher de João Espanca, comprovadamente era estéril. Ela aceitou que o marido tivesse um filho fora de casa, uma prática comum em Portugal diante da esterilidade da mulher.

As situações de dor iniciam-se no modo como foi concebida e, especialmente, no momento de seu nascimento. Mariana acompanhou o parto, apossou-

* Escritora, professora, reside em Jaboticabal – SP. zinabellodi@uol.com.br

-se da menina e a levou para que o pai a visse. Cruelmente, a mãe foi impedida de estar com a filha. Florbela nasceu aos 8 de dezembro de 1894, foi batizada e registrada com o nome de Flor Bela Lobo, filha de Antônia da Conceição Lobo e de pai desconhecido.

Florbela vive na casa do pai e Antônia para lá se dirige para amamentá-la.

Contrariando o combinado, João Espanca teve um segundo filho com Antônia, que recebeu o nome de Apeles, e que, como Florbela, foi registrado como "filho ilegítimo de pai incógnito". Antônia cuidou do menino até os quatro anos e depois mudou-se de Vila Viçosa para Évora com outro homem e Apeles foi para a casa do pai. Pelo que se deduz dos comentários de Florbela, Apeles sofreu muito — parece que ele não era benquisto na casa do pai. Apeles foi um irmão muito querido, também marcado pelo sofrimento, e que morreu muito jovem, em junho de 1927. Era aprendiz de piloto de aviação. Florbela dedicou-lhe um de seus belos sonetos "In Memoriam", cujos dois últimos versos expressam a importância que ela dá a seu irmão:

Eu fui na vida a irmã de um só Irmão

E já não sou a irmã de ninguém mais!

Florbela viveu mal, tentou fazer algumas coisas procurando realizar-se, mas, ao que parece, foi tudo em vão. Quando ela morreu, estava casada com Mário Lage, médico. Ela não estava bem e os remédios da época pouco lhe ajudavam.

Esta explicação foi feita para facilitar a compreensão da dor que sua poesia exprime. A dor que atormenta Florbela pode ser detectada em, praticamente, todos os seus versos. Escolhi os poemas "A maior tortura" e "Fanatismo" como exemplo de expressões da dor que a afetava.

Em "A maior tortura" aparece a exploração da mágoa que a faz sofrer, que tem suas raízes nas próprias origens da poetisa ("Deu-me a beber a Mágoa no seu leite!) e lamentavelmente não é como o poeta, a quem oferece este soneto, capaz de exprimir "num verso a minha Dor!..."

A maior tortura

A um grande poeta de Portugal

Na vida, para mim, não há deleite.
Ando a chorar convulsa noite e dia...
E não tenho uma sombra fugidia
Onde poise a cabeça, onde me deite!

E nem flor de lilás tenho que enfeite
A minha atroz, imensa nostalgia!...
A minha pobre Mãe tão branca e fria
Deu-me a beber a Mágoa no seu leite!

Poeta, eu sou um cardo desprezado,
A urze que se pisa sob os pés.
Sou, como tu, um riso desgraçado!

Mas a minha tortura inda é maior:
Não ser poeta assim como tu és,
Para gritar num verso a minha Dor!...

O segundo soneto escolhido para demonstrar a dor que afeta a poeta é “Fanatismo”. Este poema é um dos quatro sonetos de Florbela que foram musicados por Fagner. Curioso é o fato de Florbela merecer que alguns de seus poemas fossem musicados – trata-se do sentido que o compositor encontrou nesses poemas que, não só admitem ser musicalizados, mas possuem um apelo que o amante da música popular de qualidade admira.

“Fanatismo” põe, de maneira definitiva, a busca incessante de um amor que ela ambicionava e sabia ser inatingível; e por mais que lhe digam “Tudo no mundo é frágil, tudo passa...” ela persiste nesta busca incessante almejando sempre um amor idealizado, mas que é aquele que ela procura para si.

Fanatismo

Minh'alma, de sonhar-te, anda perdida.
Meus olhos andam cegos de te ver!
Não és sequer razão do meu viver,
Pois que tu és já toda a minha vida!

Não vejo nada assim enlouquecida...
Passo no mundo, meu Amor, a ler
No misterioso livro do teu ser
A mesma história tantas vezes lida!

“Tudo no mundo é frágil, tudo passa...”
Quando me dizem isto, toda a graça
Duma boca divina fala em mim!

E, olhos postos em ti, digo de rastros:
“Ah! Podem voar mundos, morrer astros,
Que tu és como Deus: Princípio e Fim!...”

FRANCISCO VIEIRA SERVAS, UM HOMEM, UM NOME E UM DESTINO

*Adair José**

Como os que chegam ao cair da noite, envoltos na penumbra que deixa an-
tever tanto trevas quanto luzes, Francisco Vieira Servas chegou ao meu coração
com a intimidade de quem é proprietário, numa consentida invasão de emoções,
alegria pelo inusitado e um confessado rancor por ter nascido num tempo de
apressados quando o duradouro fica na esquina inalcançável do próprio tempo.
Movido por antigos laços da amizade, na errônea crença de que sou mais que
modesta folha levada pelo abraço dos ventos do viver, Melquíades Almeida Lima
incumbiu-me de dar formas palpáveis ao ausente artesão português, cuja vida e
história repousam nos registros de sua calada passagem pelas Minas de muitos
ontens e jazem sobre altares, portadas, retábulos e na crença sem nome de anôni-
mos a quem uma imagem tangível pode levar uma alma aflita ou agradecida aos
umbrais do infinito.

Francisco Viera Servas, um servo da arte, um homem que cavou na vasti-
dão das Gerais não um rótulo, mas um fazer que, visando os haveres do corpo,
mesmo sem o saber escreveu nas entrelinhas de uma época a grandeza de um
mundo. Movido pela paixão, eu quis provar da intimidade deste estrangeiro cuja
voz permaneceu adormecida nos vãos de altares e na sonolência do descaso co-
mum àqueles que, por não possuírem títulos oficiais, caminham pelas vielas e
veredas da passada História como sombras coadjuvantes de um espetáculo cujos
bilhetes de entrada foram distribuídos seletivamente segundo os interesses de um
tempo ou de uma região.

Foi necessário que o nosso contemporâneo Adriano Ramos descesse aos
porões escuros dos setecentos e tantos e de lá, como se fora um anjo condutor
portando tochas de luzes ébrias de épocas e silêncios, abrisse uma porta para o
tempo presente.

Destas trêmulas luzes completou-se a metamorfose que tornou possível a
nós, deslumbrados espectadores do agora, um mergulho no intrincado tecer da
sutil aranha dos sublimes. Cavando no recôndito de sacristias e portas entrea-

*Escritor mineiro, nascido em Dolores do Indaiá, residente em Belo Horizonte. dada@indanet.com.br

bertas, foi-lhe possível o difícil parto para trazer de volta à vida um Artista que, mesmo tendo ecoado nos ares portugueses o seu primeiro vagido, se fez gente próxima da gente ao povoar Minas Gerais com seus santos de olhares pensativos, seus traços fortes como fundas cicatrizes na madeira à qual emprestou calada eternidade suja de pó ao mesmo tempo orvalhada de uma serenidade austera, exatamente por fundir o sagrado com a multidão de seus "eus".

Vindo de um universo assinalado por profusão de culturas, modos e regras seculares, foi natural que o contraste dos embriões de povoados da então nascente Minas Gerais permitiu-lhe recompor o mundo que era seu exclusivamente. Percebo, ainda que leigo na grande arte, que as vestes de seus santos estão muito distantes do que sabemos ser o vestuário cotidiano das gentes envolvidas nos garimpos, tropas e senzalas. Trazem um esplendor evocativo dos salões e palácios europeus; as feições dos seus sagrados são marcadas por um frescor próximo de alvoradas, algo comum nas esculturas e pinturas que hoje sabemos ser a forma com que artistas a serviço da igreja e de reis encontraram para dar aos seus retratados a ideia da dignidade de homens tornados deuses mesmo na orgia de valores e crenças dos bastidores movidos pelas mãos da ganância e bajulações.

Assim como seu contemporâneo Aleijadinho, o "feio" que amamos, no áspero ofício dos cinzéis, matéria bruta e por certo ao som melancólico de frios sinos e rezas e profunda indiferença de homens tementes a Deus, mas corrompidos pelo faiscar dos metais, um artista foi esculpindo uma grandeza que o tempo tornaria maior que o próprio artífice. Este emblemático ser, cuja alma sonhei beijar, consumiu-me dias e noites debruçado sobre escritos e fotos. Como quem pede socorro, muitas vezes em insones noites, pedi-lhe que me estendesse as mãos calejadas dos cinzéis e formões, e comigo fosse até aos longínquos degraus da alvorada.

Ignorado por sua geração e pelos pósteros até bem pouco tempo, Francisco Vieira Servas foi uma daquelas páginas esquecidas no grosso volume que se denominou Barroco Mineiro. Enquanto Aleijadinho buscou na oralidade dos que lhe eram próximos os temas de sua multidão de almas por nunca ter saído do estreito mundo circundado por montanhas, Servas fez o caminho inverso; suas almas são estrangeiras nas pompas, num certo modo de olhar, mas mineiras enquanto expressões de sentimento. Diferente do comum olhar estrangeiro com o qual artistas vindos dalém mar em busca do exótico, ele pensou o sagrado terrivelmente humano.

E o fez com as firmes mãos de um homem que conhecia mundos, de dentro e de fora. Ao que se sabe, era também voltado para atividades meramente cotidianas como o comércio, além de possuir um conhecimento que aos da província era negado; o livresco e a explosão dos conceitos filosóficos que inundava a Europa ainda marcada por antigas trevas, ansiando o abraço das revoluções culturais, políticas e libertárias que iriam desaguar nos séculos vindouros.

Assim, fui amando um fantasma, deixando-me levar por sua invisível estrada, talvez buscando não mais um biografado, mas a própria vida, já que quando mais nada nos serve como forma, a simples ideia de alguém que já veio e se foi, pode ser aquela ponte capaz de nos conduzir à outra margem do rio turbulento que nos separa de nós mesmos. Entre Servas e mim, cronologicamente, há um abismo de tempo intransponível, alcançável somente pelo querer. No olhar melancólico de seus santos muitas vezes compreendi o desprezo comum dos que alcançaram uma sabedoria que transcende a todo conhecimento. Inutilmente, quis recompor em palavras o itinerário de um homem cujo retrato é multifacetado pela ferrugem das eras e um corpo múltiplo e vário nas marcas palpáveis que deixou dispersas nos caminhos de uma Minas sem princípio ou fim, já que é fundo sem fundo e começo sem princípio, no dizer de João Guimarães Rosa.

Francisco Vieira Servas foi um dos muitos “sobreviventes” no emaranhado das Minas setecentistas, quando homens dotados de sensibilidade tocaram seus pés polidos das metrópoles europeias pelo barro de estradas rasgadas pela febre do ouro, muitas delas manchadas com o sangue de cativos frágeis incumbidos de tarefas hercúleas, desdobrando nas encostas de montanhas, ao rés de toscas vilas, se fazendo presença. Servas, um homem dotado de uma educação mesclada entre as luzes de uma Europa culta e a tradição de vilarejo português, deixa para trás (e talvez para todo o sempre) as suas fundas raízes, atravessa oceano e chão bruto para “fazer a vida” em solo de domínio patricio, mas povoado por gentes e culturas estranhas conflitantes com a visão de sonhos que alimentavam os aventureiros em busca do paraíso na terra.

Como homem, Servas buscava talvez o pote de ouro no fim do arco-íris, já que as notícias, do Brasil de então, era a abundância de ouro, prata e o colorido das pedras tão amadas em seu mundo europeu. Mas, da leitura de sua obra, é possível dizer que havia também a busca pelo outro, a fome de saber, muitas vezes confundida com o ter. Encontrou uma Minas Gerais sediciosa, política tanto quanto comercial, capaz de prover um homem em seus haveres com a mesma capacidade de aniquilá-lo no tocante a ofícios de arte, mais precisamente a arte dominada pela igreja de cujo poder emanavam grandezas e misérias; rica e ostensiva, era ela quem determinava as “leis” capazes de subjugar reis e plebeus. Da mesma forma que, na história da música, a sombra de uma Igreja voltada para si mesma, embora proclamasse um reino não desse mundo totalmente despido de posses, tolheu inovações na arte, tornando arte e artistas em meros instrumentos de uma vontade desejosa de que nada mudasse. E foi nesse cenário, à sombra de mestres por aptidão ou por imposição dos ricos, que o moço vindo de longe encontrou a origem daquilo que se fornaria ao mesmo tempo o seu fazer e o seu calvário artístico.

No tempo de Servas, arestas de trevas advindas de interesses entre pessoais e religiosos, aliados ao desprezo pelo “belo em si mesmo”, convencionou-se que

a arte nascida sob o signo da Igreja obedecesse a padrões capazes de aproximar o povo do sagrado. Assim, é comum as esculturas sacras trazerem no semblante uma piedade capaz de comover até mesmo os céticos. Enquanto isto a classe governante era retratada como deslumbrados pavões em perpétua harmonia com o mundo. Nas imagens do período, as quais tive oportunidade de contemplar principalmente nas igrejas do ciclo barroco, percebi esse estigma: rostos dolorosos como a dizer que o reino dos céus só é alcançado pelo sofrimento apesar da abundância de luxuosos artificios incomuns a almas comprometidas exclusivamente com o despojado mundo vindouro. Nas imagens esculpidas por Servas, que só conheci em fotografias, essa piedade é transmitida por meio de olhares não direcionados aos penitentes, mas sim, a alguma distância, uma forma discreta de imprimir aos que lhe contemplam não a esmola, mas uma secreta mensagem. Talvez um olhar entre embevecido e rancoroso do estrangeiro que veio e viu, mas não reteve nas mãos aquilo que lhe era o sonho, além da indistinctível melancolia que se percebe na expressão dos exilados, embora o artista aqui esteve por vontade própria.

Ainda que tenha fracassado na missão de compor um retrato de Francisco Vieira Servas, tal como encomendado, fiquei mesmo caído no caminho. Por ter existido, caminhado por entre precipícios, brusquidões e estradas que levam sempre ao acontecer do universo mineiro, não me foi permitido inventar o mito, o ser que nas mãos de algum escritor de qualidade tornar-se-ia numa espécie de Dom Quixote poético que, ao invés de destruir moinhos de vento, modelou belezas dignas da eternidade.

Ah! Francisco Vieira Servas, de ti eu quis a alma, não aquela que lhe era própria e intransferível, mas a outra, a das tuas muitas visões, vivências e mais que isso: a inveja que este humilde e apaixonado escriba lhe endereça por ter feito com as mãos um universo sem final, ainda que seu corpo fosse prisioneiro do estreito de um tempo do qual eu me sentiria honrado em habitar! Por ti, maiores que as sombras que vislumbrei na jornada do Ausente português, foram aquelas que desceram sobre mim. De forma que o Artista ficou em mim como uma cicatriz, funda como os entalhes que ele deixou expostos nas suas esculturas em forma de dobras, mantos e olhares, bocas contidas como o século ao qual emprestou sua vida e seu fazer; nas mãos quase sempre grandes de seus santos como a dizer que, se a vida afaga, também esmaga.



AO PÉ DO RÁDIO

Napoleão Valadares*

Não é bom falar sobre coisas tristes. Mas os fatos são tão antigos que talvez nem causem muita tristeza. E vamos a eles.

Quando nos chegou o primeiro rádio, ficamos encantados. Era um aparelho bonito, de jacarandá, com uma seda alvinha na frente, medindo quase dois palmos de comprimento e pouco menos de largura. As pessoas grandes gostavam das novelas, *O Direito de Nascer* e outras. Nós, meninos, nos interessávamos por músicas. E de noite todo mundo estava ao pé do rádio.

As coisas tristes a que me refiro eram notícias que ouvíamos nos programas de reportagens. *O Repórter Esso* era um deles. Notícias de longe, mas que nos deixavam meio chocados e penalizados. Duas delas foram o incêndio de um circo em Niterói e a queda de uma ponte no município de João Pinheiro. Elas nunca me saíram da memória.

O caso do circo foi um horror de gente queimada e pisoteada. Um sujeito não tinha dinheiro para comprar o ingresso, pediu que o deixassem entrar sem pagar e, como não consentiram, ele arranjou um pouco de gasolina e botou fogo na lona do circo. Muita morte e muito ferimento. Ouvindo a notícia pelo rádio, imaginávamos o desespero do povo morrendo queimado. E menino ouvindo essas coisas...

Muito depois, lendo o livro *Diário de um Candango*, de José Marques da Silva, deparei-me novamente com o caso, pois o autor faz uma referência ao tal incêndio do circo: "Soube que em Niterói ocorrera uma tragédia brutal! Fazia lembrar Herculano e Pompeia, quando o Vesúvio, implacável, soterrou milhares e milhares de pessoas. Mas fora no Brasil, onde temos bombeiros bem equipados, sem que com isso pudéssemos evitar um acontecimento tão funesto. Nada menos de 200 crianças, vidas em flor, conheceram a morte num circo que se incendiaria!" E mais adiante: "Que absurdo! 330 pessoas já perderam a vida, apesar da luta que movem os médicos para que esse número não aumente!"

O outro fato, a queda da ponte, igualmente chocante, deu-se num 13 de dezembro, dia de Santa Luzia. A ponte sobre o Rio da Prata desabou e os carros foram caindo e o povo morrendo, até que um lavrador daquelas beiras, Luiz

* escritor da Academia Brasileira de Letras (cadeira nº 14) napoleovaladares@gmail.com

Goiano, colocou galhos de árvores na estrada, como aviso, impedindo que mais carros caíssem no rio.

Conversando com Célia, esposa do amigo Anderson Braga Horta, ela me disse que uma sua irmã, Clesi Santos, foi vítima desse acidente. Estava em Brasília e resolveu passar o Natal com os pais, no Rio de Janeiro. E o ônibus em que ela viajava foi um dos veículos que caíram no Rio da Prata.

Mas nem tudo são tristezas. Ao pé do rádio, meu pai pegava um programa chamado *Seu Criado Obrigado*. O programa era muito instrutivo e agradável. Consistia em perguntas que os ouvintes faziam por cartas, e em respostas que o locutor dava, com tudo bem explicado. A gente aprendia muito com isso.

Passaram-se anos. Um dia, vasculhando livrarias, encontrei o livro *Seu Criado Obrigado*, de Lourival Marques. O locutor tinha feito do conteúdo daquele programa, ao longo do tempo, um livro, contendo as perguntas e as respostas, com nomes e endereços das pessoas. Ali encontrei o nome de um amigo que, naquela época, tinha escrito ao programa. Nada menos do que o escritor Jacinto Guerra, que perguntava: "Por que os Estados Unidos são conhecidos como Tio Sam?" Pergunta assim respondida: "Várias histórias são conhecidas, cada uma explicando a seu modo, a origem da expressão "Tio Sam". A mais aceita, nos Estados Unidos, é a seguinte: durante a guerra de 1812, um homem de Troy, Nova York, viu as letras U. S. estampadas num grande volume e não sabendo que eram as iniciais de *United States*, perguntou o que significavam. Por essa época havia em Troy um certo *Mr. Wilson* a quem todos chamavam de *Uncle Sam* (tio Sam). A pessoa a quem a pergunta fora feita, querendo divertir-se à custa do outro, respondeu que U. S. eram as iniciais de *Uncle Sam*, isto é: de *Mr. Wilson*. A brincadeira logo circulou e em breve se confundiam, permanentemente, *Uncle Sam* e *United States*."

Telefonei a Jacinto informando-o sobre o achado e lhe dei o livro. E ele, numa crônica de *O Gato de Curitiba*, trata do telefonema em que lhe ofereci o presente.

Vi mais uma vez que o mundo é pequeno. Aliás, o rádio fez o mundo menor ainda.



A GRANDE SAGA DO ROSA

*Petrônio Souza Gonçalves**

Não é o caminho, é a caminhada; ensina João Guimarães Rosa na voz do Tatarana. O caminho está lá, no sertão infindo. A caminhada não, esta se dá dentro da gente. Muitos já passaram e vão passar por ele, poucos vivenciaram o que Guimarães captou naquele trajeto de 240 quilômetros, desde a partida com a lendária comitiva da improvável fazenda Sirga, região da represa de Três Marias, à chegada ao imponderável, na fazenda São Francisco, região de Araçai, porto do que não existiu. Era maio do distante ano de 1952.

Durante dez dias, Guimarães Rosa montado no lombo da mula Balalaika percorreu ao lado de dezoito vaqueiros um itinerário inusitado, cerrado mineiro adentro, onde adormecem nas veredas as coisas que existem e não têm nome, o sertão dentro e profundo, o infinito materializado. Naquela inesperada viagem, alguns reis a cavalo ao seu lado, como o mago Manuelzão – o capataz; Bindóia – o tocador de berrante e Zito – o cozinheiro.

João Guimarães Rosa foi mais um, guiando a boiada de cento e oitenta bois para uma viagem cósmica, translúcida, aquela que se vê e não se pega, aquela que está além, mas faz parte da paisagem. Hoje o caminho é roteiro turístico, institucionalizado, ou seja, existe para não ser. O que Rosa buscou foi um não caminho, para dar nome ao que existia, se sabia, mas não se traduzia. Só os gênios têm esse poder, porque chegam antes da divindade e decifram o grande milagre da vida, que só ocorre quando ela não se faz dividida.

Foi lá, no meio das árvores que se contorcem na dor de existir e não se quebram, nas flores que brotam da casca dura e oca das cigarras, que ele sentenciou: “Nada está terminado”. Imagino que ele assistia às primaveras repetidas nas flores depois de abril, quando tudo era silêncio e distância. A travessia é isso. O fim no começo. O que se revela depois do caminho trilhado, quando nada do que se buscou foi encontrado. A caminhada é apenas isso, um reencontrar renovado com o inesperado, esse deus de pequenos milagres que só existe no que não foi pensado, no que não está definido.

* Jornalista e escritor petroniosouzagoncalves@gmail.com

O que hoje lá vive é apenas o vento que passou e não posou, o 'fantasma desolado', o que não vive aqui e nem lá, mas enche nossa vida de fé e esperança. Lá, exaustos de tanto sol, Riobaldo e Diadorim encontraram abrigo no sem-fim, nas dobras da história, e se amam no cio das noites sem lua. O romance deles - que hoje nos pertence - está lá, inteiro, de janeiro a janeiro, declarado e estendido sobre a paisagem, palmilhado nos olhos de Diadorim que, de tanto ver o céu, tornou-se jardim. Por isso, não o podemos ver, muito menos sentir, apenas ouvir nas madrugadas de ventania suas vozes que se fundem com a aurora, para renascer no amanhecer de outra história, essa que não está escrita e grita dentro de todos nós, que amamos o universo do Rosa, o encantado.

Talvez a obra maior dele seja essa; ser sem estar. Estar em tudo e não se encontrar em nenhum lugar. Com a graça de Deus. Travessia.



MADAME MIMI DE PARIS

*Felicidade Patrocínio**

A vida tem me privilegiado com encontros e convivência com pessoas muito especiais, às vezes, diferentes e acima mesmo da média do usual.

Sobre algumas já escrevi e até publiquei e agora não posso deixar de registrar uma personalidade interessante, que nos passa uma boa lição de vida. Trata-se de Madame Mimi, a senhora que me hospeda há quase 3 meses no seu acolhedor, confortável e bem localizado apartamento de Paris. Ao chegar, ela logo foi me avisando que dispensava o tratamento de madame, bastava chamá-la de MIMI, pois se sente muito jovem. Na verdade a Madame Mimi é uma jovem exemplar de 91 anos de idade. Bonita elegante, cuida da casa, dos hóspedes que são invariavelmente brasileiros e que vêm a Paris para os estudos de doutorado, mestrado, especializações ou mesmo a passeio.

Já passaram pela sua residência, bons *chefs de cuisines* que vieram em busca do famoso Cordon Bleu e hoje atuam no Brasil com o mesmo rigor e qualidade do melhor da culinária francesa. Já passaram por aqui doutores médicos, como o Carlos Guilherme de M. Claros, filho do conhecido casal Hibelmom e Norma, a quem devo e agradeço a informação do contato. Passaram psicólogos, pedagogos, artistas, etc.

A Madame MIMI ficou viúva há 8 anos do engenheiro Jean Lajous, que esteve no Brasil por muitos anos construindo pontes: por exemplo a ponte de Juazeiro (Bahia), e outras. Apesar de os dois terem nascido na França, foi no Brasil que se conheceram, pois Mimi (como ela prefere ser chamada) lá esteve por 10 anos com a família quando deixaram a Europa fugindo dos horrores da 2ª guerra mundial.

Lá ela aprendeu o português, idioma que fala perfeitamente, e absorveu muito do jeito de ser brasileiro. Mora sozinha, pois os 3 filhos habitam o interior da França. Além das obrigações diárias, ela se dá o prazer de assistir aos bons filmes que a televisão oferece, gosta muito de sair para jantar em um bom restaurante e é internauta assumida, muitas vezes a vi no computador noites a dentro. É, inclusive pela internet que ela organiza sua agenda de hospedagens.

*Membro do Instituto Histórico e Geográfico, da Academia Feminina de Letras e da Associação dos Artistas Plásticos de Montes Claros. felicidadepatrocinio@gmail.com

Ela confessou-me adorar o Brasil com suas belezas e problemas, gostou muito de viver lá uma parcela da sua vida.

Seus cabelos brancos, muito brancos e fartos têm um corte elegante e estão sempre bem ajeitados, o seu rosto ainda não apresenta marcas de 9 décadas e a recente queixa de dor nas pernas não a impede de subir um andar de escadas até o elevador e nem de subir mais 2 andares após seu apartamento, em direção aos 2 pequenos quartos separados que tem na parte de cima do prédio, que aluga para homens e onde o elevador não alcança.

Na sua rotina a Madame Mimi tem uma ajudante que aparece 2 a 3 vezes por semana, para cumprir uma jornada de trabalho de apenas a metade do dia, portanto, é ela própria, que além de cuidar da casa, executa suas 4 refeições diárias, faz o café da manhã para os hóspedes e os orienta quanto a roteiros de metrô, ônibus, trens e ainda recomenda programas que são imperdíveis. É muito atenta a tudo que se passa ao redor, na cidade, no mundo, está sempre por “dentro” de tudo.

Sua visão de vida prática e realista não suprime o gosto pela beleza e pelo prazer.

Confessou-me (e autorizou comunicar) ter vida sexual esporádica, mas ativa, com um parceiro amigo. Por que não? perguntou encarando-me. A vida é para ser vivida. E o que é bom não devemos descartar.

Sua espontânea sinceridade nos aproxima, seu modo de viver desperta a minha admiração. É mais um exemplo que me leva à percepção de que para termos uma vida longa e completa é preciso ultrapassar o “destino dado”. Juntar ao exercício da nossa força e determinação, a derrubada de preconceitos vãos cristalizados e assim conquistar uma autonomia que só uma liberdade amadurecida pode nos proporcionar.

E a Madame Mimi de Paris transmite tudo isto no seu singular modo de viver.



NOS ANOS 30

*Yeda Prates Bernis**

Dizem que a cidade tem sete lagoas
mas só uma reina ali.
Rústica e faceira,
se desmanchava em piabas
para as crianças
e em nuvens navegantes
para os poetas da praça.
Matriz e grupo escolar
– fascínios da menina –
pontificavam na cidade.
Monsenhor Messias e Vó Fina
distribuíam benesses.
Ele, a santidadê a envolver tudo e todos
e a manchar de pó vermelho sua batina
na poeira das muitas ruas descalçadas.
Ela, no clássico beabá
ensinando o nome das estrelas
enquanto a menina sonhava com elas.
O medo do fogo do inferno
enchia a igreja, com hábitos feudais
– homens pra cá, mulheres pra lá.
Alheio a tudo, o Maria Fumaça
cortava a cidade,
levando nos vagões abertos
a esperança dos sonhadores.

* Poetisa, 2ª vice-presidente da Academia Mineira de Letras, ocupa a cadeira nº 6. yedabls@yahoo.com.br.

FALSO ENIGMA

*Gérson Cunha**

Deu-me, hoje, de abordar um velho tema,
Como simples distração do leitor;
Coisa que tem muito a ver com amor,
E pouco se elogia ou se blasfema.

Mas não é “ele”, é “ela” que se emblema;
Quando é purpúrea, trata-se de flor.
Dói, mas não é, propriamente, uma dor,
E de avançada idade é quase um lema.

Como vai longe a sua versidade,
Diria, pelo sim e pelo não,
Que talvez inda seja uma deidade.

Afinal, é bem mais fácil a questão:
Sendo que a “danada” acaba em “ade”,
Por si mesma virá a solução!

* Professor, escritor, tem vários livros publicados.

EXÍLIO*

*Emanuel Medeiros Vieira***

Um Atlântico nesta separação:
batido coração segue as ondas de maio.
Desterros além da anistia,
para lá dos poderes.
Velas ao vento,
não bastam os selos,
a escrita crispada.
Queria os sinais da tua pele,
vacinas, umidades, penugens,
pêlos perdidos no mapa do corpo,
o olhar suplicante, soluços.

Jornadas:
missas de sétimo-dia,
retratos arcaicos.
Outro exílio:
sem batidas na boca da noite, armas, fardas, medos,
clandestinidades.

Sol neste retorno:
casa, guarda-chuva no porão, caneca de barro,
álbuns, abraço agregador,
cheiro de pão, gosto de café,
o amanhã junta os o dois nós da memória,
um menino e o seu outro: estou melhor feito vinho velho.

* Poema premiado no Concurso Nacional de Poesias, cujo tema foi "O Mundo do Trabalho", promovido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná. metonia55@hotmail.com

CIDADE PORNOGRÁFICA

*Bruno Terra Dias**

O que seria da cidade se não houvesse putas?
Teria a graça decadente de nossas ruas,
a diversão barata e a aceitação de nuas
mulheres em diárias e fatigantes lutas?

Quero o teatro e o cinema, a televisão e os jornais,
as rádios denunciando imprudência e depravação.
Quero a impudícia predicada em versos de “nunca mais”,
o prazer do corvo alimentando o que converte em corrupção.

Disseram que o final da história chegou,
não há mais possibilidade ou razão,
que o homem moveu a natureza e subjugou.

Quem haveria de fundar a cidade convento,
repousar em celas por aquele que desamou,
acordar sem direito a ser relapso e sonolento?

A JUVENTUDE NÃO EXISTE MAIS

*Petrônio Souza Gonçalves**

Aquela.

Os sonhos não existem mais;

Aqueles.

A namorada não existe mais;

Aquela.

No entanto,

Entre o riso e o pranto,

A vida não parou no que ficou,

Não é o vento que pousou na janela,

A tempestade que ficou aprisionada na sala de espera.

A vida não é um lugar;

É onde você está.

E segue sempre,

Invariavelmente,

Na busca da eterna primavera.

AMÉRICA

*Jose Renato de Castro Cesar**

América velha,
América nova,
Tua história amanhece infantil
Nas muitas Minas. Nas Gerais de tanto chão.

Nos pés dos cavalos que aqui trotam
Tem sempre o mito de um navio galeão,
Com seus porões cheios de mandos (e desmandos),
De príncipes e princesas, de grumetes, escravos e de tanto capitão.

América velha,
América nova,
A gente que aqui fez terra
E que a História diz ser boa e cristã, hoje tem fama de vil.

Aqui ainda tem gente matuta e lisa,
Dada a muros, cães e coentro,
Que se mete a cagar mato adentro,
Sujando as águas e enterrando os valos de divisa.

América velha,
América nova,
Aqui tem gente que sua e te odeia,
Que cavalga com garbo pelas cavas dos caminhos, e
Que execra tuas antigas bandeiras, repletas de índios.

Hoje esse povo todo, que se diz americano,
Nada sabe dos teus mansus indomiticatus
Ou de tuas belas mansardas. Só querem ser tietes,

* Escritor, professor, indigenista, artista plástico, pesquisador do GPEAD/UFSJ. Sócio efetivo do IHGMG.
jrenato.cesar@hotmail.com

E preferem os escombros da poesia de Goethe...

América velha,
América nova,
Num belo dia, te nasceu Minas Gerais...

Tu que és filha bastarda
Dessa Europa demente e travestida,
Cujos roubos e taras
Fizeram-te refém de tantas guerras
E furores e ademais da vida...

Ah! O sonho da gente,
América! Do Sul, do Norte,
Do Centro, avante!

América velha,
América nova,
Minas Gerais é tua. E é criança ainda, sô!
Num tempo é semente, num tempo sublime é amor.

E é preciso ocupar seus espaços em cuidados com suas mães.
É preciso ocupar seus espaços, procurando evoluir,
A despeito dos termos tão rudes do tal barão von Martius...
A despeito de tanta dor, roubo e atraso nos sempre mesmos escândalos
políticos...

América velha,
América nova,
Aprenda de vez:
Capitães são feitos majores, comandantes e até mesmo barões.
Capitães são feitos generais, se fazem doutores, ou são imbecis, vacilões.

Há quem diga que Minas Gerais nasceu capitã.
Que nem foi infanta, ainda.
É claro! Minas Gerais apenas nasceu! Minas é bebê!

Minas é um "bebê água podre da Pêga"!
A despeito de tantas nascentes de água tão pura...
Minas é milho caro pra cá e barato pra lá!
A despeito de tanta terra boa e de gente trabalhadora...

Hoje é tudo caro e doente. Vivemos sofrentes,
Na mesma luta covarde, entre ricos e pobres.
Na mesma luta que matou Critilo e expulsou Doroteu.

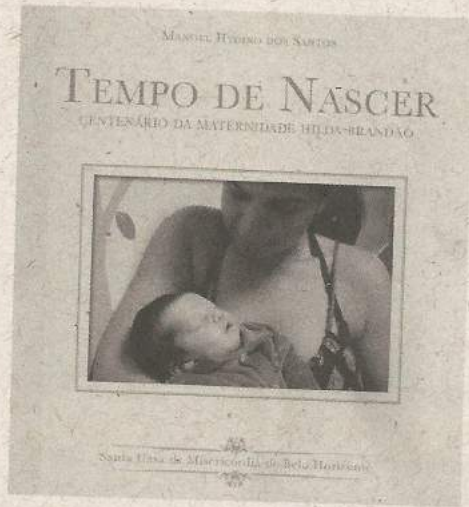
América velha,
América nova,
Não quero mais teus cowboys,
Nem quero mais teus índios.
Também não quero o sangue dos espanhóis,
Portugueses, romanos, francos e ingleses...

Capitães, caciques e barões... Uns são bárbaros e nojentos.
Muitos são filisteus, árabes e tem até cacique ameríndio europeu.

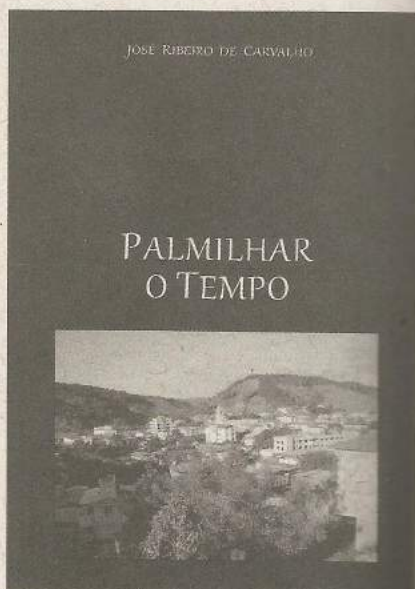
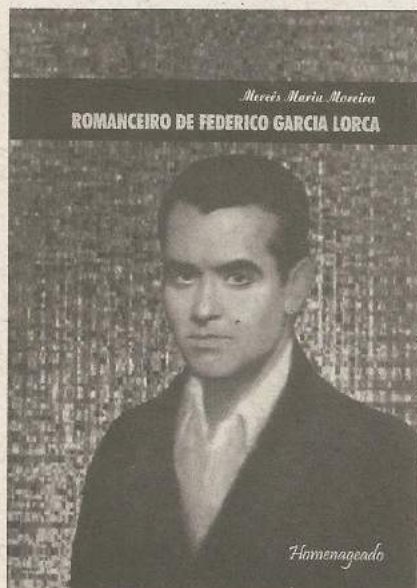
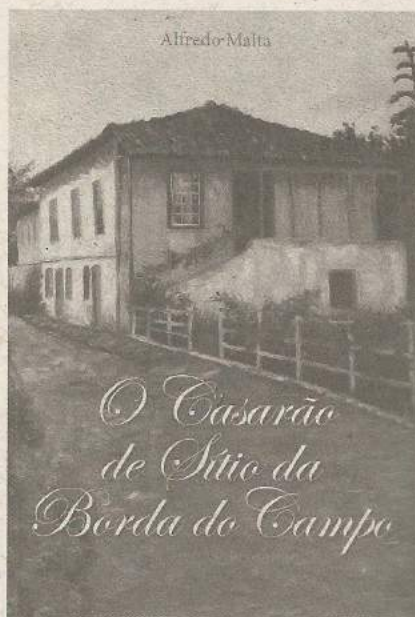
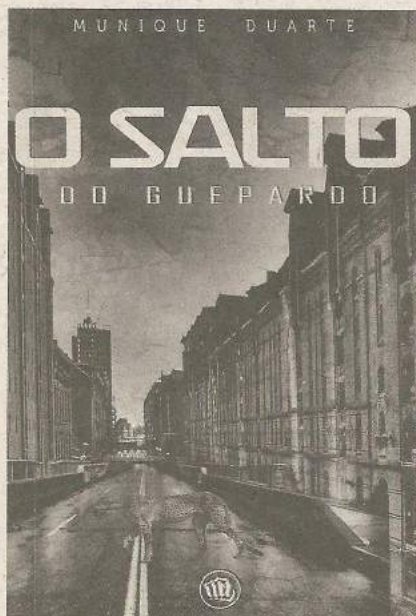
Sejamos, ao menos, sinceros:
– O balaio do mundo navega perdido num rio sujo e fedido.

E, como num sonho, eu vejo: Minas Gerais é um bebê que vai dentro...
Filha dessa América violentada e espancada,
Perdida com seus tormentos.

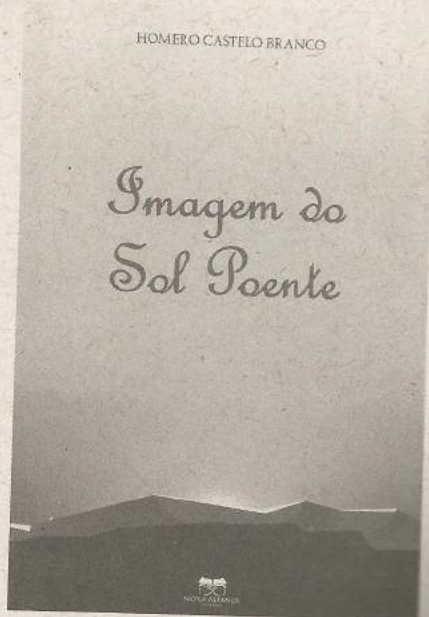
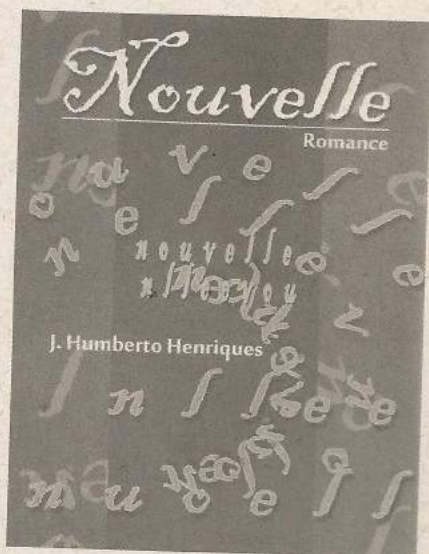
OBRAS RECEBIDAS



OBRAS RECEBIDAS



OBRAS RECEBIDAS



Academia Mineira
de Letras

QUADRO ACADÊMICO

Patronos, fundadores e ocupantes



** Em maiúsculas foram ou são nomes literários geralmente utilizados pelos acadêmicos.*

CADEIRA nº 1

Patrono: VISCONDE DE ARAXÁ – Domiciano Leite Ribeiro
Fundador – ALBINO de Oliveira ESTEVES CYRO Versiani DOS ANJOS; DANILO GOMES.

CADEIRA nº 2

Patrono: ARTHUR FRANÇA
Fundador – ALDO Luiz DELPHINO dos Santos Ferreira Lobo
JOSÉ OSWALDO de Araújo; Oswaldo SOARES DA CUNHA; BENITO BARRETO

CADEIRA nº 3

Patrono: AURELIANO José LESSA
Fundador – Affonso da Costa Guimarães (ALPHONSUS DE GUIMARAENS)
MOACYR de Macedo CHAGAS;
AGRIPA Ulysses VASCONCELLOS;
OSCAR Dias CORRÊA;
ANGELO OSWALDO de Araújo Santos

CADEIRA nº 4

Patrono: FREI José Marianno da Conceição VELLOSO
Fundador – ÁLVARO Astolpho DA SILVEIRA);
ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO; AMÍLCAR Vianna MARTINS Filho.

CADEIRA nº 5

Patrono: José Maria Teixeira de AZEVEDO JÚNIOR
Fundador – AMANAJÓS de Alcântara Vilhena DE ARAÚJO
ZOROASTRO Vianna PASSOS; CRISTIANO MARTINS da Silva; FRANCISCO de Assis MAGALHÃES GOMES;
MIGUEL AUGUSTO Gonçalves de Souza;
CARMEN SCHNEIDER Guimarães

CADEIRA nº 6

Patrono: BERNARDO Pereira DE VASCONCELLOS
Fundador – ARDUINO Fontes BOLÍVAR

SALOMÃO DE VASCONCELLOS; Antônio Augusto de MELLO CANÇADO; JOSÉ CARLOS LISBOA; ALAIDE LISBOA de Oliveira; YEDA PRATES BERNIS

CADEIRA nº 7

Patrono: LUIZ CASSIANO Martins Pereira
Fundador – Antônio AVELINO FOSCOLO
EDUARDO FRIEIRO; AUSTEN AMARO de Moura Drummond; WILSON de Lima BASTOS; JOÃO BOSCO MURTA LAGES; RICARDO Arnaldo Malheiros FIÚZA.

CADEIRA nº 8

Patrono: João BAPTISTA MARTINS
Fundador – BELMIRO Belarmino de Barros BRAGA
WELLINGTON BRANDÃO; EDISON Chrysostomo MOREIRA; MILTON REIS; ROGÉRIO FARIA TAVARES.

CADEIRA nº 9

Patrono: JOSAPHAT BELLO
Fundador – BENTO ERNESTO Júnior – JOÃO ALPHONSUS Guimarães; DJALMA ANDRADE; Francisco ILDEU da Fonseca BRANDÃO; MÁRCIO Manoel GARCIA Villela

CADEIRA nº 10

Patrono: CLÁUDIO MANOEL DA COSTA
Fundador – Francisco Eugênio BRANT HORTA
JOÃO ETIENNE Arreguy FILHO;
FÁBIO Proença DOYLE

CADEIRA nº 11

Patrono: Frei José de SANTA RITA DURÃO
Fundador – CARLOS GÓES
LÚCIO José DOS SANTOS; Cônego Francisco Maria BUENO DE SEQUEIRA; Dom JOÃO RESENDE COSTA;
DOM WALMOR Oliveira de Azevedo.

CADEIRA n° 12

Patrono: Ignacio José de ALVARENGA (PEIXOTO)

Fundador – CARLINDO LELLIS

JOÃO DORNAS dos Santos FILHO; ALBERTO DEODATO Maia Barreto; TANCREDO de Almeida NEVES; OLAVO DRUMMOND; CONÊGO José Geraldo VIDIGAL de Carvalho.

CADEIRA n° 13

Patrono: José Pedro XAVIER DA VEIGA
Fundador – José Joaquim do CARMO GAMA

José GODOFREDO de Moura RANGEL; Dom ANTONIO d'Almeida MORAES Júnior; JOÃO FRANZEN DE LIMA; PAULO TARSO FLECHA DE LIMA.

CADEIRA n° 14

Patrono: JOSÉ Cândido da Costa SENNA
Fundador – Joaquim Cândido da COSTA SENNA

Francisco Teive de ALMEIDA MAGALHÃES; JOÃO VALLE MAURÍCIO; ANTENOR PIMENTA Madeira.

CADEIRA n° 15

Patrono: BERNARDO Joaquim da Silva GUIMARÃES

Fundador – DILERMANDO Martins da Costa CRUZ

MOACYR Assis ANDRADE; ODAIR DE OLIVEIRA; Hélio ARMOND WERNICK Cortes; BONIFÁCIO José Tamm de ANDRADA

CADEIRA n° 16

Patrono: Francisco de PAULA CÂNDIDO
Fundador – DIOGO Luiz de Almeida Pereira de VASCONCELLOS

MÁRIO Gonçalves de MATTOS; WALDEMAR Versiani DOS ANJOS;

FLAVIO NEVES; WILSON de Abreu CASTELLO BRANCO; JOSÉ AFRANIO MOREIRA DUARTE; RONALDO COSTA COUTO;

CADEIRA n° 17

Patrono: CONDE DE PRADOS (Dr. Camillo Maria Ferreira Armond)

Fundador – EDUARDO DE MENEZES JOSÉ ANTÔNIO NOGUEIRA; ABGAR de Castro Araújo RENAULT; – ALUÍSIO PIMENTA; VAGA

CADEIRA n° 18

Patrono: Manoel Ignacio da SILVA ALVARENGA

Fundador – ESTEVAM José Cardoso de OLIVEIRA

ABÍLIO Velho BARRETO; ARTHUR VERSIANI VELLOSO; JOSÉ HENRIQUE SANTOS.

CADEIRA n° 19

Patrono: Padre-Mestre José Joaquim CORRÊA DE ALMEIDA

Fundador – FRANCISCO LINS MÁRIO MENDES CAMPOS; PADRE José Carlos BRANDI ALEIXO.

CADEIRA n.° 20

Patrono: ARTHUR LOBO

Fundador – FRANKLIN DE Almeida MAGALHÃES

EMÍLIO Guimarães MOURA; WILSON MELLO da Silva; ARIOSVALDO DE CAMPOS PIRES; HINDENBURGO Chateaubriand Pereira-DINIZ;

CADEIRA n° 21

Patrono: FERNANDO DE ALENCAR

Fundador – GILBERTO DE ALENCAR NELSON Soares DE FARIA; OSCAR NEGRÃO DE LIMA; HILTON Ribeiro da ROCHA; CAIO MÁRIO da Silva Pereira; ELIZABETH Fernandes RENNÓ de Castro Santos.

CADEIRA n° 22

Patrono: JÚLIO César RIBEIRO

Fundador – HEITOR GUIMARÃES

PAULO de Araújo REHFELD; FÁBIO LUCAS Gomes.

CADEIRA nº 23

Patrono: JOAQUIM FELICIO dos Santos
Fundador – Dom JOAQUIM SILVERIO de Souza

Cândido MARTINS DE OLIVEIRA Júnior; VICTOR NUNES LEAL; RAUL MACHADO HORTA; MANOEL HYGINO dos Santos.

CADEIRA nº 24

Patrona: BARBARA ELIODORA Guilhaermina da Silveira

Fundador – JOÃO LÚCIO Brandão
CLÁUDIO da Silva BRANDÃO; Henrique Vieira de Rezende (ENRIQUE DE RESENDE); SYLVIO MIRAGLIA; EDUARDO Brant ALMEIDA REIS.

CADEIRA nº 25

Patrono: AUGUSTO FRANCO
Fundador – JOÃO Augusto de MASSENA PAULO PINHEIRO CHAGAS; Antônio AURELIANO CHAVES de Mendonça; FRANCELINO PEREIRA dos Santos.

CADEIRA nº 26

Patrono: EVARISTO Ferreira DA VEIGA e Barros

Fundador – JOSÉ EDUARDO DA FONSECA

MÁRIO CASASANTA; HENRIQUETA LISBOA; LACYR Annuziata SCHETTINO; Padre JOÃO BATISTA MEGALE; BARTOLOMEU Campos QUEIRÓS; ANGELO Barbosa Monteiro MACHADO.

CADEIRA nº 27

Patrono: Eduardo CORRÊA DE AZEVEDO
Fundador – JOSÉ Francisco da PAIXÃO
Antônio AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR; CARDEAL Dom Carlos Carmello de

VASCONCELLOS MOTTA; DOM OSCAR DE OLIVEIRA; Padre PASCHOAL RANGEL; AFONSO HENRIQUES Guimaraens Neto.

CADEIRA nº 28

Patrono: AMÉRICO LOBO Leite Pereira
Fundador – JOSÉ RANGEL

GUILHERMINO CÉSAR da Silva; JOSÉ BENTO Teixeira de Salles; MÁRCIO SAMPAIO.

CADEIRA nº 29

Patrono: AURELIANO Pereira Corrêa PIMENTEL

Fundador – LINDOLPHO GOMES
MILTON Soares CAMPOS; PEDRO ALEIXO; GUSTAVO CAPANEMA Filho; MURILO Paulino BADARÓ; AFFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO Filho.

CADEIRA nº 30

Patrono: OSCAR Nogueira DA GAMA
Fundador – LUIZ Joaquim DE OLIVEIRA OILIAM JOSÉ

CADEIRA nº 31

Patrono: LUCINDO Pereira dos Passos FILHO

Fundador – Antônio Vieira de Araújo MACHADO SOBRINHO

Francisco de SALLES OLIVEIRA; MANOEL CASASANTA; WALDEMAR Diniz Alves PEQUENO; LUÍS CARLOS DE PORTILHO; RUI MOURÃO.

CADEIRA nº 32

Patrono: MARQUÊS DE SAPUCAÍ (Cândido José de Araújo Vianna)

Fundador – MÁRIO Franzen DE LIMA HELI MENEGALE; ALMIR DE OLIVEIRA; CARLOS BRACHER.

CADEIRA nº 33

Patrono: EDGAR DA MATTA Machado

MÁRIO Antônio de MAGALHÃES Gomes; AIRES DA MATA MACHADO FILHO; NANSEN ARAÚJO; JOSÉ CRUX Rodrigues Vieira; LUIS GIFONI

CADEIRA nº 34

Patrono: THOMAZ Antonio GONZAGA
Fundador – Joaquim MENDES DE OLIVEIRA

NORALDINO LIMA; NILO APARECIDA Pinto; JUSCELINO KUBITSCHKEK de Oliveira; AFFONSO ARINOS de Mello Franco; GERSON de Britto BOSON; ORLANDO de Oliveira VAZ Filho

CADEIRA nº 35

Patrono: JOÃO PINHEIRO da Silva
Fundador – NAVANTINO SANTOS EUGÊNIO Alvares RUBIÃO; Affonso da SILVA GUIMARÃES; ORLANDO Magalhães CARVALHO; CARLOS MÁRIO da Silva VELOSO.

CADEIRA nº 36

Patrono: José ELOY OTTONI
Fundador – NELSON Coelho DE SENNA OSCAR MENDES Guimarães; WILTON CARDOSO de Souza; ALOÍSIO Teixeira GARCIA

CADEIRA nº 37

Patrono: Manoel BASILIO FURTADO

Fundador – OLYMPIO Rodrigues DE ARAÚJO
ANÍBAL Pinto de MATTOS; EDGARD DE VASCONCELLOS Barros;
OLAVO Celso ROMANO.

CADEIRA nº 38

Patrona: BEATRIZ Francisca de Assis BRANDÃO
Fundador – PAULO Emílio da Silva BRANDÃO
HONORIO ARMOND; VIVALDI MOREIRA; PEDRO ROGÉRIO Couto MOREIRA

CADEIRA nº 39

Patrono: José BASILIO DA GAMA
Fundador – PLÍNIO Sérgio de Noronha MOTTA
JOÃO CAMILLO de Oliveira Torres; EDGAR de Godói da MATA MACHADO;
PATRUS ANANIAS de Souza.

CADEIRA nº 40

Patrono: VISCONDE DE CAETÉ (José Teixeira da Fonseca Vasconcellos)
Fundador – Francisco Augusto PINTO DE MOURA; AFFONSO PENNA JUNIOR;
MARIA JOSÉ DE QUEIROZ.

Impresso em 2016 nas oficinas da
IMPrensa Oficial do Estado de Minas Gerais



Av. Augusto de Lima, 270 – Centro – BH – Fone: (31) 3237-3400
www.imprensaoficial.mg.gov.br

Revisão de texto, projeto gráfico e diagramação de responsabilidade do encomendante

DIRETORIA AML

Presidente:
Elizabeth Rennó

1º Vice-presidente:
Amílcar Vianna Martins Filho

2º Vice-presidente:
Yeda Prates Bernis

Secretário Honorário:
Oíliam José

Secretário Geral:
Márcio Sampaio

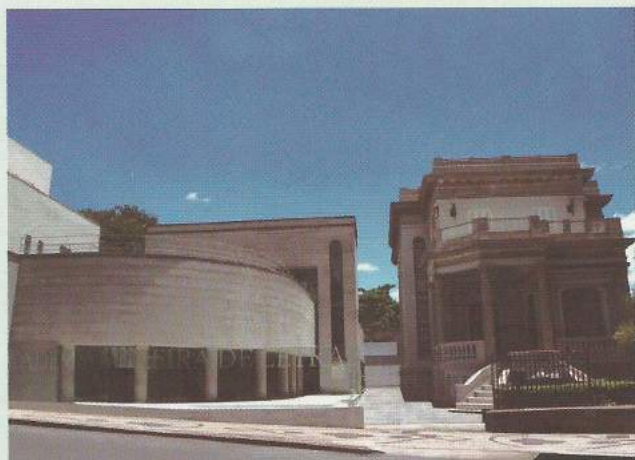
1º Secretário:
Patrus Ananias

2º Secretário:
Fábio Doyle

1º Tesoureiro:
Manoel Hygino dos Santos

2º Tesoureiro:
Ângelo Machado

ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS
Fundada em 25 de dezembro de 1909
Rua da Bahia, 1466 –
Telefax (OXX31) 3222-5764
CEP 30160-011 - Belo Horizonte-MG
www.academiamineiradeletras.org.br
atendimento@academiamineiradeletras.org.br



REVISTA DA
ACADEMIA
MINEIRA
DE LETRAS

Ano 96°
Volume LXXVI
2016

